ANDRÉ PEREIRA GUIOT

# Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira:

# o PSDB (1988-2002)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre. Área de Concentração em História Contemporânea

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes Fontes

Niterói

2006

G964 Guiot, André Pereira.

Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002) / André Pereira Guiot. – 2006.

197 f.

Orientador: Virgínia Maria Gomes Fontes.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2006.

Bibliografia: f. 146 -154.

1. Partido da Social Democracia Brasileira. 2. Partidos Políticos - Brasil. 3. Brasil – Política e Governo. 4. Neoliberalismo. I. Fontes, Virgínia Maria Gomes. II. Universidade Federal Fluminense. Departamento de História. III. Título.

CDD 329.981

ANDRÉ PEREIRA GUIOT

# Um “moderno Príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes Fontes (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Sonia Regina Mendonça (Suplente)
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Lúcia Maria Wanderley Neves (Suplente)
Fundação Oswaldo Cruz

Niterói
2006

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, antes de tudo, a Profa. Virgínia Fontes, por se mostrar uma grande e feliz surpresa na vida deste orientando. Por ser capaz de unir facilmente amizade, rigor intelectual e dedicação à militância socialista. Agradeço por confiar e apostar nas minhas potencialidades e nas incisivas palavras de incentivo e otimismo.

Agradeço aos colegas de estudos que, através do Grupo de Trabalho e Orientação (GTO) coordenado pela Profa. Virgínia Fontes, contribuíram decisivamente, através de debates e incentivos, para esta dissertação: Rodrigo Teixeira, João Márcio, Tiago Bernadon, Igor Gomes, Jefte Pinheiro, Gladyson Pereira, Diana Berman, Antonio Cícero e Araci Lisboa, Renake Dias e Lin Yunn . Especialmente agradeço a Leila Bianchi, colega de trajetória acadêmica, pela disposição de sempre ajudar nas horas mais complicadas. Ao casal amigo e companheiro de prolongados debates, utopias e esperanças Wallace e Juliana de Moraes, pelas leituras críticas e pelos incansáveis incentivos. A Poméia Genaio, grande colaboradora de livros, artigos, documentos e dicas sobre o PSDB, prestou auxílios cruciais. Ao casal Gilberto Calil e Carla Silva que, apesar da distância, prestaram grande ajuda. Ao ex-GTOtista Eurelino Coelho, por ser referência de rigor e dedicação ao estudo do marxismo. A Andréa Galúcio, colega de incentivos e ansiedades. Andréa e Diana compartilham comigo e com minha esposa a chegada, quase simultânea, de nossos rebentos.

Os agradecimentos se estendem aos professores Marcelo Badaró e Lúcia Neves, pelas intervenções claras e objetivas na banca de qualificação, direcionando-me para o melhor entendimento das questões que envolvem o meu objeto de estudo.

Aos funcionários do Departamento de Pós-Graduação em História da UFF, pela preocupação em nos ajudar nas dúvidas e tornar viável um ambiente amistoso.

A Capes, por nos oferecer auxílio financeiro durante esta jornada.

Ao trabalho atencioso da Secretária Executiva do Instituto Teotônio Vilela do Rio de Janeiro, Daniela Cecchi.

A Celso Roma, por ajudar com o envio de seus artigos sobre o PSDB.

Agradeço a Marcelo Rocha pela ajuda em momentos desesperadores.

Uma dissertação envolve a cooperação e o incentivo de quem está à sua volta diariamente. Por isso, agradeço aos cunhados Paulo Ricardo e Adaly Junior, às cunhadas Márcia Cristina e Flávia Bueno , à minha sogra Ademir da Rosa e ao casal

Deise e José da Rosa. Especialmente minha mãe Deise Guiot e minha irmã Andréa Guiot.

Esta dissertação não seria possível sem a dedicação, a confiança e o incentivo da minha esposa Ana Paula, mãe do nosso primeiro filho há nove meses. Desde o processo de seleção para o ingresso no mestrado até às últimas páginas desta dissertação, sempre se revelou uma grande amiga, companheira nos momentos mais difíceis. À ela dedico todo meu esforço nesta dissertação.

*À minha esposa Ana Paula*
*e ao nosso filho André.*

*Tucano: "(...) Alimentam-se de pequenos frutos e,*
*não raro, pilham ninhos de outras aves.*
*São sociais, e vivem em pequenos bandos".*

*Novo Dicionário Aurélio*

## RESUMO

Esta dissertação propõe estudar o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) como organismo formulador, divulgador e implementador da contra-reforma intelectual e moral neoliberal no Brasil durante os anos 90. Para tanto, focaliza sua análise nas propostas contidas em seu conteúdo programático, desvendando aspectos que nos permitem asseverar tratar-se de um partido que carreia a proposta neoliberal de tipo terceira via desde seus primeiros momentos. Por outro lado, a pesquisa realiza também o exame do conteúdo social do PSDB, isto é, de suas bases sociais, feito a partir da investigação das associações da sociedade civil a ele coligadas, bem como dos lugares sociais ocupados por seu *staff* dirigente. Um partido cuja razão de ser foi a de tornar-se o "moderno Príncipe" da burguesia brasileira, capaz de traduzir e unificar os anseios das diversas frações de classes dominantes em torno de um modelo neoliberal de sociabilidade.

## RESUMÉ

Ce mémoire de maîtrise se propose d'étudier le Parti de la Social Démocratie Brésilienne (PSDB), en tant qu'organisme de formulation, divulgation et d'implémentation de la contre-réforme intellectuelle et morale, néo-libérale, réalisée au Brésil pendant les années 1990. Pour ce faire, l'analyse porte sur les propositions de son programme, en mettant en évidence les aspects qui nous permettent d'affirmer qu'il s'agit d'un parti qui récupère le néo-libéralisme à la façon troisième voie depuis sa formation. Nous avons examiné aussi le contenu social du PSDB, c'est-à-dire, de ses bases sociales, à partir de la recherche des associations (la société civile) auxquelles appartiennent les membres du parti, ainsi que des lieux sociaux occupés par son *staff* dirigeant. Il s'agit d'un parti qui a su se rendre le « Prince moderne » de la bourgeoisie brésilienne (ce qui a été sa raison d'être), capable de traduire et d'unifier les aspirations des diverses fractions des classes dominantes autour d'un modèle néo-libéral de sociabilité.

# Sumário

**Introdução** ..... 12

**Capítulo I – Social-democracia e transformações no capitalismo contemporâneo**

1.0 - Estado, Sociedade Civil e Partido Político em Antônio Gramsci

1.1 - Estado Sujeito .....17

1.2 - Estado Objeto ..... 19

1.3 - Estado Ampliado ..... 21

1.4 – O Partido Político em Gramsci ..... 27

2.0 - A social-democracia do pós-guerra à reestruturação produtiva..... 36

2.1 - Algumas considerações sobre a tese do compromisso ..... 42

2.2 – A reestruturação produtiva ..... 45

3.0 – Neoliberalismo, globalização e mudanças na social-democracia

3.1 - O neoliberalismo ..... 49

3.2 - A globalização ..... 53

3.3 - A terceira via ..... 55

**Capítulo II – A constelação dos astros: o conteúdo social do PSDB**

1.0 - A formação do PSDB: um debate ..... 66

2.0 - Os critérios de seleção adotados e os campos pesquisados ..... 71

3.0 - Apresentando e analisando os dados da pesquisa

3.1 - As Comissões Executivas Nacionais (CEN's) ..... 74

3.2 - A Formação e Atuação Profissionais

3.2.1 - Diplomação e Pós-Graduação .....79

3.2.2 - Atuação Profissional ..... 83

3.2.3 - Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação..... 85

3.3 - Vinculação com a Sociedade Civil e Política

3.3.1 - A Participação em Organismos Governamentais ..... 88

3.3.2 - Presença em Organizações Político-Partidárias ..... 89

4.0 - O Conteúdo Social do PSDB

4.1 - Atuação em Associações da Sociedade Civil ..... 92

4.2 - Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado ..... 104

**Capítulo III – A construção do "moderno Príncipe" da burguesia brasileira**

1.0 - 1º Ato: A formação e conformação ideológica do PSDB (1988-1994) ..... 116
1.1 - O novo papel do Estado ..... 118
1.2 - Social-democrata ou neoliberal? ..... 125
1.3 - Redefinindo e repolitizando a esquerda ..... 132
2.0 - 2º Ato: edificando e implementando o projeto (1994-1998) ..... 137
3.0 - 3º Ato: refinando, aprofundando e ampliando o projeto (1998-2002) ..... 147
**Conclusão** ..... 154
**Bibliografia** ..... 157
Anexo I – Relação dos fundadores do PSDB ..... 167
Quadro I – Membros das Comissões Executivas Nacionais do PSDB ..... 172
Quadro II – Formação e Atuação Profissionais ..... 177
Quadro III – Vinculação com a Sociedade Civil e Política..... 186
Quadro IV – Trajetória dos dirigentes-banqueiros no setor bancário, consultorias e empresas ..... 199
Quadro V – Trajetória dos dirigentes-banqueiros nos aparelhos estatais ..... 201

# INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a formação e atuação do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) entre 1988 e 2002. O PSDB se apresenta como uma das principais forças políticas neoliberais vigentes no Brasil durante os anos 90. Sua atuação foi decisiva para que, durante essa década, o Brasil fosse palco da dominação neoliberal nas diversas esferas da vida social. Para as classes e frações de classes dominantes, o PSDB significou a reunião dos interesses do grande capital. Para os trabalhadores, por outro lado, a implantação do programa neoliberal aprofundou sua tragédia histórica, alimentada secularmente pelo domínio espoliativo de nossas classes dominantes.

Este estudo visa dar uma contribuição acerca das formas pelas quais as classes e frações das classes dominantes deste país imprimem a direção ao conjunto da sociedade no Brasil recente. Mas ela o faz transmutada em "Estado", que aplica corretivamente contra qualquer tentativa de insubordinação, a violência aberta e a coibição, desagregação ou redefinição das redes de associações de cunho popular ou contra-hegemônico. O PSDB surgiu com o intuito não de implantar a combalida social-democracia nos trópicos mas, de forma novidadora, como força política estratégica que trouxe elementos capazes de impulsionar o rearranjo das diferentes forças dos grupos economicamente dominantes na direção de um novo projeto político, nas condições da redemocratização.

Ao longo do processo de consolidação do neoliberalismo no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, difundem-se as transformações profundas trazidas pela hegemonia da fração financeira no comando do processo de abertura comercial, privatização, desregulamentação dos mercados e liberalização dos fluxos de capitais. O setor financeiro internacional controla o volume e os fluxos de capital. Essa concentração e predominância de poucos grupos financeiros subordina e unifica frações do capital industrial por meio de fusões ou aquisições. O resultado é que essa fração da burguesia industrial no Brasil internacionaliza-se, aceitando passivamente uma posição secundária a partir da *vitória do bloco histórico do capital* organizado em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso nas eleições de 1994.

Em conjunto com outros aparelhos privados de hegemonia, o PSDB procura organizar os setores dominantes em torno do projeto neoliberal de tipo terceira via.

Qualifica-se para tanto, na medida em que seus dirigentes são formados e atualizados nas instituições mais destacadas do pensamento neoliberal. Cumprem o papel pedagógico, através de suas associações voltadas para os setores populares, de convencer tais setores a participarem ativamente do modelo que lhes retira não só direitos, mas a possibilidade de atuarem como classe. Para tanto, lançam mão de disposições ideológicas, amplamente divulgadas pelos grandes meios de comunicação, da necessidade da "participação", da "solidariedade", da "parceira', desresponsabilizando o Estado e o capital pelos problemas e contradições do modelo. Neste ponto, trata-se de princípios norteadores voltados para a repolitização da política e a atualização da ideologia burguesa afinados com o programa orientador de redefinição da social-democracia em curso nos países europeus. A isto chamam de "radicalização da democracia".

A ação política de um partido não se dá apenas através do exame de seu programa político: devemos nos remeter à pesquisa de sua base social, desvendar sua "nomenclatura de classe" como aponta Gramsci. Portanto, a pesquisa sobre a trajetória do PSDB segue dois caminhos precisos: a) apresentar seu conteúdo social, isto é, as bases sociais pertencentes ao partido e b) submeter à análise os documentos partidários já publicados.

Quanto ao primeiro, a intenção original era a de investigarmos os aparelhos privados de hegemonia, isto é, as associações da sociedade civil às quais o *staff* dirigente do PSDB está vinculado. Porém, o desenrolar da pesquisa nos mostrou a possibilidade de abrangermos outros campos de investigação, tais como, a presença dos dirigentes nas agências internacionais, nos organismos governamentais, nas entidades de formulação, doutrinamento e divulgação da ideologia neoliberal, no meio empresarial e sua formação profissional e intelectual. De sorte que pudemos esmiuçar os *lugares sociais* onde tais peessedebistas circulavam – o que nos deu maior embasamento para discutir suas bases sociais e apontar para o tracejamento do *habitus* do seu grupo dirigente.

Quanto ao segundo, nosso objetivo é demonstrar que o programa peessedebista já estava devidamente afinado com o neoliberalismo desde seus momentos iniciais de formação. Isto inclusive já tinha sido mencionado por alguns autores, como veremos. No entanto, nossa contribuição pode ser vista no sentido de que o programa peessedebista, desde sua origem, além de estar vinculado com o neoliberalismo,

apresenta traços marcantes dos pressupostos daquilo que Giddens, em meados dos anos 90, denominaria de terceira via. Essa, inclusive, é a hipótese central da dissertação.

Diante desses pressupostos, podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que o PSDB encarna a função do "moderno Príncipe" da burguesia brasileira na medida em que se imbui do desafio de unificar os diversos setores do capital. E o faz tanto por meio dos seus programas partidários quanto por sua atuação militante nos diversos organismos da sociedade civil ligados aos setores empresariais. Estas são responsáveis, em parte, pela formulação dos projetos de sociabilidade e das intervenções na realidade social dos peessedebistas. Neste sentido, essas bases sociais contribuem para a constituição do perfil ideológico do PSDB e, por isso, se fez necessário rastrear as formas associativas a ele coligadas.

As inquietações que me levaram ao estudo do PSDB são de natureza ideológica, pois "os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais no terreno das ideologias"[1]. Diante da ofensiva do "pensamento único", dos *slogans* políticos fatalistas daqueles que tomam as decisões por nós e de seus intelectuais, tentando nos convencer de que no mundo real "não há outra alternativa", "não tem mais jeito" e remetendo as práticas de intervenções humanas à "arte do possível", isto é, diante do avanço das posturas teóricas pós-modernas do "fim da História", "do fim da centralidade do trabalho", etc., devemos nos interrogar enquanto protagonistas de nosso tempo. Isto significa atuar enquanto sujeitos analistas das "novas" formas de pensamento e ação política, estabelecendo reflexões histórico/conceituais que nos apontem tanto para o entendimento dos mecanismos de dominação e de exploração humana, quanto de sua superação.

Trata-se também da necessidade de "desnaturalizar" e historicizar as concepções de Estado, de Sociedade Civil e, mais precisamente, de partido político, subjacentes ao ideário liberal, tão em voga nos tempos atuais. É, portanto, um esforço teórico, não menos político, de centrar as análises sobre Estado e Sociedade à luz do materialismo histórico e, para o caso das sociedades ocidentais capitalistas contemporâneas, no pensamento de Antonio Gramsci. Partimos, assim, da premissa básica gramsciana de que é *a sociedade civil o lócus de organização da vontade coletiva* das classes e frações de classes sociais. O arcabouço teórico gramsciano nos serve de matriz e, por isso

[1] GRAMSCI, Antonio. "Cadernos do Cárcere". v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 52.

mesmo, não abrimos mão de investir no estudo da sociedade civil dominante em suas tramas e artimanhas na busca da redefinição da hegemonia.

# Capítulo I –
# Social-Democracia e Transformações
# no Capitalismo Contemporâneo

## 1.0 - Estado, Sociedade Civil e Partido Político em Antônio Gramsci.

Apresentaremos neste capítulo algumas discussões acerca das disposições teóricas com que procuramos nos debruçar sobre a relação entre Estado e Sociedade Civil, com vistas ao melhor entendimento do papel do partido político nas relações capitalistas de produção. Trata-se munir a pesquisa do corpo teórico gramsciano, capaz de auxiliar a problemática da formação do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e sua atuação na realidade brasileira entre 1988 e 2002.

### 1.1 - O Estado Sujeito

Estudar a formação e atuação de um partido político utilizando-se do arcabouço teórico gramsciano requer pensar o *Estado* e a *Sociedade Civil* em termos não tradicionais, isto é, numa perspectiva distinta daquilo que comumente se pensa. Isto significa a necessidade de encaminhar a discussão a partir de uma postura teórica que nega a *naturalização* do Estado, sua "*reificação"* ou "*coisificação*", bem como de seu caráter *a-histórico*, oriunda da matriz de pensamento clássico liberal que teve seu apogeu entre os séculos XVII e XIX.

Os pensadores que comungavam da matriz jusnaturalista de concepção do Estado compartilhavam de uma mesma problemática: tentar ordenar o "caos", a "barbárie" (o "estado de natureza") que assolava os homens. O "estado de natureza", tido como regra universal da conduta humana, consubstanciava-se num modo de vida onde os homens viveriam em permanente barbárie e guerra, dando vazão a seus apetites individuais, instintos, interesses e desejos múltiplos. O convívio social seria impossível diante de tal situação posto que nocivo e auto-destruidor da própria espécie humana – o "homem como lobo do homem".[2]

A salvaguarda do homem seria a "lei", derivada do *contrato social*. Este era concebido como fruto de uma vontade onde os indivíduos portadores da "razão" abririam mão de seus direitos individuais em favor do Soberano. Ele arregimentaria a soma das vontades individuais em prol do estabelecimento da ordem e da civilização. Tratava-se de fundar o "estado (ou sociedade) civil" a partir do desmantelamento da

[2] MENDONÇA, Sonia Regina. "Estado e Sociedade". In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). "História, pensar e fazer". Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

"anarquia" na medida em que a "lei", oriunda do governante, regularia a vida societal de forma imparcial e acima dos interesses individuais.

Fruto de um contrato coletivo, os indivíduos renunciariam a seu isolamento "natural" ao submeterem-se conscientemente ao soberano que lhes asseguraria a sociabilidade. Assim, a sociedade civil – antípoda do estado ou sociedade de natureza – só poderia ser fundada pelo Estado sob tutela e emanação do Soberano. Em suma: a criação da sociedade civil seria oriunda de uma subordinação à unidade política estabelecida em torno da figura do Soberano, necessitando da instituição de um poder comum para se fundar enquanto coletividade social. Não há sociedade fora do Estado, segundo tais pressupostos.

Das observações sumariamente feitas acima, algumas premissas teóricas liberais se revelam ainda presentes em grande parte dos estudos sobre o Estado: 1º) a identificação "natural" entre governante e Estado, a partir do momento em que os homens só se beneficiariam da lei protetora e universal se existisse um Soberano e um pacto social fundante; 2º) visão do Estado enquanto somatório dos direitos individuais e, por conseguinte, enquanto individualidade (entidade); 3º) concepção de um "Estado Sujeito", entidade que "paira" acima da sociedade, dotada de vontade e iniciativa própria, com poderes de comando sobre a sociedade.[3]

As reflexões acerca do Estado no Brasil baseiam-se fundamentalmente nesta concepção de "Estado Sujeito", o qual assume assim um caráter de "entidade", de "árbitro" entre as classes sociais. A padronização das visões sobre o Estado em nossos meios aponta para um "predomínio inquestionável do Estado sobre a Sociedade" como afirma Sonia Mendonça. Numa desigual medição de forças, o Estado Sujeito apresenta-se como capaz de impor, de cima para baixo, e de modo coercitivo, normas e diretrizes, distribuindo inúmeras prebendas e benefícios. Tais reflexões trazem em si "uma forte carga de negatividade, usualmente associada ao Estado" trazidas de adjetivações como "centralizador", "cooptador" e "coercitivo", o que pressupõe a fragilidade ou impotência da sociedade.[4] Os desdobramentos dessa visão, diz a autora, aproximam-se das aspirações das frações da classe dominante, ávidas por combater os "excessos" do intervencionismo estatal, sobretudo no campo da economia.

---

[3] POULANTZAS, Nicos. "O Estado, o Poder e o Socialismo". Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, p.17

[4] MENDONÇA, Sonia Regina. *Palestra de Abertura proferida no I Simpósio "Estado Brasileiro: Agências e Agentes"* no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF). Niterói, mimeo, 2004.

Dessa maneira, o Estado é visto, *a priori*, como uma modalidade "natural" de poder que marca sua preponderância ante a sociedade e é apresentado como um bloco monolítico de órgãos e aparelhos, sobre a qual ***não há*** *sujeitos históricos atuantes*, *contradições e/ou qualquer conteúdo de classe*.

### 1.2 - O Estado Objeto

A matriz marxiana de Estado promove uma profunda ruptura com a concepção jusnaturalista. O avanço decisivo de Marx ocorre quando ele busca analisar os *fundamentos materiais* da divisão da "sociedade civil" em interesses particulares e antagônicos.

Para Marx jamais o homem teria vivido em um "estado de natureza" e, mais que isso: a sociabilidade humana não se esgota somente no âmbito puramente político. Os indivíduos ligam-se necessariamente entre si com base em seus próprios carecimentos, interesses e finalidades privadas.

Como não há contrato, nem sequer sociedade enquanto somatório de individualidades, a "natureza" do homem é *histórico-social*, portanto, passível de transformação. Sua sociabilidade é dada pelo *lugar que ocupam no processo de produção e trabalho*. A matriz marxiana apresenta uma visão *histórica* e *classista* da sociedade e dos homens. Dessa forma,

> *"Estes pertencem sempre a uma classe social, por sua posição face aos meios de produção, não existindo, em tempo algum, individualidades soberanas em 'estado de natureza'(...)"*.[5]

Se o homem real, concreto, fruto das relações sociais de produção em que vive conhece apenas o reino dos interesses privados, como então se explica o Estado a partir da noção de representante do interesse geral? Este Estado não passa de uma *ocultação*, de uma *aparência*, de uma encarnação *formal* e *alienada* de um suposto interesse universal, tendo em vista que serve os interesses e a dominação de uma classe social que, em algum momento, apropriou-se privadamente daquilo que era de todos, subordinando e transformando os demais em força de trabalho. Ocorre aqui a ruptura fundamental com os jusnaturalistas: *o Estado é um Estado de classe*.

---

[5] MENDONÇA (1998). "Palestra proferida...". Op. Cit.

O Estado não representa o interesse geral (ainda que busque assim se mostrar) mas antes defende os interesses daqueles que detém o monopólio da *propriedade privada dos meios de produção* garantindo a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários, sobre os produtores diretos em uma dada formação social. Em suma, defende os interesses *comuns* de uma classe *particular*.

No *Manifesto Comunista* o poder político do Estado moderno é concebido como "*um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia (...) O poder político é poder organizado de uma classe para opressão de outra*".[6] Segundo Coutinho, Marx e Engels, ao destacarem o "poder organizado para opressão" e ao insistirem na natureza burocrática do pessoal do Estado, indicam que a materialidade do Estado se limita ou se expressa nos aparelhos repressivos e burocráticos. Por uma série de razões cujo mérito não caberia neste espaço, ocorreria um enrijecimento do campo do marxismo, dando lugar a uma concepção restrita do Estado, segundo a qual o Estado se tornaria um "objeto", algo de externalizado com relação às classes sociais.

À essa concepção "restrita" do Estado vincula-se diretamente a concepção "explosiva" da revolução. Como o poder político do Estado configura-se tanto na sua separação da sociedade civil quanto na dominação/opressão das classes proprietárias sobre as não-proprietárias, servindo-lhes como "comitê executivo", a estratégia revolucionária de assalto ao poder demonstra-se como a única viável. A forma política da luta de classe empreendida pelos trabalhadores assume dimensões violentas, explosões insurrecionais que visam a ruptura súbita com a ordem burguesa dominante.

Engels, em 1895, na famosa "Introdução" da reedição de "*As lutas de classe na França"* publicada originalmente em 1850, afirma a necessidade de rever a "antiga tática" dos golpes de surpresas e das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes. A luta de classe e as estratégias de transição ao socialismo assumiria naquele momento uma concepção "processual", em detrimento da "explosiva". Engels alertava para a importância da cooperação das próprias massas no processo revolucionário, havendo necessidade para isso de "um trabalho longo e perseverante".

É importante observar que Engels não abandona a importante determinação do Estado dada pelo marxismo à teoria política, qual seja, *a natureza de classe de todo o poder estatal*. Pode-se afirmar que Engels inaugurou a concepção "ampliada" da teoria

---

[6] COUTINHO, Carlos Nelson. "Marxismo e Política – A dualidade de poderes e outros ensaios". São Paulo: Cortez, 1996.

do Estado. Tal "ampliação" foi possível devido à ampliação efetiva que se processou na esfera política européia no último terço do século XIX a partir da inscrição no seio dos modernos aparelhos de Estados de novas instituições (parlamento, sufrágio universal, partidos políticos legais e de massas, etc.), resultado em grande medida das lutas da própria classe operária.[7]

Algumas *aproximações* existentes entre o Estado-Sujeito e o Estado Objeto devem ser então explicitadas: **a)** ambas as leituras consideram o Estado como um bloco monolítico e homogêneo, sem fissuras, cuja política se instaura a despeito de suas contradições; **b)** a relação Estado-classes sociais e, em particular, Estado-classes e frações dominantes é compreendida como *relação de exterioridade*, sendo considerados como *entidades intrínsecas* em si mesmas, estanques e isoladas; **c)** as contradições do Estado são externas a ele nas duas concepções; **d)** obscurecem a idéia fundamental de que o Estado é uma RELAÇÃO SOCIAL*, atravessado por contradições internas pois é fruto dos embates entre sujeitos coletivos organizados a partir da Sociedade Civil*. É a partir dessas novas determinações acerca da concepção de Estado que passaremos agora analisar.

### 1.3 - O Estado Ampliado

Podemos então assinalar que, para compreender as transformações do Estado capitalista, segundo uma concepção materialista e dialética, devemos entendê-lo a partir da abordagem teórica gramsciana de *Estado Ampliado.*

Como um dos mais perspicazes teóricos do materialismo histórico e dialético, Gramsci teve como uma das preocupações centrais promover a dessacralização e desfetichização da natureza humana, das relações sociais e do Estado, apontando o tempo todo para as contradições imanentes das formações sociais. Assim, como pensador do *método* dialético e materialista, ele criou *novas determinações* no campo do marxismo, reatualizando problemáticas já presentes em Marx.

As novas determinações acrescentadas por Gramsci devem-se, primordialmente, ao estabelecimento da *socialização da política*[8] que resultou, dentre outras coisas, da

---

[7] Idem, p. 28

[8] A socialização da política corresponde ao processo de socialização da produção econômica (das forças produtivas) no capitalismo desenvolvido. Assim, Gramsci não nega a determinação em "última instância" da totalidade social pela economia (entendida aqui como "conjunto de relações sociais" e não como imposição mecânica de resultados fatais). A "catarse" (passagem do momento econômico-corporativo -

conquista do sufrágio universal, do surgimento dos partidos políticos de massa e da ação dos sindicatos – canais de articulação e de atuação política das classes subalternas oriundos da própria luta de classes travada no seio da sociedade européia da época. Dessa forma, a ampliação da esfera pública alterava qualitativamente a luta política na medida em que não mais se consubstanciava num embate entre grupos burocráticos-militares e seitas conspirativas. Assim, Gramsci assevera que

> *"A mesma redução deve-se verificar na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a "sociedade civil" transformou-se numa estrutura muito complexa e resistente às "irrupções" catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna".*[9]

Tratava-se de perceber a inserção das massas na vida política institucional - a partir do surgimento de uma complexa rede de organizações de massa, da criação de múltiplos e diferenciados sujeitos políticos coletivos - ainda que estruturalmente *limitada*, mas *formalmente* negada nos primeiros regimes do Estado liberal. Essa socialização (institucional) da política ocorre também com a burguesia e com as camadas médias e, na medida em que o espaço da política se amplia para além do Estado restrito, surge uma nova esfera pública "ampliada" – a criação e o fortalecimento daquilo que Gramsci iria chamar de "***sociedade civil***", cujo portadores materiais são os ***"aparelhos privados***[10] ***de hegemonia"***. Gramsci sintetiza nossas considerações acima expostas a partir de ponderações acerca do conceito de "revolução permanente" enfatizado por Trotsky como estratégia de transição ao socialismo, mas já surgido em Marx antes de 1848:

> *"A fórmula é própria de um período histórico em que não existiam ainda os grandes partidos políticos de massa e os grandes sindicatos econômicos, e a sociedade ainda estava, por assim dizer, no estado de fluidez sob muitos aspectos (...); aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil em relação à atividade estatal (...); No período posterior a 1870, em virtude da expansão colonial européia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais*

---

classe em si - para o momento da liberdade -classe para si), por exemplo, não se dá no vazio, mas no interior de determinações econômico-objetivas que limitam a atuação da liberdade.

[9] GRAMSCI (2002), Op. Cit.

[10] São "privados" pois aqueles que aderem os fazem voluntariamente e não pelo uso da repressão.

*do Estado tornam-se mais complexas e maciças, e a fórmula jacobino-revolucionária da 'revolução permanente' é elaborada e superada na ciência política pela fórmula de 'hegemonia civil'*".[11]

A "descoberta" dos aparelhos privados de hegemonia (organizações da sociedade civil ditas "privadas" como Igrejas, sindicatos, escolas, partidos, associações etc.), a partir da socialização da política nos países capitalistas desenvolvidos, distinguiram duas esferas que o Estado comporta no seu interior: a ***sociedade política*** (entendida em termos gramscianos como "Estado no sentido restrito", ou "Estado-coerção") cujo portadores materiais se consubstanciam nos *aparelhos, órgãos ou agências burocráticos-coercitivos* estatais tais quais apontadas por Marx, Engels e Lênin; e a ***sociedade civil*** formada pelo conjunto dos aparelhos privados de hegemonia que se ocupam da elaboração e difusão das ideologias.[12] É neste sentido que Gramsci concebe o ***Estado Ampliado***: sociedade política + sociedade civil, isto é, "hegemonia escudada na coerção". Segundo o pensador,

> *"Por enquanto, pode-se fixar dois grandes 'planos' superestruturais: o que pode ser chamado de 'sociedade civil' (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de 'privados') e o da 'sociedade política ou Estado', que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico'".*[13]

Dessa maneira, o conceito de sociedade civil é a forma pela qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado. A materialização da sociedade civil revela-se nos aparelhos privados de hegemonia, que lhe garante autonomia material face à sociedade política. Segundo Coutinho,

> *"Esta autonomia abre a possibilidade (...) de que a ideologia (ou sistema de ideologias) das classes subalternas possa obter a hegemonia antes mesmo de tais classes ocuparem o poder de Estado".*[14]

Tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, neste sentido, compõem o Estado (em sentido "amplo") para conservar uma determinada formação social de

---

[11] Idem, p. 24

[12] Compreendendo aqui a escola, a Igreja, os partidos, os sindicatos, clubes, revistas, editoras, meios de comunicação em geral, etc.

[13] GRAMSCI, Antonio. "Cadernos do Cárcere". v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, pp. 20-21.

[14] COUTINHO (1996), Op. Cit., p. 57

acordo com a classe social dominante. No entanto, o *modo* de se fazer essa conservação varia em ambos os casos:

> "*Através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção e o consenso; por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura, ou mais precisamente, uma dominação mediante a coerção*".[15]

No entanto, apesar da diversidade das duas esferas, não devemos concebê-los de forma estanque e isolada. Pensar o Estado em Gramsci (sociedade civil + sociedade política) – na "natureza dúplice do Centauro" - requer também a compreensão do *movimento dialético unitário* presentes nas duas esferas, isto é, de entendê-los em permanente interação e interconexão ainda que funcionalmente distintos – a dialética de unidade na diversidade.

Essa unidade dialética se expressa na medida em que os aparelhos privados de hegemonia existentes na sociedade civil, construídos a partir das múltiplas vontades coletivas organizadas com o advento da socialização política, disputam permanentemente entre si a imposição ao conjunto de aparelhos, órgãos, ou agências estatais (a sociedade política) dos interesses, expectativas, projetos, enfim, da própria cultura ("visões de mundo") dos quais são portadores. Assim, a sociedade política é o tempo todo atravessada pelas lutas entre as classes e frações de classes no seio da sociedade civil no sentido da disputa de um dado projeto hegemônico.

O Estado é, assim, o palco das constantes lutas e contradições travadas no âmago da sociedade civil e também - como nos aponta Poulantzas (1985) - no interior dos próprios aparelhos estatais. Portanto, num sentido "amplo", o Estado afirma-se como uma ***condensação de relações sociais*** historicamente determinada numa dada formação social, atravessada pelas *relações de forças* existentes entre as classes e frações de classes. Isto significa que o Estado é constituído-dividido organicamente a partir das ***lutas*** e ***contradições*** das classes e suas frações (*tanto entre as classes fundamentais como também entre as frações das classes dominantes*) atuantes nas duas esferas.

A importância da sociedade civil em Gramsci traz à tona *novas determinações* acerca da compreensão do Estado no pensamento marxista que devem sempre ser analisadas como um movimento dialético. Dessa maneira,

---

[15] COUTINHO, Carlos Nelson. "Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 128.

"*Pensar o Estado significa verificar (...) que o eixo central organiza e articula a sociedade civil enquanto matriz produtiva, como essas formas de organização articulam-se* ***no*** *e* ***pelo*** *Estado restrito, através da análise de seus agentes e práticas*".[16]

Ou seja, pensar dialeticamente a dimensão estatal em Gramsci significa concebê-la enquanto expressão das múltiplas interações conflitivas recíprocas e contraditórias entre sociedade civil e sociedade política. O Estado é ao mesmo tempo o terreno, o meio e o processo onde se encontram as determinações historicamente assumidas numa dada formação social, a partir das *relações de forças* das classes e frações de classes sociais em disputa pela hegemonia.

As novas determinações evidenciadas por Gramsci concentram-se no que ele chama de sociedade civil, mas percebe-se também que a ampliação do conceito de Estado é acompanhado também pela elaboração da questão da ***hegemonia***: ela aparece em Gramsci com uma base material própria, um espaço autônomo e específico de manifestação – justamente na sociedade civil. O conceito de hegemonia parte do pressuposto de que

*"As idéias e as opiniões não "nascem" espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, um grupo de homens ou inclusive uma individualidade que as elaborou e apresentou sob a forma política de atualidade".*[17]

Estamos cientes da complexidade com que o conceito de hegemonia é trabalhado no arcabouço teórico de Gramsci. É difícil apresentar uma definição unilateral do conceito sem pensar nas múltiplas determinações e na totalidade que o envolve. Comumente, a hegemonia é interpretada, corretamente ao nosso ver, como o estabelecimento do consenso a partir da difusão uma dada visão de mundo ("cultura"), consubstanciada em um corpo de idéias, representações, valores, entre as classes e frações de classe. É a formação de uma vontade coletiva repousada num consentimento ativo em torno da qual várias classes ou frações de classes se unem.

*"Deter a hegemonia, neste registro, significa deter de fazer valer um dado corpo de representações, valores, em suma, um código cultural aceito e partilhado, ainda que inconscientemente, por todos, malgrado desavenças ou*

[16] MENDONÇA (2004), Op. Cit.
[17] GRAMSCI (2002), Op. Cit., p. 82

*conflitos, sendo estes últimos significativos na tentativa de construção do contra-hegemônico".*[18].

A dimensão "contra-hegemônica", porém, nos faz avaliar o caráter não unívoco ou homogêneo da hegemonia pois, assim, estaríamos jogando fora as *correlações de forças*, isto é, a própria luta de classes.

Como vimos, Gramsci questionava, a partir do exame do desenvolvimento do capitalismo e da socialização política na sociedade civil européia, a estratégia de transição para o socialismo a partir de uma fórmula única "revolução permanente" ou dos "assaltos" ao poder patrocinados por pequenos grupos *putschistas* isolados. Gramsci combatia as posições "economicistas" e debatia com as concepções de "guerra de movimento" (ataque frontal) então adotadas pelo Partido Comunista Italiano (PCI). Formulou seu arcabouço teórico a partir das novas mediações políticas e econômicas presentes no âmbito do desenvolvimento do capitalismo no Ocidente, levando-o à conclusão de que

> *"No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas".*[19]

Tratava-se de travar a luta revolucionária nas "trincheiras" da sociedade civil a partir da formação do consenso entre as amplas massas trabalhadoras. Isto é, se nas complexas e avançadas sociedades modernas o lugar decisivo onde se gestam os diversos projetos hegemônicos é o amplo e contraditório espaço da sociedade civil, é aqui que se trava a batalha pela hegemonia – onde se define o "arditismo moderno": a *guerra de posição*.

Poulantzas percebe que a via de transição ao socialismo requer o estabelecimento de uma guerra de posição *no interior do Estado* combinado ao fato de que a luta de classes deve também desenvolver-se "*na proliferação de dispositivos de democracia direta na base e de centros auto-gestores*" como forma de promover uma modificação das relações de forças no próprio terreno do Estado, pois elas "*não serão*

---

[18] MENDONÇA, Sonia Regina. "Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania". In Revista Tempo, vol 1, abril, 1996. pp. 94-125.
[19] Ibidem, p. 262

*extra-Estado: elas estão, de qualquer modo, sempre situadas em seu campo estratégico*".[20]

Não devemos esquecer do fato de que – como acabamos de expôr acima – a construção do conceito gramsciano de hegemonia (e não apenas esse) deve-se a uma conjuntura de complexificação da sociedade européia. Neste sentido, as estratégias revolucionárias de transição ao socialismo deslocam-se para a arena da sociedade civil, não só no fato de que as classes operárias não devam se limitar estritamente ao controle da produção econômica, mas fundamentalmente devam também exercer sua direção político-cultural sobre o conjunto das forças sociais antagônicas ao capitalismo. Dessa maneira,

> *"O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa".*[21] .

O criador, pregador e organizador da hegemonia das classes subalternas é o "moderno Príncipe", ou seja, o *partido político*. Seu papel é empreender não só uma renovação política, econômica e social, mas também uma revolução cultural, a criação e o desenvolvimento de uma nova cultura.

### 1.4 -O Partido Político em Gramsci (à luz das inquietações acerca do PSDB)

Não é exagero afirmar que as características principais da teoria do partido político em Gramsci podem ser bem apreendidas a partir do estudo que o pensador italiano realiza sobre a obra "*O Príncipe*", de Maquiavel. Nele, Gramsci compreende o "*moderno Príncipe*" – o partido político - como sendo um organismo social que, nos dias atuais, é capaz de superar os momentos "egoístico-passionais" das classes subalternas através da formação de uma *vontade coletiva nacional-popular*, com vistas a traduzir e colocar em prática suas as aspirações e interesses, tornando-se *classe nacional*. Portanto,

> "*O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva*

[20] POULANTZAS (1985). Op. Cit., p. 299
[21] Ibidem, p. 48

*reconhecida e fundada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais*".[22]

Trata-se aqui de conceber o "moderno Príncipe" como a criação *ex novo*, original, amplo e orgânico de uma vontade coletiva, o *condottiero* capaz de levar um povo à fundação do novo Estado.

A formação dessa nova vontade coletiva nacional-popular, definida como a "consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo",[23] é a obra prioritária do partido. Sendo assim, visando a superar a fase "trade-unionista" (Lênin) - onde os trabalhadores mantêm a consciência num nível defensivo - a principal tarefa do "*moderno Príncipe"*, enquanto organismo coletivo, é fazer com que o proletariado promova a passagem das suas aspirações econômico-corporativas imediatas ao "momento catártico", isto é, tornar-se classe nacional, dirigente, hegemônica.

Para suscitar e desenvolver essa vontade coletiva, devem existir condições objetivas que propiciem sua realização. Para tanto, cabe ao partido fazer uma análise histórica (econômica) real da estrutura social do país e também das relações de forças existentes, destacando: i) a relação de forças internacionais; ii) as relações objetivas sociais, ou seja, o grau de desenvolvimento das forças produtivas; iii) as relações de força dos sistemas hegemônicos no interior do Estado e iv) as relações políticas imediatas (potencialmente militares).

Destaca-se também a necessidade do partido político em empreender a "*reforma intelectual e moral*" afim de que o proletariado promova a transformação radical da sociedade. A "batalha cultural", isto é, a reforma intelectual e moral, traz à baila elementos que permitem promover uma concepção de mundo na qual prevaleça a universalização hegemônico-universal em contraste com as fragmentações da consciência diária (o senso comum). Portanto,

[22] GRAMSCI (2002), Op. Cit., p. 16
[23] Idem, p. 17

*"A filosofia da práxis não busca manter os "simplórios" na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior".*[24]

A formação de uma vontade coletiva e a reforma intelectual e moral são dois pontos fundamentais que constituem a estrutura do desafio posto ao partido. Suas forças devem-se direcionar no sentido de criar e desenvolver uma "nova cultura". A "batalha das idéias", a "frente cultural" constitui um terreno importantíssimo na luta das classes subalternas na medida em que cria condições para a sua hegemonia. Lutando pela difusão de uma nova cultura, o "moderno Príncipe" estará trabalhando para a vitória na "guerra de posição", isto é, o alastramento da direção ideológica das classes populares. Diante disso:

*"O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna".*[25]

Em relação ao nosso objeto em particular (o PSDB) podemos afirmar seguramente que o projeto do qual ele participa, formula e aplica como "política de Estado", juntamente com as associações da sociedade civil coligadas aos setores empresariais, resulta da criação de uma vontade coletiva, isto é, da formulação e disseminação de um consenso ativo entre as forças sociais em torno um projeto de sociabilidade que expressa uma *contra-reforma intelectual e moral*. A força hegemônica deste projeto pode ser em parte verificada pela criação e refuncionalização das associações da sociedade civil de cunho popular no Brasil, isto é, o fato de estarem voltadas para a organização política no nível mais elementar e primitivo de consciência política coletiva dos trabalhadores e na elevação do nível de consciência política coletiva da burguesia brasileira.

No capitalismo e, mais precisamente, em processos ampliação das franquias eleitorais e organizativas, a organização de classe não é uma especificidade da base popular, mas também das classes dominantes. Assim, no contexto da redemocratização na década de 80, o PSDB traz nuances significativas que, em seu aprimoramento, o faz credenciar-se como um "moderno Príncipe" alterado, o *condottiero* voltado para

---

[24] GRAMSCI, Antonio. "Cadernos do Cárcere". v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 103.
[25] Ibidem, p. 18

organização e unificação das frações das classes dominantes brasileiras em torno de um projeto de contra-reforma moral e intelectual neoliberal e não como construtor de uma vontade coletiva das classes subalternas.

Neste prisma, nossa pesquisa procura mostrar como o PSDB é um instrumento que se propõe a fazer a mediação entre o projeto do neoliberalismo da terceira via formulado no âmbito das associações da sociedade civil burguesas e o aparelho estatal. Na verdade, podemos afirmar que o partido *é a mediação* entre as esferas civil e estatal, principalmente se atentarmos tanto ao exame de sua composição social, quanto aos *lugares sociais* ocupados por seus dirigentes. É preciso, então, entender que

> "*As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política*".[26]

Daí a importância de se entender o partido político em Gramsci como um "bloco histórico". A construção da vontade coletiva buscada pelo partido deve ser o cimento de um novo "bloco histórico" revolucionário, onde a classe operária assume o papel de classe dirigente. O partido pode ser entendido aqui como sendo o mediador e o sintetizador de um "bloco histórico" capaz de articular não apenas os organismos particulares da classe operária (os sindicatos, etc.) mas também os vários institutos das demais classes subalternas.[27]

No caso do PSDB, podemos perceber claramente que o partido compõe um novo "bloco histórico" burguês que, diante das condições atuais do remodelamento do capitalismo brasileiro, objetiva consagrar o projeto neoliberal da terceira via.

O papel singular do PSDB é, neste sentido, fundamental para compreendermos as nuances das articulações travadas no seio da sociedade civil entre os aparelhos privados de hegemonia conectados a setores empresariais na formatação e conformação de uma "nova cultura" (no sentido de uma nova "visão de mundo") que se aprimora ao longo dos anos 90.

Ligados organicamente ao grande capital industrial, comercial e financeiro, o PSDB revela seu caráter de classe e, como "intelectual coletivo", cumpre o papel organizativo e unificador das frações de classes dominantes, imprimindo as demandas específicas das frações hegemônicas do capital ao conjunto das classes e frações de classes em presença. Neste sentido, Gramsci esclarece nossas inquietações afirmando que

---

[26] Ibidem, p. 201
[27] COUTINHO (2003), Op. Cit., p. 167-168

"*Embora cada partido seja a expressão de um grupo social e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu grupo e os outros grupos, e na medida em que buscam fazer com que o desenvolvimento do grupo representado se processe com o consentimento e com a ajuda dos grupos aliados, e muitas vezes dos grupos decididamente inimigos*".[28]

O PSDB trouxe, *desde a sua fundação*, propostas que buscavam um projeto de "modernização" capaz de unificar as frações da classe dominante, que atravessavam uma crise orgânica durante toda a década de 80. A chegada do partido ao aparelho estatal com a eleição de FHC em 1994 representou, definitivamente, a implantação de um projeto que aspirava contemplar as premissas dos setores dominantes, aglutinando-os. O novo bloco no poder assume assim o terceiro momento da *consciência política coletiva* pois, ao superar o círculo corporativo meramente econômico,

*"(...) as ideologias germinadas anteriormente se transformam em "partido",entram em confrontação e lutam até que uma delas, (...) tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, (...) criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados"*.[29]

A afirmação de que "*os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes*"[30] é crucial para compreendermos o peso da criação do PSDB na correlação de forças atuante. Isto é, o PSDB "*tornou-se historicamente necessário*" na medida em que "*as condições de seu triunfo, de seu inevitável tornar-se Estado [estavam] pelo menos em vias de formação e [deixavam] prever normalmente seus novos desenvolvimentos*".[31] Significou o avanço do projeto liberal-corporativo, formulado em várias organizações das classes dominantes, para contrapor-se ao modelo de democracia de massas, de cunho redistributivista, almejado pelas organizações dos setores populares, notadamente a CUT e o PT. Tais alterações refletiam

[28] Ibidem, p. 29
[29] Idem, p. 41
[30] Idem, p. 61
[31] Idem, p. 316

> "*A unificação das tropas de muitos partidos sob a bandeira de um único partido, que representa melhor e sintetiza as necessidades de toda a classe (...) representa a fusão de todo um grupo social sob uma só direção, considerada a única capaz de resolver um problema vital dominante e de afastar um perigo mortal*".[32]

São profícuas, assim, as teorizações de Gramsci acerca da multiplicidade existente de partidos atuantes numa dada conjuntura histórica. Segundo ele, são nada mais do que "movimentos puramente reformistas", concebidos a si mesmos como "marginais" – frutos mesmo de uma "divisão do trabalho político*"*. Gramsci chega à conclusão de que é preciso prestar a atenção no fato de que *"cada classe possui apenas um partido"* e que "*a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social*".[33] Isto é demonstrado nos momentos decisivos onde forma-se a união em bloco de agrupamentos diversos. E acrescenta que,

> *"(...) com efeito, embora seja verdade que os partidos são apenas a nomenclatura de classes, também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las*".[34]

Tais reações podem ser observadas, como já dissemos, na função equilibradora dos diversos interesses dominantes em luta assumida pelo PSDB. E mais: se cada partido nada mais é do que uma nomenclatura de classe, seus objetivos jamais se completam, pois a dinâmica da realidade social leva à criação de novos encargos.

As investigações sobre os dirigentes do PSDB destacam a importância crucial desses "prepostos" da classe dominante na criação de condições favoráveis à expansão do capitalismo neoliberal de tipo terceira via no Brasil. Não é por "voluntarismo" que muitos "capitães" do partido estão atuando nas mais variadas organizações dos setores dominantes. Alguns são, realmente, intelectuais orgânicos da burguesia – são empresários, industriais e banqueiros que cumprem o papel de intelectuais de suas frações de classes. Boa parte, no entanto, qualificam-se como *gestores e administradores* do capital, através de uma trajetória em que envolve seu credenciamento junto aos setores dominantes. O PSDB apresenta-se, desta maneira,

---

[32] Idem, p. 61
[33] Idem, p. 87
[34] Idem, p. 201

como o *condottiero*, um "moderno Príncipe" para a burguesia, na medida em que se habilita para sê-lo também devido ao seu papel de implementador e divulgador da contra-reforma intelectual e moral neoliberal no Brasil.

Como a reforma intelectual e moral também está ligada a um programa de reforma econômica ou, em outras palavras, "o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral",[35] a contra-reforma econômica propugnada pelo PSDB traz à tona elementos que aprofundam e aprimoram a inserção do neoliberalismo no Brasil. Liberalização econômica, desregulamentação dos mercados e abertura comercial realinham os setores do capital produtivo, sob a égide das frações hegemônicas do capital financeiro, para suas inserções no cenário "competitivo" internacional. Tais "ajustes", assumidos como inevitáveis para o revigoramento do capitalismo brasileiro, demandariam às classes trabalhadoras sua adequação "qualificada" em novos métodos produtivos e, mais ainda, a assimilação de formas de sociabilidade alicerçadas sobre o individualismo competitivo e sua adesão às disposições culturais que rastreiam as novas relações entre Estado e sociedade civil no Brasil.

Gramsci analisa como o *"moderno Príncipe"* estrutura-se internamente a partir de três grupos de elementos: 1) o elemento difuso de "homens comuns, médios" caracterizados pela disciplina e fidelidade; 2) o elemento de coesão principal "dotados de uma força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora" – os "capitães" que dirigem o partido. Este elemento recebe destaque pois é a partir dele que o partido de massas pode se estruturar; e 3) o elemento médio que articula o primeiro e o segundo elemento moral e intelectualmente.[36] Um dos aspectos para caracterizar um partido coeso e centralizado é quando se dá uma circulação permanente entre os três estratos em seu interior.[37] Por isso, Gramsci concentra, de certo modo, sua atenção no segundo estrato, no que ele chama de "capitães", o núcleo dirigente do partido, dotado de coesão orgânica e unidade política.

Podemos assim ressaltar que, na teoria gramsciana, a importância que a reforma intelectual e moral assume destaca o papel dos ***intelectuais*** na formação e construção do partido, no sentido de atribuir-lhes uma função dirigente, organizativa e educativa da classe operária. Devido a isto, Togliatti designou o partido político como "intelectual

[35] Idem, p. 19
[36] Idem, pp. 316-317
[37] COUTINHO (2003), Op. Cit., p. 179

coletivo".[38] Intelectuais e partido político adquirem a função de construtores do consenso entre as diversas forças políticas, na "trama privada" da sociedade civil.

Gramsci apresenta uma aproximação forte entre o "intelectual coletivo" e o próprio intelectual de tal forma que, "o estudo do partido, seria a melhor maneira de compreender a noção de intelectual".[39] Existem, segundo Gramsci, dois tipos principais de intelectuais: o *intelectual orgânico*, que é aquele que tem uma ligação estreita com sua classe social e cuja função é dar-lhe homogeneidade e consciência; e o *intelectual tradicional*, que adere às outras classes, pois a sua está historicamente ultrapassada. Exercem, no entanto, funções parecidas com as do partido político: preparam sua classe à direção política e ideológica sobre o conjunto dos seus potenciais aliados no intuito de consolidar a vontade coletiva, de construir um "bloco histórico".

O Estado-Maior dirigente do PSDB (os "capitães" do partido) é constituído, de fato, de intelectuais orgânicos da burguesia imbuídos da lógica de classe dos setores dominantes e dirigentes e exercem a função de traduzir seus interesses e demandas na sociedade política, de forma a se criar meios para a implantação do projeto neoliberal. Assim, o "moderno Príncipe" da burguesia brasileira é um

> "(...) *partido constituído por uma elite de homens de cultura, que têm a função de dirigir do ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (que são, na realidade, frações de um mesmo partido orgânico);* (...)".[40]

A concepção do partido político em Gramsci, não se refere somente à noção ordinariamente divulgada. Como o partido agrega grandes intelectuais orgânicos, os locais onde eles atuam não se restringe somente à estrutura político-partidária propriamente dita. Assim como Gramsci amplia a noção de Estado, ele também o faz com a de partido político: *"um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revista), são também eles 'partidos', 'frações de partido' ou 'funções de um determinado partido'"*.[41] Ele chega a essa conclusão devido ao fato de que o "*Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma das frações, mas opera como se fosse uma força dirigente superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público*". Dessa maneira, o "Estado-Maior" intelectual do partido orgânico não precisa necessariamente, como vimos, atuar em um "partido" no sentido restrito. Suas

[38] Idem, p. 174
[39] Idem, p. 175
[40] GRAMSCI (2002), Op. Cit., p. 351
[41] Idem, p. 350

funções, aliás, podem ser bem percebidas e estudadas se analisarmos certos *aparelhos privados de hegemonia* ("partidos"), que munidos de sua "dimensão cultural", trazem consigo projetos de construção de consenso, de atuação dinâmica na realidade social tendo em vista a (re)produção de uma dada visão de mundo, enfim, da sua "cultura".

Diante destes pressupostos, a pesquisa tentou desvendar os principais aparelhos privados de hegemonia em que os dirigentes do PSDB estavam presentes. Não foi possível encontrar sua presença em qualquer associação da sociedade civil popular dentre os que levantamos. Por outro lado, traziam uma trajetória de atuação em diversas associações ligadas aos interesses do empresariado, merecendo destaque as associações corporativas (sindicatos patronais). Tratamos de analisar o PSDB não somente pelo seu programa partidário, mas também pelo conteúdo social de seu grupo dirigente, isto é, como organismo coletivo cuja base social vincula-se, ou compõe propriamente, os setores dominantes do empresariado brasileiro. Dessa forma, é muito atual a afirmação de Gramsci de que "(...) *os partidos são até agora o modo mais adequado para elaborar os dirigentes e a capacidade de direção* (...)"[42] de uma determinada classe social.

No entanto, como veremos, o PSDB afirmava ser a "alternativa" social-democrata para o Brasil. Nos seus programas e documentos, porém, os peessedebistas estavam ressignificando o conteúdo da social-democracia. Neste movimento, os intelectuais orgânicos do partido estavam afinados com os seus congêneres europeus que, durante a década de 80, foram protagonistas, juntamente com as forças conservadoras, das contra-reformas neoliberais. O esgotamento sócio-político do modelo, isto é, as preocupações com a "coesão social" advindas da precarização da vida social, conduziram à busca de novas formas de obtenção do consenso, preservando e legitimando o núcleo do projeto.

Para entendermos melhor este processo, se faz necessário resgatarmos a trajetória da social-democracia européia. Suas transformações nas últimas décadas informam, em grande medida, os pressupostos político-ideológicos do PSDB.

[42] Idem, p. 326

## 2.0 - A social-democracia do pós-guerra à reestruturação produtiva

Uma análise acerca da atuação da social-democracia européia no pós-45 e suas mutações e/ou adaptações às transformações do capitalismo contemporâneo deve levar em conta a social-democracia como um movimento histórico que se configura, já neste momento, como uma proposta política de abandono definitivo do próprio marxismo e que, por isso mesmo participa, enquanto agente político privilegiado, das mutações sofridas pela lógica de acumulação capitalista.

Decerto, as estratégias social-democráticas de administrar o capitalismo através de reformas que visavam o bem-estar dos trabalhadores estavam demarcadas no limite do próprio sistema do capital. O keynesianismo ofereceu subsídios para a otimização dos recursos disponíveis visando o atendimento das demandas sociais através do Estado de Bem-Estar Social: tratava-se claramente de *reformar o capitalismo sem alterar sua essência capitalista*, acomodando-se, como modo de controle social, na *"linha de menor resistência"*, como nos afirma Mészáros, às exigências do sistema do capital.[43]

Przeworski detalha precisamente tal processo, assinalando o "consentimento" da social-democracia aos atributos essenciais da reprodução do capital em troca da relativa satisfação aos interesses materiais imediatos dos assalariados na sociedade capitalista:

> *"Essa expectativa de que os lucros correntes seriam transformados em melhoras futuras nas condições materiais dos assalariados tornou-se a base do consentimento dado pelos social-democratas ao capitalismo. Os social-democratas consentem com o direito dos capitalistas de reter uma parte da produção da sociedade porque esperam que os lucros apropriados pelo capital sejam poupados, investidos, transformados em capacidade produtiva e parcialmente distribuídos como remuneração a outros grupos. Portanto, esse consentimento fundamenta-se em bases econômicas".*[44]

As possibilidades de saída da brutal crise econômica passavam pelo abandono tanto das perspectivas do liberalismo ortodoxo quanto do socialismo de cunho soviético. Tratava-se de estabelecer uma nova correlação de forças no âmbito da sociedade européia que, genericamente, centrava-se na aproximação entre Capital e Trabalho,

---

[43] MÉSZÁROS, István. "Para além do capital – rumo a uma teoria da transição". São Paulo: Boitempo, 2002.
[44] PRZEWORSKI, Adam. "Capitalismo e Social-democracia". São Paulo: Cia das Letras, 1989, pp 60-61

mediado pelo Estado. A proposta social-democrata assumia integralmente a perspectiva reformista, isto é, da "via gradual" para o socialismo através das reformas no aparelho de Estado. Para tanto, coube à ela saber utilizar politicamente as condições econômicas estruturais do capitalismo de tipo keynesiano já que, até a década de 1930, os social-democratas tinham fracassado – e por isso suspendido - seu programa de nacionalização dos meios de produção. O keynesianismo, ainda segundo Przeworski,

> *"(...) deu aos partidos políticos do operariado uma razão para estarem no poder. Parecia haver algo a ser feito; parecia que a economia não se estava movendo de acordo com as leis naturais, que as crises econômicas podiam ser atenuadas e o sofrimento amenizado se o Estado adotasse política anticíclicas de administração da demanda (...) O governo tinha capacidade para eliminar o "hiato do pleno emprego", para assegurar que não haveria desemprego de homens e máquinas. O pleno emprego tornou-se um objetivo realista pelo qual se poderia trabalhar em todas as épocas".*[45]

A política econômica keynesiana juntamente com a sua instituição de um Estado de Bem-Estar Social (*Welfare state)* surgiu para a social-democracia, segundo Cabrera, como um *"método capaz, eficaz, viável e desejável de regulação da economia capitalista"*, pois os mecanismos de regulação favoreceram intervenções dos partidos social-democratas, atendendo um conjunto de reivindicações históricas da classe operária e reforçando a idéia de que há possibilidade de melhoria de sua condição de classe no capitalismo.

> *"(...) este tipo de intervenção na economia e o estabelecimento de políticas sociais conexas transformaram, em essência, o projeto social-democrata. Seu limite deu-se na administração da sociedade capitalista, buscando a otimização dos recursos disponíveis visando o atendimento de demandas sociais, combinado com uma administração racional das necessidades da produção".*[46]

"Compromisso", "comprometimento", "pacto", "consenso", "coexistência", "equilíbrio", são apreensões mais ou menos próximas entre si que, utilizados por diversos autores, tentam dar conta do conjunto das relações sociais existentes entre os representantes social-democratas do movimento operário (ou até mesmo o próprio

---

[45] Idem, p. 245

[46] CABRERA, José Roberto. "Os Caminhos da Rosa – um estudo sobre a social-democracia no Brasil". Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1995.

proletariado), o capital e o Estado. Cabe aqui uma exposição sumária dessa interpretação a partir de dois autores que comportam posturas analíticas muito distintas.

Przeworski nos oferece indagações importantes para refletirmos as relações existentes entre o proletariado (e suas organizações representativas), o capital e o Estado no contexto social-democrata europeu no pós-guerra como, por exemplo, a de que *"no processo de competição eleitoral, os partidos socialistas são forçados a solapar a organização dos trabalhadores"*.[47]

Um dos aspectos fundamentais que gerou polêmicas no movimento socialista em geral, já no último quartel do século XIX, foi a questão da participação ou não nos âmbitos da democracia burguesa. Questões pertubadoras afligiram as principais correntes socialistas: a burguesia aceitaria uma vitória eleitoral do socialismo? Essa dúvida gerava outra: a revolução seria necessária mesmo com a vitória eleitoral, no sentido de garantir ou salvaguardar o exercício do poder adquirido pelo voto? Naquela conjuntura, os socialistas aderiram *cautelosamente* à participação eleitoral visando apenas usá-la para fins de propaganda e prometeram "não participar de nenhuma aliança com outros partidos, nem aceitar nenhum compromisso",[48] como aponta a Resolução do Congresso de Eisenach do SPD, em 1870. Consideravam o sufrágio universal como um dos instrumentos desencadeadores da luta de classes, ao mesmo tempo em que possibilitava uma avaliação do "fervor revolucionário das massas".[49] Este foi um dos temas causadores da ruptura entre partidos revolucionários (ou comunistas) e social-democratas com ênfase eleitoral.

Przeworski levanta uma série de argumentos em favor da participação: 1º) que a democracia política oferece aos trabalhadores a possibilidade de defenderem alguns de seus interesses imediatos e que qualquer partido que se predispõe a organizar os trabalhadores não pode perder esta chance; 2º) que os trabalhadores *devem* organizar-se como participantes, pois também "é a única oportunidade institucionalizada, a única disponível aos trabalhadores enquanto coletividade"[50]; 3º) as insurreições armadas foram inviabilizadas pelas mudanças tecnológicas na arte da guerra; 4º) os confrontos diretos como as greves gerais levam os movimentos dos trabalhadores às derrotas e

[47] PRZEWORSKI (1989), Op. Cit., p. 16
[48] Idem, p. 22
[49] Idem, p. 22
[50] Idem, p. 23

repressão; 5º) o sufrágio universal produz o efeito de organizar os trabalhadores como classe, fazendo "necessário organizá-los para votar como trabalhadores".[51]

O fato foi que os social-democratas mergulharam nas disputas eleitorais voltadas prioritariamente para reformas que, ao mesmo tempo em que se dirigiam para a melhoria imediata das condições dos trabalhadores, não perdiam de vista as possibilidades de transformações "graduais" rumo ao socialismo. Não havia, para eles, separação tampouco oposição entre reforma e revolução: segundo a visão social-democrata, os "objetivos finais" revolucionários seriam alcançados mediante "concessões" ou "brechas" do próprio capitalismo. Acreditavam que as classes dominantes podiam ser "vencidas em seu próprio jogo", pois pensavam obter apoio da maioria esmagadora, já que o desenvolvimento do capitalismo levava necessariamente à proletarização da população. Era apenas uma questão de tempo para que as "condições objetivas" fossem dadas.

Aparentemente a expectativa tinha se tornado realidade. Do final do século XIX até a 1ª Guerra Mundial quase todos partidos social-democratas na Europa "viram seu eleitorado aumentar para milhões", especialmente o SPD alemão. O surto eleitoral, porém, não foi suficiente. O proletariado, segundo Przeworski, *"não era e jamais se tornou uma maioria numérica dos eleitores em nenhuma sociedade"*.[52] De 1890 a 1980 o proletariado continuou a perfazer uma minoria do eleitorado: por vários fatores, o prognóstico de proletarização na classe média não se realizou. As batalhas eleitorais não podiam ser vencidas por partidos de minorias (pelo menos isoladamente).

A condição histórica constituída, qual seja, a de ser uma minoria que almeja o governo da maioria impõe, segundo o autor, aos partidos socialistas uma "escolha": manter-se homogêneos e fiéis a uma classe minoritária condenando-se às derrotas eleitorais ou lutar por êxitos eleitorais buscando alianças e apoios para além de sua própria classe. Essa última alternativa altera a própria lógica da transformação revolucionária: ao almejar o poder eleitoral, os partidos socialistas - cujos eleitores são minoritários - lançam mão de alianças que desfiguram seu caráter de classe: ocorre uma "desradicalização" dos movimentos socialistas em razão da necessidade de atrair outras classes, mais precisamente as classes médias.

Em outras palavras, na medida em que os social-democratas estendem seu apelo às demais classes deixam de lutar por objetivos específicos dos operários como

[51] Idem, pp. 24-26
[52] Idem, p. 38-39

coletividade *para lutar pelos objetivos que os operários compartilham com os membros de outras classes* na categoria de "indivíduos", "cidadãos" ou "consumidores". Um dos efeitos disso é a reinstalação de uma *visão política desvinculada do conceito de classe* já que os partidos social-democratas apelam agora não para os interesses do operariado como classe, mas para o bem-estar de toda a "nação" ou "povo": é o retorno ao universalismo burguês.

Todo este processo produz também alterações não apenas na relação do operariado com outras classes, mas principalmente *no seu interior*: se os partidos socialistas não mobilizam os operários como classe e sim como "massas", "povo", "contribuintes" ou "cidadãos", ocorre que deixam de organizá-los *politicamente*, diluindo a identidade de classe e, conseqüentemente, menos propensos a votar como operários. Há um enfraquecimento do peso da classe como fator determinante no comportamento político dos indivíduos.

No campo do marxismo, Alain Bihr aponta como *hipótese diretriz* do seu trabalho a perspectiva de que *"o modelo de desenvolvimento que o capitalismo ocidental pós-guerra seguiu foi fundamentalmente condicionado pelo compromisso entre a burguesia e o proletariado"*.[53]

O autor apresenta quatro pontos principais sobre os quais os termos gerais do compromisso vão se dar: *primeiro* esse compromisso foi resultado de uma *imposição* aos dois protagonistas pela própria "lógica" de desenvolvimento do capitalismo e também através de um "equilíbrio relativo" das relações de forças entre as partes contendoras. *Segundo*, este compromisso não foi o resultado de barganhas e discussões em torno de uma disputa clara e sim fruto de ásperas lutas que sancionou certo estado de relação de forças. *Terceiro* ele não seu deu diretamente entre os membros das próprias classes, mas entre *intermediários organizacionais e institucionais* – sindicatos e partidos do movimento operário de um lado[54] e organizações do patronato do outro e, no meio, agindo aparentemente como *juiz* mas que de fato zelando pelo interesse geral do capital, o *Estado*. *Por último*, tal *alternância "não acabou com a luta de classes"* mas delimitava seu campo de atuação na medida em que se buscava a obtenção dos elementos constitutivos do *welfare state* em troca do abandono, pelos trabalhadores, do seu projeto histórico societal. Enfim, esse compromisso foi uma *"espécie de imensa*

[53] BHIR, Alain. "Da Grande Noite à Alternativa – o movimento operário europeu em crise". 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

[54] Apesar dessa ressalva, no seu texto Bihr deixa claramente transparecer que o proletariado foi parte integrante do "compromisso".

*barganha"* pela qual o proletariado abriu mão da "aventura histórica" em favor da garantia de sua "seguridade social".

Alain Bihr aponta que o movimento operário social-democrata, através dos seus organismos representativos, acabou por tornar-se numa espécie de "engrenagem do poder capitalista", convertendo-se em "verdadeiros co-gestores do processo global de reprodução do capital". No entanto, a adoção dessa *"estratégia da integração"* pelo proletariado ocidental no quadro do compromisso fordista não foi passiva: através de suas lutas sindicais e partidárias o proletariado, ao mesmo tempo em que estendia a outros setores as vantagens e os termos do compromisso, buscava a sua melhora qualitativa. Isto, por sua vez,

> *"(...) tornava necessária a integração de suas organizações representativas às estruturas de comando do capital, uma vez que elas constituíam também estruturas permanentes de (re)negociação desse compromisso".*[55]

As razões da vitória da proposta social-democrata sobre as demais correntes que disputavam a hegemonia das organizações proletárias (mais precisamente sobre o sindicalismo revolucionário) é explicado pela *"impregnação do fetichismo do Estado no próprio seio do proletariado e do movimento operário".*[56] Fetichismo que constituía o próprio modelo social-democrata na medida em que este aferrava-se como objetivo principal a conquista do poder do Estado para realizar seus objetivos finais – o socialismo.

Essa concepção estatista do movimento operário de extração social-democrata exprimia a idéia de que a solução dos problemas do proletariado, inclusive sua emancipação, seria encontrada no ou através do Estado – convinha então dar uma forma política (estatal) a essa luta, implicando que a ação das forças sociais tomasse forma estatal (partidária, parlamentar) como lugar "natural" de resolução pacífica dos conflitos sociais. Ela fora vitoriosa no embate com outras correntes porque tanto a versão reformista quanto a revolucionária enxergaram o Estado como um órgão neutro, transcendente, colocado acima das classes sociais e portanto como um instrumento a serviço de uma política burguesa ou proletária.

Este *"poder público impessoal"* do Estado aparece ao proletariado, com freqüência, como um "recurso supremo contra o excesso de seus dominadores", criando ilusões às classes dominadas da aparência de um poder colocado acima da sociedade,

---

[55] Idem, p. 45
[56] Idem.

representando o seu conjunto e subordinando os interesses particulares ao interesse geral – é a concepção de "Estado Sujeito", que é penetrada no seio do proletariado através de "aparelhos de inculcação ideológica" e também pela legalização e "integração debutante" do movimento operário social-democrata na sociedade civil e no Estado.

### 2.1 - Algumas considerações sobre a tese do compromisso

A compreensão, embora diferenciada de Przeworski e Bihr, da dinâmica das relações sociais na Europa Ocidental nos trinta anos do pós-guerra como redutível a um *"compromisso de classes"* soa como uma *concepção simplificadora* deste período. Apesar da sua validade em muitos aspectos da relação entre Estado, Capital e Trabalho, ela reduz - e por isso obscurece - as tramas ocorridas no interior de cada espaço nacional, sem contar com suas especificidades. Além disso, passa ao largo do estudo das forças políticas existentes *no interior e fora* dos partidos social-democratas que estão no poder: trata-se da necessidade de se fazer um estudo também *das forças contra-hegemônicas,* suas propostas, formas de luta, de resistência e de organização, pois de certa forma moldam e/ou delimitam o campo de ação dos social-democratas[57]. Os dois autores, além disso, circunscrevem o complexo processo da luta de classes sob hegemonia social-democrata sem levar em conta algo fundamental: *a curva crescente da eficácia econômico-social da ordem do capital*.

Na perspectiva de Ernest Mandel,[58] como a luta de classes - a depender das mediações dadas em cada situação histórica concreta -, altera as condições de reprodução da força de trabalho, o contexto da ascensão do nazi-fascismo e da 2ª Guerra Mundial proporcionou condições favoráveis ao capital para um *deslocamento a seu favor na luta de classes*, (através da redução dos salários reais, expansão da jornada de trabalho, desmantelamento dos sindicatos, etc.), criando nos anos 30 um *aumento brutal da taxa de mais-valia*, capaz de dar um novo impulso na acumulação de capital. Dessa maneira, o período que se inaugura se insere num marco de *ondas longas expansivas de crescimento* das economias dos Estados europeus entre 1940/45 e 1965, possibilitando

[57] Podemos observar esta tendência em ANDERSON, Perry. e CAMILLER, Patrick. "Um mapa da esquerda na Europa ocidental". Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

[58] Utilizaremos as análises de Mandel a partir da leitura NETTO, José Paulo. "Crise do socialismo e ofensiva neoliberal". São Paulo: Cortez, 1995, e principalmente COELHO, Eurelino. "Uma Esquerda para o Capital - Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)". Tese de Doutorado em História, Niterói: UFF, 2005.

ao Estado lançar mão de um arsenal de políticas governamentais anticíclicas e do pleno emprego, fundamentando os ganhos possíveis no arranjo socio-político do Welfare State.

O aumento e a intensificação na extração de mais-valia se dá também por um incremento substancial na produtividade do trabalho através da *substituição do trabalho vivo pelo morto*, ou seja, pelo incremento tecnológico. A "renda tecnológica", obtida mediante a "monopolização do progresso técnico" da terceira revolução tecnológica constitui um importante elemento da composição orgânica do capital. Aliás, é importante ressaltar que essas alterações qualitativas no incremento produtivo se dão mediante um processo que objetiva a redução do tempo de trabalho necessário, isto é, de intensificação de extração de mais-valia relativa em favor de um aumento substancial da taxa de lucro: em suma, todo esse processo *inscreve-se no âmbito da luta de classes*. Fontes (2003) traduz este movimento, afirmando que

> *"Não é a tecnologia que explica as transformações contemporâneas, mas o aprofundamento e a generalização da extração da mais-valia relativa, ligadas às lutas de classe no terreno do próprio capitalismo (...) que permitem compreender o alcance e a dimensão das novas tecnologias".*[59]

Por isso, portanto, achamos *simplificadoras* as concepções que delimitam como "compromisso" ou "pacto" o período de atuação dos social-democratas no poder político. Como vimos, avaliações como as de Mandel nos subsidiam com um instrumental teórico-analítico capaz de nos fornecer elementos dinâmicos e intrínsecos da reprodução do capital necessários para o aprofundamento da *subsunção real do trabalho ao capital.* Sob a égide política dos social-democratas, as reformas demonstraram, de fato, que o Welfare State foi o *"único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos".*[60] Direitos estes que, diga-se de passagem, conquistados a partir de intensa mobilização e organização histórica do operariado.

---

[59] FONTES, Virgínia Maria. "Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo". Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p. 103.
[60] NETTO (2000), p. 68.

*"Portanto, seria não somente um equívoco histórico, mas também uma injustiça contra os trabalhadores atribuir à burguesia algo que foi conquistado contra ela"*.[61]

É verdade que a legislação social trouxe expectativas ilusórias de um "Estado social" redistributivista para o qual, segundo Mandel, ensaiou-se um *"reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro"*.[62] Paradoxalmente, contudo, as políticas sociais, assim como todos os âmbitos da vida social, *são também determinadas pela luta de classes* embora – e não podemos nos esquecer disto – isso não anule a possibilidade de que, em determinadas conjunturas, a depender da correlação de forças, *a burguesia use as políticas sociais para* ***desmobilizar*** *a classe trabalhadora, para* ***tentar cooptá-la***.[63]

A partir da compreensão da dinâmica da luta de classes entre as classes fundamentais no capitalismo ocidental podemos sair dessa "camisa de força" subjacente à idéia de "compromisso" para o entendimento das relações de classes na Europa pós-45. Como explicar as irrupções dos trabalhadores no final da década de 60 nas economias centrais, alastrando-se também para outras partes do mundo? Há possibilidade de "pactuação", "acordo" ou "compromisso" estrutural numa formação social caracterizada por classes ontologicamente antagônicas entre si? Não seria mais profícuo pensarmos nos dois movimentos simultaneamente, isto é, em luta e cooptação?

Dessa maneira, lançando mão da teoria marxiana, compreendemos que *a subsunção do trabalho ao capital é estrutural no capitalismo, assentada na expropriação generalizada do trabalho e na concentração da propriedade privada dos meios de produção por parte dos proprietários capitalistas*. Sob o capitalismo isto é válido até mesmo em condições de avanço da luta proletária numa dada correlação de forças que, se põe em xeque as condições de sua dominação – como numa situação de "duplo poder" -, o efetiva somente sob uma inédita formação social desprovida dos elementos fundantes anteriores. Por outro lado, feitas essas considerações, isto não significa não atinar para o fato de que, muito claramente, as *lideranças* das frações hegemônicas do movimento social-democrata renderam-se à *viabilização da administração social da exploração capitalista*, talvez na mesma intensidade em que deixavam claro seu abandono à perspectiva de emancipação do trabalho.

---

[61] COUTINHO, Carlos Nelson. "Contra a corrente – ensaios sobre democracia e socialismo". São Paulo: Cortez, 2000, p. 61.
[62] Apud, COELHO (2005)
[63] Ibidem, p. 64

## 2.2 - A reestruturação produtiva

Na segunda metade dos anos 60 começam os primeiros sinais de esgotamento da "longa onda expansiva". A crise que aponta no horizonte capitalista significava que já não era mais possível manter em níveis ótimos as taxas de lucro conseguidas até então. Por um lado, as rendas tecnológicas advindas do aumento da composição orgânica do capital a partir do incremento tecnológico começaram a decair devido à difusão das tecnologias, por outro já não era mais possível intensificar a exploração da força de trabalho devido ao *acirramento da luta de classes* promovido pelo operariado. Tratava-se para o capital de quebrar a resistência operária como forma de recompor suas taxas de lucro.[64]

Bihr, descreve que o "operário-massa" do período fordista buscava *"lutar pela reconquista de um poder sobre o processo de trabalho"* e sua transformação através formas coletivas de ação: greves, operações-tartaruga, conselhos de fábrica, auto-gestão operária, democracia direta, isto é, reivindicações inseridas na *autonomia coletiva e na liberação do trabalho de formas não alienantes*.[65] Colocava-se em questão o modelo social-democrata do movimento operário na medida em que a ala mais agitada do proletariado lutava pelo divórcio frente aos organismos sindicais e políticos desse modelo. Segundo Bihr, foi *sem* e até mesmo *contra* essas organizações (que se demonstraram incapazes de organizar e dirigir o movimento pela base, presas ao quadro institucional do compromisso, sabotando e até mesmo reprimindo o proletariado) que as lutas proletárias da época se desenvolveram.

Coelho (2005) nos alerta para o fato de que a luta de classes protagonizada pelas classes subalternas não se limitou ao ano de 68 e tampouco à Europa. Apesar de sua extrema importância, esses acontecimentos não devem ocultar que o *"cenário político internacional nos doze anos posteriores a 1968 indica que as classes subalternas agiam com capacidade de iniciativa e com energia suficiente para alterar a correlação de forças em vários países".*[66]

O quadro crítico colocado para o capital inicia-se então em meados dos anos 60, sendo por isso *anterior* à crise do petróleo de 1973-4, que aprofundou essa tendência na medida em que encarecia ainda mais a composição do capital constante e fomentava

[64] COELHO (2005)
[65] BIHR (1999), p. 61
[66] Ibidem

uma alta inflacionária dos preços. A resposta do capital à sua crise estrutural foi a *"implantação de um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo, tempo repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho"*.[67]

A ofensiva capitalista *no plano da esfera produtiva* revela-se nas *"formas transitórias de produção",* produto da interpenetração, da mesclagem ou substituição mesmo do ***toyotismo*** com o padrão taylorista-fordista.[68]

O deslocamento do trabalho vivo por morto, ou seja, o incremento tecnológico se alia a novos métodos organizacionais-gerenciais de produção conhecidos como *paradigmas de especialização flexível*, advindos do *toyotismo*.

O sistema industrial japonês impactou as economias dos países centrais, mas devemos ter a preocupação de entender as implementações do toyotismo na Europa Ocidental, bem como nos EUA (e posteriormente no restante do mundo ocidental) conforme as singularidades e particularidades de cada país, de cada região. Seja como for, o fato é que o espraiamento da *via japonesa* tratou-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*.

A partir das análises de Antunes (2004) apresentaremos alguns sete *traços distintivos* do toyotismo japonês em relação ao padrão taylorista/fordista.

A ***primeira distinção*** trata da *produção veiculada à demanda*, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado e, por isso, é *variada e bastante heterogênea* (economias de escopo) ao contrário da produção em série e de massa (economias de escala) do fordismo. A estratégia do engenheiro Taiichi Ohno (idealizador do toyotismo) produzindo *séries restritas* e *diversificadas* tinha em vista obter ganhos de lucratividade.

Para assegurar uma produção veiculada à demanda era preciso que o toyotismo fundamentasse uma ***segunda distinção***: o trabalho operário *em equipe*, suscetível à *polivalência* ou à *multivariedade de funções* distinto, portanto, do trabalho parcelar fordista. No toyotismo as máquinas e operários não devem ser destinados a uma única tarefa: têm que ser *flexíveis* e *polivalentes.* Isto sugere sua ***terceira distinção*** que requer

---

[67] ANTUNES, Ricardo. "Os sentidos do trabalho – Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho". 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

[68] ANTUNES, Ricardo. "Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro". In: ANTUNES, Ricardo (org.). "Neoliberalismo, trabalho e sindicatos – reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra". São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 71-72.

um *processo produtivo flexível,* que possibilite ao operário operar *simultaneamente* várias máquinas ao mesmo tempo e exigirá dele um determinado nível de educação e preparação para atuar polivalentemente com essas máquinas.

O princípio do *just in time* e o sistema *kanban* são ***quarta e a quinta distinção*** em relação ao fordismo. O primeiro visa o melhor aproveitamento do tempo de produção e tem o objetivo de dispor da peça necessária, na quantidade necessária e no momento necessário, pois para maximizar o lucro necessita-se dispor do inventário para satisfazer as demandas imediatas da linha de produção[69]. O segundo demonstra o quanto o toyotismo é governado pela *demanda*: o operário que está numa posição anterior recebe uma caixa com o *kanban* ("cartaz" ou "aviso" em japonês) do operário *posterior* que lhe faz a encomenda e, só assim, o primeiro operário começa a trabalhar sua peça. O fluxo de comando fica sendo dos postos posteriores para os anteriores, diferentemente do fordismo onde o posto anterior comanda o ritmo dos postos posteriores.

A ***sexta distinção*** trata de um dos aspectos centrais da *especialização flexiva:* é a sua *estrutura horizontalizada* – somente 25% da produção é responsabilizada pela fábrica sendo o restante transferido a "terceiros" que, por sua vez, expandem essa horizontalização a outros, *"acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores".*[70]

A *"terceirização da produção*", como forma de subcontratação dos trabalhadores, significa a precarização das relações de trabalho, no qual é comum a *"terceirização por contingência"*, em que certas marcas da relação assalariada mesclam-se com outras típicas do trabalho autônomo - isto tudo sem o ônus da legislação trabalhista. Nas empresas subcontratadas o poder patronal sobre os empregados é evidenciado não só pela instabilidade permanente do emprego mas também pela incapacidade de intervenção sindical dentro das fábricas – a dispersão causada pela fragmentação terceirizada dos trabalhadores desmantelou as comissões de

---

[69] "Um exemplo aqui no Brasil é a fábrica da Volkswagen situada na cidade de Resende no estado do Rio de Janeiro. No mesmo terreno situam-se as instalações dos fornecedores de peças. Após recebido o pedido, a VW de imediato solicita aos fornecedores as peças necessárias o que prontamente é atendido. Nesse caso, todos os processos são realizados em tempo bem menor que em outros métodos de produção. Também há uma economia no tempo e no custo do transporte entre o fornecedor e a empresa solicitante". Retirado do site www.frigoletto.com.br/GeoEcon/just-in-time.htm em 14/07/2005.

[70] ANTUNES (2004), Op. Cit., pp. 54-55

fábricas e a ação dos sindicatos - *"que só é permitido discutir com a empresa mas não atuar no local de trabalho"*.[71]

O desmembramento das plantas industriais também faz parte da "desconcentração produtiva": o capital tende, hoje, a "espalhar" a produção e o poder, difundindo e externalizando a empresa ou fábrica em uma "rede de unidades periféricas", desconcentrando, descentralizando e desaglomerando grandes unidades produtivas. Tal movimento objetiva por certo desagregar a resistência dos trabalhadores nos locais de produção *"resultante de sua reunião até então necessária para que agisse enquanto força de trabalho coletiva"*.[72]

A organização dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) e também *jidoka* ou *"auto-ativação*" da produção destacam-se como a ***sétima distinção*** do toyotismo em relação ao fordismo. Trata-se de dois *pilares* da *"Qualidade Total"*. Nos CCQs organizam-se círculos de trabalhadores ("equipes ou times de trabalho") que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho de forma que *eles próprios* encontrem métodos e procedimentos visando sempre a maximização da produtividade. Dessa maneira, o capital apropria-se do "*saber operário*" ao mesmo tempo em que cria um "clima" de competição entre as "equipes" ou "times". Já a *jidoka* ou *auto-ativação* consubstancia-se na idéia de que os operários tenham autonomia para parar a produção em caso de anomalia ou erro. Ao contrário do fordismo, onde o controle da qualidade é no final da linha de montagem, no toyotismo o controle de qualidade é exercido durante a própria montagem, concomitantemente a essa, e realizada pelos próprios operários.

De certo, as transformações trazidas no bojo da *reestruturação produtiva* produzem profundas alterações no *mundo do trabalho*: na composição da classe trabalhadora, na sua forma de organização nas relações de trabalho, na sua cultura ("visão de mundo"), na sua fragmentação e precarização e, essencialmente, na *redefinição da dinâmica da luta de classes no capitalismo contemporâneo.* Nesses termos, reina um novo patamar de intensificação do trabalho combinando brutalmente a extração da mais-valia absoluta e relativa ou, mais realisticamente, formas arcaicas e novas de extração do sobretrabalho não tão similares ao fordismo pelo fato de se verificar uma *atualização e generalização indiferenciada da subordinação real trabalho aos imperativos do capital.*

---

[71] RAMALHO, José Ricardo. "Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil". In: ANTUNES, Ricardo (org.). "Neoliberalismo, trabalho e sindicatos – reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra". São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 91-93.
[72] BIHR (1999), Op. Cit.

## 3.0 – Neoliberalismo, globalização e mudanças na social-democracia

### 3.1 - O neoliberalismo

A ofensiva capitalista no *plano da esfera político-ideológica* ocorreu através do ***neoliberalismo***, *"sendo o processo de reestruturação produtiva do capital a* ***base material*** *do projeto ideo-político neoliberal, a* ***estrutura*** *sobre a qual se erige o ideário e a programática neoliberal (...)".*[73] (grifos nossos)

Concordamos com Antunes quando ele dimensiona a reestruturação produtiva ao programa neoliberal o qual, ao que nos parece, dentre outras atribuições não menos importantes, *inscreve o Estado na função de agente facilitador (liberalizador e desregulamentador) do novo patamar de acumulação do capital.* Em outras palavras, só podemos enxergar este processo realisticamente "*desfetichizando o Estado*", isto é, encarando-o como palco das lutas e contradições travadas no seio da sociedade civil (e também no interior dos próprios aparelhos e órgãos estatais - como nos aponta Poulantzas) e, por isso, *reconhecendo a hegemonização do Estado "ampliado"pelos aparelhos privados de hegemonia portadores de projetos (políticos, econômicos, culturais, etc) neoliberais e globalizadores*.

Para entender as múltiplas facetas do neoliberalismo se faz necessário a compreensão da sua relação dinâmica e contraditória com as *novas determinações trazidas no bojo da ofensiva capitalista na esfera produtiva*, qual seja, da emergência da Terceira Revolução Tecnológica, sua transferibilidade e adaptações específicas para as regiões do capitalismo ocidental, bem como suas mudanças profundas no mundo do trabalho.

O neoliberalismo inaugura uma nova etapa na correlação de forças entre Estado, capital e trabalho. Corroídas as bases da acumulação keynesiana, o Estado neoliberal lança mão de três políticas estatais específicas: a) *políticas desregulamentadoras*, isto é, da redução reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia e das relações de trabalho; b) *políticas de privatização*, ou seja, desestatização de empresas produtoras de serviços e bens públicos e c) *políticas de abertura da economia ao capital internacional,* eliminando as reservas de mercado e o protecionismo econômico.[74]

---

[73] ANTUNES (2004), Op. Cit., p. 58

[74] SAES, Décio. "A República do Capital – capitalismo e processo político no Brasil". São Paulo: Boitempo, 2001, p. 82.

Desregulamentação, privatização e abertura econômica fazem parte da ortodoxia neoliberal no seu afã de destruir as bases do Estado intervencionista e de Bem-Estar. Trata-se de um "triplo ataque" ao campo do trabalho em especial, pois avança predatoriamente sobre os direitos sociais garantidos pela legislação e conquistados por intensas lutas dos próprios trabalhadores, ao mesmo tempo em que dilapida as estruturas econômicas e institucionais que subvencionavam o bem-estar em prol de uma maior remuneração do capital financeiro. Rebaixaram o custo da força de trabalho a partir da facilitação legal das demissões. Sendo assim,

> *"Direitos, demandas e necessidades anteriormente consideradas como assuntos públicos transformaram-se, da noite para o dia, em questões individuais diante das quais os governos de inspiração neoliberal consideram que nada têm a fazer a não ser criar as condições mais favoráveis para que seja o mercado o encarregado a lhes dar uma resposta".*[75]

Diante disso, vemos que as reformas empregadas (os "ajustes") são, na verdade, contra-reformas com forte intuito de impulsionar a nova dinâmica da acumulação de capital a partir da busca historicamente incessante do aumento da taxa de lucro. As reformas fiscais, por exemplo, visam a remuneração do capital e reduzem os impostos sobre altas rendas. Mas não nos enganemos: não se trata de um "*Estado Mínimo"* como apontam muitos de seus críticos, mas de *"manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas".*[76]

O ideário neoliberal não é um fenômeno novo. Anderson (1995) observa que já em 1944 Hayek escreve *O Caminho da Servidão*, apregoando ataques neoliberais ao Estado de Bem-Estar. No imediato pós-guerra, seus intelectuais já se organizavam em reuniões na Sociedade de Mont Pèlerin, mas não tinham influência em tempos em que o keynesianismo possibilitava fortes crescimentos econômicos nas décadas de 50 e 60. A crise da longa onda de crescimento em fins dos anos 60 e sua *dèbacle* acentuada em 1973, ressuscitaram o ideário neoliberal no exato momento em que a social-democracia atingira seu apogeu:

---

[75] BORÓN, Atílio A. "Os 'novos Leviatãs' e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência na América Latina". In: SADER, Emir. e GENTILI, Pablo (orgs.). "Pós-neoliberalismo II – "Que Estado para que democracia?". Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 27-28.

[76] ANDERSON, Perry. "O balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir. e GENTILI, Pablo (orgs.). "Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático". São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 11.

*"(...) nos anos 1974-75, pela primeira e única vez na história do após-guerra, havia primeiros-ministros socialdemocratas em todos os Estados da região* [Norte da Europa]*: Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Holanda, Noruega, Dinamarca, Suécia e Finlândia".*[77]

Porém, a experiência neoliberal no velho mundo inaugurou-se em 1979 com a entrada de Margareth Thatcher à frente do Partido Conservador (*Tory)*. A escalada neoliberal atingiu as economias centrais com força: em 1980 Reagan (EUA), em 1983 Schluter (Dinamarca), em 1982 Khol (Alemanha) espalhando-se pelos Países Baixos e, depois, pela Escandinávia. Estavam sendo solapadas as bases sobre as quais se assentou a social-democracia do Norte: a edificação de um *welfare state* com pleno emprego e amplos serviços sociais.

Anderson (1996) mostra que a trajetória da social-democracia na Europa Ocidental tomou direções ambíguas não sendo possível *"falar num movimento socialdemocrata único em toda essa região".*[78] Historicamente o berço da social-democracia a partir da formação e atuação dos partidos de massas da II Internacional foi nos países do Norte europeu: *"a socialdemocracia clássica lançou raízes nessa região, onde havia uma classe trabalhadora numerosa baseada em grandes concentrações de indústria pesada (...)".*[79] Já no Sul, o anarco-sindicalismo - e não a social-democracia - era preponderante na época da II Internacional. No entre-guerras formaram-se partidos comunistas sob a influência direta da III Internacional e já tinham conquistado forte influência no movimento operário no pós-45. A imagem de uma esquerda radical que se desenhava no Sul não era acompanhada de estruturas organizacionais mais sólidas quando comparadas com as do Norte.

O momento de inflexão dessas tendências surge a partir da segunda metade dos anos 70 com o aprofundamento da crise. A "liberalização tardia" do espectro político sulista abriu caminhos para que os partidos comunistas adotassem um programa *eurocomunista*: tratava-se de um "terceiro caminho" entre o comunismo de cunho soviético e a social-democracia tradicional, empreendido principalmente pelos PCs francês, italiano e espanhol. Seu programa sinalizava para a desbolchevização interna dos PCs e propugnavam um "caminho pacífico para o socialismo" mediante adoção de um constitucionalismo conciliatório. Devido a incompletude e o atraso das mudanças

[77] ANDERSON e CAMILLER (1996), Op. Cit., p. 10
[78] Idem, p. 11
[79] Idem, p. 10

apregoadas, já na década de 80 as esperanças eurocomunistas tinham sido solapadas na Europa pelos seus concorrentes euro-socialistas (social-democratas) que lhes impunham fortes derrotas eleitorais na França (PS), na Espanha (PSOE) e na Itália (PSI).[80]

A expansão neoliberal a partir da chegada de coalizões da direita no Norte não foi acompanhada no Sul - pelo menos num primeiro momento. Vitórias eleitorais e ascensão nos governos de euro-socialistas como Mitterrand na França, González na Espanha, Soares em Portugal, Craxi na Itália e Papandreou na Grécia passavam a impressão de que a correlação de forças no sul da Europa pendia para *"criar um equivalente (...) do que havia sido a social-democracia do pós guerra no norte do continente em seus anos de ouro"*.[81] A guinada à esquerda, no entanto, não se efetivou: a despeito das primeiras tentativas de Mitterrand e Papandreou, as pressões exercidas pelo mercado mundial inibiram quaisquer impulsos radicais por parte da esquerda no Sul, reorientando-os para *"uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal, com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capital e abandono do pleno emprego".*[82]

O fato foi que a social-democracia não conseguiu evitar o "canto da sereia" neoliberal. As recíprocas relações de hostilidades iniciais entre o ideário neoliberal e os social-democratas foram postas de lado não só fazendo com que estes últimos se deixassem levar pela "maré da economia global", mas também mostrando-se *"os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais"*.[83] A nova correlação de forças imposta pelo paradigma hegemônico neoliberal a partir dos anos 80, convenceu boa parte dos partidos antes identificados com a social-democracia do *welfare state* de que "não havia outra alternativa" e não apenas mudaram radicalmente sua programática (com vistas às disputas eleitorais) como também se transfiguraram em neoliberais convictos – novos apologetas e personificações do capital.

Os êxitos obtidos pelo neoliberalismo foram evidentes: controle da inflação, recuperação dos lucros, derrota do movimento sindical, crescimento das taxas de desemprego (recomposição do exército industrial de reserva, essencial para o favorecimento do capital na luta de classes) e, finalmente, aumento significativo do grau de desigualdade (importante para dar "vitalidade à concorrência").

---

[80] ANDERSON (1996), pp. 13-14 e BOTTOMORE, Tom. "Dicionário do Pensamento Marxista". Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, pp. 143-144.
[81] ANDERSON (1995), p. 13
[82] Idem, p. 13
[83] Idem, p. 14

Anderson argumenta, porém, que todas essas medidas não foram suficientes para que o neoliberalismo alcançasse seu "fim histórico": *a reanimação do capitalismo avançado mundial: "entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma - nenhuma – taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE"*.[84] As condições institucionais já tinham sido criadas, mas o crescimento não se verificou porque a taxa de acumulação (de inversão produtiva) não cresceu como declinou em relação aos anos 70. Isto se explica pelo fato de que os lucros obtidos foram destinados não na inversão produtiva mas na *esfera especulativa* – devido a *liberalização financeira* do programa neoliberal. Outro fracasso foi a não diminuição substancial do peso do Estado de bem-estar: "*o aumento dos gastos sociais com o desemprego"* e *"o aumento demográfico dos aposentados na população"* pesaram como causas.[85]

Apesar destes relativos fracassos, o programa neoliberal ganhou um novo alento seja pela continuidade de governos que adotam seu ideário, seja principalmente pelo fato de que o fim do "socialismo real" significou a imersão geral dos países ex-comunistas do leste ao neoliberalismo – inclusive com maior intransigência e ortodoxia.

A terceira grande experimentação do neoliberalismo foi na América Latina. Na verdade o laboratório neoliberal, isto é, sua primeira experiência sistemática em todo mundo, foi no Chile sob a ditadura de Pinochet. À "experiência-piloto" chilena seguiu-se a boliviana, sob a batuta do general Banzer e depois de Victor Paz Estenssoro e sua grande "virada" nos fins dos anos 80 e início dos 90: Salinas no México (1988), Menem na Argentina (1989), Carlos Andrés Perez na Venezuela (1989), Fujimori no Peru (1990) e o nosso "caçador de marajás global", Fernando Collor em 1990.[86]

Reestruturação produtiva e neoliberalismo são então os elementos "bifrontes" da reatualização da luta de classes no capitalismo contemporâneo. Coelho (2005), no entanto, nos alerta para mais um elemento essencial desse processo constituindo o "tripé" da nova hegemonia do capital sobre o trabalho: a chamada *globalização*.

### 3.2 - A globalização

Em termos sumários, entendemos a globalização como um *redimensionamento da hegemonia no interior do bloco burguês em favor da fração do capital financeiro*.

[84] Ibidem, pp. 15-16
[85] Idem, p. 17
[86] Idem, pp. 19-20

Essa predominância altera as articulações internas da classe dominante onde o principal beneficiário é o capital financeiro, na medida em que são as instituições constitutivas deste capital que pautam a alocação dos recursos em escala mundial.

> *"A capacidade que o capital financeiro possui em condicionar a acumulação do capital como um todo é o que chamaremos de SOBREDETERMINAÇÃO FINANCEIRA* (...) *A sobredeterminação financeira (...) produziu a capacidade do capital financeiro de condicionar todas as frações do capital (o capital industrial, o capital comercial e o capital agrário) internamente a um Estado Nacional e também acima das fronteiras nacionais, ou seja, em escala planetária".*[87]

O autor acima destaca a idéia de que, a partir de meados da década de 80, afirma-se uma "globalização conduzida", cuja função é colocar em funcionamento o fluxo quase ilimitado de capitais transnacionais. A função dos organismos multilaterais (especialmente o *Multilateral Agreement of Investment – MAI)* é de induzir formas e meios que garantam políticas para que a taxa de lucro dos capitais investidos no interior de cada Estado nacional seja assegurada, longe de injunções políticas. A garantia de uma taxa de lucro aceitável para os investidores realiza-se através de uma esdrúxula ordem internacional baseada no *"bilateralismo multilateral"*:

> *"(...) dois blocos de países - os que são investidores e os que recebem investimentos – digladiam-se no mercado mundial globalizado em torno da manutenção de elevadas taxas de lucro. Uns tentam manter mais alto possível o retorno dos investimentos realizados, os outros acabam por sustentar com as suas parcas possibilidades este intento, o único meio de manter um fluxo constante de recursos para o interior das suas economias nacionais".*[88]

As políticas de liberalização empreendidas pelos Estados visam a enfraquecer a participação popular nas instâncias de direção, desmantelando todos os procedimentos de controle social do conjunto dos mercados (de mercadorias, de capital, de trabalho), desregulamentando-os e transformando-se. Alain Bihr vai mais longe e chega a definir esses Estados como "agentes da transnacionalização":

> *"Os Estados contentam-se ou em favorecer a constituição de oligopólios "nacionais" de peso, para operarem no mercado mundial ou em organizar a*

---

87 KOCHER, Bernardo. "A construção de um objeto histórico: a economia política da globalização". Rio de Janeiro, março/2000, mimeo.
88 Idem.

*retração e o desaparecimento da parcela do capital nacional incapaz de operar uma mutação como essa (...) em ambos os casos os Estados centrais passam a se comportar apenas como agentes da transnacionalização do capital confirmando a impossibilidade de garantir uma acumulação do capital centrada no espaço nacional".*[89]

As políticas públicas favorecem a taxa de lucro do capital financeiro pautados na ótica do *laissez-faire*. A tarefa de "agente da transnacionalização" assumida pelo Estado, continua sendo problemática pois, devido à globalização financeira, suas novas funções aprofundam as condições terríveis de desigualdades. Isto se deve, como já assinalamos, a conversão à mais pura lógica mercantil, transformando os direitos sociais (tais como educação, saúde, segurança, meio ambiente) em "bens" ou "serviços" adquiríveis segundo as regras do mercado.

No mais, não podemos nos esquecer que essa lógica privatizante e mercantilizadora significou não apenas uma luta em torno da distribuição de recursos econômicos e sociais, mas também uma mudança ideológica e de mentalidade nos trabalhadores, que foram levados a aceitar (com o apoio do aparato midiático) a rarefação do espaço público. O ataque neoliberal, assim, precisa também ser visto como uma proposta que (re)interpreta e simultaneamente cria "realidades" impondo-se como fatalidades.

### 3.3 - A terceira via

A partir da segunda metade dos anos 90, os efeitos negativos provocados pelo programa neoliberal nos países europeus apontavam para estratégias político-ideológicas de sua redefinição. Não se tratava, tanto para a fração financeira da classe dirigente quanto para as demais frações burguesas dos países de economias centrais, de alterar qualitativamente seus princípios fundamentais mas, ao contrário, de remodelá-lo de forma que se tornasse mais atraente aos olhos do conjunto das demais forças sociais.

A força política condutora deste processo de envernizamento do neoliberalismo deveu-se, em grande medida, àqueles que se auto-designavam como "social-democratas". Eles se esforçavam em dar novas roupagens às formas de extração de sobretrabalho e de construção do consenso no capitalismo. Procurou-se, neste caso,

[89] BIHR (1999), Op. Cit., p. 112

reformatar o neoliberalismo maquiando-o sob o signo de uma "nova agenda": a terceira via.

Como veremos, a terceira via não tem nada de "terceira" – numa alusão à alternativa ao neoliberalismo e à social-democracia do Welfare State: cunhada pelos seus próprios protagonistas como "novo progressivismo", "esquerda modernizadora", "social-democracia modernizadora", "governança progressiva", "centro radical", ou "nova esquerda", na verdade a "terceira via" é realmente um *programa político-ideológico* (e não uma "filosofia política" como afirmam) destinado a dar uma *continuidade consensual* ao projeto neoliberal, sofisticando-o enquanto estratégia nítida de um projeto de "nova sociabilidade".

Foi o "menino de futuro" de Margareth Thatcher, Tony Blair, que representou os social-democratas britânicos nessa nova empreitada. As modificações ocorridas no interior do Partido Trabalhista inglês na década de 90 (feitas de modo definitivo quando da retirada da cláusula 4 do partido que defendida a *propriedade comum* dos meios de produção) foram indicativas do abandono do seu passado reformista e trabalhista. Este processo de "modernização" credenciava o *Labour Party*, já convertido em *New Labour*, a ser o porta-voz do programa neoliberal antecessor. Segundo Antunes,

> *"Era preciso buscar, no interior da 'esquerda', as condições de continuidade da política (em sentido amplo) vigente na fase do neoliberalismo. Era preciso acenar com mudanças superficiais para que o essencial da pragmática do neoliberalismo fosse preservada e, em caso de alteração, o fosse somente em sua epiderme".*[90]

No campo das formulações programáticas e ideológicas, porém, a direção foi dada principalmente por Anthony Giddens, assessor direto de Tony Blair e um verdadeiro intelectual orgânico do capital.

De fato, abordar uma análise crítica de todos os pontos sobre os quais o programa da terceira via busca uma nova sociabilidade é uma tarefa necessária para o desvendamento das formas de redefinição da hegemonia burguesa, porém este não é o nosso objetivo.[91] Nosso esforço se concentrará nas abordagens do neoliberalismo da terceira via mais utilizadas nos documentos do PSDB.

---

[90] ANTUNES, Ricardo. "A 'terceira via' de 'Tory' Blair: a outra face do neoliberalismo inglês". Outubro. São Paulo: 1999, n.3, p. 38).

[91] Para uma crítica marxista (gramsciana) refinada e contundente sobre a terceira via ver NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). "A Nova Pedagogia da Hegemonia – Estratégias do capital para educar o consenso". São Paulo: Xamã, 2005.

A terceira via é tratada por Giddens como sendo "uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a social-democracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas".[92] Dentre outras mudanças, a terceira via destaca o fim da Guerra Fria e a globalização como sendo as que trouxeram conseqüências decisivas para o rearranjo em todas as esferas da vida social. Pretende, assim, ser uma "nova" força político-ideológica capaz de superar as polaridades e os conflitos trazidos do modelo anterior, ao mesmo tempo em que proclama as vicissitudes engendradas pela globalização e o engajamento do conjunto das instituições do Estado, das forças políticas e da sociedade civil aos "Novos Tempos".

Para apresentar-se como uma plataforma de ação política e de concepções ideológicas afinada com essas mudanças, a terceira via precisa se legitimar rejeitando outros projetos societários, notadamente do socialismo, da social-democracia "clássica" e do neoliberalismo.

Segundo a terceira via, o fim da União Soviética pôs um ponto final não só nas possibilidades de construção do socialismo, mas também nas categorias analíticas marxistas da realidade social. A "morte do socialismo" viria a demonstrar a inviabilidade de construí-lo por meio da abolição da propriedade privada. Vários fatores contribuíram para isso, mas Giddens dá destaque aos problemas criados pelo controle econômico diretivo (o planejamento estatal) diante da emergência de novas reflexividades na vida econômica e social advindas da globalização, das mudanças que ocorrem na vida cotidiana e pessoal e o surgimento de uma sociedade pós-tradicional:

> "*Uma economia moderna pode tolerar uma boa dose de planejamento central, e até mesmo prosperar com isso, mas apenas se existirem determinadas condições: que essa economia seja primordialmente nacional; que a vida social seja segmentarizada e não penetrada extensivamente por influências globalizadoras; e que o grau reflexividade institucional não seja alto. À medida que essas circunstâncias se alteram, o keynesianismo recua e as economias de tipo soviético entram em estagnação*".[93]

As práticas político-institucionais, econômicas e sociais cunhadas pela social-democracia do pós-guerra também são alvejadas pela terceira via. A principal crítica

---

[92] GIDDENS, Anthony. "A terceira via – reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia". Rio de Janeiro: Record, 2001a, p.36.

[93] GIDDENS, Anthony. "Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical". São Paulo: Unesp, 1996, p. 81.

que a terceira via concebe à "velha social-democracia" é, de fato, a rede de proteção social conhecida como *welfare*. A busca da justiça social pelos "velhos" social-democratas, diz a terceira via, teria construído um sistema de welfare onde predominava gastos públicos elevados e, principalmente, dependência dos beneficiados à ação estatal. Os benefícios doados simplesmente dotavam os indivíduos de passividade, dependência e irresponsabilidade para com o governo, a comunidade e a si próprios. Dessa forma os direitos se sobrepuseram à responsabilidade, resultando no declínio das obrigações e das formas de solidariedade – cria-se assim o que Giddens denuncia como "perigo moral": são alterações no comportamento das pessoas, pois podem auferir vantagens ao utilizar um determinado benefício. Segundo ele, formam-se "hábitos sociais", isto é, os beneficiados do welfare passam a ter comportamentos esperados (de dependência e de perigo moral), resultando em

> "*Uma tendência maior a solicitar a assistência social, maior ausência do trabalho por pretensas razões de saúde e um nível mais baixo de procura de emprego (...)*"[94]

A crítica ao welfare conduzida pela terceira via também se refere à sua incapacidade de resolver a pobreza, aos "níveis insuportáveis de burocratização" da esfera estatal, à produção e manutenção de "interesses entricheirados" e, substancialmente, à incapacidade do modelo em acompanhar as mudanças produzidas pelo fenômeno da globalização, principalmente às transformações provocadas no mundo do trabalho, na esfera das relações cotidianas e familiares.

> "*Até nas formas mais desenvolvidas, o welfare state nunca foi genuinamente bom. Todos os Estados de bem-estar social criaram problemas de dependência, risco moral, burocracia, formação de grupos de interesse e fraude*".[95]

Quanto ao neoliberalismo, a crítica da terceira via que mais enfatizamos se refere ao fato de que o neoliberalismo se limita às necessidades econômicas mais imediatas do mercado e não percebe que isto cria sérios problemas às bases sociais necessárias aos próprios mercados. A todo tempo a terceira via preocupa-se em criar estratégias de legitimação e de formação de consensos, pois na sua acepção o neoliberalismo

> "(...) *é uma abordagem falha à política porque supõe que não é preciso se responsabilizar pelas conseqüências sociais das decisões baseadas no mercado.*

---

[94] Ib. Idem, p. 125
[95] GIDDENS, Anthony. "A terceira via e seus críticos". Rio de Janeiro: Record, 2001b, p. 41.

*Os mercados não podem sequer funcionar sem uma estrutura social e ética – que eles próprios não podem proporcionar*".[96]

Para a terceira via, o problema do neoliberalismo não foi o de ter aprofundado radicalmente as conseqüências trágicas trazidas pelo capitalismo contemporâneo ao conjunto das classes trabalhadoras. Ao contrário, ela assume que as reformas neoliberais foram "atos necessários de modernização", importantes no novo contexto da "modernização reflexiva". A terceira via identifica e propõe corrigir o "calcanhar de Aquiles" do neoliberalismo, qual seja, o fato de que os resultados da desregulamentação dos mercados ameaçaram seriamente a "coesão social". Dessa maneira,

"*A crítica formulada por ela limita-se ao problema da desregulamentação do mercado e do tipo de participação do Estado, mas não a seus significados políticos e econômicos, como, por exemplo, os problemas relativos a mais-valia, exploração lucro, etc*".[97]

Não há distinção orgânica entre terceira via e neoliberalismo: eles compartilham dos mesmos princípios. O que nos interessa realçar, contudo, se refere aos posicionamentos acerca do Estado. Os adeptos da terceira via criticam o "zelo estatista" dos comunistas e dos "velhos" social-democratas na ação estatal "mesmo quando aplicado a fins sociais desejáveis", tornando-se "sufocante e burocrático". Giddens comunga com a posição de Claus Offe quando afirma que

"*(...) o estatismo excessivo freqüentemente incute propensões a dependência inatividade, burocracia, clientelismo, autoritarismo, cinismo, irresponsabilidade fiscal, fuga a responsabilidades, perda de iniciativa e hostilidade à inovação, se não a franca corrupção (...)*".[98]

Apesar disso, a terceira via se auto-intitula como sendo de "esquerda". Para isso, segundo ela, os social-democratas têm de deixar de lado a definição de esquerda e direita do modelo pré-1989.

"*Depois de 1989, não podemos ver a esquerda e a direita como as víamos antes. Nem os social-democratas podem mais ver o capitalismo ou os mercados como a fonte da maior parte dos problemas que cercam as sociedades modernas. O*

---

[96] Idem, p. 40

[97] LIMA, Kátia Regina de Souza. e MARTINS, André Silva. "Pressupostos, princípios e estratégias". In: NEVES, Lúcia Mª W. (org.). "A Nova Pedagogia da Hegemonia – Estratégias do capital para educar o consenso". São Paulo: Xamã, 2005, p. 45.

[98] Ib. Idem, p. 62

*governo e o Estado estão na origem dos problemas sociais tanto quanto os mercados*".[99]

A terceira via assevera que as posições e práticas políticas estabelecidas por esta esquerda precisam ser profundamente reavaliadas, pois elas seriam fruto de um mundo "onde se acreditava que o capitalismo podia ser transcendido, e onde a luta de classes modelou boa parte da vida política". Ela afirma que nenhuma dessas condições é pertinente neste momento. Assim, estar à esquerda ou à direita é principalmente uma *questão de valores*. Giddens assume a definição de esquerda cunhada por Norberto Bobbio: "ser de esquerda é estar preocupado com a redução da desigualdade – com a busca de justiça social".[100] Trata-se de oferecer maiores condições para que se estabeleça a "igualdade de oportunidades" entre todos. E mais: a terceira via afirma que é preciso ir além, no sentido de construir uma "política de emancipação".

Mas há condições que devem ser cumpridas para evitar os males trazidos pelas desigualdades, evitando ameaçar a "coesão social" – que deve ser posta em prática mediante "as responsabilidades do indivíduo na coletividade". É preciso, antes de tudo, que a nova esquerda abrace o mercado e convença aos trabalhadores que, fora do capitalismo, "não há outra alternativa". A "nova social-democracia", para sobreviver, "têm de se acostumar com os mercados, com o papel das empresas na criação de riqueza e com o fato de que o capital privado é essencial para o investimento".[101] Para a terceira via nem sempre os mercados aumentam a desigualdade e, por vezes, pode servir de meio para superá-la. Advoga que uma economia de mercado apresenta um "currículo oculto" importante, tendo em vista que: i) as trocas de mercado são essencialmente pacíficas; ii) permite que os consumidores escolham livremente; iii) favorece atitudes responsáveis; iv) gera muito mais prosperidade e v) proporciona sinais contínuos de ajustes na economia.

Ao elogio do mercado segue-se a crítica às intervenções do Estado que garantiam as conquistas dos trabalhadores. Como vimos, não se trata de recuperar o welfare da "velha social-democracia", mas de estabelecer um "novo contrato social". As forças das circunstâncias – e não os sujeitos políticos coletivos -, isto é, a globalização e a "crise endógena" do Estado teria convencido que "temos de descobrir como cuidar de nós mesmos, porque agora não podemos mais confiar que as grandes instituições o

[99] Idem, p. 36
[100] Idem, p. 46
[101] Idem, p. 42

farão". Dessa maneira, se por um lado a ação política estatal deveria se dedicar a complementar e não tolher "a função essencial dos mercados", por outro os governos deveriam outorgar poderes em vez de oprimir. Neste âmbito, segue-se a máxima "não há direitos sem responsabilidades".

> "*O novo contrato social, que liga direitos a responsabilidades, deve ser baseado em um sistema reformado de welfare. (...) que deve oferecer ajuda, e não caridade (...)*".[102]

Em outras palavras, a pedra de toque do "novo contrato social" propugnado pela terceira via refere-se à criação de "oportunidades iguais, a responsabilidade pessoal e a mobilização de cidadãos e comunidades".[103] Para tanto, a terceira via diz ser necessário realizar a (contra)reforma do Estado. Ela é tratada como um "princípio orientador básico" posto que seria capaz de promover "um processo de aprofundamento e ampliação da democracia" – a "democratização da democracia".

Em linhas gerais, a "democratização da democracia" revela-se, a nosso ver, o ponto-chave da tentativa de aperfeiçoamento do neoliberalismo. O norte que conduz este aprimoramento é, sem dúvida, o de sintonizar as ações do "novo Estado democrático" com os organismos da sociedade civil. A parceria Estado-sociedade – denominada de "nova economia mista" – teria como objetivos a substituição do Estado tanto na produção de bens e serviços públicos quanto na prestação de serviços sociais. Aos olhos da terceira via, uma "nova economia mista" busca uma "sinergia" entre os setores público e privado, lançando mão do "dinamismo dos mercados mas tendo em mente o interesse público".

Mais que isso: a "democratização da democracia" implicaria em "reinventar a sociedade civil", de forma que ela se torne "ativa" e significaria, antes de tudo, construir uma suposta "esfera civil aberta" apta a disseminar posturas ditas mais harmônicas, flexíveis, dialógicas e cooperativas.

> "*(...) é para a sociedade civil (...) que devemos nos voltar como um elemento essencial da política da terceira via. A sociedade civil é fundamental para restringir o poder dos mercados e do governo. Nem uma economia de mercado, nem um Estado democrático pode funcionar com eficácia sem a influência civilizadora da associação civil. (...) O Estado e o governo não representam o domínio público quando se tornam apartados de suas raízes na associação civil.*

[102] Idem, p. 108
[103] Idem, p. 12

*(...) É a sociedade civil, e não o Estado, que fornece os fundamentos da cidadania, e isto é crucial para que sustente uma esfera pública aberta*".[104]

A "democratização da democracia" pode ser posta em prática, segundo a terceira via, mediante a satisfação de algumas medidas, dentre elas destacamos: i) descentralização, no sentido de "devolver poder às regiões, às cidades, aos bairros"; ii) o Estado deveria expandir o papel da esfera pública, mediante a realização da reforma constitucional; iii) os Estados deveriam elevar sua eficiência administrativa, tendo como parâmetro a prática empresarial – controle de metais, auditorias eficazes, estruturas de decisão flexíveis e maior participação dos funcionários;[105] iv) o restabelecimento do contato mais direto entre governo e cidadãos através de "experimentos com a democracia" – democracia local direta, referendos eletrônicos, júris de cidadãos, dentre outros.

É neste sentido que surge a importância do chamado "terceiro setor", cujo papel seria a substituição do welfare comandado pelo Estado em direção à constituição de uma "sociedade de welfare", isto é, a concepção de que organizações da sociedade civil teriam um papel central no fornecimento de serviços sociais. Essa "retomada do espaço público" – denominado de "liberalismo cívico" - pretenderia reativar a "subpolítica", isto é, a introdução de preocupações comuns que envolvem o cotidiano dos cidadãos.

"*Movimentos sociais, grupos de pressão unidirecionados, ONGs e outras associações de cidadãos seguramente terão importância na política de forma contínua – a partir de um nível local para um nível mundial. Os governos terão de estar prontos para aprender como eles, reagir às questões que levantam e negociar com eles, como terão de fazer as empresas e outras instituições de negócios*".[106]

O papel do governo seria reorientado, concentrando seus esforços em investimentos nos recursos humanos (na formação de "capital humano") e na "infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de uma cultura empresarial".[107] Caberia aos governos da terceira via, assim, a promoção da "igualdade", que seria realizada por meio da "inclusão social" (ativação da cidadania, de oportunidades, de envolvimento com o espaço público, melhor acesso ao trabalho e à educação). Seriam responsáveis

---

[104] Idem, pp. 69-70

[105] As mesmas premissas encontramos no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), de 1995.

[106] Idem, p. 62-63

[107] GIDDENS (2001a), Op. Cit., p. 109

também pela produção de "políticas gerativas" que desenvolvessem o "capital social" ("redes de confiança" voltadas para ação nas áreas sociais), capaz de incutir a "responsabilização", a "solidariedade", a "autonomia", enfim os valores necessários para a construção de uma "nova cultura cívica" na "florescentes esfera civil". Deve ficar claro, assim, que na proposta da terceira via é o Estado que deve atuar no sentido da renovação organizativa da sociedade civil, no empreendedorismo social e na ação voluntária dos indivíduos, com vistas tanto à sua legitimação quanto à consolidação da "coesão social".

> "*De fato, o que se propõe é que a capacidade racional [do Estado] de planejar esteja a serviço da eficiência, do envolvimento das organizações na solução de seus próprios problemas em parceria com o aparelho de Estado e do desenvolvimento da iniciativa privada como forma de incentivar a livre concorrência*".[108]

A fórmula "democratização da democracia" caracteriza-se pela tentativa da combinação entre a "democracia constitucional" e a "democracia participativa", trazendo no seu bojo um projeto de hegemonia calcado na proposta de superação dos antagonismos de classe através de uma ação política que repolitiza e ressignifica o teor histórico das formas de participação e envolvimento político-ideológico das classes trabalhadoras frente ao capital. Precisa redefinir o sentido e o papel histórico das propostas das esquerdas apontando para as classes trabalhadoras que a amenização das suas dificuldades é uma tarefa que somente à elas cabe resolver. Para tanto, o "novo progressivismo" atua pedagogicamente no convencimento de que trata-se de estabelecer um "novo envolvimento cívico" voltado ao "pacto" entre proprietários e trabalhadores, posto como pano de fundo a idéia de que o capitalismo não só é intransponível mas como também pode ser benéfico para todos.

Trata-se, em suma, de estabelecer novas relações entre Estado e sociedade civil no âmbito do capitalismo contemporâneo, recrudescendo formas de financiamento estatal, redefinindo as estratégias de obtenção do consenso nas sociedades burguesas, bem como aperfeiçoando as formas de extração da mais-valia relativa.

As propostas contra-reformistas trazidas pelo neoliberalismo da terceira via serão levadas à risca pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). No Brasil, o PSDB se qualifica como partido capaz de implantar tal programa numa realidade social

---

[108] LIMA e MARTINS (2005)., Op. Cit., p.56-57

e econômica completamente diversa. Como veremos nos próximos capítulos, imbuídos organicamente da lógica de classe das frações das classes dominantes, o PSDB se propõe a ser o condutor de uma contra-reforma intelectual e moral necessária à obtenção do consenso ativo entre os setores não hegemônicos valendo-se, principalmente, da redefinição das relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil.

# Capítulo II –
# A constelação dos astros:
# o conteúdo social do PSDB

Neste capítulo trataremos do conteúdo social do PSDB. Para tanto, procuraremos trazer e analisar os dados levantados pela pesquisa que nos mostram um painel dos *lugares sociais* pertencentes ao *staff* dirigente do partido. Trata-se de fazer um estudo do PSDB a partir da sua nomenclatura de classe, como nos propõe Gramsci. É também importante uma análise do partido a partir da sua dinâmica interna. Para tanto, utilizaremos os dados referentes aos membros que compõem as Comissões Executivas Nacionais (CEN's) entre os anos 1988 e 2005, acreditando assim desvendar algumas dimensões do PSDB a partir de um órgão de crucial importância da sua estrutura interna.

No entanto, não é de boa praxe tratarmos dos nossos "astros" sem que se apresente um panorama da *formação da estrutura partidária* da qual eles participam. Comecemos então por ela.

## 1.0 - A formação do PSDB: um debate

Nosso objetivo aqui é traçarmos um debate, bem condensado, acerca da formação do PSDB. Em geral, as análises entre os cientistas políticos centram a explicação para a criação do PSDB nos discursos dos próprios agentes históricos, anunciados em suas publicações posteriores, na grande imprensa da época e/ou em suas entrevistas.[109]

Esses estudos resgatam as questões conflituosas no interior do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e do governo José Sarney (1985-1989) para explicar as causas da formação do PSDB. As análises enfocam os embates entre grupos políticos na defesa de seus interesses no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte (ANC). São destacadas também razões de crise política (como o fracasso dos planos Cruzado I, Cruzado II e Bresser), oriundas da espiral inflacionária que

[109] Entre os trabalhos nas Ciências Sociais que incluem a formação do PSDB ver CABRERA, José Roberto. "Os Caminhos da Rosa (...)". Op. Cit., FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. "Trajetos e Perspectivas Social-Democratas: Do Modelo Europeu para o PSDB e o PT no Brasil". Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1996.GENAIO, Poméia. "A Formação do Partido da Social-Democracia Brasileira". Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003. MARQUES, Jales Ramos e FLEISCHER, David Verge. "PSDB – De facção a partido". Brasília: ITV, 1999. ROMA, Celso. "A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999". Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 17, Nº 49, São Paulo, 2002. ROMA, Celso. e PERES, Paulo Sérgio. "Programa partidário e ação estratégica das lideranças: PT e PSDB em perspectiva comparada". III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP – julho de 2000, UFF, Niterói, p. 13. Agradeço a gentileza dos autores pelo envio do texto.

assolava o país. Razões de natureza conjunturais, como veremos, também são apontadas como causas da construção do novo partido.

Segundo tais análises, o PMDB comportava quatro tendências distintas: a) o grupo dos "autênticos", que atuava desde o fim da década de 60 com o objetivo do retorno do Estado de Direito e era constituído por políticos de várias tendências ideológicas; b) o grupo dos "históricos", que atuavam no partido desde suas origens e eram ligados aos setores progressistas; c) o Movimento de Unidade Progressista (MUP), ala que se definia como à esquerda do partido e d) o "Centrão", bloco suprapartidário afinado com os interesses do Palácio do Planalto e montado para ser um verdadeiro rolo compressor do empresariado no enfrentamento com as esquerdas em votações centrais e substantivas na Constituinte.

São levantadas, assim, várias questões conflituosas entre o grupo palaciano de peemedebistas que davam apoio ao mandato do presidente Sarney e a ala do "PMDB histórico", – liderada por Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso – aliada ao MUP. Dentre as votações na ANC nas quais essas divergências se expunham, destacamos: o esforço dos grupos afinados com o Palácio do Planalto em obter o alargamento do mandato presidencial para 5 anos (tentando frustrar a expectativa de que a abertura pudesse ser completada juntamente com a aprovação da Carta Constitucional) e a defesa da adoção do regime presidencialista (em detrimento das convicções parlamentaristas presentes em boa parte do setor "progressista" do partido).

Somado a isso, criticavam o alinhamento do governo Sarney junto às forças conservadoras, a adoção de práticas fisiologistas e clientelistas, cuja expressão maior foi a atuação do Centrão durante a Constituinte de 1988. Os expedientes fisiológicos foram largamente utilizados nas articulações visando a "batalha da Convenção" do PMDB. O grupo do Planalto, para garantir sua posição, distribuiu cargos, liberou verbas e concessões de rádios e TVs aos parlamentares fiéis à tese dos 5 anos, gerando protestos e criando um clima cada vez maior de insatisfação na "ala esquerda" do partido. A ameaça velada de golpe militar, presente em declarações de parlamentares e ministros militares, compunha o leque de artimanhas utilizadas pelo governo.

Podemos também destacar que a organização de um novo partido obedeceu e se auto-justificou pelo acúmulo de insatisfações no interior do próprio PMDB no que se refere às questões como: a crescente insatisfação popular pelo fracasso dos planos econômicos antiinflacionários, acompanhado do crônico arrocho salarial e da degradação crescente das condições de vida da população, fomentando a enorme

impopularidade junto à figura do presidente e do partido do governo (o PMDB), anunciando assim a instauração de uma "crise orgânica"; o fato de o governo Sarney lançar mão da influência de seus ministros civis e militares, usar a máquina administrativa e oferecer "benesses" para seus afiliados, com o claro intuito de manipular o processo Constituinte. Os grupos que fundariam o PSDB queriam ter uma "imagem limpa" frente à opinião pública, credenciando-se como uma força capaz de se colocar como "alternativa" frente aos partidos de esquerda, notadamente o PT. Verifica-se ainda o predomínio do quercismo em São Paulo que disputava posições de poder no interior do partido, deixando sem espaço de atuação políticos "históricos" influentes (dificultando, inclusive, a candidatura de Mário Covas à presidência da República em 1989). A apresentação da candidatura de João Leiva para a prefeitura de São Paulo, fruto de uma aliança do PMDB com os políticos conservadores do PFL pode ser considerada a "gota d'água" para o rompimento definitivo.

Foi a partir dessas demandas e preocupações, somadas aos expedientes utilizados pelos peemedebistas palacianos que, segundo a literatura corrente, se originou o PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira. Trata-se, dessa forma, de um partido nascido dos meios parlamentares. A ata de criação do PSDB foi aprovada, no dia 25 de junho de 1988, por pessoas proeminentes no meio político, dos quais se destacam: quarenta deputados federais, oito senadores, um ex-governador, dois deputados federais (sem mandato) e dois ex-ministros.[110]

Roma (2002) rechaça a idéia, também presente na literatura acadêmica, de que a criação do PSDB foi fruto de "divergências ideológicas"[111] entre os grupos que compunham o PMDB. Para o autor, tais interpretações sobrevalorizam o "aspecto ideológico", já que há "evidências factuais" de que o PSDB não resultou da "simples discordância de suas lideranças em relação a alianças [do PMDB] com partidos de direita e à prorrogação do mandato presidencial"[112], haja vista a adoção das mesmas estratégias (a coligação com o Partido da Frente Liberal - PFL - e o empenho na emenda da reeleição), "seis anos após sua fundação".[113]

As hipóteses do autor apontam na direção de que o PSDB formou-se para dar conta de "circunstâncias pragmáticas" requeridas pelas descontentes tendências

---

[110] Ver Anexo I – Relação dos fundadores do PSDB.
[111] Mais precisamente a questão da prorrogação do mandato presidencial e as discordâncias em relação às alianças com partidos de direita.
[112] ROMA (2002), Op. Cit., p. 73
[113] Idem.

peemedebistas na vida política institucional. A origem do PSDB é explicada, neste viés, por sua orientação "pragmático-eleitoral" na medida em que: 1) o governo Sarney oferecia pouquíssimo espaço nas pastas ministeriais e/ou aos demais cargos governamentais para as lideranças que viriam formar o PSDB; 2) evidenciou-se a exclusão destes políticos, pelo PMDB, na sucessão presidencial de 1989 e 3) estes grupos perceberam a abertura de um "nicho de mercado" eleitoral identificado com posições de "centro" do espectro ideológico, que não tinha sido atendido pelas forças político-partidárias presentes naquele contexto.

Consideramos válidas as características pragmáticas na formação do PSDB apontadas por Roma – o que não é incomum no jogo político-eleitoral dos partidos burgueses. Sobretudo devemos realçar uma hipótese importante do autor: a abertura de um "nicho de mercado" eleitoral, com vistas a sua matização.

No final da década de 80, o PT ocupava um lugar de destaque no cenário político brasileiro expressando as aspirações das classes subalternas que aliavam reivindicações redistributivas (na forma de aumentos salariais e de bens de consumo coletivo pleiteados junto ao poder público) com projetos mais universalizantes, apresentando-se como contra-hegemônicos. Durante toda a década verifica-se um ascenso das lutas das classes subalternas em descompasso com a Europa e os EUA, onde o neoliberalismo se tornava hegemônico. O ano de 1989 representa o auge da trajetória de construção da contra-hegemonia e o pico máximo de greves por ano.[114]

Por outro lado, o campo político conservador estava ocupado tanto por formas de representação de interesses tradicionais das classes dominantes (partidos e sindicatos patronais) quanto por novas e genuínas formas de organizações que procuravam imprimir a reorganização política e ideológica destes setores para os desafios e batalhas no âmbito da sociedade civil e política. Destacava-se, assim, a luta para assegurar uma Constituição "mansa" a partir do esforço de estabelecer uma configuração favorável na ANC, nas eleições municipais de 1988 e finalmente na sucessão presidencial.[115] A burguesia, contudo, se encontrava sem projeto político hegemônico capaz de apresentar-se como expressão de necessidades nacionais, de agregar suas forças em torno de um novo modelo acumulativo e de obstruir a resistência dos trabalhadores.

---

[114] COELHO (2005), Op. Cit.

[115] Para o estudo da reorganização das classes dominantes no contexto da ANC ver DREIFUSS, René. "O jogo da direita". Petrópolis: Vozes, 1989.

O PSDB ocupa uma "brecha" deixada pelas forças políticas presentes neste contexto. Como veremos, é um partido altamente intelectualizado, sem qualquer vínculo com a classe trabalhadora e que procura credenciar-se duplamente: como os melhores e mais competentes gestores do capital e como os que sabem como reduzir o sofrimento popular, via plenitude liberal ("desenvolvimento econômico") e via sociedade civil ("ampliação da democracia"). Neste momento, estão sintonizados com a "nova social-democracia" européia, principalmente com os programas assumidos pelo PSOE de Felipe González na Espanha, pelo PS francês de Mitterrand e, em Portugal, pelo PSP de Mário Soares. Seu perfil os credencia, facilita e auxilia a penetrar na "brecha" existente, buscando um mercado eleitoral através de uma atuação pragmática capaz de acenar claramente aos setores empresariais com um projeto de cunho "modernizador" e, ao mesmo tempo, às classes médias preocupadas com a ascensão dos movimentos sociais. O PSDB procura, assim, se infiltrar em espaços ainda não contemplados tanto pelas entidades que representam os setores populares quanto aquelas que atendem às demandas do campo liberal-conservador.

Dessa maneira, se por um lado, o estado atual da questão acerca da formação do PSDB comunga com uma posição que nos leva a reproduzir o discurso dos próprios agentes, fazendo parecer mais como uma questão "ética ou moral", por outro, não podemos desvencilhar nossa hipótese de que se tratava da *criação de um novo instrumento para afirmar um dado projeto político*. Coube ao PSDB a tarefa política de reaglutinar a burguesia em crise nos anos de abertura política, anunciando-se como instrumento capaz de alavancar a "modernização" da sociedade brasileira pela via do projeto neoliberal de tipo terceira via. A atuação do PSDB obedece, a nosso ver, às necessidades das frações das classes dominantes em alterar a relação de forças presentes mediante a reorganização do capitalismo brasileiro. Na sua criação, no entanto, os documentos do partido já trazem elementos importantes que indicam esta atuação.

Genaio (2003) nos oferece, neste sentido, um caminho profícuo ao analisar o surgimento do PSDB. A autora lança mão do cabedal teórico gramsciano, tendo por base a análise de Coutinho (2000) da realidade nacional no contexto da "transição fraca". Ela destaca que o estudo sobre a formação do PSDB revelou, de fato, o direcionamento do partido para uma prática que se enquadrava no projeto da classe dominante. Essa direção ocorreu, para a autora, na medida em que tal prática

> *"(...) se pode começar a observar a partir do momento em que os seus fundadores não reconhecem, ao longo do processo de formação do PSDB, a*

*existência e a importância dos partidos que, de fato, representavam o outro projeto hegemônico [o PT e o PDT]".*[116]

O PSDB nasce, dessa forma, como partido exclusivamente parlamentar, numa conjuntura de embates institucionais no interior da Assembléia Nacional Constituinte, sem vínculos com as organizações e movimentos da classe trabalhadora[117]. Neste âmbito, na contramão da social democracia européia do pós-guerra, mas antenado com as transformações dessa mesma social-democracia mediante o empenho na implantação do programa neoliberal na década de 80, o PSDB forma-se enquanto partido de quadros com representatividade social vinculado aos grupos de parlamentares, intelectuais e classes médias urbanas atraídos, sobretudo, pelo caráter "modernizante" de suas propostas.

O exame das formas associativas ligadas ao PSDB, bem como da trajetória dos seus dirigentes no aparelho estatal, no setor financeiro, em organizações internacionais e em entidades de formulação, doutrinamento e divulgação nos dão a dimensão dos lugares sociais, das redes de sociabilidade desses dirigentes. É a partir dessas investigações que podemos perceber o conteúdo de classe do PSDB, revelando seus projetos.

## 2.0 – Os critérios de seleção adotados e os campos pesquisados

Aprofundamos a pesquisa sobre 50 filiados do PSDB com o intuito de oferecermos um panorama que possa dar conta do nosso objetivo, qual seja, o de iniciar a identificação da articulação do partido com as associações da sociedade civil. A seleção dos pesquisados se baseou na adoção de critérios que privilegiaram a proeminência desses filiados em duas instâncias: 1ª) na condução da política econômica do governo nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (se bem que alguns já tinham atuado no governo Sarney e Itamar Franco) e 2ª) no interior da organização partidária ao longo de sua história (1988-2005).

A partir disso, tal seleção foi feita a partir de duas matrizes. Partiu-se, primeiramente, das ***Comissões Executivas Nacionais (CEN's)***, cujos membros e

---

116 GENAIO (2003). Op. Cit.

117 Segundo Kinzo (1990), cerca de 68% dos deputados estaduais do PSDB declararam não possuir nenhum vínculo com associações da sociedade civil em 1989. Somente 3,6% declararam-se ligados aos sindicatos. Ver KINZO, Maria D'Alva Gil. "Partidos e Representação Política: Deputados Estaduais e seus vínculos partidários". Relatório de Pesquisa, 1990.

funções no seu interior estão expostos no **Quadro I** (anexo). Por isso, achamos conveniente selecionar os membros que tiveram, pelo menos, participação em duas ou mais CEN's e que se destacaram tanto no próprio governo FHC, quanto nas funções que exerceram no parlamento, nos executivos estaduais e no interior do partido. Chegamos, com isso, a 34 membros que representam de 68% dos 50 selecionados. A outra fonte teve origem na pesquisa realizada pelo jornalista Luiz Marcos Gomes que fez um levantamento de 57 personalidades com papel de destaque na construção e implementação do projeto neoliberal, desde que Fernando Henrique Cardoso tornou-se ministro da Fazenda em 1993, até o início de seu segundo mandato como Presidente, em 1998. Segundo o autor, 30 dessas personalidades são banqueiros ou financistas e revelam, a grosso modo, o conflito existente no interior do bloco no poder. Sua pesquisa procura, desta forma:

> *"(...) identificar os principais componentes de pelo menos dois grupos distintos que disputam a hegemonia no governo, disputa concentrada em torno dos principais postos da área econômica: o chamado grupo de financistas-banqueiros da PUC/Rio e o grupo do PSDB paulista que gravita sobretudo em torno de José Serra*".[118]

Diante desses nomes, procuramos averiguar quais eram realmente filiados ao PSDB. Pudemos constatar, dessa maneira, a filiação de 11 personalidades ao partido, representando 22% dos 50 membros selecionados. Os outros 5 membros pesquisados não constam nas CEN's e nem na pesquisa de Gomes, mas sua inclusão deve-se à notoriedade de seus papéis frente aos organismos da sociedade política e civil. O quadro abaixo nos dá um panorama dos 50 peessedebistas selecionados, conforme os critérios acima arrolados:

**Quadro A – Lideranças Peessedebistas Pesquisadas**

| Membros das CEN's | Membros pesquisados por Gomes | Outros "notáveis" do PSDB |
|---|---|---|
| 1. Aécio Neves<br>2. Albano Franco<br>3. Alberto Goldman<br>4. Almir Gabriel<br>5. Aloysio Nunes<br>6. Angelo Andréa Matarazzo<br>7. Arnaldo Madeira | 1. André Lara Resende<br>2. Andréa Calabi<br>3. Antônio Kandir | 1. Antônio Carlos Panunzio<br>2. Cláudia Costin<br>3. Emerson Kapaz |

118 GOMES, Luiz Marcos. "Os homens do presidente – banqueiros, financistas, grandes empresários e oligarcas que estão vendendo o Brasil e destruindo os direitos sociais". São Paulo: Viramundo, 2000.

| | | |
|---|---|---|
| 8. Arthur Virgílio Neto<br>9. Artur da Távola<br>10. Bonifácio Andrada<br>11. Eduardo Azeredo<br>12. Euclides Scalco<br>13 Fernando Henrique Cardoso<br>14. Franco Montoro<br>15. Geraldo Alckmin<br>16. Hélio Jaguaribe<br>17. José Aníbal<br>18. José Richa<br>19. José Serra<br>20. Luiz Carlos Bresser Pereira<br>21. Luis Carlos M. de Barros<br>22. Lúcio Alcântara<br>23. Márcio Fortes<br>24. Mário Covas<br>25. Paulo Renato de Souza<br>26. Pedro Piva<br>27. Pimenta da Veiga<br>28. Ronaldo Cezar Coelho<br>29. Sebastião Madeira<br>30. Sérgio Machado<br>31. Sérgio Motta<br>32. Tasso Jereissati<br>33. Teotônio Vilela Filho<br>34. Yeda Crusius | 4. Celso Lafer<br><br>5. Clóvis Carvalho<br><br>6. Edmar Bacha<br><br>7. Eduardo Jorge<br><br>8. Gustavo Franco<br><br>9. Martus Tavares<br><br>10. Pérsio Arida<br><br>11. Winston Fritsch | 4. Henrique Meirelles<br><br>5. Ruth Cardoso |

Diante disso, alguns campos importantes foram levantados. Pesquisamos, por exemplo, a ***Formação e Atuação Profissional*** destes quadros partidários, objetivando traçar um perfil da sua trajetória da formação universitária e as áreas de influências profissionais. Para tanto, os campos sobre os quais nos debruçamos foram: a **Diplomação** dos filiados, os **Cursos de Pós-Graduação**, realizados no Brasil e/ou no exterior, e nos mais distintos níveis (Especialização, Mestrado, Doutorado e/ou Livre Docência), as **Áreas de Atuação Profissional** e, por fim, as **Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação (EFDD)** em que atuaram, seja em âmbito nacional ou internacional, seja em instituições acadêmicas ou entidades, associações, fundações e institutos afins. Esses campos foram expostos no **Quadro II** (anexo).

O **Quadro III** (anexo) mostra as ***Vinculações com a Sociedade Civil e Política*** dos dirigentes do PSDB. Devemos destacar um campo importante de investigação: "**Participação em Organismos Governamentais**". Procuramos levantar dados sobre a inserção dos peessedebistas na sociedade política (agências, órgãos e aparelhos do Estado), com a preocupação de visualizar as conexões entre o Estado e a sociedade civil feita por esses agentes. Já no campo "**Presença em Organizações Político-Partidárias**", procuramos investigar o pertencimento, a trajetória e os postos assumidos nas organizações de cunho partidário. Quando pertinente, a pesquisa também se

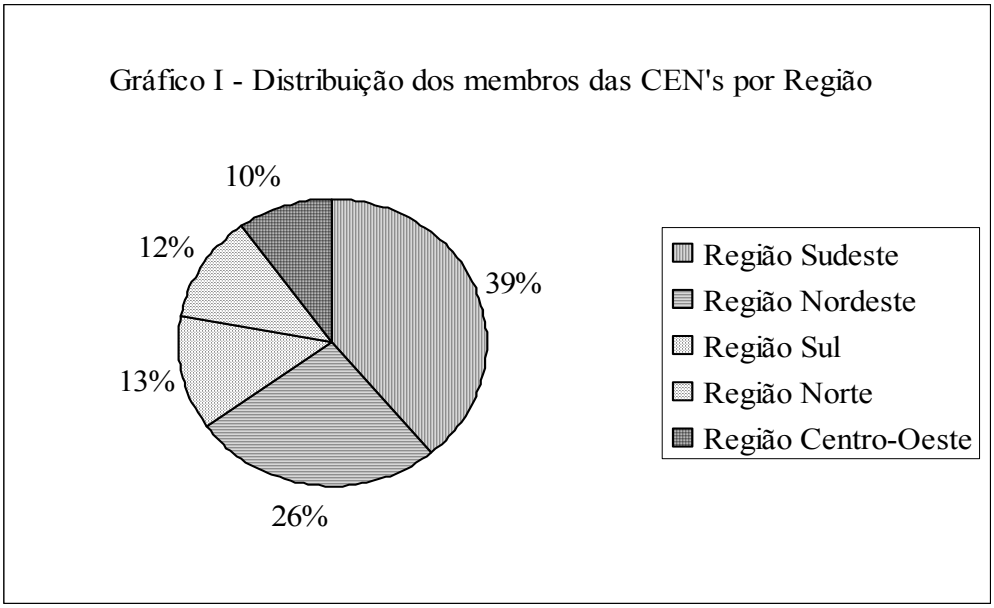
debruçou sobre os mandatos eletivos exercidos por eles durante suas trajetórias políticas. Outro campo importante foi "**Atuação em Associações da Sociedade Civil"**, em que pesquisamos a participação deles em Institutos, Fundações, ONG's, Associações, Fóruns, Sociedades, Centros de Estudos e Pesquisas, Câmaras de Comércio, Sindicatos, Federações Industriais, Comerciais e Bancárias, Organizações Internacionais, dentre outras. Por fim, a pesquisa também trouxe dados interessantes sobre o campo "**Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado**". Tratou-se, nesse caso, de fazer um levantamento histórico acerca das suas atividades empresariais, notadamente como sócios-proprietários de empresas, bem como na função de gerenciamento e administração em cargos como Diretores, Executivos e, até com bastante freqüência, como membros de seus Conselhos Administrativos e Consultivos.

## 3.0 - Apresentando e analisando os dados da pesquisa

### 3.1 – Explorando o Quadro I – As Comissões Executivas Nacionais (CEN's)

Propomo-nos a analisar aqui os dados levantados a partir da pesquisa das Comissões Executivas Nacionais (CEN's), expostos no **Quadro I**. De 1988 até outubro de 2005, foram sete ao todo, realizadas em intervalos de dois anos. Foi possível constatar, a partir daí, que 107 membros atuaram ao longo das CEN's, mas com uma freqüência bastante variada.

A análise das CEN's nos dá algumas dimensões acerca da dinâmica interna do PSDB, qual seja, a distribuição territorial de suas lideranças e o crescimento de sua organização. Assim, por exemplo, podemos observar que, dos 100 membros das CEN's que conseguimos identificar a Unidade Federativa, 39% atuam e se organizam na região Sudeste. São Paulo é o estado que se destaca com 19 lideranças, dentre as quais 15 foram pesquisadas. Logo em seguida, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo contam, respectivamente, com 9, 8 e 3 lideranças ao longo da trajetória das CEN's. A região Nordeste aparece em segundo lugar em número de lideranças peessedebistas. São ao todo 26, sobressaindo o estado do Ceará, com 8 lideranças. A região Sul, Norte e Centro-Oeste possuem poucas diferenças numéricas quanto à representação nas CEN's aparecendo, respectivamente, com 13%, 12% e 10% do total. O gráfico abaixo ilustra a distribuição territorial das lideranças peessedebistas pesquisadas na trajetória das Comissões Executivas Nacionais (1988-2005):




Por outro lado, podemos também visualizar que os membros das CEN's aparecem com destaque em 7 das 25 unidades federativas. São Paulo (19%), Minas Gerais (9%), Rio de Janeiro e Ceará (8%), Rio Grande do Sul (7%) e Paraná e Goiás (5%) totalizam 61% de todas as participações nas CEN's do PSDB. Essa concentração se contrapõe às demais 18 unidades federativas que apresentam, reunidas, somente 29% de representação. Se analisarmos cada Estado da região Norte e Nordeste, veremos que apresentam baixíssima representação nas CEN's, fruto de um alto grau de diluição, especialmente no Nordeste, salvo o Ceará. Cabe ainda ressaltar que Acre e Rondônia sequer possuem qualquer representante na trajetória das CEN's.

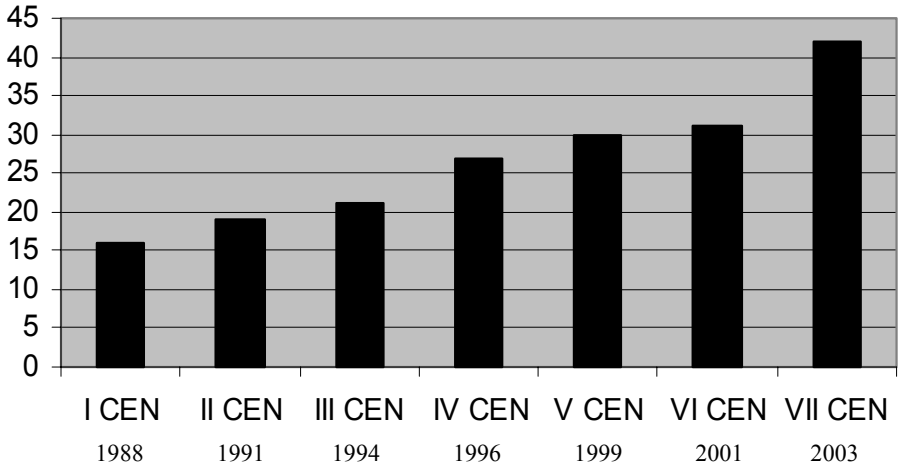
É nítido o peso de São Paulo como estado que congrega a maior força do partido e, por isso, estão presentes grande parte do *staff* dirigente do PSDB. Os dados acima nos mostram que São Paulo apresenta mais que o dobro da segunda bancada mais representativa nas CEN's. Isso se deve a um conjunto de fatores, a saber: i ) foi e continua sendo em São Paulo onde tanto seus fundadores quanto seus atuais dirigentes exercem suas atividades políticas e profissionais. Para se ter uma idéia, dentre os 50 dirigentes selecionados segundo os critérios que já mencionamos, 25 (isto é, 50%) atuam em São Paulo, 10 no Rio de Janeiro e o restante nos demais Estados; ii ) onde se destaca o papel de uma certa intelectualidade paulistana no interior do partido, boa parte com formação e ligações profissionais com a USP que, altamente qualificados, estavam disponíveis para se tornarem intelectuais orgânicos da burguesia e assim exercerem um papel de reaglutinador das frações das classes dominantes em crise; iii ) ao papel

anterior liga-se a função de administradores para o capital (e em muitos casos são realmente empresários), presentes e atuantes seja em diversos organismos corporativos da classe dominante paulista, notadamente na CIESP e na FIESP, seja em outras associações da sociedade civil formuladoras e divulgadoras de um novo projeto de sociabilidade. Das 17 associações da sociedade civil em que encontramos nossos selecionados, 10 possuem sede exclusivamente em São Paulo e 4 no Rio de Janeiro. As outras 3 associações estão espalhadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará.

Como vimos, o PSDB já realizou sete Comissões Executivas Nacionais durante sua história.[119] Diante disso, verificamos um aumento do número de lideranças ingressas na composição das CEN's no decorrer dos anos. Trata-se, todavia, de um aumento relativamente gradual e processual, sem grandes espasmos, ou melhor dizendo, sem trazer alterações bruscas, sendo difícil classificarmos como um "inchaço" da estrutura partidária. Fazemos, entretanto, duas ressalvas: 1ª) atentarmos para o aumento, acima da média, entre os integrantes da III e IV CEN's, isto é, *justamente quando o partido ocupa boa fatia do aparelho estatal mediante a vitória nas eleições presidenciais de 1994* e 2ª) o crescimento numérico substancial entre as VI e VII CEN's, na ordem de 36%. Se não, vejamos: a I CEN (1989/91) foi composta por 16 peessedebistas, a II CEN (1991/93) por 19, a III CEN (1994/95) por 21, a IV CEN (1996/97) por 27, a V CEN (1999/01) por 30, a VI CEN (2001/03) por 31 e a VII CEN (2003/05) por 42 peessedebistas. O gráfico a seguir demonstra o grau de variação ocorrido:

[119] Em 18/11/2005 o PSDB realizou sua VIII Convenção Nacional elegendo os membros das diversas instâncias partidárias no nível municipal, estadual e nacional bem como seus representantes nos órgãos internos do partido e lideranças no Legislativo.

**Variação Numérica das Comissões Executivas Nacionais do PSDB (1988/2005)**




A partir disso, podemos perceber que, entre as formações das CEN's, há uma variação relativamente constante de crescimento na ordem de 10% a 20% (exceto as nas ocasiões já ressaltadas). Porém, se estabelecermos uma comparação entre o número de componentes entre a I CEN e a VII CEN, perceberemos que, num intervalo de no máximo 15 anos, a quantidade de lideranças peessedebistas aumentou na ordem de 265%, isto é, quase triplicou.

O crescimento do PSDB é visto por alguns analistas como fruto de um adesismo de figuras políticas saídas dos mais variados setores da direita. Marques e Fleischer advertem que o fenômeno das adesões de ex-arenistas – ocorrido no PMDB – se repetiu com o PSDB devido, sobretudo, à "adoção do programa neoliberal do PFL".[120] A entrada do PSDB no governo Itamar, ainda conforme os autores, teria levado ao fortalecimento do partido nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, crescendo em contingente nessas regiões na medida em que "adquire uma conformação ideológica mais próxima do seu principal aliado no governo, o PFL".[121] Exemplificam o caso de Minas Gerais onde "a maioria esmagadora do crescimento se deu por adesões".[122]

[120] MARQUES e FLEISCHER (1999), Op. Cit., p. 101
[121] Idem, p. 101
[122] Idem, p. 103

Power também se refere ao crescimento do PSDB como uma "onda de adesismo".[123] Na mesma orientação de Marques e Fleischer, diz que

> "(...) *estes novos tucanos saíram das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde os políticos tendem a ser mais clientelistas e conservadores: alguns tinham sido filiados anteriormente ao PFL e ao PDS e apoiado o regime militar. Repetindo o padrão do PMDB da década anterior, a afluência desses novos recrutas levou a um acentuado deslocamento para a direita do perfil ideológico do PSDB*".[124]

Roma segue caminhos distintos para chegar às mesmas conclusões. Para o autor, o crescimento e a institucionalização do PSDB deveu-se, em grande medida, à sua política de alianças com a direita. Analisando um levantamento[125] feito em 1994, o autor afirma que "50% dos representantes eleitos pelo PSDB filiaram-se nos três anos anteriores ao levantamento".[126] Assevera ainda que, no ano de 1995, ocorreu o maior número de filiações no PSDB, "logo depois de sua vitória na campanha presidencial, o que mostra que a representação política do PSDB aumenta no período entre as eleições em função de um processo de migração".[127] Porém, ao contrário, dos autores anteriores, Roma não vê as políticas de aliança como algo que desvirtua a orientação programática e ideológica do PSDB. Para ele,

> "*A postura ideológica e a visão programática predominante entre as lideranças políticas que possuem cargos eletivos ou cargos de direção no interior do PSDB são bastante semelhantes às concepções liberais. Do ponto de vista analítico, é possível argumentar que sua aliança com o PFL não representou, portanto, nenhuma ruptura com seu programa original, nem mesmo uma descaracterização de sua essência ideológica*".[128]

Os autores colocam como causa aquilo que deve ser visto como decorrência de um movimento maior, qual seja, das estratégias de reconstrução de um novo bloco no poder que se consolida com a inserção do PSDB no âmbito da sociedade política.

---

123 POWER, Timothy J. "Fernando Henrique e a 'Terceira Via': Blairismo à Brasileira?". In: TAVARES, José Antônio Giusti (org.). "O que esperar da Social-Democracia no Brasil?". Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003, p. 258.

124 Idem, p. 258.

125 Trata-se da pesquisa "O Perfil do PSDB em 1997", um projeto conjunto entre a DATAUnB, Instituto Teotônio Vilela e Comissão Executiva Nacional. A pesquisa baseou-se numa amostra composta dos quadros eleitos e dirigentes do partido em todo território nacional, a partir dos dados fornecidos pelo TSE em relação às eleições de 1994 e 1996.

126 ROMA e PERES (2000). Op. Cit., p. 13.

127 Idem, p. 13.

128 ROMA (2002), Op. Cit., p. 78

Inserção que teve início no governo Itamar Franco e que se aprofunda e se aprimora nos dois mandatos de FHC. Roma percebe muito bem que jamais se tratou de um partido social-democrata, mas sim programaticamente orientado para o neoliberalismo. Por isso, o crescimento do PSDB deve ser visto, fundamentalmente, como sendo fruto do seu credenciamento frente às diversas frações do capital. Um partido que, como eles próprios diziam já em 1990, "*dispõe-se a administrar e julga-se capaz de administrar melhor o capitalismo do que os próprios capitalistas*".[129]

## 3.2 – Explorando o Quadro II – A Formação e Atuação Profissionais

### 3.2.1 – Diplomação e Pós-Graduação

Como já afirmamos, o **Quadro II** nos dá uma amostra da formação e atuação profissionais dos quadros selecionados. Podemos chegar a algumas conclusões a partir de sua análise.

Constatamos que *todos* os pesquisados possuem curso superior. A maior parte deles, porém, possui diplomação (no caso a graduação) *em Economia*. São ao todo 16 membros formados nesse curso, representando 32% do total. A seguir, 12 deles são formados em Direito, isto é, 24% dos pesquisados. A pesquisa também revelou ser significativo o número de filiados formados em Engenharia. Representa 20% do total pesquisado, ou seja, 10 membros. As áreas biomédicas possuem 6 peessedebistas (em Medicina, Odontologia e Farmácia), ou seja, 12% dos pesquisados. Por fim, 3 membros do PSDB possuem graduação em Administração de Empresas e 3 em Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia), representando 6% da totalidade pesquisada em cada área.

Com relação às universidades, foi constatado que grande parte dos peessedebistas pesquisados cursou na Universidade de São Paulo (USP), totalizando 18 pessoas. Em seguida, a PUC-RJ foi responsável pela graduação de 7 pessoas. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade Federal do Ceará coincidem com a graduação de 3 peessedebistas, cada uma. As universidades públicas de vários estados graduaram 11 peessedebistas, excluindo as já mencionadas. De resto, as particulares foram responsáveis por 8 graduações. As tabelas abaixo expressam os dados acima:

[129] PEREIRA, Luiz Carlos Bresser."Crise e renovação da esquerda na América Latina". In: "Pespectivas da social-democracia (Vistas do ângulo do Brasil)". In: DAVID, Maurício Dias, (org.). "Social democracia hoje". Rio de Janeiro: Fundação Teotônio Vilela, 1990.

**Tabela I – Cursos de Graduação**

| Diplomação | Nº de dirigentes | % |
|---|---|---|
| Economia | 16 | 32 |
| Direito | 12 | 24 |
| Engenharia | 10 | 20 |
| Área Biomédica | 6 | 12 |
| Administração | 3 | 6 |
| Ciências Sociais | 3 | 6 |
| TOTAL | 50 | 100 |

**Tabela II – Universidades Cursadas**

| Universidades | Nº de dirigentes | % |
|---|---|---|
| USP | 18 | 36 |
| PUC-RJ | 7 | 14 |
| FGV[130] | 3 | 6 |
| UFCE | 3 | 6 |
| Demais Públicas | 11 | 22 |
| Demais Privadas | 8 | 16 |
| TOTAL | 50 | 100 |

Verificamos também que 29 (58%) peessedebistas possuem cursos de pós-graduação. Destes, 18 (36%) possuem cursos no exterior, sendo muitos deles feitos *nos EUA e em Economia* (8 membros). São também expressivos aqueles que possuem cursos de pós-graduação no Brasil (16 membros), notadamente na USP (6 membros) e na FGV, Unicamp e UFRJ (4, 3 e 3, respectivamente). Há de se alertar para o fato de que é recorrente o ingresso, de uma mesma pessoa, em pós-graduações tanto no Brasil quanto no exterior.

Interessante destacar que 32 (64%) das lideranças se graduaram em *universidades públicas*, aparecendo com destaque a Universidade de São Paulo (USP), responsável pela formação de 36% deles. Trata-se de uma intelectualidade, como já afirmamos, que se habilita à *unificar* as frações da classe dominante em torno de um projeto que visa engendrar novas formas de convencimento e, portanto, de sociabilidade. Esforça-se em dar um novo impulso às formas de dominação, exploração e expropriação do conjunto dos setores populares com vistas ao atendimento das novas demandas de acumulação do capital no Brasil.

Não podemos, no entanto, de deixar de mencionar o papel desses intelectuais orgânicos na ofensiva contra uma universidade pública, autônoma, gratuita e de qualidade no Brasil. Embora oriundos de uma formação pública, terão sua atuação voltada para a mercantilização dos serviços públicos educacionais, prestados conforme a lógica de mercado, desmantelando seu conteúdo público e universal. Privatização de fato, tanto na expansão das universidades particulares quanto na introdução de práticas

[130] Dois membros diplomaram-se em Administração de Empresas pela FGV-SP e outro pela FGV-RJ.

privatistas no interior das instituições públicas, tais como o pagamento de cursos (especialmente nas pós-graduações *lato sensu*), a expansão de uma lógica produtivista e o papel das fundações privadas na administração de convênios e projetos, fazendo com que as instituições públicas "interajam" com o mercado.

Já as universidades particulares foram responsáveis por 18 (36%) dos pesquisados. Tiveram relevância duas instituições: a PUC-Rio e a FGV, graduando 10 (20%) das lideranças peessedebistas pesquisadas. Aliás, neste âmbito, as indicações dadas por Maria Rita Loureiro são valiosas e podem ser aproveitadas. A autora demonstra que os economistas que assumem postos importantes nos governos brasileiros se formaram em escolas de elites, fizeram pós-graduação nos Estados Unidos, lecionaram na escola de origem, ingressaram no governo, saíram da vida pública e tornarem-se consultores.

Essa trajetória de formação e atuação profissional é comum a alguns peessedebistas. Assim, por exemplo, André Lara Resende, Antônio Kandir, Edmar Bacha, Gustavo Franco, Pérsio Arida, Winston Fritsch e Paulo Renato de Souza seguiram, com poucas variações, a trajetória exposta por Loureiro. Luis Carlos Mendonça de Barros e Luiz Carlos Bresser Pereira também a fizeram, mas com a ressalva de que ambos não são graduados em economia (Direito e Engenharia, respectivamente). Andréa Calabi segue também a mesma trajetória, mas não constam registros quanto às atividades no ensino superior. José Serra e Yeda Crusius se diferenciam por não prestarem consultorias, atuando na carreira político-partidária.

A participação desses economistas no governo abarca aquilo que Loureiro designa como "economista-dirigente político" que, segundo a autora,

> "*É a carreira* ***scholar*** *ou acadêmico recrutado no meio universitário, especialmente de São Paulo e Rio. São, em geral professores 'brilhantes' (alguns ainda bem jovens), que se fizeram conhecer no meio empresarial através da consultoria*".[131]

Diferenciam-se dos "funcionários economistas" na medida em que apenas *passam* pelo governo, tendo uma *relação transitória* com os cargos que ocupam, sentida como uma etapa mais ampla da carreira. O peso da legitimidade política de suas práticas e a notoriedade acadêmica são forjados devido à manutenção de fortes vínculos com o circuito científico internacional – presença em congressos ou seminários

[131] LOUREIRO, Maria Rita. "Os Economistas no Governo". Rio de Janeiro: FGV, 1997, p.87.

internacionais; publicação em revistas estrangeiras; participação em sociedade científicas e em agências econômicas internacionais como o FMI, o Banco Mundial, etc.[132] Dessa maneira, o respaldo do meio acadêmico norte-americano e de organismos internacionais é decisivo para a aceitação e a repercussão das idéias destes economistas.

Tal reconhecimento faz parte daquilo que Loureiro conceitua como "sistema internacionalizado de formação acadêmica". Estudando os casos da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (EPGE-FGV) e da PUC-Rio, a autora assevera que tais instituições constituem "o pólo mais internacionalizado, isto é, mais integrado ao *mainstream* atual".[133] Isso ocorre porque 1) são cursos que apresentam os números mais elevados de professores formados nos Estados Unidos; 2) tanto os programas destes cursos quanto as referências bibliográficas utilizadas nos currículos retratam o grande peso da influência da produção científica dos Estados Unidos; 3) são cursos que, via de regra, recebem visitas de professores estrangeiros para ministrar cursos e enviam seus bolsistas a universidades norte-americanas. Diante desses atributos, os cursos da EPGE e da PUC-Rio podem ser denominados como "privatistas",

> *"(...) não só pelo fato de os dois centros serem estabelecimentos de ensino privado, mas sobretudo por valorizarem teoricamente o papel do mercado no sistema econômico. Além disso, também por estabelecerem laços estreitos com empresas privadas, particularmente com bancos, onde são consultores*".[134]

Partindo dessas sugestões, nossa pesquisa mostrou, de fato, que: 1) dentre os economistas peessedebistas com pós-graduação no exterior, *quase todos* foram formados em instituições norte-americanas onde há o predomínio do pensamento econômico monetarista; 2) a passagem pelo "circuito científico internacional" – eventos internacionais, entidades científicas e em agências internacionais como o FMI, o Banco Mundial, ONU, USAID, BID, UNESCO, OMC, CEPAL, OIT, OEA, OPAS, dentre outras e 3) a forte presença desses economistas em setores bancários e financeiros. O quadro abaixo nos dá um panorama da formação desses economistas do PSDB:

---

[132] Idem, p. 74.
[133] Idem, p. 70
[134] Idem, p. 76

**Quadro B – Pós-Graduação em Economia no Exterior**

| Universidades Estrangeiras | Economistas Peessedebistas Pesquisados |
|---|---|
| Massachusetts Institute of Technology (MIT) | André Lara Resende e Pérsio Arida |
| Berkeley | Andrea Calabi |
| Harvard | Gustavo Franco |
| Yale | Edmar Bacha |
| Vanderbilt | Yeda Crusius |
| Cornell | José Serra |
| Cambridge (Inglaterra) | Winston Fritsch |

André Lara Resende, Pérsio Arida, Gustavo Franco, Edmar Bacha e Winston Fritsch estão dentre os destacados economistas do PSDB que possuem traços marcantes no partido e nos governos de FHC: são professores da PUC-Rio e capacitaram-se como *gestores para o capital* nos cursos de pós-graduação realizados nas universidades estadunidenses. São integrantes de um grupo maior que não se intimidam ao transitar livremente entre altos cargos do serviço público e do setor privado, sobretudo financeiro. Trafegam levando informações privilegiadas para a esfera privada, favorecendo interesses em grandes transações como as privatizações e, com freqüência, auferindo vantagens pessoais. Alguns deles tornaram-se banqueiros, como podemos observar no Quadro IV (anexo).

### 3.2.2 – Atuação Profissional

Com relação ao campo "**Atuação Profissional**" dos 50 peessedebistas pesquisados, o subdividimos em sete áreas distintas: Governamental, Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação (EFDD), do Poder Executivo, Empresarial, Parlamentar, Econômica e de Organismos Internacionais. Isso nos dá um panorama abrangente das inserções dos pesquisados nessas áreas. Não foi nossa preocupação, porém, precisar em quais setores eles atuaram (com exceção das EFDD), já que isto foi feito no Quadro III.

Temos, no plano geral, 45 membros (90%) presentes na *área governamental*. Trata-se, especificamente, das suas atuações em órgãos, agências e aparelhos do Estado durante a trajetória profissional. Corresponde à "Presença nos Organismos Governamentais" apresentados no Quadro III.

Os dados trazidos pela pesquisa também revelam que 40 peessedebistas (80%) atuam ou atuavam em diversas *Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação*, sendo que 26 deles em instituições universitárias.

Participaram e/ou participam do *Poder Executivo* 36 membros (72%) do partido, açambarcando a Presidência da República, Ministros de Estado, Governadores, Secretários Estaduais, Prefeitos e Secretários Municipais.

Na *área* empresarial, encontramos um número também expressivo de peessedebistas. Há presença no meio empresarial e/ou no setor privado em 58%, ou seja, 29 membros pesquisados. Desses, 10 membros (20%) estão diretamente vinculados ao setor bancário (7 banqueiros e 3 diretores).

Na *área parlamentar*, estão presentes 28 membros (56%) ao longo de suas biografias políticas, sendo senadores, deputados federais e estaduais e vereadores.

Na *área econômica*, encontramos 27 membros (54%) dos peessedebistas pesquisados. Foram agregados nessa área aqueles que, de forma regular, prestam serviços considerados indispensáveis para o conhecimento da economia em diversos níveis. Atuam no Banco Central, BNDES, no FMI, no BM, em Ministérios e Secretarias, em empresas de consultoria ou nos conselhos econômicos e administrativos de empresas, bem como em institutos, fundações, centros de pesquisas e universidades.

Por fim, cabe destacar que 11 pesquisados estavam ou estão associados a importantes *organismos internacionais* como já foi dito acima. A tabela abaixo nos demonstra as áreas de atuação profissionais:

**Tabela III – Áreas de Atuação Profissionais**

| **Área de Atuação** | **Nº de dirigentes** | **%** |
|---|---|---|
| Governamental | 45 | 90 |
| EFDD[135] | 40 | 80 |
| Poder Executivo | 36 | 72 |
| Empresarial | 28 | 59 |
| Parlamentar | 28 | 56 |
| Econômica | 27 | 54 |
| Orgs. Internacionais | 11 | 22 |

[135] Sigla que significa “Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação”.

Basta ressaltar que, do conjunto de 50 peessedebistas, 2 tiveram presença em *todas* as áreas de atuação profissional aqui destacadas, 10 em 6 áreas de atuação e 13 em 5 e também em 4 áreas de atuação, 9 em 3 áreas e, por fim, somente 2 pessedebistas estiveram presentes em 2 áreas.

Esses dados nos mostram que os dirigentes pesquisados atuam e/ou atuaram em diversas áreas profissionais. Prepararam-se para se qualificar junto ao capital como seus intelectuais orgânicos, valendo-se tanto das universidades públicas consagradas no Brasil (que depois se dedicaram ao desmonte), quanto de cursos de pós-graduações no exterior e atuações nas agências internacionais. Participam, como veremos, de uma rede de associações corporativas e de outras voltadas especialmente para formulação da política econômica e da inserção internacional dos interesses de setores do capital. Estão visceralmente ligados ao meio empresarial, especialmente o financeiro (alguns deles tornaram-se ou já eram empresários e banqueiros), mas credenciam-se, fundamentalmente, como *gestores para os banqueiros*. Ocupam o aparelho do Estado através de nomeações (18 dirigentes) e também através do voto (32 dirigentes), dentre os quais 27 também foram nomeados. Ali atuam para que as políticas estatais estejam voltadas para a satisfação dos interesses hegemônicos do capital e não dos setores populares. A estes, ao contrário, criam e fomentam ONG's, institutos e fundações voltadas para formas de convencimento que incutam a idéia de que são responsabilidades destes setores a melhoria das áreas sociais, sob a designação de "solidariedade", "responsabilidade social", "participação", "parceria", etc. Ampliam seu alinhamento ao *status quo* mediante posições ocupadas em várias esferas da sociedade civil e política. Diante desses esforços, antevêem para si excelentes negócios, em particular na privatização das grandes empresas estatais. Estes são os lugares sociais ocupados pelos dirigentes do PSDB.

### 3.2.3 – Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação (EFDD)

Pesquisamos também a presença do *staff* dirigente do PSDB em entidades por nós intituladas como "Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação" (EFDD). São entidades ou organizações que estão sendo apresentadas e analisadas ao longo deste capítulo importantes, em grande medida, por constituírem os *lugares sociais* por onde circulam as lideranças do partido na formulação e divulgação da contra-

reforma intelectual e moral por eles empreendidas e também na formação e capacitação dos seus pares.

A tabela abaixo nos mostra as passagens destes dirigentes nas EFDD, que classificamos em cinco categorias: Universidades e Centros de Pesquisa Estrangeiros, Universidades Brasileiras, Associações da Sociedade Civil Corporativas (Sindicatos Patronais), Associações da Sociedade Civil (conhecidas como do "Terceiro Setor") e Associações e Agências Internacionais:

**Tabela IV – Participação dos Dirigentes em Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação (EFDD)**

| EFDD | Dirigentes peessedebistas | Nº |
|---|---|---|
| Universidades e Centros de Pesquisa Estrangeiros | Aloysio Nunes, Artur da Távola, Edmar Bacha, FHC, Montoro, Jaguaribe, José Serra, Paulo Renato, Pérsio Arida, Ruth Cardoso, Tasso Jereissati, Yeda Crusius. | 12 |
| Universidades Brasileiras | Lara Resende, Pannunzio, Arnaldo Madeira, Bonifácio Andrada, Celso Lafer, Cláudia Costin, Edmar Bacha, FHC, Montoro, Alckmin, Gustavo Franco, Jaguaribe, José Aníbal, José Serra, Lúcio Alcântara, Mendonça de Barros, Martus Tavares, Márcio Fortes, Paulo Renato, Pérsio Arida, Ruth Cardoso, Winston Fritsch, Yeda Crusius, | 23 |
| Associações da Sociedade Civil Corporativas (Sindicatos Patronais) | Albano Franco, Matarazzo, Pannunzio, Celso Lafer, Emerson Kapaz, Meirelles, Mendonça de Barros, Bresser Pereira, Márcio Fortes, Ronaldo Cezar Coelho, Sérgio Machado, Winston Fritsch. | 12 |
| Associações da Sociedade Civil ("Terceiro Setor") | Aécio Neves, Alberto Goldman, Aloysio Nunes, Lara Resende, Andrea Calabi, Andréa Matarazzo, Kandir, Arnaldo Madeira, Artur da Távola, Bonifácio Andrada, Celso Lafer, Cláudia Costin, Clóvis Carvalho, Edmar Bacha, Eduardo Azeredo, Emerson Kapaz, Euclides Scalco, FHC, Montoro, Alckmin, Gustavo Franco, Jaguaribe, Meirelles, José Aníbal, José Serra, Lúcio Alcântara, Mendonça de Barros, Bresser Pereira, Martus Tavares, Márcio Fortes, Paulo Renato, Pedro Piva, Pérsio Arida, Pimenta da Veiga, Ronaldo Cezar Coelho, Ruth Cardoso, Sebastião Madeira, Tasso Jereissati, Teotônio Vilela Fº, Winston Fritsch, Yeda Crusius. | 41 |
| Associações e Agências Internacionais | Celso Lafer, Cláudia Costin, Edmar Bacha, Eduardo Jorge, FHC, Gustavo Franco, José Serra, Márcio Fortes, Martus Tavares, Paulo Renato, Ruth Cardoso. | 11 |

Examinando a tabela acima, podemos observar que não constatamos a passagem de qualquer dirigente do PSDB em todas as cinco categorias de EFDD. Porém, encontramos 8 dirigentes (FHC, Celso Lafer, Bacha, Gustavo Franco, José Serra, Márcio Fortes, Paulo Renato e Ruth Cardoso) atuando em 4 EFDD. Oito dirigentes também estão em presentes em 3 EFDD (Cláudia Costin, Franco Montoro, Hélio Jaguaribe, Mendonça de Barros, Pérsio Arida, Martus Tavares, Winston Fritsch e Yeda Crusius). A maior parte deles, no entanto, tiveram participações em apenas um ou dois

tipos de EFDD. Dentre os que atuam ou atuaram somente em uma EFDD, temos 14 dirigentes, enquanto os que atuam ou atuaram em duas, encontramos 15 dirigentes.

Isso nos mostra que os dirigentes que formam o Estado-Maior do PSDB atuam em entidades e organizações do setor público e privado, dentro e fora do país, para se qualificarem como formuladores atentos a todas as áreas de interesse e/ou aspirações do capital. Os variados *lugares sociais* em que estão presentes nos dão uma idéia do estabelecimento de uma *rede de sociabilidade comum a eles*, apontando para introjeção de valores, códigos, modelos de ver, perceber e atuar semelhantes ao conjunto das classes ou frações de classes dominantes, isto é, à permanente construção do *habitus*. O *habitus* é composto por um sistema de predisposições interiorizadas dotado de algumas propriedades e efeitos peculiares. Ele faz com que seus detentores se reconheçam entre si, comunguem dos mesmos gostos, das mesmas preferências, dos mesmos valores.

Difícil é não reconhecer que o *staff* dirigente peessedebista, através de seus lugares sociais expostos acima, não comungam de um *habitus* pertencente a setores intelectualizados apostos como subalternizados às classes e frações de classes dominantes, posto que cumprem o papel subalterno de organizar a classe à qual aspiram pertencer plenamente. A formação de um "capital humano" comum, a passagem em postos-chave do aparelho do Estado, nas associações burguesas da sociedade civil, nas agências internacionais e, variavelmente, como *gestores para os banqueiros* ou, - o que é mais comum – como *administradores do e para o capital* (travestidos de "homens públicos") marcam esses sujeitos de um *ethos* próprio, criando pensamentos e modalidades de intervenção sobre o real homogeneizados.

### 3.3 – Explorando o Quadro III – Vinculação com a Sociedade Civil e Política

O Quadro III procura nos dar um panorama acerca das vinculações dos peessedebistas com a sociedade civil e política. Nesse caso, lançamos mão de 4 campos de análise que consideramos cruciais: a participação em organismos governamentais, a presença em organizações político-partidárias, a atuação em associações da sociedade civil e, por último, a presença no meio empresarial e/ou no setor privado. Neste último, inclusive – e distintamente do Quadro anterior -, especificamos as empresas, associações, instituições, fundações e federações sindicais vinculadas.

### 3.3.1 – A Participação em Organismos Governamentais

A pesquisa nos mostrou que quase a totalidade dos nossos investigados participa ou participou de algum aparelho de Estado. Isso indica que praticamente toda a direção do partido ocupou cargos no Estado ao longo dos dois mandatos de FHC. Constatamos, como já dissemos, a presença de 45 membros em organismos governamentais dos mais variados na hierarquia do poder – todos ocupados via indicação e/ou nomeação, pois neste campo não tratamos de cargos eletivos. Somente em 5 ocasiões não encontramos qualquer evidência de que tenham ocupado lugar em organismos governamentais.[136] Todavia, não temos dados que comprovem o ingresso de qualquer membro pesquisado aos órgãos estatais por meio de concurso público – pelo menos no período tratado pela pesquisa.

Destaca-se aqui a presença de 19 Ministros de Estado, 13 Secretários de Ministérios, 21 Secretários de Governos Estaduais, 5 Secretários de Governos Municipais, 4 Diretores e Presidentes do Banco Central e 5 Diretores e Presidentes do BNDES. Neste item, exposto no Quadro III, tivemos a preocupação de especificar qual organismo governamental onde cada peessedebista pesquisado atuou.

**Tabela V – Ocupação em Órgãos Estatais mais destacados**

| Ocupação em Órgãos Estatais | Dirigentes Pesquisados | Nº |
|---|---|---|
| Ministros de Estado | Alberto Goldman, Aloysio Nunes, Andrea Matarazzo, Kandir, Arthur Virgílio, Celso Lafer, Cláudia Costin, Clóvis Carvalho, Euclides Scalco, FHC, José Serra, Luis Carlos Mendonça de Barros, Bresser Pereira, Martus Tavares, Paulo Renato, Pedro Piva, Pimenta da Veiga, Sérgio Motta e Yeda Crusius. | 19 |
| Secretários de Ministérios | Aécio Neves, Andrea Calabi, Andrea Matarazzo, Kandir, Cláudia Costin, Clóvis Carvalho, Eduardo Jorge, Gustavo Franco, Hélio Jaguaribe, Márcio Fortes, Martus Tavares, Pérsio Arida e Winston Fritsch. | 13 |
| Secretários Estaduais | Alberto Goldman, Almir Gabriel, Aloysio Nunes, Andrea Calabi, Andrea Matarazzo, Kandir, Arnaldo Madeira, Bonifácio Andrada, Cláudia Costin, Clóvis Carvalho, Emerson Kapaz, Franco Montoro, José Aníbal, José Serra, Lúcio Alcântara, Bresser Pereira, Márcio Fortes, Mário Covas, Paulo Renato, Ronaldo Cezar Coelho e Sérgio Machado. | 21 |
| Secretários Municipais | Andrea Matarazzo, Arnaldo Madeira, Artur da Távola, Márcio Fortes e Ronaldo Cezar Coelho. | 5 |
| Diretores e Presidentes do Banco Central | André Lara Resende, Gustavo Franco, Henrique Meirelles e Pérsio Arida. | 4 |
| Diretores e Presidentes do BNDES | André Lara Resende, Andrea Calabi, Edmar Bacha, Luis Carlos Mendonça de Barros e Márcio Fortes. | 5 |

[136] Albano Franco, Antônio Carlos Pannunzio, Sebastião Madeira, Tasso Jereissati e Teotônio Vilela Filho.

A tabela acima nos demonstra que 2 dirigentes (Andrea Matarazzo e Márcio Fortes) tiveram presença em 4 órgãos destacados da aparelhagem estatal. Seis lideranças ocuparam 3 órgãos estatais, 11 atuaram em 2 órgãos e 23 dirigentes ocuparam pelo menos 1 posto dentre os aparelhos de Estado acima.

Não há dúvidas de que o núcleo dirigente do PSDB adquiriu um alto grau de institucionalização na sociedade política. Isso não se deve, é claro, por portarem alguma "competência técnica", mas devido ao fato, já mencionado, de serem portadores de um projeto que aglutina os setores e frações das classes dominantes, traduzindo suas exigências para o âmbito Estado restrito, transformando o aparelho de Estado numa arena de grandes negócios, disputados de forma acirrada por grupos internacionais e nacionais. As concepções de Gramsci revelam exatamente o processo de "conquista do Estado", (ou seria mais correto falar da "partilha do Estado"?) dado por estes agentes:

> "*O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais'(...)*". [137]

### 3.3.2 – Presença em Organizações Político-Partidárias

No que se refere à presença e/ou à atuação dos pesquisados em organizações político-partidárias, percebemos o seguinte: 23 lideranças tiveram o PSDB como partido que iniciou suas trajetórias partidárias e ali permaneceram até então. Trata-se, no geral, de pessoas que não possuem uma trajetória partidária de longa duração. Dentre estes, somente dois membros se desvincularam do partido (Emerson Kapaz e Henrique Meirelles). Porém, também é expressivo, mas não surpreendente, o fato de que, dentre os 50 pesquisados, 17 membros saíram do PMDB e ingressaram no PSDB. Alguns deles são lideranças que participam da vida partidária do país desde o período ditatorial, vinculados ao MDB e, depois, ao PMDB. Somente 3 membros pesquisados pertenceram aos partidos de esquerda durante a redemocratização (PCB, PC do B e PT), antes de ingressarem no PSDB. Aliás, 6 peessedebistas já pertenceram a organizações de

[137] GRAMSCI (2002), Op. Cit., pp. 41-42

esquerda armada antes e durante o regime militar: Cláudia Costin (PRC), Pérsio Arida (VPR) e Aloysio Nunes (ALN), José Serra, Luis Carlos Mendonça de Barros e Sérgio Motta (AP).

**Tabela VI – Trajetória Partidária dos Dirigentes**

| Trajetória Político-Partidárias | Dirigentes Peessedebistas | Nº |
|---|---|---|
| PDS → PSDB | Albano Franco e Bonifácio Andrada | 2 |
| PFL → PDT[138] → PSDB | Lúcio Alcântara | 1 |
| PMDB → PSDB | Aécio Neves, Almir Gabriel, Arnaldo Madeira, Artur da Távola, Arthur Virgílio, Euclides Scalco, FHC, Franco Montoro, Geraldo Alckmin, José Richa, Márcio Fortes, Mário Covas, Pimenta da Veiga, Ronaldo Cezar Coelho, Sérgio Machado, Tasso Jereissati, Teotônio Vilela Filho | 17 |
| PMDB → PCB → PSDB | Alberto Goldman | 1 |
| Somente PSDB | André Lara Resende, Andrea Calabi, Andrea Matarazzo, Antônio Carlos Pannunzio, Antônio Kandir, Celso Lafer, Clóvis Carvalho, Edmar Bacha, Eduardo Azeredo, Eduardo Jorge, Gustavo Franco, Hélio Jaguaribe, Henrique Meirelles, Bresser Pereira, Martus Tavares, Paulo Renato, Pedro Piva, Pérsio Arida, Ruth Cardoso, Sebastião Madeira, Sérgio Motta, Winston Fritsch, Yeda Crusius | 23 |
| PT → PMDB → PSDB | José Aníbal | 1 |
| Esquerda Armada → PCdoB → PSDB | Cláudia Costin | 1 |
| Esquerda Armada → PMDB → PSDB | José Serra e Aloysio Nunes | 2 |
| Esquerda Armada → PSDB | Luis Carlos Mendonça de Barros e Sérgio Motta | 2 |

A tabela acima nos revela claramente que 24 (48%) dirigentes selecionados do PSDB possuem uma trajetória afinada ao campo progressista e, em poucos casos, tiveram passagens de fato em algumas organizações políticas da esquerda. Muitos deles foram fundadores do partido e se auto-definiam como ex-integrantes da ala mais progressista do PMDB. Traziam, no bojo das lutas populares e da crise de hegemonia das frações das classes dominantes dos anos 80, uma proposta com aroma popular, mas com conteúdo realmente bem diverso. Tratava-se da introdução, no âmbito das forças políticas partidárias até então existente, do programa neoliberal, ainda embrionariamente, e com temperos ideológicos daquilo que denominariam como "terceira via" em meados dos anos 90.[139]

O que importa realçar aqui é que o PSDB busca se apresentar como partido que possui quadros qualificados advindos de setores ditos da esquerda, com uma linguagem que incorpora as exigências das classes populares, mas que prestam, justamente, a alterar o conteúdo das suas reivindicações. Escamoteiam seu programa neoliberal por

[138] Elegeu-se Senador pelo PDT em outubro de 1994, se desligou do partido em 1995 para ingressar no PSDB.

[139] A formulação das propostas neoliberais de terceira via como programa fundador do PSDB será discutida no Capítulo III.

meio de adaptações lingüísticas capazes de tornarem-se palatáveis ao conjunto dos setores populares. Utilizam-se da trajetória supostamente de esquerda – e da imagem por ela produzida -, para validar e legitimar seus discursos e atrair a confiança destes setores.

## 4.0 – O Conteúdo Social do PSDB

Gramsci diz que "*cada partido não é mais que uma nomenclatura de classe*"[140] ou mais precisamente que, para se estudar um partido, "*será necessário levar um conta o grupo social do qual o partido é expressão e setor mais avançado*".[141] Este grupo social, como nos ensina o próprio autor, está organizado em associações que constituem, organizam, formulam e disputam a hegemonia na sociedade civil. Neste prisma, nosso intuito nas páginas que se seguem é traçar um breve panorama das associações da sociedade civil em que os peessedebistas que pesquisamos se organizam. Entendemos que somente assim consigamos, em termos gramscianos, desvendar a base social do PSDB.

Aliás, o que se percebe diante da seleção apresentada é que nosso objetivo não foi o de analisar a composição social do partido a partir dos quadros que compõe sua hierarquia inferior ou seus "militantes" – o que é bem comum na literatura da ciência política. Estamos tratando aqui do Estado-Maior do PSDB: daqueles que são, em última instância, intelectuais orgânicos do partido e, frente à nossa hipótese, da própria burguesia. São formuladores e divulgadores de uma nova sociabilidade, embora não sejam os únicos. Fazem parte de um partido maior, do qual Gramsci nos alude, que é o partido burguês – o bloco histórico que, nos momentos decisivos, agrega forças afins e forma-se a unidade em oposição ao seu antagonista histórico, objetivando contra este o seu definhamento enquanto sujeito emancipador, seguida da sua colaboração ao projeto que se anuncia.

Acreditamos que o conteúdo social do PSDB possa ser desvendado se nos debruçarmos nas associações da sociedade civil e no meio empresarial e/ou no setor privado dos quais seu *staff* dirigente está vinculado, atuando e formulando seus projetos hegemônicos.

---

[140] GRAMSCI (2002), Op. Cit., p. 201.
[141] Idem, p. 87.

### 4.1 – Atuação em Associações da Sociedade Civil

Pudemos constatar que a vinculação dos peessedebistas selecionados com a sociedade civil é bastante significativa e variada. Nossa pesquisa trouxe à tona, como veremos em seguida, que o Estado-Maior do PSDB estava também presente e organizado, no decorrer dos anos 90, numa vasta rede de associações da sociedade civil burguesas, destacando-se as organizações patronais mais tradicionais da estrutura corporativa de representação de interesses como Confederações, Federações, Centros e Associações Industriais, Comerciais e Bancárias, pondo em relevo o conteúdo de classe do partido. É revelador o fato de que 14 (28%) das 50 lideranças pesquisadas possuem vinculações diretas, orgânicas, programáticas com as entidades patronais historicamente mais organizadas do país.

Na verdade, foi nessas associações em que encontramos a maior influência dos nossos pesquisados, tanto em termos de presença numérica quanto em altos postos de comando. Tornaram-se, ao longo do período pesquisado, presidentes, diretores, consultores de federações, centros, associações, sindicatos e institutos, industriais, comerciais e bancárias. Portanto, não é de se estranhar o fato de que quando o programa do novo bloco histórico neoliberal, tendo o PSDB como um de seus maiores propagandista e organizador, se torna decisivamente "política de Estado" com a eleição de FHC, o PSDB realiza sua tarefa histórica, qual seja, a de completar e refinar a (contra)reforma intelectual e moral neoliberal da terceira via.

Em certa medida, muitos dos diagnósticos e das estratégias de superação da crise feitos pela FIESP estavam perfeitamente coadunáveis com as do PSDB. Assim, por exemplo, a FIESP divulgou o livro *Livre para crescer,* resultado de debates realizados entre maio de 1989 e janeiro de 1990 por economistas do Conselho Superior de Economia e intelectuais convidados. Seu diagnóstico apresentava quatro grandes problemas: 1) o gigantismo e a ineficácia do Estado; 2) o elevado grau de autarquização da economia; 3) a precária formação de capital humano e 4) o perverso padrão de crescimento demográfico. As propostas de estratégias de superação da crise e a retomada do desenvolvimento, por outro lado, podem ser assim resumidas: 1) a principal tarefa a ser feita é a reforma do Estado, tanto do sistema fiscal quanto em suas funções empresariais e reguladoras; 2) empreender a abertura da economia ao exterior; 3) criar condições para o Estado controlar a moeda de forma permanente e consistente com a estabilidade de preços e 4) estabelecer modificações profundas na orientação dos

gastos públicos para formação do capital humano "sem o que não há perspectiva de melhorar a distribuição de renda no Brasil".[142]

Ademais, o complexo CNI/FIESP e o PSDB não serão os únicos aparelhos privados de hegemonia burgueses a fazerem coro pró-neoliberalismo no Brasil. A refinada e exaustiva pesquisa de Dreifuss (1989) já nos dá conta do emaranhado de organizações da sociedade civil de cunho empresarial (industrial, financeira ou agrária) que, apesar de não comungarem necessariamente de demandas específicas comuns, estão em busca da implementação de uma nova ordem econômica e institucional que satisfaçam a reprodução ampliada do capitalismo no Brasil.

Encontramos também a presença dos peessedebistas espalhados numa vasta rede de associações da sociedade civil. Dos 50 peessedebistas pesquisados, não foi possível encontrar nenhuma vinculação aos organismos da sociedade civil somente em 6 ocasiões.[143] A tabela abaixo destaca as principais associações da sociedade civil onde as lideranças peessedebistas estão presentes:

**Tabela VII – Presença nas associações da sociedade civil**

| **Associações** | **UF** | **Dirigentes Peessedebistas** | **Nº Dirigentes** |
|---|---|---|---|
| Confederações, Federações, Centros e Associações Industriais, Comerciais e Bancárias (CNI, FIESP, CIESP, FIEC, CIC, ACRJ, CIRJ, FIRJAN e FEBRABAN) | RJ SP CE | Bresser Pereira, Celso Lafer, Paulo Renato, Andréa Matarazzo, Antônio Pannunzio, Euclides Scalco, Emerson Kapaz, Sérgio Machado, Tasso Jereissati, Albano Franco, Márcio Fortes, Ronaldo César Coelho, Winston Fritsch e Henrique Meirelles. | 14 dirigentes |
| Instituto Sérgio Motta | SP | Paulo Renato, Ruth Cardoso, Tasso Jereissati, Alberto Goldman, Andréa Calabi, Andréa Matarazzo, Antônio Kandir, Clóvis Carvalho, Luis Carlos Mendonça de Barros, Bresser Pereira. | 10 dirigentes |
| Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) | SP | Gustavo Franco, José Serra, Pedro Piva, Pérsio Arida, Andrea Matarazzo e Antônio Kandir. | 6 dirigentes |
| Comunidade Solidária (Comunitas) | RJ | Ruth Cardoso, Antônio Kandir, Bresser Pereira, Paulo Renato e Celso Lafer. | 5 dirigentes |
| Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) | RJ | Celso Lafer, Fernando Henrique Cardoso, Hélio Jaguaribe, Márcio Fortes e Winston Fritsch. | 5 dirigentes |
| Câmaras de Comércio: Brasil-China (CCIBC), Brasil-EUA, Americana do RJ e de SP | RJ SP | Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Henrique Cardoso, Tasso Jereissati, Edmar Bacha e Henrique Meirelles. | 5 dirigentes |
| Fundação Mário Covas | SP | Pedro Piva, Arnaldo Madeira, Euclides Scalco, José Aníbal. | 4 dirigentes |
| Fundação Padre Anchieta | SP | Henrique Meirelles, Bresser Pereira, Pérsio | 4 dirigentes |

[142] Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). "Livre para Crescer – Proposta para um Brasil moderno". São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.

[143] No caso de Almir Gabriel, Arthur Virgílio Neto, Eduardo Jorge, José Richa, Mário Covas e Sérgio Motta.

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | Arida e Ruth Cardoso. | |
| Sociedade Bras. de Estudos de Empresas Transacionais e da Globalização Econômica (SOBEET) | SP | Henrique Meirelles, Bresser Pereira, Winston Fritsch e Gustavo Franco. | 4 dirigentes |
| Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC-Capivari) | SP | Teotônio Vilela Filho, Aécio Neves, Yeda Crusius e Lúcio Alcântara. | 4 dirigentes |
| Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial | SP | Bresser Pereira, Aloysio Nunes Ferreira e Cláudia Costin. | 3 dirigentes |
| Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae)/Fórum Nacional | RJ | Fernando Henrique Cardoso, Márcio Fortes e Hélio Jaguaribe. | 3 dirigentes |
| Instituto de Estudos em Política Econômica (IEPE) | RJ | André Lara Resende, Edmar Bacha e Pérsio Arida. | 3 dirigentes |
| Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI) | SP | Celso Lafer e Clóvis Carvalho. | 2 dirigentes |
| Fundação Victor Civita | SP | Ruth Cardoso e Cláudia Costin. | 2 dirigentes |
| Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) | SP | Clóvis Carvalho e Paulo Renato. | 2 dirigentes |
| Fundação Konrad Adenauer | RJ SP CE | Arnaldo Madeira e Yeda Crusius. | 2 dirigentes |

O **Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)**, objeto de pesquisa de importantes estudiosos, foi criado em 1989 e passou a atuar como protagonista da defesa da indústria nacional como foco do desenvolvimento econômico. No início dos anos 90, entretanto, o IEDI foi assumindo um papel de assessoramento da CNI e de suas federações, entrando em processo de enfraquecimento.[144]

A participação das lideranças dos peessedebistas nessa associação de cunho empresarial se deve tanto pelo fato de serem profissionais que ocupavam cargos públicos importantes na área econômica quanto, realmente, pelo fato de alguns deles serem industriais de grande porte no mercado nacional.

Atualmente, o IEDI preconiza um "mercado interno amplo, (...) de economia dinâmica, competitiva, aberta nas relações com o exterior e com participação expressiva na economia mundial". No entanto, alerta que "o Estado não substitui a iniciativa privada, mas deve ser o agente fundamental do programa de desenvolvimento, cabendo a ele uma parte ativa que jamais será preenchida por forças de mercado".[145] Para tanto, afirma a relevância da *parceria público-privada* e reclama ao Ministério dedicado à indústria que implemente a política industrial e represente as aspirações da produção.

O **Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)**, criado em 1998, define-se como o "mais importante *think tank* de políticas públicas na área externa do

[144] Ver NEVES (org.), pp. 136-137 e 148
[145] Retirado do site www.iedi.org.br em 29/12/05.

País", produzindo conhecimento e proposta para elaboração de políticas públicas. O CEBRI revela-se, em especial, como sendo uma importante e decisiva associação da sociedade civil de cunho empresarial, voltada declaradamente a "influenciar o processo decisório governamental e a atuação brasileira em negociações internacionais".[146] Pode-se perceber a importância dessa organização da sociedade civil neoliberal através de seus "sócios patronos" - um conjunto considerável de mega empresas multinacionais, nacionais e estatais, de capital industrial e bancário.

As preocupações, objetivos e atividades do CEBRI são bem parecidas com as do **Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI)**, em que também há presença de lideranças peessedebistas.

A **Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transacionais e da Globalização Econômica (SOBEET)**, fundada em 1994, se auto-intitula como "fórum de debates sobre a globalização e a inserção internacional do Brasil em várias dimensões". Centra-se no estudo e debate acerca da globalização, das empresas transnacionais e os fluxos financeiros, tecnológicos e comerciais por elas veiculados, com o objetivo de abordar "a inserção externa do Brasil de diversos pontos de vista". Fruto da iniciativa de "economistas, pesquisadores, profissionais da área pública e privada, diplomatas, empresários, técnicos de sindicatos, representantes de câmaras de comércios, entre outros", a SOBEET afirma que, dentre suas atividades, estão a questão do investimento estrangeiro, do financiamento externo, formação de um amplo banco de dados sobre fluxos de investimentos e edição de publicação especializada.[147]

Como se pode ver, a SOBEET é uma associação da sociedade civil ligada a frações do capital financeiro hegemônico cujos mantenedores são destacadas multinacionais, dentre elas as do setor bancário. Também não é por acaso a presença dos economistas-financistas-peessedebistas do alto escalão do aparelho estatal dos governos de FHC nessa organização: Henrique Meirelles, Bresser Pereira, Winston Fritsch e Gustavo Franco.

O **Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial**, associado à Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, foi criado em 1987. Incialmente preocupados com as conseqüências de "décadas de inflação crônica", definem entre suas novas atribuições "estudar os meios e condições de fortalecimento das forças de mercado como um instrumento de sobrevivência no redemoinho de mudanças muito rápidas da economia

[146] Retirado do site www.cebri.org.br em 30/12/05.
[147] Retirado do site www.sobeet.com.br em 30/12/05

mundial". Diz desejar ser um Instituto pequeno, mas é apoiado por um grupo de 40 empresas privadas, além de organizações internacionais como o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) e as Fundações Ford e Tinker, dos Estados Unidos.[148]

O **Instituto de Estudos em Política Econômica (IEPE)** traça como objetivo central "contribuir para discussão de temas relacionados à situação sócio-econômica do país".[149] Trata de um amplo leque de assuntos ligados ao setor do capital financeiro, da política monetária e cambial, do crescimento industrial, inflação, etc. Afirmam discutir temas relevantes para a política econômica nacional e promover seminários, bem como apoiar financeiramente produções acadêmicas. Trata-se também de outra associação da sociedade civil intimamente vinculadas às novas formas de reprodução ampliada de frações do capital hegemônico no cenário internacionalizado. Faz sentido, assim, a presença militante de personagens "ilustres" da política econômica do período FHC ou, mesmo antes, na formulação do plano real tais como André Lara Resende, Edmar Bacha, Pérsio Arida e Armínio Fraga.

O **Instituto Sérgio Motta**, por exemplo, criado em 2000, configura-se também em outra importante associação da sociedade civil neoliberal de tipo terceira via onde os peessedebistas pesquisados possuem grande influência. Define suas finalidades como sendo a "realização de ações destinadas a contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e para promoção da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da *livre iniciativa, do desenvolvimento nacional sustentado* (...)".[150] (grifos nossos) Dentre outras atividades, destacam-se a de estimular a "inclusão social e promoção da cidadania (...) mediante parcerias e intercâmbios com organizações não governamentais"; a de prestar serviços de consultoria e assessoramento e à formação de recursos humanos, "incentivando a atualização profissional e seu aperfeiçoamento técnico", bem como o "estímulo ao trabalho voluntário".

São em grande parte fundadores, conselheiros e diretores do Instituto, sendo difícil encontrar entre eles os que não fazem parte do partido.

O **Programa Comunidade Solidária**, órgão do governo FHC criado em 1995, incumbiu-se de implementar uma nova orientação nas relações entre Estado e sociedade

[148] Retirado do site www.braudel.org.br em 30/12/05
[149] Retirado do site www. iepecdg.com.br em 30/12/05
[150] Estatuto do Instituto retirado do site www.institutosergiomotta.org.br em 29/12/05.

civil no Brasil. Preocupando-se com o combate à miséria, o Comunidade Solidária dizia atacar os graves problemas nas áreas sociais existentes através de "parcerias" entre o setor público e as organizações sociais. Tratou-se, entretanto, de transferir a responsabilidade do Estado para a comunidade, famílias e associações diversas sob o auspício de uma suposta "ética da solidariedade" e da necessidade de se criar uma nova "cultura cívica", cujo substrato seria a "responsabilidade social de todos os cidadãos". Por se tratar de um dos principais baluartes da ideologia neoliberal de tipo terceira via no Brasil, Ruth Cardoso tratou de criar a Comunitas – uma organização não governamental que se propôs a dar continuidade aos programas do Comunidade Solidária após o término do mandato de FHC.

O Programa Comunidade Solidária foi fundamental para o auxílio e implementação da Reforma do Estado no Brasil. Neste sentido, não é por acaso que os peessedebistas o considera como "a menina dos olhos" dos governos FHC, em especial o então ministro da Administração da Reforma do Estado, Bresser Pereira, no qual é membro do Conselho de Administração Geral dessa (atual) ONG, dentre os quais se destacam renomadas lideranças peessedebistas, empresários e intelectuais.

Já a **Fundação Mário Covas**, instituída em 2001, visa, entre outras finalidades presentes em seu estatuto, "difundir, especialmente para os jovens, o ideário político de MARIO COVAS, fundamentado nos pressupostos da ética na política, da defesa da justiça social, dos princípios da sociedade democrática" e estimular e apoiar iniciativas de ação comunitária. Para tanto, foi criada a "Escola de Governança Mário Covas" que, afinada aos pressupostos neoliberais da terceira via peessedebista, promove cursos destinados a dirigentes do setor público, das Parcerias Público Privadas, dentre outros, cujo objetivo é contribuir para a "capacidade de governança pública, através do conhecimento e utilização da Ética e da Lei de Responsabilidade Fiscal".[151]

O **Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) / Fórum Nacional**, criado em 1988, é uma entidade que busca a formulação, formação e direção do projeto neoliberal de tipo terceira via no Brasil. Carla Silva (2005), em sua análise, aponta o Fórum Nacional como o "Estado-Maior", que remete decisivamente ao encaminhamento do programa de reforma moral e intelectual neoliberal, definindo "as funções específicas de cada fração das classes dominantes no processo".[152]

---

[151] Retirado do site www.fmcovas.org.br em 30/12/05.

[152] SILVA, Carla Luciana Souza da. "Veja: O Indispensável partido neoliberal". 2 vols. Tese de Doutorado em História, UFF/UNIOESTE: Niterói, 2005, p. 62.

O Fórum Nacional foi criado em um período de rearranjo das forças políticas da classe dominante em um momento de crise orgânica do capitalismo brasileiro. Neste momento, sua tarefa era (e continua sendo), como as de outras associações da sociedade civil ligadas à classe dominante, isto é, o de buscar o credenciamento de seus projetos de "modernização" junto à sociedade política.

É sintomático o papel do Fórum Nacional na construção de novas formas daquilo que Gramsci chama de "grande política". Sua posição de estado-maior das frações burguesas da classe dominante torna-se clara quando, a exemplo do XVII Fórum Nacional, representantes consagrados da sociedade política e, mais precisamente, do próprio Executivo, corroboram em suas discussões, *tornando-se um espaço privilegiado de disputa interna de projetos baseados nos pressupostos neoliberais da Terceira Via* .Segundo o próprio Fórum,

> *"O Governo Lula é sensível a essa prioridade: em seu Pronunciamento Inaugural, na Sessão de Abertura do XVI Fórum Nacional (2004), o Presidente Lula disse: ... 'Nosso governo compartilha plenamente dessa busca de uma síntese nova e criativa entre estabilidade econômica e desenvolvimento social'(a integração de Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social – tema do mesmo Fórum)".*[153]

Este estado-maior burguês possui como patrocinadores grandes empresas, institutos e organizações associativas empresariais, bem como órgãos estatais tais como: o IPEA, o BNDES, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás, os Correios, a EMBRAER, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o BID, o Banco Mundial, o Bradesco, o Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (IBMEC), o Grupo Odebrecht, a Telefônica, a Telemar, a Gradiente, o Grupo Ultra, e o sistema CNI (Firjan, Cirj, Sesi, Senai, IEL e FIESP).

Importante assinalar também que alguns membros do próprio Conselho Diretor e seus Sócios Instituidores[154] são ligados organicamente ao PSDB. Silva (2005) percebe que muitos deles compunham "os grupos estudados por Dreifuss e que deram os rumos ao que viria a ser o regime militar". Atualmente tecem vinculações com o mundo acadêmico, com as multinacionais, com as entidades associativas industriais e de

[153] Retirado do site www.inae.org.br em 30/12/05

[154] A relação dos membros do Conselho Diretor e os Sócios Instituidores estão em www. inae.org.br

mercado e ações. Todos articulados "em nome da modernização no processo democrático". [155]

A **Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC-Capivari)** pode ser considerada como uma típica associação da sociedade civil que adota os princípios neoliberais de tipo terceira via. Foi fundada em 1946 por meio da Associação Comercial e Industrial de Capivari, com idealização de Bichara Miguel Maluf. Apresenta como "missão" "despertar e coordenar esforços das comunidades para ações educativas, através de serviços e produtos educacionais". Alega ter nascido para atuar na área educacional, mas estendeu seus esforços para desenvolver "grandes projetos em favor da comunidade" tais como: empresa júnior, artesanato, folclore, teatro, bandas de música, escolas, creches, clubes desportivos, clubes da melhor idade (terceira idade), unidades de formação e qualificação de mão-de-obra e atendimento a outras demandas da comunidade".[156] por meio da "participação" e "envolvimento" da comunidade.

No mesmo sentido, a **Fundação Victor Civita**, criada em 1985, constando no Conselho Curador e na Vice-Presidência, respectivamente, Ruth Cardoso e Cláudia Costin, diz preocupar-se com a "melhoria da qualidade da Educação Básica, com foco na qualificação do professor brasileiro, prioritariamente nas escolas públicas mais pobres". Para tanto, lança mão da revista "ESCOLA" considerada por eles "a mais perene e bem-sucedida iniciativa social na área de educação realizada pelo empresariado brasileiro".[157] Trata-se de uma associação da sociedade civil nitidamente ligada a setores empresariais adeptos ao modelo neoliberal da terceira via de socialibidade que ambiciona, através dos seus enormes recursos materiais e simbólicos, atuar pedagogicamente na condução de um projeto que forme um novo tipo de homem e de sociedade.

Importante também na redefinição deste novo modelo de sociabilidade é o **Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC)**. Criado desde 1987, a associação atua no sentido de "promover a educação, a conscientização, a defesa dos direitos do consumidor e a ética nas relações de consumo". Apresenta como um dos seus principais objetivos "a melhoria da qualidade de vida, especialmente no que diz respeito à melhoria da qualidade dos produtos e serviços"[158]. Mostra-se, assim, inteiramente afinada com as concepções que se centram na valorização do consumo em particular e

[155] SILVA (2005), Op. Cit., p. 62
[156] Retirado do site www.cneccapivari.br em 30/12/05
[157] Retirado do site www.fvc.org.br em 30/12/05
[158] Retirado do site www.idec.org.br em 30/12/05

na exacerbação do fetichismo da mercadoria em geral - reeducando as classes trabalhadoras para um nível de consciência que visa atrelá-las às formas mais desagregadoras de convivência, tudo isso colocado como expressão da militante e reivindicativa "cidadania". Vemos que também não é por acaso a presença de algumas lideranças peessedebistas.

Por fim, a **Fundação Konrad Adenauer**, instalada no Brasil desde 1967, é uma fundação política da República Federal da Alemanha que afirma ter como objetivo trabalhar em prol "dos direitos humanos, da democracia representativa, do Estado de Direito, da economia social de mercado, da justiça social e do desenvolvimento sustentável". Para tanto, ela pretende "acompanhar e assessorar o diálogo entre lideranças de partidos políticos, economistas, cientistas sociais, jornalistas, representantes da administração pública e líderes sindicais e empresariais". Trata-se de uma das maiores divulgadoras dos pressupostos teóricos da terceira via e, em particular, da "economia social de mercado", tida como "um sistema que combina a concorrência e livre iniciativa dos indivíduos com a seguridade social e o progresso social".[159] Assevera que, no passado, a fundação "buscou contato com muitas universidades e utilizou o conhecimento técnico dos professores para elaborar uma minuta preliminar para a futura orientação de política econômica e social do Brasil. Durante o ano em curso, esses pareceres técnicos serão compilados num *reader* de política econômica e social".[160]

Algumas lideranças partidárias (em particular do PSDB), vários intelectuais e autoridades governamentais fazem parte do Conselho Consultivo dessa organização.[161]

Como vimos, as lideranças peessedebistas não se vinculam a *nenhuma* associação da sociedade civil ligada aos setores populares. Ao contrário, a pesquisa revelou que a fertilidade das propostas peessedebistas se deve, em grande medida, às demandas já postas na mesa pelas organizações da sociedade civil do empresariado (seja nacional, internacional ou associado, seja industrial, comercial, agrário ou financeiro). Seja através de seu conteúdo programático, seja por meio das associações da sociedade civil em que está presente (sua base ou composição social), podemos afirmar

---

[159] BENECKE, Dieter W. "Uma opção para o Brasil? Economia Social de Mercado". Retirado do site www.adenauer.org.br em 30/12/05

[160] Idem.

[161] Merecem destaque, Arnaldo Madeira, Belisário Santos Jr., Fábio Feldman, Bolívar Lamonier, Cláudio Salvador Lembo, David Fleischer, Estevão Rezende Martins, Fernando Limongi, Ives Gandra Martins, José Augusto Guilhom Albuquerque, Luciano Galvão Coutinho, Walter Barelli, Aspásia Camargo, Carlos Henrique Cardim, Denise Frossard, Eugênio Bucci, Gilberto Dupas, Yeda Crusius, dentre outros.

seguramente que não é um partido social-democrata – trata-se sim de uma variação adaptada das idéias centrais propugnadas pela "nova social-democrata" européia de corte neoliberal da terceira via.

As organizações da sociedade civil acima apresentadas são responsáveis, em parte, pela contínua formação do arcabouço teórico e das práticas político-culturais do grupo dirigente do PSDB. Essas bases sociais do partido contribuem para a definição de seu perfil ideológico e por isso se fez necessário rastrear as formas associativas (setores do empresariado e outras) a ele ligadas. É claro que, como sabemos, isto foi só uma indicação. A viabilidade de uma pesquisa mais ampla sobre as articulações do partido com as organizações da sociedade civil, embora necessária, é pouco plausível no escopo de uma dissertação. Também informam e compõem convicções daquele grupo os arautos do neoliberalismo da terceira via anglo-saxônica, em grande parte realizada pelos partidos social-democratas "modernos" durante as décadas de 80 e 90, amplamente divulgados por meio de seus documentos e práticas e nas relações diplomáticas e interpessoais que as lideranças peessedebistas mantinham com eles.

Uma análise mais detida dos dados disponíveis, porém, pode nos revelar três tipos de associações da sociedade civil que os dirigentes pesquisados estão vinculados: a) associações empresariais de cunho corporativo; b) associações de estudos econômicos e relações internacionais e c) associações de cunho pedagógico voltadas para atividades para a população. A tabela abaixo identifica as associações que se enquadram em cada grupo:

**Tabela VIII – Tipos de Associações da Sociedade Civil**

| **Tipos de Associações da Sociedade Civil** | **Associações** | **Nº** |
|---|---|---|
| Associações Corporativas | CNI, FIESP, CIESP, FIEC, CIC, ACRJ, CIRJ, FIRJAN e FEBRABAN. | 9 |
| Associações de Estudos Econômicos e Relações Internacionais | Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI); Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI); Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET); Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial; Instituto de Estudos em Política Econômica (IEPE); Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)/Fórum Nacional; Fundação Konrad Adenauer. | 8 |
| Associações voltadas para as classes populares | Instituto Sérgio Motta; Comunidade Solidária (Comunitas); Fundação Mário Covas; Campanha Nacional de Escolas da Comunicade (CNEC-Capivari); Fundação Victor Civita; Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC). | 6 |

Mencionamos a proximidade do conteúdo programático entre o PSDB e setores empresariais incrustados em suas entidades corporativas. Entretanto, as vinculações entre o partido e o empresariado não são somente de cunho programático. A pesquisa nos revelou as ligações orgânicas entre os dirigentes do PSDB e setores do capital. Ao observar Quadro II e III (anexo), podemos ver que muitos dirigentes são gestores e administradores do capital e, em menor número, proprietários dos meios de produção. Destaca-se, dentre estes, a forte presença no setor bancário (como veremos a seguir) e, em menor escala, industrial. Podemos assim asseverar que o *staff* dirigente do PSDB não só se imbui da lógica de classe das frações e classes dominantes, como também pertence ou passou a pertencer, em meteórica ascensão social, à própria classe. Como nos diz Gramsci,

> "(...) *os altos intelectuais urbanos confundem-se cada vez mais com o estado-maior industrial propriamente dito*".[162]

Na tabela acima, nota-se também a forte presença dos dirigentes selecionados em associações de estudos econômicos e de relações internacionais. A grande parte dos dirigentes que estão vinculados a essas associações foram economistas que fizeram parte da formulação do Plano Real e/ou compunham a equipe econômica governamental durante os mandatos de FHC. Encontramos a presença também de Ministros de Estado e empresários.

A descrição sumária das características principais desse tipo de associação permite inferir que se trata de formuladores de uma dada pauta econômica. Dedicam-se também ao papel de formuladores de políticas internacionais com o objetivo de projetar as expectativas de setores do capital à inserção "competitiva" no "cenário globalizado". Através dessas associações os dirigentes do PSDB carreiam para o interior do aparelho estatal as demandas internacionais de setores do capital em prol de readequações e aprofundamento da internacionalização das relações de produção capitalistas no Brasil. Renovam as trocas de informações com os pares no exterior, consolidam os *habitus* de uma restritíssima elite endinheirada e bem-pensante. O PSDB explora e representa a subalternização da vida econômica nacional às relações internacionais. Assume desta maneira o papel de "partido do estrangeiro", descrito por Gramsci:

> "(...) *com freqüência, o chamado 'partido do estrangeiro" não é propriamente aquele que é habitualmente apontado como tal, mas precisamente o partido*

[162] GRAMSCI (2004), Op. Cit., p. 22

*mais nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas* (...)".[163]

O programa neoliberal tenta nos convencer, o tempo todo, de que a internacionalização das relações produtivas é inevitável. Já que "não há outra alternativa", diz ele, o trabalhador deve se "especializar", se submeter a "novos aprendizados e formas de interagir" no âmbito da vida social. Isso significa criar, junto aos setores populares, uma nova "cultura cívica", uma "nova ética" e uma "nova moral" no qual deve prevalecer a "parceria", a "participação", a "solidariedade", a "responsabilidade social", sob o pretexto de construir uma "democracia dialógica".

É neste sentido que podemos entender a presença do *staff* diretivo do PSDB nas associações da sociedade civil *voltadas* para os setores populares. São associações que se dedicam a uma ação pedagógica capaz de forjar uma base social mais ampla para a construção da sociabilidade propugnada pelo neoliberalismo da terceira via. Trata-se da propagação da contra-reforma intelectual e moral, da difusão de uma concepção de mundo que atribui novos significados ao conjunto dos setores subalternos. Destina-se à formar consciências que apontam para soluções individuais dos problemas que afligem a coletividade, obstaculizando até mesmo o nível mais elementar das relações de forças, qual seja, a luta econômico-corporativa de cunho sindical.

Há, portanto, uma complementariedade entre os três tipos de associações: as de estudos econômicos e as corporativas atuam na elaboração e aperfeiçoamento das demandas dos setores hegemônicos internacionalizados, dando a direção e o ritmo da implantação das políticas econômicas neoliberais. Precisam não só de uma mão-de-obra que seja "tecnicamente qualificada", mas também que seja dócil, ou melhor, colaborativa. Este papel cumprem as que estão voltadas para os setores populares: educam para o capital, formando um consentimento ativo entre os que delas participam.

O papel do PSDB é o de fazer a mediação entre essas associações e o Estado, na medida em que os dirigentes do partido estão em ambas esferas, atuando como "*prepostos do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político*".[164]

---

[163] GRAMSCI (2002), Op. Cit., p. 20.
[164] Idem, p. 21.

### 4.2 – Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado

Todos os nossos dirigentes-economistas pesquisados ocuparam cargos públicos nas esferas decisórias da administração e da economia estatal. Foram ministros de Estado, secretários de ministérios, de política econômica, do Tesouro Nacional, presidentes e diretores de bancos públicos como o Banco Central e o BNDES, assessores diretos da Presidência da República, presidentes de órgãos de pesquisa e elaboração de estatísticas (IPEA e IBGE), membros de importantes conselhos deliberativos, coordenadores de programas vitais na reestruturação do Estado, etc. Como vimos, 45 dos 50 pesquisados ocuparam vários cargos na sociedade política. Dentre estes 36 (72%) já ocuparam algum cargo no poder executivo, o que representa um alto nível de institucionalização das lideranças pesquisadas nas máquinas governamentais.

Dentre eles destaca-se a atuação dos dirigentes-economistas-banqueiros. Trata-se de um grupo que possuía maior influência na política econômica do governo FHC e que se espalhou por inúmeros bancos nacionais e internacionais que atuam no país e que participaram intensamente dos negócios gerados pelo "ajuste" econômico, entre eles a privatização de estatais. Loureiro destaca que muitos seguiram carreira no setor privado, abrindo empresas de consultoria, nas quais "têm oportunidade de rentabilizar os 'capitais' de informação e de conhecimento acumulados durante sua experiência em organismos governamentais".[165] Ora, no caso dos dirigentes-economistas-peessedebistas, tratou-se na verdade de um fervoroso e rápido processo de *banqueirização* nas decisões de políticas públicas, em que a esfera pública tornou-se um trampolim para que frações hegemônicas do capital financeiro pudessem ditar as normas de como e onde o poder estatal deveria atuar, como forma de alagar suas margens de lucro.

Dentre os dirigentes-economistas-peessedebistas percebemos uma peculiaridade – não são apenas devotados à "causa comum" neoliberal, mas extremamente atentos às suas próprias carreiras que, em alguns casos, parecem derivar da sua ocupação em cargos governamentais. Pode-se distinguir: a) os que vieram do setor financeiro; b) os que ascenderam a ele e c) os que alargaram seus vínculos com tal setor. Como vimos, são frutos de uma formação voltada para a financeirização e tiveram carreiras

[165] Idem, p. 90

meteóricas – e fortunas idem, esforçando-se ao pleno pertencimento da classe a qual aspiram.

Devido a isso, procuramos mostrar nos **Quadros IV e V** (anexo) as variações ocorridas de 13 dirigentes selecionados estreitamente vinculados ao setor financeiro. Tratou-se de verificar quais mudanças ou continuidades esses dirigentes tiveram no antes e depois de 1993, ano em que o PSDB participa do governo Itamar, principalmente na área econômica em ocasião da preparação do Plano Real, com FHC ocupando a pasta da Fazenda. Foram levantadas as atuações tanto na área do setor bancário, financeiro e em empresas (principalmente consultorias), quanto nos aparelhos governamentais.

Percebemos, diante disso que, dos 13 pesquisados, 4 ascenderam ao setor financeiro no pós-1993: Andrea Calabi, Edmar Bacha, Gustavo Franco e Winston Fritsch. Os demais já tinham atuado em bancos ou em associações representativas deste setor. É visível, porém, que quase todos os pesquisados ampliaram, e muito, sua presença e atuação nos setores financeiros no pós-1992, portanto, num curto espaço de tempo. Por outro lado, não encontramos qualquer presença expressiva desses 6 dirigentes em órgãos governamentais antes de 1992 – posição que se inverte no pós-1992, quando ocupam postos-chaves dos aparelhos de Estado voltados principalmente para a área de política econômica e administrativa.

Já o quadro abaixo nos dá a dimensão da vinculação dos dirigentes-economistas-banqueiros do PSDB com o setor financeiro:

**Quadro C – Presença em Instituições Financeiras, Bancárias e/ou em Consultorias**

| **Economistas Peessedebistas** | **Instituições e associações bancárias e financeiras; vinculações em consultorias** |
|---|---|
| André Lara Resende | Banco Garantia; Fundador do Banco Matrix; Vice-presidente executivo do Unibanco; Membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Mercado e Capitais (Ibmec-SP). |
| Andrea Calabi | Membro do Conselho de Administração da Cia. Paulista de Ativos (1996) e BANESPA (1998). |
| Antônio Kandir | Diretor da consultoria Kandir e Associados Ltda. Coordenador de Estudos Econômicos da Itaú S.A. Planejamento e Engenharia; Atualmente é Sócio e Conselheiro do Banco Ribeirão Preto. |
| Clóvis Carvalho | Chefe do Departamento de ações do Banco Safra S/A; Diretor do Bansulvest S/A; Chefe do Departamento de Fundos de Investimento do Unibanco. |
| Edmar Bacha | Sócio-fundador da VivaCred; Pres. da Associação Nacional de Bancos de Investimentos (Anbid); Economista-chefe e sócio do Banco BBA Creditanstalt; Presidente da Associação Nacional das Distribuidoras do Mercado Aberto (Andima). |
| Gustavo Franco | Banco Garantia; Sócio-diretor da Rio Bravo Investimentos. |

| | |
|---|---|
| Luis Carlos Mendonça de Barros | Banco de Investimento Industrial (Investbanco); Mercantil Participações Administrativas (Mepasa); Diretor-presidente da Investleasing e da Cia Agrop. Bandeirantes; Fundador da Corretora de Câmbio e Valores Imobiliários Patente; Fundador, Diretor e Vice-Pres. do Banco de Investimentos Planibanc; Fundador e Diretor do Banco Matrix; Sócio-fundador da Quest Investimentos. |
| Luiz Carlos Bresser Pereira | Membro do Conselho Superior de Economia da FEBRABAN |
| Paulo Renato de Souza | Sócio-fundador da empresa Paulo Renato de Souza Consultores. |
| Pérsio Arida | Diretor da Brasil Warrant (1987/89); Sócio e diretor da HE Participações; Fundador do Banco BBA; Vice-Presidente do Unibanco (1989/1993); Sócio-diretor da Opportunity Asset Managemente Ltda. (1996); Membro do Conselho de Administração do Banco Itaú Holding Financeira S.A. |
| Winston Fritsch | Presidiu o Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (ABBI) e membro do Conselho da FEBRABAN; Sócio-fundador e presidente do banco inglês Kleinwort Benson Ltd no Brasil, adquirido pelo Grupo Dresdner Bank.Tornou-se Country Head e Presidente do então criado Dresdner Bank Brasil e Diretor do Dresdner Kleinwort Benson, Londres; Sócio e Diretor Executivo de Finanças Corporativas da Rio Bravo Investimentos. |
| Yeda Crusius | Consultora de empresas |

Fazemos aqui um parênteses. É preciso ressaltar que o quadro acima demonstra somente os economistas-dirigentes peessedebistas diretamente envolvidos na formulação da política econômica neoliberal nos governos FHC. Portanto, constam aqui somente os que estão *filiados* ao partido. Alguns personagens considerados peças-chave do arranjo neoliberal dos governos FHC não foram pesquisados por não estarem filiados ao PSDB – pelo menos até o momento final dessa pesquisa (dezembro de 2005). São eles: Alcides Tápias, Armínio Fraga, Daniel Dantas, Edward Amadeo, Elena Landau, Francisco Lopes, José Roberto Mendonça de Barros, e Pedro Malan. Como estavam fora de nossos critérios de seleção, não pesquisamos em detalhes estes economistas. No entanto, dada a dupla característica em comum – relevância dos postos ocupados no governo FHC e papel de economistas-banqueiros – com os nomes anteriormente mencionados, vamos apresentá-los sumariamente .[166]

Alcides Tápias é banqueiro e empresário paulista. Trabalhou durante 40 anos no Banco Bradesco, onde foi vice-presidente. Foi presidente do conglomerado de 25 empresas – o Grupo Camargo Corrêa, com atuação nas áreas de construção pesada e concessão de rodovias. Ingressou como Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio no governo de FHC em 1999.

[166] As informações aqui trazidas deve-se a partir das contribuições trazidas por GOMES (2000)., Op. Cit. e complementadas por pesquisas feitas na internet.

Armínio Fraga era diretor-gerente da Soros Fund, de Wall Street, cujo dono é o megaespeculador George Soros. Foi também diretor da Salomon Brothers e é atualmente membro do conselho de administração do Unibanco, do IBOPE e presta inúmeras consultorias. É formado em economia com doutorado em Princeton (EUA). Foi Presidente do Banco Central (1999-2002).

Daniel Dantas é banqueiro, sócio do Banco Opportunity, tendo trabalhado muitos anos no Banco Icatu. Foi professor da FGV-RJ e doutorou-se em economia pela Massachusetts Institute of Tecnology (MIT).

Edward Amadeo é economista com doutorado em Harvard (EUA). Foi Ministro do Trabalho (1998) e assumiu a Secretária de Política Econômica em 1999. Foi professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e atua como consultor.

Elena Landau também é economista e doutorada pela PUC-Rio, onde também foi professora. Foi diretora do BNDES até junho de 1996 e consultora do Bear Stearns e do Banco Opportunity do qual seu marido, Pérsio Arida, é um dos sócios.

Francisco Lopes foi formado em economia na PUC-Rio e cursou doutorado em Harvard (EUA). Foi Diretor e Presidente do Banco Central no início de 1999. Trabalha como consultor do Banco Denasa e é presidente da Macrométrica Pesquisa Econômica.

José Roberto Mendonça de Barros é economista formado na USP. Foi Secretário de Política Econômica e também de Comércio Exterior, durante o primeiro mandato de FHC. É sócio da Mendonça de Barros (MB) Associados e membro do Conselho Superior da FIESP.

Por fim, Pedro Malan fez seu doutorado em economia pela universidade de Berkeley (EUA). Atuou como negociador da dívida externa, presidente do Banco Central (1993/1994) e Ministro da Fazenda (1995/2002). Foi diretor do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Atualmente compõe o conselho de administração do Unibanco e presta consultorias.

Como se pode observar, esses economistas ocupam lugares sociais parecidos com aqueles que pesquisamos. Não compõem o *staff* diretivo do PSDB, mas cumprem as mesmas funções de intelectuais orgânicos do grande partido da burguesia – o novo bloco no poder que se consolidou no governo de FHC.

O quadro exposto acima, além disso, somente considera aqueles que possuem formação em economia. Há outros peessedebistas pesquisados que, apesar de não serem economistas, mantém vínculos fortes com o setor bancário e financeiro, além de prestarem consultorias. São eles: Cláudia Costin e Henrique Meirelles (com pós-

graduação em administração na FGV-SP e em Harvard, respectivamente), Márcio Fortes (Engenharia PUC-Rio) e Ronaldo Cezar Coelho (Direito na PUC-Rio). Pode-se incluir também Eduardo Jorge, um dos mais antigos colaboradores de FHC, que formou-se em economia mas suas pós-graduações (mestrado e doutorado) foram em administração e finanças públicas, na Universidade de Nova Iorque (EUA). O quadro abaixo revela os vínculos destes dirigentes:

**Quadro D - Presença em Instituições Financeiras, Bancárias e/ou em Consultorias dos Dirigentes não economistas**

| **Dirigentes Peessedebistas não economistas** | **Instituições e associações bancárias e financeiras; vinculações em consultorias** |
|---|---|
| Cláudia Costin | Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica; Gerente de políticas públicas do Banco Mundial. |
| Eduardo Jorge | Consultor da United States Agency for International Development (USAID). |
| Henrique Meirelles | Diretor Superintendente da Boston Leasing, de 1975 a 1978; Vice-Presidente do Banco de Boston, no Brasil, de 1978 a 1981; Primeiro Vice-Presidente do Banco de Boston, no Brasil, de 1981 a 1984; Presidente do Banco de Boston, no Brasil, de 1984 a 1996; Presidente mundial do BankBoston Corporation, em Boston, EUA, de 1996 a 1999; Presidente do Global Banking no FleetBoston Financial, em Boston, EUA, de 1999 a 2002; No mesmo período, no FleetBoston, acumulou as funções de Presidente de Financial Services Bank, de 1999 a 2000; do Wholesale Bank, de 2000 a 2001 e, também, Sênior Executive do FleetBoston em New York, Metropolitan Área, em N.Y, EUA, 2001. Diretor-Executivo da Febraban, (1989/96); Pres. fundador da Fed. Latino Americana de Leasing; Pres. da Assoc. Bras. das Emp. de Leasing; Pres. da Câmara Americana de Comércio, em SP, (1995/97); Pres. da Assoc. Bras. de Bancos Internacionais, em SP, de 1989 a 1996; Membro do Conselho da BM & F, em SP, (2001/2002); |
| Márcio Fortes | Conselho Superior de Economia da FEBRABAN; Membro do Conselho de Administração do Banco Francês e Brasileiro S.A. |
| Ronaldo Cezar Coelho | Sócio e Presidente do Banco de Investimento Multiplic |

Loureiro afirma que o estudo do meio social por onde circulam revela que universidade, governo e consultoria são lugares-comuns destes agentes. Nossa pesquisa revelou, contudo que, no caso dos dirigentes-economistas-banqueiros do PSDB, os lugares sociais por eles freqüentados se ampliam e se diversificam. Vimos como eles atuam em *lugares sociais* comuns, como nas associações da sociedade civil, nas agências internacionais e no meio empresarial, especialmente no setor bancário. O quadro acima nos mostra claramente como tais dirigentes são agentes de um processo de banqueirização do partido e do Estado. Isto significa conseguir subordinar, não sem contradições, o conjunto das frações das classes dominantes a setores hegemônicos do capital financeiro, bem como prováveis correligionários partidários insatisfeitos. O

PSDB se revela, dessa maneira, como um canal por onde estes setores intelectualizados atuam em prol da conformação hegemônica de uma fração do capital, do qual eles não só se apresentam como seus gerentes mas também desprendem esforços para nela se inserirem, ainda que numa posição subordinada. Trata-se, em suma, de intelectuais orgânicos da burguesia neoliberal brasileira capazes de trabalhar militantemente na conformação de um novo consenso hegemônico, tanto na sociedade civil quanto na sociedade política: nas universidades, empresas, associações das mais diversas áreas de atuação, órgãos e aparelhos estatais, estrutura partidária, dentre outras.

Desta feita, o próprio PSDB é também o local onde estes economistas-dirigentes possuem expressão decisória. Fazem parte do Diretório Nacional, das Comissões Executivas Nacionais e do órgão doutrinador do partido – o Instituto Teotônio Vilela (ITV). Ao contrário do que Loureiro considera em relação ao PMDB, os dirigentes-economistas-peessedebistas identificaram-se muito bem com as orientações programáticas do PSDB. A direção partidária se dedicou a aprovar, no âmbito da ação parlamentar, medidas que fossem capazes de abrir caminhos institucionais que mantivessem a estabilização econômica e que permitissem o implante das contra-reformas neoliberais, tais como o Fundo Social de Emergência (FSE),[167] um novo marco legal que possibilitasse a reforma do Estado, a liberalização e a desregulamentação da economia.

A entrada destes economistas no interior da estrutura partidária, em razão da formulação e implantação do Plano Real, ainda no governo Itamar Franco, causou inflexões importantes no PSDB. Foi o próprio ministro da Fazenda na época, Fernando Henrique Cardoso, que trouxe para o ministério economistas de renome no cenário acadêmico. Perguntado sobre os principais formuladores do Plano Real, em ordem de criação e participação, FHC responde, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo que primeiro convocou

> "*O Edmar Bacha e o Fritsch. Mas eu poria logo depois a imaginação criadora do Pérsio e do André e a enorme capacidade de resolver os problemas do Gustavo. O Malan, o tempo todo. Por fim, o Clóvis Carvalho também, porque*

[167] O Fundo Social de Emergência, depois chamado Fundo de Estabilização Fiscal e hoje Desvinculação das Receitas da União, foi à época uma medida provisória criada como requisito mínimo para se alcançar um suposto equilíbrio nas contas públicas. Destinou-se, para tanto, a desviar recursos das áreas sociais como a educação e a saúde.

*ele fazia o pessoal trabalhar. Agora, de quem era a imaginação e a solução dos problemas, aí são: Bacha, André, Pérsio e Gustavo*".[168]

A equipe econômica responsável pelo plano passou a ter, sob o aval de FHC, autonomia decisória no ministério. A estabilização econômica provocou um grande impulso à ala dos economistas, tanto no âmbito governamental quanto nas instâncias partidárias. Uma espécie de divisão do trabalho foi possível sentir no interior do partido: por um lado, a equipe econômica passou a ter seu programa dependente da capacidade de negociação dos setores parlamentares do partido, ávidos em buscar aprovação das medidas provisórias e os projetos de lei encaminhados pelo Executivo, por outro lado, esses políticos sabiam que a manutenção do seu *status quo* dependeria do sucesso do plano formulado pela equipe econômica.

De qualquer forma, a hegemonia dos economistas-dirigentes no interior do governo e do próprio partido, capitaneada pelo grupo da PUC-Rio, pode ser percebida pela satisfação das aspirações e demandas das próprias frações financeiras da classe dominante. Eram respaldadas pelas classes e frações de classes, às organizações econômicas internacionais (FMI/BM) e o apoio decisivo do próprio Executivo.

As fissuras no interior do novo bloco no poder ficaram latentes quando a política econômica mostrou-se incapaz de apontar para a retomada do crescimento econômico. A aguda crise social poderia potencializar rumos indesejáveis, apesar da falência dos partidos de esquerda em arregimentar propostas alternativas. Articulava-se, assim, um grupo inicialmente capitaneado pelo Ministro do Planejamento, José Serra, apelidado superficialmente pela grande imprensa de "desenvolvimentistas", em oposição aos "monetaristas", de Pedro Malan. Segundo Loureiro,

> *"(...) vários indicadores revelam divergências entre o Ministério da Fazenda/Banco Central e a Secretaria do Planejamento, especialmente quando da gestão de José Serra. Elas se prendem à forma e ao ritmo de prosseguimento do programa de estabilização. De um lado estão os que controlam o câmbio, a taxa de juros e a quantidade de moeda em circulação e, de outro, a Secretaria do Planejamento, encarregada do orçamento e do programa de privatizações. Além da já mencionada questão das cotas de importação de automóveis, os conflitos entre esses dois pólos da gestão econômica governamental aparecem em afirmações sobre a urgência de aliviar restrições ao consumo, reduzir os*

[168] Entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo em 27/06/2004. Disponível no site www.psdb.org.br

*juros, valorizar o dólar etc. por parte de áreas ligadas ao Planejamento e, em contrapartida, em afirmações sobre a necessidade de avançar mais rapidamente na política de privatizações e na reforma tributária, na garantia de austeridade fiscal, por parte do outro lado*".[169]

As disputas entre as variações do projeto neoliberal no interior do aparelho do Estado devem ser procuradas na sociedade civil, isto é, são nos conflitos e contradições que permeiam a sociedade civil que devemos procurar a origem dessas fissuras. Bianchi (2004),[170] ao trazer à tona essas disputas a partir de um estudo sobre as eleições para a presidência da FIESP revela, em particular, a existência de dois projetos neoliberais nessa entidade e, num prisma mais amplo, o debate sobre o projeto do empresariado para o país.

O primeiro, representado pela candidatura Moreira Ferreira à direção daquela entidade, estava preocupado em dar continuidade ao projeto de corte neoliberal cujas primeiras medidas haviam sido implementadas pelo governo Collor, acrescido da busca pela estabilidade política e econômica. Representava setores do empresariado que estavam em busca de uma versão mais forte do neoliberalismo, mas de cunho econômico-corporativo, ou seja, não se desenhava como um projeto alternativo capaz de desafiar as diretrizes governamentais propondo-lhes uma formulação mais abrangente.

O segundo projeto era fruto da aliança entre o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e era representado pela candidatura de Emerson Kapaz. Tratava-se de apresentar um projeto com a premissa de que era preciso "a retirada do empresariado industrial de uma condição subalterna e sua transformação em classe dirigente".[171] Reivindicavam o confronto de idéias e o debate em torno dos grandes temas, propugnando costurar uma "relação construtiva" entre empresários, governo e trabalhadores. Para tanto, era preciso cumprir as exigências de "democratização das entidades patronais" como condição para que o empresariado exercesse um papel dirigente na sociedade brasileira.

Bianchi alerta que a chapa oposicionista de Kapaz carreava um projeto "neodesenvolvimentista" proveniente do IEDI. Apresentava-se sob uma estratégia de "competitividade sistêmica" cujos elementos principais eram: 1) capacitação de grandes

---

[169] LOUREIRO (1997), Op. Cit., p. 112

[170] BIANCHI. Álvaro, "O Ministério dos Industriais – A Federação das Industriais do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990". Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp: Campinas, 2004, especialmente o Cap. 12.

[171] Idem, p. 241.

contingentes de recursos humanos (investimento em capital humano); 2) uma política de incentivos e de linhas de crédito adequadas ("finanças industrializantes") e 3) uma firme representação industrial, possível através de sua "democratização". Os setores empresariais que se articulam nessa chapa, diz Bianchi, mantém uma relação mais complexa com o projeto neoliberal, pois

> "*Ao mesmo tempo em que era reivindicado o papel do Estado como agente de regulação econômica e destacada sua capacidade de planejar o desenvolvimento da indústria, havia também a defesa das privatizações e da desregulamentação do mercado de trabalho, configurando um programa que poderia ser enquadrado naquilo que Sallum Jr. denominou de liberal-desenvolvimentismo. O próprio Kapaz defendeu (...) a redução dos encargos sociais das empresas e a privatização do sistema de saúde e previdência social*".[172]

Percebe-se, desta forma, que este debate não corresponde ao questionamento do projeto neoliberal para o Brasil. Pelo contrário, trata-se de conflitos que pertencem às correlações de forças entre as diferentes frações das classes dominantes que compõem o bloco no poder e que passam, portanto, pelas tentativas de seu aprimoramento/adequação segundo os interesses das frações em disputa.

Podemos então afirmar que predominou no governo FHC a versão mais extremada do neoliberalismo no âmbito da política econômica, convivendo com uma proposta político-social da terceira via, que procurava amortecer o impacto do projeto sobre as classes subalternas.

De qualquer forma, as análises trazidas por Bianchi nos informam que as disputas no interior do Estado restrito traduzem os "conflitos projetivos" na sociedade civil. Os pressupostos do liberalismo com uma política desenvolvimentista (o "liberal-desenvolvimentismo") era municiado pelas frações empresariais dissonantes da política econômica do "neoliberalismo de linha dura" vigente.

O quadro abaixo reflete as clivagens existentes entre dois setores no interior do governo e do PSDB, representados pelos dirigentes abaixo:

[172] Idem, p. 246.

**Quadro E – Grupos em disputa no governo FHC**

| Grupo dos peessedebistas da PUC/Rio no qual predominava os financistas banqueiros[173] | | Grupo do PSDB paulista, liderado por José Serra e Mário Covas, que disputava com o grupo da PUC/Rio[174] | |
|---|---|---|---|
| Nome | Formação | Nome | Formação |
| André Lara Resende | MIT (EUA) | Andrea Calabi | Berkeley (EUA) |
| Edmar Bacha | Yale (EUA) | Clóvis Carvalho | USP |
| Gustavo Franco | Havard (EUA) | José Serra | Cornell (EUA) |
| Pérsio Arida | MIT (EUA) | Luiz Carlos Bresser Pereira | USP |
| Winston Fritsch | Cambridge | Luiz Carlos M. de Barros | Unicamp |
| | | Paulo Renato Souza | Unicamp |
| | | Sérgio Motta | FEI (SP) |

FONTE: adaptação de GOMES (2000). "Os Homens do Presidente ...". Op. Cit., p. 80-81.

Não nos parece que este embate alterou, de um ponto de vista estratégico, a relação de forças intragovernamental e intrapartidário. Há indícios, porém, que o liberal-desenvolvimentismo esteja ganhando espaço no interior do PSDB. Em um documento do partido, elaborado por Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano, em novembro de 2001, por solicitação do então presidente do partido, deputado José Aníbal, estão expostas tais abordagens:

> "*A característica central da **nova fase** será obrigatoriamente apoiar-se muito mais em recursos internos do que externos (...). Desta forma, numa fase inicial de transição, **o aumento das exportações e a substituição das importações serão os motores do crescimento** (...). Substituir importações competitivamente não significará um fechamento da economia brasileira nos moldes do padrão adotado no passado (...). Caberá ao governo eliminar as vantagens tributárias dadas às importações pelo nosso perverso sistema tributário; dar às empresas que aqui se localizam as mesmas condições de acesso aos recursos produtivos e financeiros que têm no exterior e traçar horizontes claros da futura estrutura industrial do país (...) o financiamento externo terá **papel subsidiário** na nova fase de crescimento (...) precisamos estimular o afluxo de capitais de longo prazo voltados para o **investimento produtivo** (...)*".[175] (grifos nossos)

[173] Podemos incluir neste grupo os não filiados ao partido como Armínio Fraga (Princeton), Edward Amadeo (Harvard), Elena Landau (PUC/Rio), Francisco Lopes (Harvard) e Pedro Malan (Berkeley).
[174] José Roberto Mendonça de Barros (USP), apesar de não ser filiado ao PSDB, compõe este grupo.
[175] PSDB. "Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade". Mimeo, 2001.

O vigor e o alcance dessas redefinições resulta dos embates travados no seio da sociedade civil. A aproximação e o afastamento das colorações dos projetos neoliberais dependem do resultado da relação de forças no interior do empresariado e deste com as classes subalternas. A nosso ver, como "moderno Príncipe" da burguesia, o PSDB cumpriu seu papel de canalizar os anseios das frações hegemônicas para um projeto neoliberal restrito, isto é, preocupado em unificar as frações das classes dominantes. O desafio que se coloca, na visão do PSDB, talvez seja o de aprofundar e aprimorar ainda mais o "neoliberalismo ampliado", isto é, o caminho da "radicalização da democracia" da terceira via, só que agora ao sabor de setores "liberal-desenvolvimentistas".

Se, como vimos, a composição social do PSDB e os lugares sociais em que eles trafegam, nos dão a dimensão de seu conteúdo de classe e da sua "missão histórica" no rearranjo do capitalismo brasileiro, cabe agora a tarefa de analisar seu conteúdo programático. Intencionamos, com isso, elucidar as estratégias de divulgação e da busca de adesão ao projeto do neoliberalismo da terceira via impulsionados pelo partido. Cabe, desta forma, examinar seus documentos partidários.

# Capítulo III –
# A construção do "moderno Príncipe"
# da burguesia brasileira

Este capítulo destina-se ao exame dos documentos do PSDB à luz de uma *hipótese motriz*: a de que o partido nasceu comportando princípios norteadores do neoliberalismo da terceira via. A divulgação, implantação e aprimoramento do neoliberalismo foi fruto de desenvolvimentos de concepções presentes *in nuce* nos seus primeiros documentos partidários. Trata-se, assim, de trazermos às análises elementos que nos possibilitem afirmar que o programa peessedebista, desde a sua fundação, capacitava-se para tornar-se o propagador da contra-reforma do Estado brasileiro, cujo papel seria o de reelaborar novas relações entre o Estado e a sociedade brasileira com vistas a garantir a reprodução ampliada de setores hegemônicos do capital e não a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras.

## 1.0 - 1º Ato: A formação e conformação ideológica do PSDB (1988-1994)

No momento de sua fundação, o PSDB não foi um partido homogêneo em termos ideológicos. No seu interior, coexistiam correntes ideológicas bastante distintas, segundo sua própria auto-definição:[176] os social-democratas, a tendência majoritária no partido, eram representados principalmente por Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga e Artur da Távola; os liberais "progressistas", ala mais conservadora, cujos representantes mais destacados eram Afonso Arinos, Jaime Santana, Caio Pompeu de Toledo, Saulo Queiroz e Ronaldo Cezar Coelho; os socialistas-democráticos que, provenientes do MUP, eram a corrente mais à esquerda, do qual faziam parte José Paulo Bisol, Nelton Friedrich, Octávio Elísio, Vicente Bogo, Cristina Tavares, Ana Maria Rattes, entre outros e, finalmente, os democratas-cristãos, liderados por Franco Montoro e José Richa.

Apesar da diversidade de tendências no interior do PSDB e, ao contrário do que se convencionou acreditar, as publicações do partido comprovam, via de regra, *uma orientação programática neoliberal da terceira via*, ainda alcunhada de "nova social-democracia". Nosso intuito, aqui, é trabalhar a hipótese de que a adoção do ideário neoliberal do PSDB não se inicia somente a partir de 1994. Trata-se, a nosso ver, da construção de um projeto que busca a formação - ainda que embrionária e com disputas intestinas -, de um consenso neoliberal de tipo terceira via para o país *desde seus*

[176] PSDB. "A Social Democracia Brasileira: Construção de uma Nova Força". Coleção Tucano, vol. IV, 1989, p. 20.

*primeiros momentos* e irá, como sabemos, paulatinamente aperfeiçoando-se política e ideologicamente.

Coutinho (2000) caracteriza o neoliberalismo como sendo a expressão ideológica do modelo "liberal-corporativo", fruto de um processo de ocidentalização de tipo "americano", que disputa com o modelo de "democracia de massas", de origem européia, a hegemonia na arena política brasileira no contexto da "transição fraca".[177]

A adesão do projeto peessedebista ao modelo "liberal-corporativo", sobreveio do caráter "pelo alto", "passivo" ou "prussiano" das transformações sociais presentes na "abertura democrática". Ainda que as forças provenientes das organizações populares da sociedade civil tivessem se empenhado numa "guerra de posição" frente às forças conservadoras, não conseguiram, porém, evitar a coexistência da "restauração" (como reação das forças conservadoras às organizações e movimentos de cunho popular) com a "renovação" (como assimilação das demandas da sociedade civil popular e diversificação/ampliação de organizações da sociedade civil ligadas aos setores empresariais). Abria-se assim o caminho para a vitória do projeto "liberal-corporativo" ou neoliberal, tornando-se expressão da hegemonia burguesa no Brasil.

Mas, afinal, que elementos nos possibilitam afirmar que o PSDB traz orientações pertencentes ao projeto "liberal-corporativo" no momento imediatamente posterior à sua fundação? Para comprovar essa nossa hipótese temos, sem dúvida, que ouvir nossos próprios agentes, através dos questionamentos e fontes apropriados.

Antes de prosseguirmos, porém, cabe aqui um esclarecimento – na verdade uma prestação de contas: o presente capítulo está orientado pelas hipóteses centrais do livro organizado pela professora Lúcia Neves.[178] Trata-se de uma obra que, utilizando-se das categorias gramscianas de análise da realidade social, se dedica à compreensão das novas formas de dominação, expropriação e dominação inauguradas nas duas últimas décadas no Brasil sob a égide do neoliberalismo da terceira via. Desvenda, em fina análise, a construção e a difusão de uma nova pedagogia da hegemonia que atribui novos significados às idéias de democracia, cidadania, participação e ética, adaptando-as aos interesses do capital. Revela como o Estado redefine suas práticas em favor de uma nova relação entre a aparelhagem estatal e a "trama privada" da sociedade civil, com vistas a legitimar as novas formas de hegemonia e de sociabilidade burguesa. Ao

[177] COUTINHO (2000), Op. Cit., pp. 94-103.
[178] NEVES (org.). (2005) "A Nova Pedagogia da Hegemonia (...)". Op. Cit.

contribuir para o entendimento das atuais formas de dominação de classe aponta para a definição de estratégias mais eficazes para o fortalecimento da contra-hegemonia.

### 1.1) O novo papel do Estado

Os contornos do ideário neoliberal da terceira via já podem ser percebidos no programa partidário (elaborado por Fernando Henrique Cardoso e José Serra) em 1988. Nele notamos claramente que não se tratava de uma proposta social-democrata "clássica", tampouco de cunho "socialista democrático". Assim, por exemplo, o nascimento do PSDB se compromete com um

> *"ideário simples e claro de reformas (...) contra um Estado no qual a argamassa do passado teima em resistir à renovação"*.[179]

As reformas "inadiáveis" definiam-se contra um Estado vulnerável às "pressões corporativistas", por sua organicidade "paternalista", "patrimonialista", de "natureza cartorial", tragado por práticas "clientelistas e fisiológicas". Afirmava o programa que as reformas desejadas

> *"não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil"*.[180]

O programa peessedebista diz recolher a "herança democrática do liberalismo", mas não partilhar da "crença cega do automatismo das forças de mercado". O que nos chama atenção, porém, é o fato de que ele já enuncia a importância que a "sociedade civil" tem na "democratização do Estado", idéia-força que será propagada nos anos subseqüentes. Isso se torna visível em muitas passagens, dentre as quais destacamos:

> *"Nem pretendemos (...) tolher a ação reguladora do Estado onde ela for necessária para estimular a produção e contribuir para o bem-estar, e desde que a ação estatal seja controlada pela sociedade e não guiada pelo interesse corporativo da burocracia ou pela vocação cartorial de grupos privados. Por isso, a concepção de democracia do PSDB (...) requer transparência da*

[179] PSDB. Programa: Introdução e Diretrizes Básicas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Brasília: 1989. Disponível no site www.psdb.org.br
[180] Idem.

*informação e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas".*[181]

O PSDB recupera as críticas populares a alguns problemas do Estado (burocratismo, cartoralismo, clientelismo, fisiologismo, etc.) e elabora propostas para atacá-las, mas subordinando-as às percepções específicas das frações das classes hegemônicas, mais precisamente do capital financeiro. O programa peessedebista já visa ser o propagador da contra-reforma do Estado brasileiro, cujo papel seria o de garantir a reprodução ampliada do capital e não os interesses das classes trabalhadoras.

A valorização da "eficiência", envolvendo uma "ampla reforma do setor público", não deveria abdicar da descentralização de recursos, funções e encargos para os estados e municípios, o que constituiria, segundo eles, a "democratização das decisões". Trata-se, em linha gerais, daquilo que em outros documentos os peessedebistas chamam de "desprivatização do Estado", isto é, do afastamento de interesses privados e corporativos incrustados na administração pública em prol de genuínos "*mecanismos de controle público*", concomitante a uma completa profissionalização e reformulação dos serviços públicos, que visem a sua "racionalização". Em Cardoso (1990), encontramos a seguinte afirmação:

> *"Inaceitável é a 'privatização' do estado, que na América Latina ocorre em grandes proporções. Isto é, através de alianças – que em outras circunstâncias eu chamei de 'anéis burocráticos' – partes da burocracia estatal (...)são 'enfeudadas' a interesses privados". (...) As interligações entre a burocracia estatal e o interesse privado são enormes e freqüentemente fazem-se em detrimento do interesse público".*[182]

A "racionalização" defendida estava agregada à lógica da "eficiência" e "competitividade", própria do mercado, e ao elogio da "eficácia" das associações da sociedade civil na implementação de políticas sociais, pressuposto central do neoliberalismo da terceira via. Visava, por um lado, ao desmonte das funções públicas estatais voltadas para o suprimento das carências nas áreas sociais em prol de sua mercantilização e, por outro, a privatização de largos setores produtivos controlados pelo Estado.

---

[181] Idem.

[182] CARDOSO, Fernando Henrique. "Pespectivas da social-democracia (Vistas do ângulo do Brasil)". In: DAVID, Maurício Dias, (org.). "Social democracia hoje". Rio de Janeiro: Fundação Teotônio Vilela, 1990.

"Privatização" do Estado significaria, nos primeiros documentos do PSDB, o concubinato entre a burocracia e o interesse privado, típico do Estado varguista, e/ou a ação das forças corporativistas que "constituem empecilhos para a universalização das conquistas sociais". "Desprivatização", por outro lado, consistiria em "aumentar o controle democrático sobre a gestão estatal para torná-la sensível ao interesse público". Nos momentos iniciais de formação do partido, esse "controle democrático" seria dado por uma "sociedade civil" genérica, isto é, sem clivagens de classe, uma "esfera pública homogênea" que visaria atender ao "interesse comum" - "a valorização da participação do povo no controle da gestão pública" - mas durante a década de 90, o papel das ONG's aparece com destaque nos documentos do partido. É recorrente, porém, a preocupação em diferenciar-se da participação orientada por forças políticas ponderáveis da esquerda que "reduzem a participação popular ao 'movimentismo', ao 'assembleísmo' e ao 'basismo'".[183]

> *"No mundo de hoje, os freios e contrapesos democráticos são exercidos cada vez mais por entidades que não são propriamente estatais nem privadas: associações de consumidores e de defesa do meio ambiente, a opinião pública, universidades, igrejas, comunidades locais, etc".*
>
> *É com a participação dessas entidades nas decisões que a social-democracia conta, antes de tudo, para garantir a subordinação do poder econômico à sociedade".*[184]

Assim, a "desprivatização" do Estado corresponde, para o PSDB, à privatização do setor produtivo estatal. A defesa do *critério da competitividade* era apresentada como "a modernidade da política social-democrática" e, portanto, afirmava que o "interesse público" requeria que a economia se baseasse em empresas competitivas, "capazes de absorver tecnologia moderna, para que seus efeitos [fossem] positivos para a sociedade".[185] Em suma, no programa peessedebista privatizar significava um duplo movimento: 1) livrar o Estado das amarras burocráticas, corporativistas e clientelistas (e nesse sentido "desprivatizando-o"), que para tanto seria necessário 2) o cumprimento de um programa de reformas capaz de, por um lado, tornar "públicas" e "transparentes" as ações do Estado (através do "controle democrático") e, por outro, criar mecanismos que

---

183 Idem, p. 31.
184 CARDOSO, Fermando Henrique. "Social-democracia, o que é, o que propõe para o Brasil". São Paulo: s.ed. 1990. Disponível no site www.psdb.org.br
185 Idem.

buscassem a competitividade - e, por conseguinte, a "eficiência"- por meio da venda do setor produtivo estatal ao capital privado (desestatização).

Diante disso, não se pode negar que o projeto peessedebista de "modernização" do Estado visava lutar contra toda e qualquer organização sindical do funcionalismo público, apresentada como "corporativa", "burocratizada", "ineficiente" e, por isso, predadora do "bem comum". "Desprivatizar" significava convencer amplos setores sociais da necessidade de quebrar a resistência e a capacidade dos setores organizados (capitaneados pela CUT) em lutar por um projeto redistributivista no Brasil. No plano internacional, não é difícil percebermos a orientação thatcheriana do PSDB. Mais que isto: a nosso ver essa orientação apresenta-se sob um novo verniz, uma nova roupagem, já nos momentos iniciais do partido, com traços visíveis das acepções daquilo que, em meados dos anos 90, Giddens e seus seguidores denominariam de terceira via. É possível visualizar o esboço, não muito sistematizado, de uma contra-reforma intelectual e moral de tipo terceira via nos primeiros documentos partidários.

O desafio para o Brasil, de acordo com o PSDB, passa pela necessidade de "atacar com firmeza a reforma das estruturas do Estado". Deve ficar claro, assim, que não se tratava de pôr em prática uma reforma administrativa superficial, contingente, restrita. Mais que isto,

> *"se impõe hoje no Brasil uma reestruturação profunda da máquina do Estado (...) As empresas que devam permanecer estatais (...) hão de obedecer a padrões rigorosos de eficiência na sua gestão corrente, livres do empreguismo e do desperdício, e a critérios de estrito interesse público (...)".*[186]

O Estado assume nessas formulações iniciais do ideário peessedebista um papel distinto: nas suas funções macroeconômicas, deixaria de ser o principal agente da poupança forçada e da acumulação de capital (papel necessário nos primeiros estágios da industrialização) e se restringiria a planejar e executar mecanismos que sustentem um novo padrão de acumulação capitalista. Já na *área social se destinaria a complementar o mercado*, isto é, organizar e gerenciar uma rede de serviços básicos ao atendimento das demandas fundamentais da população, no qual deixaria de lado seu papel de produtor de bens e serviços públicos. Os investimentos privados, a ação concorrencial do mercado e as formas de organização da sociedade civil indicavam, neste ideário, a

[186] Ib. Idem.

forma e o conteúdo de um novo (mas não único) projeto de recomposição da obtenção do consenso no Brasil. Assim, a "nova social-democracia"

> *"(...) afirma a superioridade do mercado na coordenação da economia mas não dispensa a ação complementar do Estado na área social e na promoção da ciência e tecnologia, propõe a adoção de novas formas participativas de trabalho nas empresas, dispõe-se a administrar e julga-se capaz de administrar melhor o capitalismo do que os próprios capitalistas".*[187]

Sintonizados com as transformações do capitalismo contemporâneo nos países centrais, as lideranças peessedebistas insistem na inevitabilidade da globalização e afirmam a necessidade de abertura econômica - sempre acompanhada da exigência da manutenção da "soberania". Interessante observar que neste ideário o conceito de "soberania" desvincula-se do seu caráter "popular" e paulatinamente também se separa de "nacional", transformando-se em puro mercado e competição. A "soberania" se apresenta, em suma, como capacidade de competitividade do país no cenário internacional, o que atendia às demandas e as pautas tanto de setores expoentes da burguesia ávidos por se projetarem e se expandirem no mercado "globalizado" quanto da hegemonia das frações do capital financeiro internacional.

> *"De todos os lados, no mundo de hoje, a busca da inovação tecnológica, da eficiência, aponta para a integração soberana ao sistema econômico internacional. Para o PSDB, soberania nacional não pode ser sinônimo de autarquia, de isolamento econômico, de criação de 'cartórios' que exploram o povo, cultivam a ineficiência e freiam a acumulação de capital. Soberania deve significar capacidade de decidir sobre o modo como se dará a integração à economia mundial"*[188].

Essa passagem é singular e revela, com todas as letras, parte fundamental do projeto peessedebista. A intenção declarada é de romper com o caráter nacionalista e estatizante (sempre adjetivado, como vimos) do Estado brasileiro, inaugurado desde o governo Vargas na década de 30. Difícil é não perceber que o "Estado socialmente necessário" apresenta-se dentro de um arcabouço liberal, *destituído das clivagens de classes, apresentando-se como promotor do bem-comum*.

---

187 PEREIRA (1990). "Crise e renovação da esquerda ...". Op. Cit.
188 Idem.

Em outro documento bastante conhecido, produzido um ano após a fundação do partido, Mário Covas, em um discurso pronunciado no Senado que ficou conhecido com "O choque do capitalismo", declarava, sem meias palavras que

> *"O Estado brasileiro cresceu demasiadamente como produtor direto de bens, mas atrofiou-se nas funções típicas de governo. Vamos privatizar com seriedade e não apenas na retórica. Vamos captar recursos privados para aumentar os investimentos de empresas públicas estratégicas e rentáveis (...). Metade de nossa indústria está atrasada tecnologicamente. Importamos pouquíssima tecnologia (...)".*[189]

Covas deixa claro a estratégia do programa peessedebista de privatização das empresas estatais, desregulamentação e liberalização econômica. Advoga que o verdadeiro nacionalismo "impõe a capacitação do País para a competição internacional", não fazendo sentido isolá-lo numa "autarquia", e acrescenta que

> *"O Brasil precisa importar mais do que faz atualmente (...). Temos que exportar bastante para importar bem mais que hoje, a fim de aumentar a produção interna, trazer tecnologia moderna e aliviar as finanças do governo (...) Serão bem-vindos investimentos estrangeiros (...) Do exterior, o Brasil quer meios de produção, quer sócios e não credores (...). Daremos passos ousados para atrair capitais de risco, desenvolvendo nosso comércio exterior e aliviando a dívida".*[190]

A reforma do Estado é colocada, novamente, como foco das preocupações e estratégias de superação da crise que o país atravessava. O Estado varguista, empresário, interventor, estaria falido e, portanto, deveria ser reformulado, era preciso

> *"Tirá-lo da crise, reformulando suas funções e seu papel. Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios (...). Basta de empreguismo. Basta de cartórios. Basta de tanta proteção à atividade econômica já amadurecidas.*
>
> *Mas o Brasil não precisa apenas de um choque fiscal. Precisa, também de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas a prêmios".*[191]

---

189 COVAS, Mário. "O desafio de ser presidente: compromisso com a democracia, a justiça e o desenvolvimento". Brasília, Senado Federal, 1989.
190 Idem.
191 Idem.

Um futuro governo peessedebista teria como principais diretrizes a ênfase na estabilidade da inflação como condição anterior para o crescimento econômico e a alternativa do mercado com forma de suplantar o modelo nacional desenvolvimentista centrado no Estado.[192] A "modernização" da sociedade brasileira se tornaria viável, segundo os principais agentes sociais e intelectuais orgânicos do partido, *pari passu* ao compartilhamento do avanço tecnológico com os países centrais, via abertura econômica e privatizações. Assim, crescimento econômico, desenvolvimento técnico científico, liberalização, privatização e reforma do Estado aparecem com destaque nos primeiros documentos programáticos do PSDB e condicionam toda a proposta política e econômica do partido. Vale a pena mostrar que essa perspectiva está bem nítida num livreto escrito por Fernando Henrique Cardoso em março de 1990, portanto menos de dois anos depois da fundação do partido:

> *"Se quer voltar a crescer pagando salários mais altos e melhorando o preço e a qualidade dos seus produtos, o Brasil também precisa fazer a sua 'perestroika', isto é, reestruturar sua economia, tornando-a menos protecionista e mais eficiente. (...) O capital e a tecnologia das empresas multinacionais podem ajudar, como têm ajudado, a modernizar a indústria brasileira (...) Por isso não tem cabimento dificultar, da nossa parte, a entrada de capital estrangeiro".*[193]

Nossa ênfase na questão estatal reflete o quanto a preocupação na reformulação ou reconstrução (nunca destruição) do Estado está presente nos documentos do PSDB – que foi e continua sendo a raiz da sua proposta. Proposta essa que passa ao largo das demandas dos trabalhadores por políticas públicas de caráter universalizante, ou pelo menos na manutenção, ainda que precária, de algumas delas. É fato, por exemplo, o quanto a avalanche neoliberal no Brasil representou o ataque a estes direitos sociais (conquistados, diga-se de passagem, a partir de intensa mobilização e organização histórica do operariado) e a qualquer luta redistributiva proveniente das organizações da classe trabalhadora, apontando para a mercantilização e submissão dos bens sociais à lógica do mercado. Concordamos com Lima e Martins ao comentar que

> "*O argumento central da terceira via e do neoliberalismo é o de que se deve eliminar toda e qualquer política estatal que imobilize os indivíduos, gere*

[192] ROMA, Celso. Op. Cit.
[193] CARDOSO, (1990). "Social Democracia – O que é ...". Op. Cit.

*obstáculos à expansão do mercado e crie dificuldades para o pacto entre capital e trabalho*".[194]

Outro ponto importante tratado no programa do PSDB se refere ao crescimento econômico com distribuição de renda. No ideário peessedebista, *a distribuição de renda não deve se antecipar ao crescimento da economia nacional*, se não se quer ser conivente com medidas "populistas" e "paternalistas". O crescimento econômico é, nesta perspectiva, "condição necessária para erradicação da miséria e a diminuição das desigualdades sociais e regionais". Para tanto, seriam necessários "elevados investimentos, tecnologia moderna e eficiência na utilização dos recursos".

> *"Nada disso se consegue sem competitividade. Por isto o PSDB valoriza a ação inovadora do empresariado como fator de desenvolvimento, batendo-se por regras claras e estáveis e por políticas que estimulem a livre iniciativa sem paternalismo nem privilégios de natureza cartorial"*[195].

Desta maneira, as políticas sociais peessedebistas já na origem estavam atreladas aos valores concorrenciais do mercado, realizados somente nos marcos de um aumento da produtividade global da sociedade brasileira. As reformas não eram para a maioria, mas para favorecer o empresariado.

### 1.2) Social-democrata ou neoliberal?

Embora tenhamos focalizado os aspectos nitidamente neoliberais contidos nos documentos iniciais do PSDB, não podemos fechar os olhos para o fato de existirem claramente divergências quanto a essa postura no interior do partido. Nossa hipótese de que o partido comporta traços claros de uma identidade neoliberal de tipo terceira via *na sua origem*, não deve obscurecer as clivagens ideológicas que se apresentam naquele momento. Assim, por exemplo, podemos afirmar a existência de correntes ideológicas mais voltadas à social-democracia "clássica". Torna-se, assim, inteligível o apoio do PSDB no segundo turno ao candidato Luis Inácio Lula da Silva (mesmo com ressalvas ao programa da Frente Brasil-Popular) na corrida presidencial de 1989, em oposição a Collor de Melo, "por entender que representava uma política que contrariava os

[194] LIMA e MARTINS (2005). Op. Cit, p. 58.
[195] Ibidem.

princípios e propostas social-democratas".[196] Procurou também se mostrar como um partido social-democrata no cenário internacional, filiando-se como membro observador da Internacional Socialista.

Difícil, porém, é definir em que momento preciso a tendência neoliberal consagra sua hegemonia sobre as demais correntes. Marques e Fleischer (1999) apontam para o fortalecimento da ala conservadora em ocasião da adesão de Tasso Jereissati e seu grupo político em 1990. Alertam que, na medida em que sua bancada cresce em contingente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, adquire uma conformação ideológica mais próxima do PFL, já em 1992.[197]

Roma (2002), por outro lado, diz que a identidade programática do PSDB revela um "dilema ideológico" inicial: entre se declarar "social-democrata", de um lado, e apresentar um programa de governo orientado por "teses liberais", de outro.[198] Para o autor, o discurso ideológico social-democrata presta-se a aglutinar e mobilizar a militância no interior do PSDB. Por outro lado, a tônica liberal predominou como concepção ideológica de seus membros dirigentes com cargos eletivos.[199]

Cabrera (1995) entende que a mudança do perfil ideológico do PSDB teria ocorrido em prol de uma maior viabilidade eleitoral, catalizando grande número de lideranças de outros partidos.

Há aqueles, inclusive, que consideram realmente o PSDB como partido social-democrata "adaptável às circunstâncias brasileiras", sendo uma alternativa recomendável para o atual quadro brasileiro. Em seus primeiros três anos de existência não possuiria um perfil ideológico definido, tateando entre as várias tendências mencionadas.[200]

Power (2003) acredita que a inflexão ideológica do PSDB ocorreu, pelo menos, em 1992, pois até então

> *"(...) o PSDB se manteve comprometido com uma linha política social-democrática tradicional e um perfil coerente de centro-esquerda".*[201]

---

[196] PSDB. Comissão Executiva Nacional. "Nascido para Mudar o Brasil – a história do PSDB". Brasília, s. ed., 1998.
[197] MARQUES e FLEISCHER (1999). Op. Cit.
[198] ROMA, Celso. Op. Cit.
[199] Apesar de ser uma hipótese instigante, Roma não apresenta as fontes que nos possibilitem chegar às conclusões referidas.
[200] Esta interpretação encontra-se em FURTADO (1996). "Trajetos e Perspectivas Social-Democratas (...)". Op. Cit.
[201] POWER (2003), Op. Cit.

Para provar essa hipótese, o autor lança mão de pesquisas realizadas durante as votações na Assembléia Nacional Constituinte. O estudo realizado por Kinzo (1989), neste caso, "mostrou que o partido votou muito mais vezes com a esquerda do que com a direita". Já a pesquisa feita pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), mostrou, numa escala de 0 a 10, em que 10 é a posição mais próxima dos interesses dos trabalhadores, que:

> *"(...) o PT obteve quase perfeitos 9.87; o PFL, conservador, alcançou 2.45 e a média da Assembléia Nacional Constituinte foi de 4.94, perto do centro da escala, e o PSDB obteve extraordinários 8.16 pontos".*[202]

Tais interpretações refletem o debate acerca da formação do PSDB entre os cientistas políticos. Muitas dessas análises atribuem total centralidade ao jogo político-institucional, outras se detêm nas intrigas e alianças partidárias. Colaboram ao esclarecer as posições político-ideológicas de suas lideranças tanto por meio das votações na ANC quanto através de entrevistas. Por mais que a formação e a trajetória do partido obedeçam às questões pragmáticas colocadas pelas instituições liberais representativas, não podemos nos limitar a este aspecto. Corre-se o risco de perder a compreensão das correlações de forças atuantes tanto nas disputas intra-classes dominantes quanto entre as classes fundamentais, num período em que se destacava o auge das mobilizações dos trabalhadores, especialmente movimentos grevistas. Preocupadas em apreender a dinâmica da "pequena política", essas análises não atentam para o fato de que se tratava de uma "crise orgânica".[203] Neste prisma, a fertilidade das propostas do PSDB se devem, em grande medida, às demandas já postas pelas organizações do empresariado (nacional, internacional ou associado).

Diante da situação de crise, o PSDB se desloca em peso para procurar contemplar as diversas demandas das frações e setores das classes dominantes. É então que assume seu efetivo papel – o de formulação e implementação de uma plataforma política unificadora dos setores empresariais, tornando-se o intelectual coletivo da burguesia, o seu "moderno Príncipe".

Para não forçar interpretações nas entrelinhas, nada melhor do que as palavras de nossos próprios protagonistas. O trecho abaixo foi retirado de uma palestra de FHC,

---

[202] Idem, p. 241-242.

[203] Para Bianchi, uma crise é orgânica quando afeta o conjunto das relações sociais sendo a condensação das suas contradições. A coincidência de uma crise de acumulação do capital com o acirramento da luta (intra e inter) classes, propicia a sua eclosão. Ver BIANCHI (2004), Op. Cit.

num balanço sobre as realizações e os desafios do PSDB, em 1999 e mostra como engajava, precocemente, a ala neoliberal do partido:

> *"No programa do PSDB, há uma parte em que se discute o capital estrangeiro. Foi o primeiro partido que discutiu a necessidade do capital estrangeiro, pois a visão dominante, até então, era: capital estrangeiro igual a imperialismo. O imperialismo quer impedir o nosso desenvolvimento, logo somos contra. Nós concluímos a necessidade da participação do capital estrangeiro (...).*
>
> *E já então, nos anos 80, reconhecemos que era preciso privatizar. E dizem que o Governo é neo-liberal, que o Presidente esqueceu o que escreveu. Eu não esqueci o que escrevi, nem nunca disse essa frase. Nós dissemos que era preciso privatizar(...). O que importa é que nós tivemos coragem de ir contra tabus. A economia não foi aberta pelo PSDB, já estava aberta, mas o mundo tinha se transformado em ritmo acelerado (...). Nesse contexto, julgamos que era fundamental valorizar a empresa privada na busca da competitividade. Palavras que não se usavam, era o período da substituição de importações (...). Leiam o discurso do Mário Covas sobre choque de capitalismo. Leiam e vejam se o que estou dizendo está ou não dito lá.*
>
> *Achávamos também que era preciso fazer uma profunda modificação nas estruturas obsoletas do Estado (...) Era um Estado que só tomava empréstimos. O Estado, no passado, o Estado que foi desenvolvimentista, o Estado da substituição de importações, era investidor. Foi o Estado capaz de poupança que fez a Eletrobrás e a Petrobras. Eu aplaudia e aplaudiria de novo, se as circunstâncias fossem as mesmas. Só que no fim da década de 80 nós estávamos diante de um Estado quebrado.*
>
> *Quando fui nomeado ministro da Fazenda (...) disse: 'Olha, temos três tarefas a cumprir: inflação, inflação e inflação. Acabar com a inflação'. Aí, me perguntaram sobre privatização. Eu disse: 'Não, essa questão não é ideológica, é prática'. Como é que se faz crescer uma economia, se o Estado está despoupando, não tem onde investir e a economia precisa de investimento? De*

*onde tirar? A acumulação passou a ser privada. Ou se faz o investimento via o setor privado ou a produção pára".*[204]

Ora, de que forma podemos afirmar que o PSDB apresenta postulações da social-democracia clássica? Sua aproximação com o neoliberalismo é original, orgânica, programática. Aliás, o partido estava extremamente afinado com os pressupostos de seus congêneres europeus, já em fins dos anos 80. Não era necessário aproximar-se de Collor para caracterizá-lo como partido que adotava pressupostos claramente neoliberais. Não houve redefinições: a social-democracia peessedebista mostra ter clareza do seu horizonte político e ideológico, e o abraça com fervor e determinação! O que se seguiu foi o aprimoramento contínuo do projeto e, no pós-94, sua consolidação, implementação, refinamento e ampliação. São três fases bem nítidas, distintas e complementares: de 1988 a 1994 temos a formulação e a divulgação da ideologia neoliberal, que se equivale à "nova social-democracia" européia e que chega à terceira via (com um interregno experimental no governo Collor); no primeiro governo FHC (1994 a 1998) assistimos à edificação e implantação das bases deste modelo e, finalmente, no segundo governo FHC (1998-2002) o refinamento e a ampliação daquilo que já tinha sido estrategicamente debatido, analisado e implementado nos períodos anteriores, isto é, tratou-se de fincar as bases da hegemonia neoliberal da terceira via através da proposta de "radicalização ou democratização da democracia".

De fato, alguns documentos programáticos do PSDB possuem um "aroma" social-democrata.[205] A supremacia (que ainda não era hegemonia) do ideário neoliberal nos momentos imediatamente posteriores à fundação do partido ainda não estava plenamente assegurada. Decisivamente, trata-se, então, de um partido com a denominação "social-democrata", mas cujo conteúdo programático incorporava os principais temas econômicos neoliberais. Em outras palavras, além de não ser social-democrata pelo seu conteúdo programático não o é também porque, de fato, falta a ele a base de classe social-democrata que é a classe trabalhadora: ora, o partido nunca constituiu qualquer vínculo com a classe trabalhadora e, portanto, até mesmo sua

---

[204] PSDB. "Seminário Realizações e Desafios de um Programa Social-Democrata no Brasil". Instituto Teotônio Vilela, Rio de Janeiro, 2000.

[205] Para mostrar que o teor social-democrata não era tão decisivo na formulação ideológica do partido, no dia 10/06/1988, a Folha de São Paulo divulga uma matéria acerca da denominação do novo partido. "Segundo pesquisa, as palavras novo e democracia foram destacadas para a criação do novo partido, daí seu nome acima [Partido da Renovação Democrática], há propostas também para Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e outro, Partido Progressista Popular (PPP)". Encontramos ainda outras postulações como Partido da Refundação Social e Partido Democrático Popular.

denominação "social-democrata" fica comprometida. Uma análise de classe do partido não se deve se restringir pela análise de seu programa mas também, como sugere Gramsci, *"a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social"* que, para o caso do PSDB, não são os trabalhadores, mas sim frações hegemônicas da burguesia neoliberal da terceira via.

Ainda que não tenhamos subsídios necessários para localizar precisamente em que momento a tendência neoliberal se tornou hegemônica, um fato importante deve ser considerado: o MUP, composto de cerca de 20 parlamentares e que garantia o perfil social-democrata "clássico" do PSDB, foi extinto em 1990, após a derrota eleitoral de seus representantes mais combativos. Outros, como Euclides Scalco, resolveram se afastar do partido devido à adesão de parlamentares alinhados com os setores conservadores em ocasião do plano de estabilização inflacionário neoliberal já no governo Itamar Franco – o Plano Real.[206] Este movimento adesionista cresceu muito durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso na presidência da república, período em que as correntes que originalmente compunham o PSDB já haviam abraçado definitivamente as contra-reformas neoliberais, o que pode ser parcialmente demonstrado pela disciplina de seus parlamentares na aprovação das medidas provisórias enviadas pelo Executivo. As análises dos documentos – o conteúdo ideológico apresentado – nos permitem afirmar que estes setores não tiveram forças para hegemonizar o partido criando, no máximo, condições de pôr alguns obstáculos circunstanciais às tendências neoliberais somente até o governo Itamar Franco.

Mais importante do que nos preocuparmos com o "quando", é entendermos os "porquês", ou seja, as razões que levaram o PSDB a assumir definitivamente o programa neoliberal. Para tanto, trata-se de pensarmos as formações sociais no capitalismo (e os partidos políticos que nelas atuam) a partir das análises das lutas de classes, ou seja, daquilo que Gramsci chama de "relações de forças":

> *"Sobre os 'planos políticos' ligados aos partidos como formações permanentes, cabe lembrar o que Moltke dizia dos planos militares, ou seja, que eles não podem ser elaborados e fixados previamente em todos os seus detalhes, mas só em seu núcleo e esboço central, tendo em vista que as particularidades da ação dependem, em certa medida dos movimentos do adversário".*[207]

---

[206] MARQUES e FLEISCHER., Op. Cit., p. 101
[207] GRAMSCI (2002). Op. Cit., p.25

A configuração da programática neoliberal peessedebista se dará nas correlações de forças travadas no seio da sociedade civil. A debilidade e o refluxo crescente das associações da sociedade civil ligadas aos setores populares já no início dos anos 90 por um lado, seguida de importantes vitórias do projeto liberal-corporativo ou neoliberal em pleno vapor nos países centrais por outro, constituíram motivações fundamentais para que o PSDB varresse de seu horizonte político qualquer conteúdo social-democrata e aprimorasse novas estratégias de dominação, aprofundando o novo padrão de acumulação capitalista no Brasil. Vale ressaltar também as inflexões causadas pela queda do muro de Berlim em 1989 e as sucessivas mudanças nos países do leste europeu, impactando nas correlações de forças nacionais.

Diante disso, as articulações com o governo Collor começam já em fins de 1990, quando alguns membros do PSDB, tais como Arthur Virgílio, Hélio Jaguaribe e Celso Lafer, passam a defender a aproximação com o governo. Os dois últimos, inclusive, ocuparam respectivamente os cargos de Ministro da Ciência e Tecnologia e de Ministro das Relações Exteriores do governo Collor. Apesar de prestar apoio político ao governo, as resistências internas, notadamente de Mário Covas, e as denúncias de corrupção impediram uma vinculação mais próxima entre o PSDB e Collor. Ao procurar o PSDB, Collor estava ansioso por credenciais "social-democráticas", por maior credibilidade e/ou consistência ideológica a seu governo.

Afinados com as experiências dos partidos e governos social-democratas europeus durante a década de 80, *os peessedebistas apresentam-se como portadores precoces de um projeto neoliberal de tipo terceira via para a realidade brasileira.* Posto isso, as ligações entre o PSDB e o governo Collor obedecem, a nosso ver, tanto aos arranjos políticos conjunturais quanto às determinações programáticas do partido. Para Cabrera,

> *"Pelo que foi analisado, encontramos estes dois elementos presentes nesta aproximação, uma vez que os pressupostos básicos de reforma do Estado, de privatização do parque produtivo estatal, com correspondente abertura dos monopólios estatais, de desregulamentação da economia e de crença no desenvolvimento do setor privado como instrumento de justiça social, está presente tanto no discurso oficial de Collor como nos documentos programáticos do PSDB".*[208]

[208] CABRERA, Op. Cit.

Diante do que foi apresentado até aqui, podemos asseverar que o PSDB, apesar de ter recebido, como veremos, influências externas foi, sobretudo, capaz de confeccionar seu programa neoliberal de terceira via por meios próprios. Cremos ter exposto e analisado alguns elementos de como este processo emergiu não sem embates no interior do partido, corroborando para uma proposta no qual o elemento neoliberal (abertura econômica, privatizações, desregulamentação, contra-reforma do aparelho do Estado, dentre outros) estava mais bem definido do que a variante da terceira via, ainda que esta comportasse traços de redefinição das relações Estado e sociedade civil no Brasil. É realmente muito rápido, meteórico, o mergulho que o PSDB realiza na plataforma neoliberal. Deixemos claro que isso foi facilitado devido ao fato de seu conteúdo programático contemplar temas centrais do modelo neoliberal desde a sua fundação.

Assim, o período 1988-1994 fez com que o PSDB se preparasse para ser o agente da consolidação de uma nova vontade coletiva, exercendo o poder de mediação entre os organismos e institutos das várias frações das classes dominantes na articulação e conformação de um novo bloco histórico burguês no pós-94. Nos dois mandatos de FHC, os peessedebistas foram sujeitos políticos coletivos capazes de empreender uma contra-reforma moral e intelectual e traçar o formato de uma vontade coletiva no interior do bloco burguês.

### 1.3) Redefinindo e repolitizando a esquerda

O PSDB, desde sua formação, tentará se notabilizar perante a sociedade brasileira como uma esquerda "responsável" e "moderna", diferenciando-se da esquerda "agarrada aos anos 50", "arcaica", "corporativista", "populista", "estatizante", "protecionista", e até "totalitária", incapaz, segundo eles, de perceber as profundas modificações em andamento no mundo. A crítica direciona-se a todos os que ainda procuram explicar a recomposição das classes sociais, apresentando-os como possuidores de uma estratégia nacional-desenvolvimentista e também aos que continuavam a buscar a "degenerada" utopia da revolução socialista. Aos primeiros, os peessedebistas afirmam sua "caduquice" posto que o modelo de substituição de importações se esgotara, já nos anos 60. Tinham traçado, diziam os peessedebistas, um diagnóstico correto na época, qual seja, o de que a causa do subdesenvolvimento nacional se dava pela troca desigual e que, portanto, sua estratégia de superação era

dada pela industrialização induzida pelo Estado. Como nos anos 70 a América Latina já tinha se industrializado, tal diagnóstico e estratégia teria sido superada. Além disso, a crise fiscal do Estado comprovaria sua ineficácia e emperrava o desenvolvimento. Aos segundos, diziam que a falência do comunismo totalitário comprovava que "a simples eliminação da propriedade privada está longe de conduzir ao socialismo".[209] Essas concepções se estendem no ideário do partido até hoje:

> *"Essa velha esquerda fecha os olhos à falência financeira dos poderes públicos, às dificuldades da administração estatal em gerir empreendimentos econômicos, à facilidade com que um Estado maximizado sucumbe ao assalto da corrupção e do corporativismo, e à inexistência de poupança e recursos públicos suficientes para atender às necessidades de investimentos da economia".*[210]

Afirmavam que a formação do PSDB significava a emergência de uma "esquerda moderna" ou uma "nova esquerda", que "procura[va] formular um novo diagnóstico e propor uma nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil".[211] Buscava apresentar-se como uma "esquerda" com colorações social-democratas "modernas", "adaptada ao mundo em transformação", com o claro intuito de credenciar-se junto a alguns setores do capital. Tratava-se, já neste momento, de pôr na agenda a urgência das contra-reformas neoliberais, propondo mudanças capazes de assegurar a manutenção da hegemonia burguesa no Brasil:

> "*(...) no final dos anos 70, o Estado se tornara não apenas excessivamente grande, mas também vítima de uma crise fiscal. Terminava um ciclo de crescimento do Estado e agora era necessário reduzi-lo, era necessário realizar o ajuste fiscal, sanear as finanças públicas, privatizar, desregular, liberalizar o comércio, para, em seguida, dar condições a um Estado renovado de intervir em outras áreas – na área do desenvolvimento tecnológico voltado para a competitividade internacional e na área social".*[212]

Será recorrente nos documentos do PSDB esta definição: ser de esquerda era estar pronto para arriscar a ordem em nome da democracia e da justiça social, em contraposição à direita que prioriza a ordem em relação à justiça social.

---

209 PEREIRA (1990), Op. Cit.
210 PSDB. "Declaração Programática do Partido da Social Democracia Brasileira – documento preliminar para discussão interna". Brasília, maio de 2001.
211 Ib. Idem.
212 Idem.

"*Quando a ordem é tão importante para alguém a ponto de não arriscar nada em nome dela, essa pessoa será conservadora, será de direita. Quando, porém, estiver disposta a arriscar a ordem (e a democracia no limite já é um risco à ordem) em nome da justiça, então será de esquerda. Falo em arriscar, não acabar com a ordem*".[213]

Ser moderno era apoiar as privatizações, enquanto ir de encontro a esse processo era sinônimo de atraso. Já é possível encontrar essa definição cunhada por Bresser Pereira nas publicações do partido em 1990.[214] Antecipa-se assim àquela apregoada por Norberto Bobbio em meados dos anos 90,[215] qual seja, a de que é de esquerda quem defende a igualdade, quem luta por uma distribuição de renda menos desigual, por maior justiça social e é de direita quem vê a desigualdade como inevitável e, sob muitos aspectos, desejável. Anthony Giddens faz referência e assume a definição de Bobbio, asseverando que, neste sentido, "a política da terceira via é inequivocamente uma política de esquerda".[216]

Ser de esquerda ou de direita deixa de ser um conceito referencial de movimentos e idéias calcados na luta entre as classes fundamentais no capitalismo e passa a prevalecer uma conotação valorativa, como sendo simplesmente uma diferença de valores. O objetivo é evitar e desmantelar a ação de sujeitos políticos coletivos das classes subalternas capazes de promover uma reforma intelectual e moral, uma vontade coletiva nacional-popular contra-hegemônica, fazendo com que as idéias, ou melhor, com que a hegemonia esteja descolada do seu caráter de classe e apresenta-se como algo "dado", "natural". Trata-se também de ressignificar o conteúdo dessas definições (como também as de igualdade/desigualdade) deshistoricizando o capitalismo como uma formação social no qual a *reprodução das relações sociais fundantes baseiam-se na expropriação do trabalho e na concentração dos meios de produção por parte do capital.* Nesta direção, Wood afirma que

"*O capitalismo é estruturalmente antitético à democracia não somente pela razão óbvia de que nunca houve uma sociedade capitalista em que a riqueza não tivesse acesso privilegiado ao poder, mas também, e principalmente, porque*

---

213 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. "Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo". Lua Nova Revista de Cultura e Política, nº 39, 1997, p. 53-71.
214 PEREIRA (1990). "Crise e Renovação ...". Op. Cit., p. 36.
215 Ver BOBBIO, Norberto. "Direita e Esquerda – Razões e significados de uma distinção política". São Paulo: Unesp, 2001. A primeira edição no Brasil foi publicada em 1995.
216 GIDDENS (2001b). "A terceira via e seus críticos". Op. Cit., p. 46.

*a condição insuperável da existência do capitalismo é o fato de que a mais básica das condições de vida, as exigências mais básicas de reprodução social, ter de se submeter aos ditames da acumulação de capital e às 'leis' de mercado*".[217]

A influência das experiências da "nova social-democracia" européia, sobretudo nos governos do PSOE de Felipe González e do PS francês de Mitterrand, são decisivas para o PSDB assumir precocemente um programa neoliberal posteriormente teorizado como da terceira via. Mais do que qualquer outro partido brasileiro, (e por que não latino-americano?), o PSDB estava inserido em redes internacionais afins e suas intenções eram bem conhecidas nos círculos da Internacional Socialista, em que tinha conseguido o lugar de "observador". Tais relações familiarizaram as lideranças do partido com o modelo reformista neoliberal na Europa dos anos 80, conduzido pela social-democracia de novo tipo. Mas, antes disso, é sabido que tanto a experiência do exílio quanto a militância no PMDB contribuiu para que "notáveis" do partido estabelecessem contatos pessoais com as lideranças da social-democracia que, na época, estava se "renovando" rapidamente na Europa. Muitas dessas lideranças seriam, na década de 80, condutores das reformas e ajustes "voltados para o mercado" nos seus países. Algumas lideranças peessedebistas conheciam pessoalmente Mário Soares, primeiro-ministro e depois presidente de Portugal e, não menos que Fernando Henrique, que havia trabalhado como professor na Europa nos anos 70, mantinha laços amistosos com muitos ativistas do PS francês que haviam chegado ao poder em 1981. Situação semelhante acontecia em relação a Felipe González. Para Power,

*"(...) a evolução dos socialistas espanhóis e franceses mostrou aos tucanos que uma democracia reformista e pró-mercado era pragmática do ponto de vista econômico e viável da perspectiva eleitoral"*[218]

É claro que os circuitos internacionais aos quais o PSDB estava ligado não mudaram, mas sobretudo reforçaram a concepção ideológica em curso no interior do partido. Servia como uma espécie de "escudo legitimador", um "anteparo" tanto no plano interno, procurando legitimar o viés (contra)reformista perante setores mais recalcitrantes, quanto no plano externo, credenciando-se como porta-voz e mesmo indutor de um novo projeto de modernização.

---

[217] WOOD, Ellen. "Democracia contra o capitalismo – a renovação do materialismo histórico". São Paulo: Boitempo, 2003, p. 8.
[218] POWER (2003). Op. Cit. p. 262.

O PSDB procura se apresentar para o conjunto das classes sociais brasileiras como um partido de esquerda "moderno". Aos trabalhadores em particular, como uma alternativa "realista", "democrática", de "esquerda" e "contemporânea" que considera os estatutos do capitalismo globalizado e neoliberal de tipo terceira via os arautos da eficiência econômica e do desenvolvimento político e social para a realidade brasileira. Para tanto, seu discurso pautou-se pela descaracterização agressiva e militante das correntes de esquerdas que compunham o cenário em disputa, de um lado, e por outro, na busca da construção de um consenso acerca das idéias e práticas de uma suposta "nova esquerda", capaz de ressignificar tanto as palavras de ordem, quanto os conceitos e idéias presentes na rotulada "velha esquerda", num "mimetismo terminológico" que se presta ao mesmo tempo a confundir e educar para um novo projeto de sociabilidade.[219] Esforçava-se, em particular, para empreender um combate às aspirações históricas do conjunto da esquerda marxista, visando destruir paulatinamente o nível de consciência atingido por setores da classe trabalhadora, incutindo um processo de repolitização da política sob a direção da burguesia.[220]

Às classes médias, o PSDB apresentava-se como partido moralizador da vida política nacional, de viés "centro-esquerda" ou "social-democrata", uma alternativa capaz de distanciar-se dos partidos políticos da direita tradicional (provenientes da ARENA), do PMDB "arenizado", do "populismo" do PDT e, principalmente, do "radicalismo" do PT. Tentava seduzi-las através de um discurso político moderado, fundamentalmente pragmático – o que lhe permitia ascensão eleitoral. Lançava mão das idéias-comuns presentes na sociedade em relação ao Estado (corrupção, patrimonalismo, burocratismo, clientelismo, fisiologismo, paralisia, crise, etc.) para apresentar sua concepção "inovadora" e "moderna", apta a inaugurar um "novo tempo" através das contra-reformas neoliberais.

> *"A social-democracia desloca, portanto, o eixo da opção entre estado ou privado do plano ideológico (...) para um plano objetivo: importantes são as condições que devem ser criadas para o funcionamento da economia. A gestão predadora, patrimonialista, e a corrupção podem existir no setor estatal ou no*

[219] As considerações sobre os discursos da terceira via brasileira como "mimetismo terminológico" estão em NEVES (org.). Op. Cit., p. 185.

[220] Uma visão mais ampliada e aprofundada das estratégias de redefinição e repolitização da esquerda pelo PSDB pode ser encontrada em PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. "A Nova Centro-Esquerda". Revista Século XXI, n. 2, maio 1999, pp. 46-52; "A Nova Esquerda: uma visão a partir do Sul". Revista de Filosofia Política do Departamento de Filosofia da UFRGS, Nova Série, Vol. 6, 2000, pp. 144-178; "Por um Partido Democrático...".Op. Cit.. Todos os artigos estão disponíveis no site www.bresserpereira.org.br

*privado. Em ambos são condenáveis. O mercado competitivo é o antídoto para esses males".*[221]

A construção do PSDB, em uma conjuntura de rearranjo das forças sócio-políticas organizadas da sociedade civil, a partir da segunda metade década de 80, catalisa, no bojo das mudanças institucionais, projetos de hegemonia e de conformação ideológica que irão nortear o embate dessa estrutura partidária com o restante da sociedade civil. Desta forma, o PSDB carreia no seu interior propostas de reformas do Estado que oferecem um novo padrão de financiamento estatal e novas formas de relacionamento entre o setor privado e estatal da economia que, não obstante, *já estavam presentes nas organizações da sociedade civil ligadas aos setores empresariais*. O programa original peessedebista, exposto nos seus documentos, comportava as aspirações destes setores. A social-democracia brasileira, aqui estudada, se orienta por um projeto muito específico: o de implementar o programa das frações da classe dominante visceralmente engajadas com o neoliberalismo.

O projeto trazido pelo PSDB se coadunava com as aspirações dos setores empresariais que desejavam a estabilidade econômica e a continuidade da política neoliberal iniciada por Collor (mas com os ajustes necessários), bem como a pacificação dos movimentos sociais, principalmente dos sindicatos. Desde o começo da década de 1980, as classes dominantes encontravam-se numa situação de "crise orgânica". O PSDB foi capaz de ser o *condotiere*, o "moderno Príncipe" da burguesia brasileira, na medida em que dispensou esforços para superar a crise de hegemonia através de um movimento centrípeto, que guiou as classes dominantes a um porto seguro. Fernando Henrique Cardoso foi a personificação, o "príncipe" de um programa de refundação do Estado capaz de unificar as diferentes frações da burguesia.

## 2.0 - 2º Ato: edificando e implementando o projeto (1994-1998)

Cremos ter apresentado o esboço geral, a arquitetura teórico-ideológica do projeto neoliberal da terceira via do PSDB que, junto com outras forças organizadas na sociedade civil, procurou redefinir as estratégias de obtenção do consenso burguês na sociedade brasileira em fins do século XX.

[221] CARDOSO, (1990). Op. Cit.

Partiremos agora para a compreensão e análise da construção e implementação do projeto na sociedade política (órgãos, agências e aparelhos do Estado). Nosso foco, no entanto, atentará para um aspecto específico: o projeto da Reforma do Estado. Trata-se, a nosso ver, de uma das principais frentes de batalha a ser vencida pela ação das classes e frações de classes dominantes "modernizantes", no qual foram pragmática e ideologicamente capitaneadas, na estrutura partidária que se apresentava, pelo PSDB.

Como vimos, a reforma do Estado compõe a gênese do projeto peessedebista desde seu nascedouro. Essa preocupação – juntamente com a crítica fervorosa ao Estado interventor e ao modelo de substituição de importações, concomitante à abertura e liberalização econômica – constitui o cerne do projeto neoliberal da terceira via peessedebista. No entanto, sua efetivação em "política de Estado" o faz empreender esforços no caminho do seu aprimoramento. Desta maneira, achamos profícuo o entendimento do novo modelo se analisarmos alguns documentos político-partidários e governamentais que compreendem o leque de preocupações acerca do tema em questão. Em especial, consideramos os programas de governos à candidatura presidencial de 1994 "*Mãos à Obra*", de 1998 "*Avança Brasil*" e o "*Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*" como sendo reveladores das linhas-mestras acerca da reforma do Estado, entendida aqui não só em termos específicos da reforma administrativa dos aparelhos do Estado, mas também naquilo que se refere às intervenções e remodelações propícias a um novo estabelecimento das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil.

Cabe aqui, no entanto, uma ressalva: o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado é um documento governamental e não (estritamente) partidário. Bresser Pereira, intelectual orgânico do PSDB, foi quem pilotou, junto com sua equipe, no Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) a confecção do Plano Diretor, nos idos de 1995. É importante ressaltar que o Plano Diretor será avaliado aqui à luz das demandas programáticas existentes nos documentos do PSDB transformado, sob o auspício do referido Plano, em política de Estado.[222]

---

[222] Vários são os artigos de Bresser Pereira acerca da Reforma do Estado, como por exemplo: "Uma nova gestão para um novo Estado: liberal, social e republicano". Revista do Serviço Público, 52(1), janeiro 2001: 5-24; "Do Estado Patrimonial ao Gerencial" e "Sociedade Civil – sua democratização para a reforma do Estado". In PINHEIRO, Wilheim e SACHS (orgs), "Brasil: Um Século de Transformações". São Paulo: Cia. Das Letras, 2001; "Reformas econômicas em tempos anormais", Revista da USP, nº 17, março 1993: 114-121; "Um novo Estado para a América Latina". Novos Estudos CEBRAP nº 50, março de 1998. Disponíveis no site www.bresserpereira.org.br

Os documentos partidários do PSDB, quando avaliavam o Estado brasileiro, apontavam para um diagnóstico unânime: o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização protegida, isto é, a crise da estratégia de substituição de importações que, se se mostrara viável desde os anos 30, tornara-se um obstáculo na alocação eficaz de recursos a partir dos anos 70. Este esgotamento se deveria, fundamentalmente, pelo fato de que

> "*(...) o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, (...) o agravamento da crise fiscal e, por conseqüência da inflação*".[223]

A extenuação do modelo de intervenção estatal teria gerado uma crise fiscal do Estado oriunda, em grande medida, da crise dos seus mecanismos de financiamento, feitos através do endividamento externo e também da emissão de dinheiro ou títulos, o que gerava inflação. Tais condicionamentos fariam com que o papel do Estado, enquanto produtor de bens e prestador de serviços, estivesse deteriorado.

Não havia alternativa, segundo os peessedebistas, para solucionar o problema da crise do Estado se não fossem adotadas medidas "realistas" e "inadiáveis", tais como: a) ajustamento fiscal duradouro; b) reformas econômicas orientadas para o mercado; c) reforma da previdência social; d) inovação dos instrumentos de política social (via setor público não-estatal); e) a reforma do aparelho do Estado.[224]

> "*Neste modelo, não caberá mais ao Estado um papel de produtor exclusivo de bens e serviços, mas de normatizador e neutralizador das distorções do mercado, assim como de agente coordenador de investimentos*".[225]

A estabilização econômica (dada através do controle da inflação e do déficit público) garantiria o aval necessário para a mudança de rumo. Condição indispensável também seria uma política macroeconômica que compreendesse a abertura da economia, a desregulamentação e a privatização[226]. A globalização dos circuitos econômicos impunha, segundo os peessedebistas, a necessidade de uma "inserção inteligente" e competitiva da economia nacional no mundo.

---

[223] BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. "Plano diretor da reforma do aparelho do Estado". Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, 1995.
[224] Idem.
[225] CARDOSO, Fernando Henrique. "Mãos à obra Brasil: proposta de governo". Brasília: s.ed., 1994, p. 73.
[226] Idem, p. 21

*"Uma nova revolução nos modos de produzir e comerciar transformou o mundo, criando a necessidade de adaptar as economias nacionais às novas tecnologias, aos novos produtos e à globalização das relações econômicas. Por demasiado tempo, ficamos presos ao velho modelo (...) quando o mundo já estava obtendo benefícios inquestionáveis de uma etapa de abertura e de desregulamentação".*[227]

A "realidade da globalização", juntamente com a "necessidade de completar a reforma do decadente Estado nacional-desenvolvimentista", são colocados como os dois principais desafios que o país estaria enfrentando. A globalização era tratada como "um fato social inequívoco" que oferece riscos e oportunidades. Como "dela não podemos fugir", os peessedebistas afirmavam a necessidade de o país "ocupar um papel de primeiro plano no cenário internacional ou fracassarmos como nação".[228] Para tanto, eles entendiam que a globalização tinha arquivado as antigas vantagens comparativas dos países em desenvolvimento, tais como mão-de-obra barata e matérias-primas. Trata-se agora de perceber que

"*A variável decisiva passou a ser o conhecimento, a qualidade da mão-de-obra, a capacidade de fazer pesquisa científica e tecnológica e de incorporá-la ao processo de produção*".[229]

Deste modo, a reforma do Estado reduziria seu papel de executor ou prestador direto de serviços mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais em educação e saúde, que seriam essenciais para o desenvolvimento, na medida em que "envolvem investimento em capital humano".[230] Isto seria de suma importância para que o Estado, em tempos de abertura comercial e globalização competitiva, ampliasse seus investimentos em ciência e tecnologia (C&T) e estimulasse a reestruturação dos setores mais dinâmicos do parque produtivo nacional por meio da incorporação de novas tecnologias disponíveis "de modo a acompanhar o ritmo do progresso técnico da economia mundial".[231]

Diante das tarefas impostas pela programática neoliberal, os peessedebistas convenciam-se da necessidade de redefinir as bases do financiamento estatal capazes de reformar e desenvolver o complexo de infra-estrutura que garantiria o "salto para o

---

[227] Idem, pp. 260-261
[228] Declaração Programática... Op. Cit., pp. 7-8
[229] Idem.
[230] BRASIL (1995). "Plano Diretor...". Op. Cit.
[231] CARDOSO (1994). "Mãos à obra ...". Op. Cit.,pp. 77-80

desenvolvimento com justiça social". As fontes de recursos seriam: i) as verbas tradicionais do orçamento público; ii) os fundos provenientes do processo de privatização; iii) a criação de um Fundo de Financiamento do Desenvolvimento, usando parte das reservas internacionais do país, objetivando "viabilizar as importações de bens e serviços necessários à modernização da economia"; iv) a participação nos mercados financeiros nacional e internacional, mediante a emissão de títulos de longo prazo; v) a definição de uma nova parceria com o setor privado e vi) as fontes usuais de financiamento externo, via empréstimos tomados junto ao BID e ao BM.[232]

Não há dúvidas de que para o cumprimento da programática neoliberal era preciso, de fato, "contar com a ação positiva por parte do governo". Assim, o Estado atuaria diretamente nas privatizações, na mobilização de suas reservas e na captação internacional de recursos. Portanto, era urgente realizar a reforma do Estado, aparelhando o setor público para, de um lado, "exercer o papel de articulador na captação de recursos internos e externos" e, de outro, para "estabelecer claramente o papel do governo na regulação dessas atividades, para assegurar qualidade, competição e tarifas adequadas na concessão de serviços públicos".[233]

Em busca de estratégias eficazes de legitimação, os peessedebistas afirmavam não fazer parte de seus planos o "Estado mínimo" dos neoliberais, vistos como ávidos em "eliminar o Estado de qualquer ação no plano econômico".[234] Ao contrário, asseverariam que as reformas propugnadas eram necessárias para "reconstruir o Estado", torná-lo mais "eficiente" e "democrático" capaz, como diziam, de promover a inserção competitiva do Brasil no cenário do capitalismo globalizado.

> *"Portanto, aqui temos de continuar a pensar no Estado como fator importante para resolver a questão da igualdade. Por isso, irrita-me tanto falar em neoliberalismo. Aqui não há nem liberalismo quanto mais 'neo'. O que há aqui é um sistema patrimonialista, com privatização do Estado. Temos de reconstruir o Estado, que é o que estou tentando fazer, para que possa enfrentar os problemas da maioria – a doença, a pobreza, a falta de educação".*[235]

Ora, sabemos muito bem que o (neo)liberalismo não se abstém da intervenção do Estado para pôr em prática sua doutrina. Cria-se assim um paradoxo analítico bem

---

[232] Idem. p. 17
[233] Idem, p. 27
[234] Declaração Programática ... Op. Cit.
[235] CARDOSO, Fernando Henrique. "Vivemos uma revolução sem saber". Entrevista concedida à revista Veja, em 10 de setembro de 1997.

comum na literatura: o projeto neoliberal de esvaziamento do papel do Estado e a conseqüente adoção das pautas contra-reformistas em direção ao mercado é conduzido por esse mesmo Estado que, para pô-lo em prática, redefine suas ações muitas vezes ampliando-as política e/ou economicamente. É óbvio que este paradoxo só pode ser aparente: deriva da análise teórica equivocada que separa a sociedade civil do Estado. No fundo, as críticas reproduzem, neste sentido, a mesma acepção teórica liberal dos apologistas pró-mercado quando analisam a crise do modelo de substituição de importações, qual seja, a de conceber as formulações e/ou transformações empreendidas no âmbito estatal como um "ato de força" da máquina governamental e sua burocracia especializada e insulada.

Por outro lado, a "reconstrução do Estado" neoliberal de tipo terceira via no Brasil tem sido, como diria Gramsci, um "fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico"[236], como querem fazer crer seus protagonistas. Certamente, a refundação neoliberal do Estado não segue a idéia smithiana da "mão invisível". Por ser um "programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado", o (neo)liberalismo deve ser entendido como um projeto formulado no seio da sociedade civil que, para tornar-se "política de Estado", precisa utilizar-se da regulamentação estatal, seja através da constituição de um novo "marco legal", seja através de meios coercitivos que visem barrar a resistência do conjunto das forças antagonistas ao projeto.

Neste sentido, interessa-nos realçar a fecundidade da análise de Décio Saes, ao mostrar que não se deve aferir uma política estatal neoliberal pelo nível de proximidade existente com os princípios doutrinários do liberalismo econômico, por duas razões: 1ª) tais doutrinas não são implementadas num espaço social vazio, destituído de qualquer historicidade; 2ª) se torna inevitável a emergência de *resistências* a certos aspectos da política estatal neoliberal, sendo possível falarmos que os Estados capitalistas atuais praticam um "neoliberalismo possível".[237]

As "resistências" acima aludidas não são aquelas protagonizadas pelas esquerdas já que estas estavam colocadas "numa postura bastante defensiva". O problema fundamental consiste em analisar o "conjunto de resistências opostas à estratégia

[236] Gramsci (2003), Op. Cit., p. 47
[237] SAES (2001). Op. Cit., pp. 81-83.

neoliberal *na própria base de apoio do governo*".[238] Ou seja: Décio Saes, perspicazmente, traz à tona as ambivalências produzidas não só entre as frações das classes dominantes, mas também nos segmentos das classes médias e das classes trabalhadoras que compuseram, conjuntamente, o apoio ao projeto neoliberal no Brasil. Embora esta "frente política conservadora" esteja, sob a égide do capital financeiro internacional, disposta a implantar uma ampla e profunda política de desestatização, de desregulamentação e de abertura da economia brasileira, as frações de (diversas) classes que lhes dão sustentabilidade *as fazem na medida em que atendem aos seus interesses específicos*.

Neste prisma, entendemos que as constantes queixas presentes nos documentos peessedebistas de que seu projeto "não é neoliberal" atendem às seguintes preocupações: a) criar uma identidade original em tempos de redefinições das correlações de forças internas do país, identidade essa que se procura mostrar próxima à "nova social-democracia" européia e que se credencia aos setores "modernizantes" das frações das classes dominantes; b) tentar se notabilizar como "centro-esquerda", "nova esquerda" ou "esquerda moderna", junto aos setores populares e às classes médias, não só ressignificando seu conteúdo e papel histórico, mas também habilitando-se como alternativa "viável" e "realista", adotando o pragmatismo como filosofia moral do capitalismo; c) marcar diferenciações frente aos setores neoliberais mais ortodoxos, ao menos formalmente, reconhecidamente antipopulares e desgastados pelas atuações de Reagan e Margareth Thatcher, porém necessários inicialmente no "jogo sujo" frontal (papel desempenhado aqui por Fernando Collor).

Esta última preocupação, porém, não desobrigou FHC, entre maio e junho de 1995, a vociferar autocratismo e tirania em ocasião da greve nacional dos petroleiros. Diante da luta contra a dilapidação salarial e a privatização do monopólio estatal do petróleo, o movimento dos petroleiros enfrentou a manipulação monumental impingida pela Rede Globo de Televisão, inculcando aos setores menos informados da população a tese do caráter antipopular, corporativo e extremista da greve. O governo, por seu turno, militarizou o confronto, dando o recado de sua disposição em quebrar o novo sindicalismo e avançar na construção do projeto neoliberal. Segundo Antunes,

> "*Fernando Henrique Cardoso contra-atacou com tal virulência que se tornou possível vincula-lo, numa das pontas, ao conservantismo 'nobre' e truculento da*

[238] Idem.

*ministra da rainha da Inglaterra, a senhora Thatcher (...) e, na outra ponta, ao autocratismo ilegítimo do pequeno bonaparte peruano, o Fujimori*".[239]

Tratar-se-ia também de uma crise de gestão administrativa no interior do aparelho do Estado. Essa crise seria analisada por eles em três dimensões: 1) a dimensão institucional-legal, relacionada aos obstáculos de ordem legal para o alcance de uma maior eficiência do aparelho do Estado; 2) a dimensão cultural, definida pela coexistência de valores patrimonialistas e principalmente burocráticos com os novos valores gerenciais e modernos e 3) a dimensão gerencial, associada às práticas administrativas.[240]

Os peessedebistas consideravam que a dimensão institucional-legal elaborada pela Constituição de 1988 trouxera um suposto "retrocesso burocrático" sem precedentes, reanimador de um "novo populismo patrimonialista no país". Este retrocesso manifestava-se em razão de: i) viabilizar o loteamento dos cargos públicos para os políticos dos partidos vitoriosos; ii) promover o engessamento do aparelho ao estender para os serviços e empresas do Estado as mesmas regras burocráticas adotados no seu núcleo estratégico; iii) instituir uma série de "privilégios" como, por exemplo, a "estabilidade rígida" para os servidores civis através do regime jurídico único e a aposentadoria com proventos integrais "sem a correlação com o tempo de serviço ou com a contribuição do servidor".[241] Assim, o encarecimento do custeio da máquina administrativa e o aumento da ineficiência dos serviços públicos seriam para eles o resultado do "retrocesso burocrático de 1988".

Quanto à dimensão cultural, alegam os reformadores neoliberais que haveria uma cultura fortemente marcada pela evolução de uma mistura entre a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial, posto que essas três formas "se sucedem no tempo, sem que, no entanto, qualquer uma delas seja inteiramente abandonada".[242] A reforma do aparelho do Estado visaria, segundo eles, a depurar a administração pública no sentido de viabilizar a "operacionalização da cultura gerencial centrada em resultados através da efetiva parceria com a sociedade, e da cooperação entre os administradores e funcionários".[243]

---

[239] ANTUNES, Ricardo. "A desertificação neoliberal no Brasil – Collor, FHC e Lula". Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 32.
[240] BRASIL (1995), MARE. "Plano Diretor ...". Op. Cit.
[241] Idem, pp. 21-22
[242] Idem, p. 15
[243] Idem, p. 48

Por isso, a *dimensão gerencial ou dimensão-gestão* é apresentada como "a reforma concreta do aparelho do Estado". Objetivava, dentre outros propósitos, fincar as bases de um novo tipo de neoliberalismo – o da terceira via. O germe desse modelo estava precocemente definido nos seus documentos iniciais. Tratava-se neste momento de aprofundar e refinar as novas modalidades de imposição e obtenção do consenso neoliberal no Brasil, redefinindo e legitimando suas estratégias de ação.

Com a reforma gerencial, buscava-se deslegitimar o papel do aparelho estatal na execução de políticas públicas. Propunham uma separação entre a formulação e a execução dessas políticas, tendo como pano de fundo a definição dos tipos distintos de propriedade e suas vinculações com o setor do aparelho do Estado apropriado.

O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado distingue três formas de propriedade: a privada, a estatal e a pública não-estatal. A nosso ver, o âmago da reforma do Estado, ou melhor, a ossatura do projeto neoliberal de tipo terceira via no Brasil consubstancia-se na formulação e utilização da propriedade pública não-estatal a setores do aparelho do Estado, redefinindo novas relações entre Estado e sociedade. Desta maneira,

> "*(...) reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que não está tão claro: a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de 'publicização'*".[244]

O Plano Diretor define a propriedade pública não-estatal como sendo "constituída pelas organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público".[245] Segundo o Plano, para o setor não-exclusivo do Estado (universidades, hospitais, creches, entidades de assistência aos carentes, centros de pesquisa, bibliotecas, museus, orquestras sinfônicas, oficinas de arte, emissoras de rádio e televisão educativa ou cultural), a propriedade ideal a ser adotada é a pública não-estatal. A "publicização" se refere ao que antes, como vimos, os peessedebistas

[244] Idem, p. 12-13
[245] Idem, p. 43

chamavam de "controle democrático", nomeado na nova fase de "controle social". É claro que não se restringe à troca de termos, mas primordialmente ao refinamento do projeto.

O estímulo à criação e ampliação do setor público não-estatal será feito principalmente através da construção de um "novo marco legal", capaz de contribuir nos novos contornos da hegemonia burguesa no Brasil. Destaca-se neste ponto a criação de três leis aqui consideradas centrais para este intento: a) a Lei nº 9.637/98, sendo o "primeiro dispositivo legal para regulação da relação entre Estado e sociedade civil", onde se inscreve o conceito de Organizações Sociais (OSs ); b) a Lei 9.790/99 que cria e regulamenta a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e c) a Lei 9.608/98 – que regulamenta o Trabalho Voluntário. [246]

Essas leis compunham o escopo geral da reforma do Estado, alterando o aparato regulatório da relação entre Estado e sociedade civil. O MARE será o organismo estatal responsável tanto pela formulação das emendas constitucionais a serem aprovadas pelo Legislativo quanto na articulação dos demais aparelhos estatais – notadamente o Programa Comunidade Solidária - com vistas a implementá-las.

Não podemos tratar das modificações no âmbito do aparelho de Estado sem ao menos anunciar a importância adquirida pelo Programa Comunidade Solidária. Criado em 1995, sob a liderança de Ruth Cardoso, este órgão governamental teve papel fundamental na nova estruturação da sociedade civil na medida em que promoveu e divulgou novas formas de obtenção do consenso através do chamado "Terceiro Setor", tanto no que se refere à elaboração e revisão da legislação, quanto na implementação de políticas públicas. A concepção do Comunidade Solidária já constava na proposta de governo "Mãos à obra Brasil" mas, de fato, o aprimoramento de seu papel (seus princípios e diretrizes) seriam melhor elucidados no programa de 1998, o "Avança Brasil". O balanço de suas ações durante o primeiro mandato de FHC (1994-1998) também estão expostos no referido programa:

> "*Inovadora, de parte a parte, é também a experiência de participar de parcerias Estado-Sociedade (...). Neste sentido, o êxito das numerosas parcerias incentivadas pelo Programa Comunidade Solidária demonstra que administradores públicos e cidadãos dos mais diferentes estratos podem pensar e agir juntos, identificando o que cada qual faz melhor e somando esforços pelo*

[246] NEVES (2005), Op. Cit., pp. 197-201

*progresso social. Resistências e preconceitos recíprocos, desconfiança mútua e concepções ultrapassadas, tudo isso vai sendo vencido à medida que os parceiros se dão conta, na prática, das inumeráveis vantagens da cooperação. A principal lição destes quatro anos consiste justamente na descoberta de que a parceria permitiu ampliar – e não reduzir – os montantes a serem destinados à área social*".[247]

Trata-se logicamente de legitimar as novas formas de obtenção do consenso bradando uma suposta ampliação do espaço público para além das fronteiras estatais. Isso significa que organismos públicos não-estatais (ONG's, instituições filantrópicas, fundações e associações) que "não visam ao lucro" – mas que se sustentam com recursos estatais -, além de serem considerados "mais eficazes na execução do serviços públicos do que o Estado" (posto que "trazem práticas de gestão próximas as do setor privado"), são elevados às formas genuínas de promoção de uma suposta "radicalização ou democratização da democracia", que terá maior fôlego no segundo governo FHC.

### 3.0 - 3º Ato: refinando, aprofundando e ampliando o projeto (1998-2002)

Como vimos, a gênese da propalada idéia de "parceria entre Estado-sociedade", mesmo que não se apresentasse nestes termos, já estava esboçada nos documentos prematuros do partido. O capítulo V da proposta de governo "Mãos à obra Brasil", de 1994, intitulado "A parceria Estado-Sociedade" veio, em certa medida, consolidar e aprofundar o que já estava anunciado anteriormente. Dizia a proposta que

"*(...) é necessário reformar o Estado: aprofundar a democratização, acelerar o processo de descentralização e desconcentração e, sobretudo, ampliar e modificar suas formas de relacionamento com a sociedade, definindo novos canais de participação e criando formas novas de articulação entre o Estado e a sociedade. Caberá, em primeiro lugar,* ***criar novos canais de participação e de controle público****, além de dinamizar os já existentes, multiplicando as experiências de gestão multilateral e desprivatizando o Estado, isto é, libertando a administração governamental dos interesses particulares que hoje a aprisionam. Caberá, em segundo lugar, dinamizar, apoiar e promover a* ***multiplicação de espaços de negociação de conflitos****, onde interesses*

[247] CARDOSO, Fernando Henrique. "Avança, Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos". Proposta de governo. Brasília: s.ed., 1998.

*divergentes possam ser representados e soluções negociadas possam ser buscadas, em benefício do interesse público. Caberá, em terceiro lugar, definir e apoiar formas novas de* ***parceria*** *(...) entre o Estado e a sociedade, de modo a permitir, por um lado, que diferentes instituições da sociedade como as empresas, os sindicatos, as universidades assumam a co-responsabilidade por ações de interesse público; por outro, que a comunidade organizada estabeleça suas prioridades, administre os recursos comunitários de forma honesta, transparente, racional e eficiente e desenvolva a capacidade de cuidar de si mesma*".[248]

Neste âmbito, a fase do segundo mandato de FHC (1998-2002) corresponde à fina flor do projeto neoliberal da terceira via no Brasil, qual seja, o da "radicalização da democracia". Não são inflexões ao projeto original: ao contrário, correspondem à sua sofisticação, aprofundamento e ampliação. Mas o que significa "radicalizar a democracia"? Deixemos nossos protagonistas exporem suas idéias:

"*Vou recorrer a uma expressão que ouvi há algum tempo: nós temos que radicalizar a democracia. Mais recentemente, ouvi o Deputado José Genoíno também usando a mesma expressão e achei ótimo. Vamos falar com toda a ênfase que é para radicalizar a democracia mesmo. O que é radicalizar a democracia? Primeiro, é expurgar esse sentimento totalitário que ainda existe em certos setores da sociedade, que não respeita as eleições, as regras do jogo democrático. Mas é mais do que isso. É, de novo, a governabilidade. Não dá para governar uma sociedade democrática e complexa como a brasileira se não existirem canais amplos de participação. (...) Nós estamos fazendo isso – uma verdadeira revolução que dá às pessoas a possibilidade de controlar na ponta como são efetivamente usadas as verbas no atendimento das principais demandas sociais. (...) Radicalizar a democracia é fazer isso, é aumentar os canais por onde circulam as informações entre o Estado e a sociedade*".[249]

Nos documentos peessedebistas "radicalizar a democracia" significa possibilitar o celebrado "controle social". Segundo eles, deve-se abandonar a "ilusão do Estado como único provedor do bem-estar e abrir as portas à participação coletiva na construção da sociedade do bem-estar". Este desafio estaria ultrapassado se se

[248] CARDOSO (1994), Op. Cit., pp. 208-209

[249] PSDB. "Realizações e Desafios de um Programa Social-Democrata no Brasil". Rio de Janeiro: Instituto Teotônio Vielela, 2000. Palestra de FHC.

promovesse uma "nova divisão de trabalho entre poder público e cidadania", no sentido de "incentivar a participação, a solidariedade e o senso de responsabilidade social de todos os brasileiros".[250]

A "ética da solidariedade", tratada como fruto de uma "nova cultura cívica", deveria estar a serviço da formação de novas modalidades de "parceria" entre sociedade e Estado, de forma que os cidadãos tornar-se-iam menos dependentes de governos.[251] A suposta democratização da sociedade caminharia em direção a sua "radicalização". Estaria em vigor um "processo libertador", movido por "novos atores, sujeitos sociais, movimentos políticos, organizações não governamentais", uma verdadeira "explosão de associativismo popular", de iniciativas comunitárias e experiências de um voluntariado ávidos por possibilitar soluções concretas na complementação das políticas públicas, em especial, nas áreas sociais.[252]

> "*A livre organização é uma das conquistas da moderna democracia. As entidades representativas da sociedade civil, conhecidas em todo o mundo como ONG's – Organizações não Governamentais, constituem o amálgama do tecido social. (...) Valorizar a participação popular no controle da gestão pública é obrigação de quem acredita na democracia e entende os limites, no mundo de hoje da tradicional representação parlamentar. Isso não significa "assembleísmo" nem "basismo", comuns naquelas correntes que querem manipular os movimentos sociais*".[253]

Ampliar, aprofundar, inovar e diversificar a vida democrática significaria o "engajamento da população citadina", capaz de criar uma "governança metropolitana", entendida como uma "nova abordagem" da relação entre Estado e organizações da sociedade civil, "do reforço dos laços de solidariedade interpessoal" no interior das metrópoles, pela consolidação de uma "cultura democrática" capaz de reavivar a responsabilidade social das elites e dos cidadãos. Significaria, desta maneira, estabelecer uma "comunidade cívica", apoiada na idéia de "compartilhamento do bem público, retrabalhada pelas organizações sociais, pela nova cultura política e pela mídia", totalmente distinta da "visão particularista, do corporativismo e das atitudes

---

[250] CARDOSO (1998), "Avança, Brasil ..." pp. 270-271

[251] CARDOSO, Fernando Henrique. "Globalização (duas conferências)". Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997.

[252] Declaração Programática ... Op. Cit., p. 21

[253] GRAZIANO NETO, Francisco. "Juventude consciente – conceitos e temas da política nacional". Campinas, SP: Pontes, Brasília, DF: ITV, 2002.

meramente defensivas e pessimistas, que devem ser substituídas por atitudes de respeito ao espaço público, à qualidade da vida urbana, à auto-estima e às identidades locais".[254]

Estamos diante inequivocamente de um projeto societário que busca enquadrar o conjunto das forças sociais de cunho popular às novas formas de dominação, exploração e expropriação capitalista. Revela-se claramente a preocupação em difundir o ideário neoliberal de terceira via com o intuito de transformar os largos setores subalternos em participantes e colaboradores. Preocupa ao partido o provável potencial de protesto e insubmissão das camadas subalternizadas ao bloco do poder dominante, capaz de formar um projeto contra-hegemônico. Seu ideário *precisa* balizar uma plataforma pedagógica de convencimento na qual, ainda que reconhecidas as classes sociais, sejam dissolvidas as formas de organização popular que enfatizam o conflito entre elas.

> "*Ora, como falar, hoje, com nitidez, de 'exploração' do capitalista, de realização da mais-valia, no sentido clássico do marxismo, se uma parcela importante dos trabalhadores começa a se tornar sócia do Capital? Sem dúvida, há grupos específicos de trabalhadores que souberam construir melhores formas de acesso ao Capital justamente porque foram capazes de se organizar de forma moderna*".[255]

Verifica-se, assim, a importância de um partido político como o PSDB na formação de um novo bloco histórico que, juntamente com outros aparelhos privados de hegemonia, divulga a ação voluntária e fraterna, defensora do bem-comum das frações de classe que compõem o projeto. Nesse sentido, se produz a convicção de que as formas de pactuação, negociação e conciliação entre o capital e o trabalho não somente são possíveis (porque suas rivalidades encontram-se em fatores históricos que não mais existem), mas, sobretudo, cruciais na formatação de um novo projeto em que todos possam ser beneficiados, com a condição de abandonarem qualquer expectativa anti-capitalista.

Estas estratégias de repolitização da política educam para a sedimentação de um consenso que procura apresentar, para o atual estágio da sociedade burguesa brasileira, uma sociedade civil que apareça como *agente autônomo e segmentado* das classes sociais. A relação sociedade civil e classes sociais aparecem como sendo de *exterioridade* e também como algo "ultrapassado", pertencente ao "mundo bipolar". Assim, esta homogeneização dos interesses e das práticas coletivas pressupõe uma

---

[254] Idem, p. 25
[255] CARDOSO (1997). "Globalização ...," p. 17

*despolitização da sociedade civil*, nas quais, de um lado, corroboram para que as consciências das classes trabalhadoras permaneçam no nível elementar do econômico-corporativo e, do outro, desloca-se o eixo da militância social do conflito de classes para estratégias participativas e colaboracionistas com o capital, desmantelando ou refuncionalizando seus próprios aparelhos privados de hegemonia em prol da "coesão social".[256]

Assim como a sociedade civil aparece como portadora de uma imparcialidade, as referências a ela nos documentos peessedebistas nos demonstram claramente também que, ao credenciá-la como agente do novo modelo, essa organização a considera separada do Estado. A proposta de reforma do Estado demonstrou, desta maneira, que era preciso "trazer" a sociedade civil para executar as políticas públicas formuladas pelo "Estado", aqui tratado como o conjunto dos aparelhos do Estado e sua burocracia. Tal discurso se prestou não só ao sucesso da pedagogia da nova hegemonia burguesa para as classes e frações de classes não hegemônicas, como também avalizou perante essas forças sua subordinação diante das organizações da sociedade civil que, de fato, compunham o poder de Estado.

Desta forma, o "público não-estatal" aparece como entidade autônoma do mercado e do Estado – supostamente um "Terceiro Setor". O que é realmente revelador é o fato de esta sociedade civil plasmada, homogênea, autônoma e despolitizada, *assume o papel de novo agente histórico da transformação em lugar das classes sociais*. Ela é encarada como expressão concreta da própria realidade. Extremamente imediatista e a-histórica, ela toma a realidade aparente como manifestação concreta do real, incapaz assim de perceber as múltiplas determinações contraditórias que compõem esse real.[257]

Para os peessedebistas, as mudanças passam a ser dadas na medida em que se desenvolvem interações recíprocas e "solidárias" entre Estado, mercado e sociedade civil, ainda que sejam compreendidas de forma separada. A adoção de postulados liberais na análise da dinâmica social e, em especial, entre Estado e sociedade civil se explicita.

> "*De modo geral, "sociedade civil" é utilizada para delimitar um espaço potencial de liberdade* ***fora do Estado,*** *onde, teoricamente, predominam a*

[256] NEVES (2005), Op. Cit., p. 35 e FONTES (2005), Op. Cit., p. 117.
[257] NEVES (2005), Op. Cit., pp. 53-54

*autonomia e a associação voluntária e plural. Com isso, a ênfase atualmente conferida à noção passou a residir na extrema pluralidade das relações e práticas sociais existentes, malgrado continue a 'sociedade civil' a ser definida a partir de oposições dicotômicas tais como Estados versus espaço-não Estatal(em geral regulado pelo mercado) ou ainda 'Poder Político' versus 'Poder Social', dentre outras*".[258]

A fórmula "radicalização da democracia" encobre com o véu da ideologia neoliberal sua verdadeira face: de atribuir à sociedade a (auto)responsabilização pela execução e financiamento das políticas sociais, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado de suas atribuições mais candentes, num país em que a desigualdade social, a fome e a miséria saltam aos olhos do mundo e de nós mesmos. O mais controverso disso tudo é que os peessedebistas, como vimos, dizem renegar o neoliberalismo ao afirmarem que só o mercado não resolve tudo, que é preciso também pensar nas bases sociais necessárias aos próprios mercados mas fica aqui algumas perguntas: qual é a *base material* do "Terceiro Setor"? É o "interesse comum" que está em jogo? Como é possível "desprivatizar" o Estado capitalista contemporâneo se este Estado corresponde à sociedade civil?

É claro que essas questões apontam para a compreensão de que o projeto dos peessedebistas agrega associações da sociedade civil de cunho empresarial e de construção de uma contra-reforma intelectual e moral voltada para difusão de novas formas de sociabilidade burguesa. O *conteúdo social* do PSDB nos mostrou que a base material dos aparelhos privados de hegemonia a ele coligados não apresenta qualquer definição de cunho popular mas, ao contrário, é ligada às frações do capital industrial, comercial e principalmente financeiro. Isso nos dá a certeza de que "desprivatizar" o Estado, para o PSDB, *significa "depurá-lo" de qualquer conteúdo popular e universalizante em favor dos interesses e demandas de alguns setores do capital*. A busca é pelo interesse comum, mas dos setores empresariais, especialmente dos banqueiros.

Sendo assim, a crítica formulada pela proposta do PSDB ao neoliberalismo é pontual e não de conteúdo. Perfilam-se como de terceira via porque preocupam-se com o grau de estabilidade político-social, isto é, com a "coesão social" necessária à continuidade do projeto e, no horizonte, do próprio capitalismo. Daí a ênfase em

[258] MENDONÇA (2004). "Palestra de abertura (...)", Op. Cit.

mecanismos "participativos", nos "controles sociais", na "radicalização da democracia", na "publicização", ou seja, refinam e ampliam a própria noção de "modernização" que não se refere somente ao mercado, mas ao conjunto do tecido social. Mais que isto: tais mecanismos, ao apoiar a expropriação de conquistas da classe trabalhadora, favorecem a expansão das atividades voltadas para a mais-valia relativa, com a implementação ou recrudescimento das formas de relações de produção sensíveis aos desmandos do capital.

Portanto, o neoliberalismo peessedebista de tipo terceira via conduz um processo de "ampliação seletiva" do Estado capitalista. Amplia (e não restringe) na medida em que o próprio projeto possibilita que novas organizações da sociedade civil ligadas aos setores empresariais possam participar das discussões e decisões estatais. É seletiva porque exclui as organizações da sociedade civil ligadas às causas populares, seja retirando os direitos conquistados, seja expropriando-lhes ideologicamente, isto é, repolitizando suas práticas e disposições teóricas.

> "*Ocorre uma contração do Estado, por meio da expropriação social e política das conquistas anteriores, e uma ampliação, agregando-se tanto novos interesses diretamente empresariais, como formas associativas internacionalizadas no próprio âmbito do Estado, mais visível no caso dos países periféricos, mas ocorrendo também em países centrais (...)*".[259]

As hipóteses aqui defendidas nos levam afirmar que o PSDB é, verdadeiramente, o "moderno Príncipe" da burguesia no Brasil.

[259] FONTES (2005). "Reflexões...". Op. Cit., p. 117.

# CONCLUSÃO

Procuramos, ao longo dessa dissertação, mostrar que o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) foi a organização da sociedade civil que se credenciou como aquela capaz de organizar e conduzir, através do aparelho de Estado, as contra-reformas neoliberais no Brasil. O partido atuou de forma decisiva na configuração de um projeto neoliberal de tipo terceira via, sendo um de seus principais protagonistas, juntamente com as associações da sociedade civil de natureza empresarial com as quais se coligou.

Através da metodologia gramsciana de investigação das relações entre Estado e Sociedade Civil, nos esforçamos para que o projeto peessedebista se mostrasse não só através de seus documentos programáticos, mas também dos projetos de hegemonia que circulavam nas organizações da sociedade civil das quais o Estado-Maior do partido estava presente. Desta forma, o rastreamento das bases sociais do partido nos mostrou, decisivamente, que seus dirigentes atuavam ao largo das associações da sociedade civil de cunho popular e que, ao contrário, atuaram tanto na expectativa de refuncionalizá-las quanto na criação de outras que adotassem seus pressupostos.

Identificamos três grupos de associações da sociedade civil das quais eles fazem parte: as de tipo corporativo, as voltadas para os setores populares e as de estudos econômicos e relações internacionais. Tentamos demonstrar que essas associações compunham, de forma articulada, a estratégia hegemônica de fincar as bases do neoliberalismo da terceira via no Brasil.

Ao investigar as bases sociais do partido, a pesquisa revelou inserções dos dirigentes peessedebistas em outras esferas da sociedade civil e política. Conseguimos, com isso, identificar e trazer à tona vários lugares sociais freqüentados por eles. Tratava-se, realmente, de um partido que se preparava para assumir o papel de "moderno Príncipe" da burguesia, na medida em que seu corpo diretivo se qualificava para ser gerente e administrador para o capital tanto na esfera pública quanto na privada – especialmente no setor financeiro. O PSDB não só traduzia, desta forma, as aspirações e demandas das frações hegemônicas do capital (dos seus setores financeiros e internacionais) como carreava o conjunto das demais frações do bloco no poder em torno de um projeto unificador do bloco burguês em tempos de alterações econômicas e sociais no país. Inaugurou novas formas de representação dos interesses da burguesia

frente à sociedade política, na medida em que elevou a consciência coletiva de seus agentes e reformulou estratégias modernas de obtenção de consenso. Ele ajudou, decisivamente, na formatação deste novo bloco histórico, revelando-se como "partido orgânico" da burguesia.

Por outro lado, ao discutir os documentos partidários fundadores do PSDB, pudemos perceber que havia ali uma clara proposta neoliberal, apesar de comportar em seu interior tendências que não se coadunavam – ao menos explicitamente – com essas propostas. A proposta da reforma do Estado aparece de forma incisiva nos documentos. Para defender seu projeto, o PSDB precisava desqualificar e deslegitimar toda a trajetória do Estado interventor e do modelo de substituição de importações. O "choque de capitalismo" foi colocado na pauta contra-reformista representando, de fato, um choque dramático nas condições de vida das classes subalternas, como se veria anos depois.

A predominância da tendência neoliberal no interior do partido, liderada pelo então senador Fernando Henrique Cardoso apresentava, contudo, outros delineamentos. Tratava-se ainda de um esboço pouco sistematizado dos aspectos centrais da terceira via. Como procuramos demonstrar, tais fontes abordavam a necessidade de construir uma democracia sobre as quais mecanismos de "controle democrático" atuassem de forma a evitar a "privatização do Estado" então existente. Foi possível verificarmos que não eram todas as organizações que se credenciavam ao suposto "controle democrático": não teriam espaço aquelas que vinculadas aos setores organizados dos trabalhadores as quais, segundo o partido, manifestavam teor "basistas", "assembleístas", "movimentistas", acusadas de "manipular" os trabalhadores.

Essas posições deixam claro que o PSDB disputava seu credenciamento junto à classe trabalhadora com movimentos sociais e organizações sindicais e partidárias que portavam um projeto contra-hegemônico de sociabilidade. O caminho buscado pelo partido para seduzir os setores populares foi, desde o início, o de atribuir novos significados à noção de democracia, cidadania, participação, solidariedade, etc., muito distintos – e até mesmo antagônicos – àqueles propugnados pelos setores da esquerda. Tais subterfúgios estavam ancorados numa linguagem capaz de atrair os setores populares mas que, no fundo, representava a tentativa de modelá-los de forma que abandonassem qualquer perspectiva de elevação ético-política da sua classe. O domínio dessa linguagem se tornava facilitada devido às trajetórias que muitos deles tiveram em partidos e movimentos de cunho progressista, principalmente nos anos da

redemocratização. Talvez, devido a isso, muitos cientistas sociais classificaram o PSDB como partido de "centro-esquerda" – o que, realmente, é um engano. Ao invés disso, podemos convenientemente concluir, portanto, que a história do PSDB corresponde à história da terceira via no Brasil.

Pesquisas a serem realizadas sobre o PSDB podem abrir novos leques de inquietações. Os critérios de seleção adotados tiveram que levar em consideração que a pesquisa realizada foi delimitada às necessidades convenientes a uma dissertação de mestrado. Uma pesquisa mais ampla sobre as articulações do partido com a sociedade civil possivelmente trará novos elementos ao debate. O aprofundamento de algumas discussões como, por exemplo, o conteúdo da democracia propugnado pelo PSDB ou por associações que disputam a hegemonia na sociedade civil revela caminhos profícuos. Por outro lado, deve-se investir muito mais no desvendamento do *habitus* dos grupos dirigentes do PSDB, trazendo à tona elementos novos de sociabilidade (família, currículos escolares, trajetórias particulares de vida, etc.), sem esquecer que as aproximações programáticas entre o PSDB e PT (o surgimento de uma nova classe como nos aponta Chico de Oliveira) também devem ser elementos de aprofundamentos e investigações.

**BIBLIOGRAFIA**


ANDERSON, Perry. "O balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir. e GENTILI, Pablo (orgs.). "Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático". São Paulo: Paz e Terra, 1995.

_____. e CAMILLER, Patrick. "Um mapa da esquerda na Europa ocidental". Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANTUNES, Ricardo. "Os sentidos do trabalho – Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho". 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____ . "Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro". In: ANTUNES, Ricardo (org.). "Neoliberalismo, trabalho e sindicatos – reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra". São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. "A 'terceira via' de 'Tory' Blair: a outra face do neoliberalismo inglês". Outubro. São Paulo, nº 3, 1999.

_____. "A desertificação neoliberal no Brasil – Collor, FHC e Lula". Campinas: Autores Associados, 2004.

BIANCHI. Álvaro, "O Ministério dos Industriais – A Federação das Industriais do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990". Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp: Campinas, 2004.

BIHR, Alain. "Da Grande Noite à Alternativa – o movimento operário europeu em crise". 2ª edição, São Paulo: Boitempo, 1999.

BOBBIO, Norberto. "Direita e Esquerda – Razões e significados de uma distinção política". São Paulo: Unesp, 2001.

BORÓN, Atílio A. "Os 'novos Leviatãs' e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência na América Latina". In: SADER, Emir. e GENTILI, Pablo (orgs.). "Pós-neoliberalismo II – "Que Estado para que democracia?". Petrópolis: Vozes, 1999.

BOTTOMORE, Tom. "Dicionário do Pensamento Marxista". Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. "Plano diretor da reforma do aparelho do Estado". Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, 1995.

COELHO, Eurelino. "Uma Esquerda para o Capital - Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)". Tese de Doutorado

em História, Niterói: UFF, 2005.

COUTINHO, Carlos Nelson. "Marxismo e Política – A dualidade de poderes e outros ensaios". São Paulo: Cortez, 1996.

_____. "Contra a corrente – ensaios sobre democracia e socialismo". São Paulo: Cortez, 2000.

_____. "Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DREIFUSS, René Armand. "O Jogo da Direita". Petrópolis: Vozes, 1989.

FONTES, Virgínia Maria. "Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo". Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. "Livre para Crescer – Proposta para um Brasil moderno". São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.

FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. "Trajetos e Perspectivas Social-Democratas: Do Modelo Europeu para o PSDB e o PT no Brasil". Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1996.

GENAIO, Poméia. "A Formação do Partido da Social-Democracia Brasileira". Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2003.

GIDDENS, Anthony. "Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical". São Paulo: Unesp, 1996.

_____. "A terceira via – reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia". Rio de Janeiro: Record, 2001a.

_____. "A terceira via e seus críticos". Rio de Janeiro: Record, 2001b.

GRAMSCI, Antonio. "Cadernos do Cárcere". v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. "Cadernos do Cárcere". v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. "Cadernos do Cárcere". v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 103.

KINZO, Maria D'Alva Gil. "Partidos e Representação Política: Deputados Estaduais e seus vínculos partidários". Relatório de Pesquisa, 1990.

_____. "Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro". São Paulo, Konrad-Adenauer Stiftung, 1993.

KOCHER, Bernardo. "A construção de um objeto histórico: a economia política da globalização". Rio de Janeiro, março/2000, mimeo.

LIMA, Kátia Regina de Souza. e MARTINS, André Silva. "Pressupostos, princípios e estratégias". In: NEVES, Lúcia Mª W. (org.). "A Nova Pedagogia da Hegemonia – Estratégias do capital para educar o consenso". São Paulo: Xamã, 2005.

LOUREIRO, Maria Rita. "Os Economistas no Governo". Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina. "Estado e Sociedade". In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). "História, pensar e fazer". Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998.

_____. *Palestra de Abertura proferida no I Simpósio "Estado Brasileiro: Agências e Agentes"* no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF). Niterói, mimeo, 2004.

_____. "Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania". In: Revista Tempo, vol 1, abril, 1996.

NETTO, José Paulo. "Crise do socialismo e ofensiva neoliberal". São Paulo: Cortez, 1995.

MARQUES, Jales Ramos e FLEISCHER, David Verge. "PSDB – De facção a partido". Brasília: ITV, 1999.

MÉSZÁROS, István. "Para além do capital – rumo a uma teoria da transição". São Paulo: Boitempo, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). "A Nova Pedagogia da Hegemonia – Estratégias do capital para educar o consenso". São Paulo: Xamã, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. "A Nova Centro-Esquerda". Revista Século XXI, n. 2, maio 1999, pp. 46-52;

_____. "A Nova Esquerda: uma visão a partir do Sul". Revista de Filosofia Política do Departamento de Filosofia da UFRGS, Nova Série, Vol. 6, 2000, pp. 144-178;

_____. "Do Estado Patrimonial ao Gerencial". In: In PINHEIRO, Wilheim e SACHS (orgs), "Brasil: Um Século de Transformações". São Paulo: Cia. das Letras, 2001;

_____ . "Um novo Estado para a América Latina". Novos Estudos CEBRAP nº 50, março de 1998.

POULANTZAS, Nicos. "O Estado, o Poder e o Socialismo". Rio de Janeiro: Edições Graal. 1985.

POWER, Timothy J. "Fernando Henrique e a 'Terceira Via': Blairismo à Brasileira?". In: TAVARES, José Antônio Giusti (org.). "O que esperar da Social-Democracia

no Brasil?". Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

PRZEWORSKI, Adam. "Capitalismo e Social-democracia". São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RAMALHO, José Ricardo. "Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil". In: ANTUNES, Ricardo (org.). "Neoliberalismo, trabalho e sindicatos – reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra". São Paulo: Boitempo, 2002.

ROMA, Celso. e PERES, Paulo Sérgio. "Programa partidário e ação estratégica das lideranças: PT e PSDB em perspectiva comparada". III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP – julho de 2000, UFF, Niterói.

_____ . "A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999". Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 17, Nº 49, São Paulo, 2002.

SILVA, Carla Luciana Souza da. "Veja: O Indispensável partido neoliberal". 2 vols. Tese de Doutorado em História, UFF/UNIOESTE: Niterói, 2005.

WOOD, Ellen. "Democracia contra o capitalismo – a renovação do materialismo histórico". São Paulo: Boitempo, 2003, p. 8.

**Documentos do PSDB**

**Documentos Impressos:**

CARDOSO, Fernando Henrique. "Perspectivas da social-democracia (Vistas do ângulo do Brasil)". In: DAVID, Maurício Dias, (org.). "Social democracia hoje". Rio de Janeiro: Fundação Teotônio Vilela, 1990.

_____. "Mãos à obra Brasil: proposta de governo". Brasília: s.ed., 1994.

_____. "Vivemos uma revolução sem saber". Entrevista concedida à revista Veja, em 10 de setembro de 1997.

_____. "Avança, Brasil: mais 4 anos de desenvolvimento para todos". Proposta de governo. Brasília: s.ed., 1998.

_____. "Globalização (duas conferências)". Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997.

COVAS, Mário. "O desafio de ser presidente: compromisso com a democracia, a justiça e o desenvolvimento". Brasília, Senado Federal, 1989.

GRAZIANO NETO, Francisco. "Juventude consciente – conceitos e temas da política nacional". Campinas, SP: Pontes, Brasília, DF: ITV, 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser."Crise e renovação da esquerda na América Latina". In: "Perspectivas da social-democracia (Vistas do ângulo do Brasil)". In: DAVID, Maurício Dias, (org.). "Social democracia hoje". Rio de Janeiro: Fundação Teotônio Vilela, 1990.

_____ . "Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo". Lua Nova Revista de Cultura e Política, nº 39, 1997, p. 53-71.

PSDB. "Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade". Mimeo, 2001.

_____. "A Social Democracia Brasileira: Construção de uma Nova Força". Coleção Tucano, vol. IV, 1989, p. 20.

_____. Comissão Executiva Nacional. "Nascido para Mudar o Brasil – a história do PSDB". Brasília, s. ed., 1998.

_____. "Seminário Realizações e Desafios de um Programa Social-Democrata no Brasil". Instituto Teotônio Vilela, Rio de Janeiro, 2000.

_____. "Declaração Programática do Partido da Social-Democracia Brasileira – documento preliminar para discussão interna". Brasília, maio de 2001.

_____. "Realizações e Desafios de um Programa Social-Democrata no Brasil". Rio de Janeiro: Instituto Teotônio Vilela, 2000.

**Documentos disponíveis na Internet**

CARDOSO, Fernando Henrique (1990). "Social-democracia, o que é, o que propõe para o Brasil". Disponível em www.psdb.org.br

PSDB (1989). "Programa: Introdução e Diretrizes Básicas do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB)". Disponível em www.psdb.org.br

**Documentos de Pesquisa Biobibliográficos**

ABREU, Alzira Alves de [et al.]. "Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930". Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

GOMES, Luiz Marcos. "Os homens do presidente – banqueiros, financistas, grandes empresários e oligarcas que estão vendendo o Brasil e destruindo os direitos sociais". São Paulo: Viramundo, 2000.

www.abc.org.br
www.abde.org.br
www.abril.com.br
www.adenauer.org.br
www.academia.org.br
www.acaodacidadania.infolink.com.br
www.acrj.org.br
www.albertogoldman.com.br
www.amigosjb.org.br
www.aomestre.com.br
www.arnaldomadeira.com.br
www.aviculturaindustrial.com.br
www.bcb.gov.br
www.berkeleyalumni.com.br
www.bienaldesaopaulo.globo.com
www.biorio.org.br
www.braudel.org.br
www.bresserpereira.org.br
www.buscatextual.cnpq.br
www2.camara.gov.br
www.canalrh.com.br
www.capitalderisco.gov.br
www.ccibc.com.br
www.ceara.gov.br
www.ceats.org.br
www.cebri.org.br
www.celb.com.br
www.celuloseonline.com.br
www.cendotec.org.br
www.cesp.com.br
www.cgee.org.br
www.cgi.ibmec.br
www.cinemabrasil.org.br
www.claudiohumberto.com.br

www.clubofrome.org.br
www.cneccapivari.br
www.cni.org.br
www.comunitas.org.br
www.consorcioabc.org.br
www.cpcimento.com.br
www.cultura.sp.gov.br
www.democracia.com.br
www.diap.org.br
www.ebape.fgv.br
www.econ.puc-rio.br/gfranco
www.ethos.org.br
www.extranet.ffm.br
www.fce.com.br
www.fecap.br
www.fgvsp.br
www.fierj.org.br
www.flacso.org.br
www.fmcovas.org.br
www.fmu.br
www.fvc.abril.com.br
www.gerdau.com.br
www.gruponoar.com
www.guiacultural.sp.gov.br
www.ibefrio.com.br
www.ibri-rbpi.org.br
www.iedi.org.br
www.ieei.com.br
www.iepecdg.com.br
www.ifb.com.br
www.ifhc.org.br
www.inae.org.br
www.inee.org.br
www.indatir.org.br

www.insightnet.com.br
www.institutosergiomotta.org.br
www.isd.org.br
www.italcam.com.br
www.itv.org.br
www.jornaldaciencia.org.br
www.kapaz.com.br
www.klabin.com.br
www.memorial.org.br
www.moradia.org.br
www.mre.gov.br
www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br
www.opas.org.br
www.ordemdoseconomistas.org.br
www.petrobrasinfonica.com.br
www.planalto.gov.br
www.planejamento.gov.br
www..premioclaudia.abril.com.br
www.proreformapolitica.com.br
www.prsouza.com.br
www.psdb.org.br
www.psdb-sp.org.br
www.riobravo.com.br
www.sabesp.com.br
www.saopaulo.sp.gov.br
www.sfiec.org.br
www.senado.gov.br
www.sigrh.sp.gov.br
www.sobeet.com.brm
www.terra.com.br/istoedinheiro
www.transparencia.org.br
www.transpetro.com.br
www.trf1.gov.br
www.tucano-sp.org.br

www.tvcultura.com.br
www.unisol.org.br
www.yedacrusius.com.br

# Anexo I – Relação dos fundadores do PSDB[260]

260 Conforme ata da reunião realizada em 24 e 25 de junho de 1988; Fonte: Nascido para mudar o Brasil – A história do PSDB.

André Franco Montoro SP

Célio de Castro MG

João Gaspar Rosa SC

Pompeu de Sousa DF

Ricardo Furlan Rodrigues SP

Luiz Eduardo Caminha SC

José Freitas Nobre SP

Luiz Carlos Bresser Pereira SP

Neylor José Toscan PR

Fabio Feldmann SP

Guiomar Namo de Mello SP

Renildo Soares Vilar MG

Francisco das Chagas Rodrigues PI

Paulo de Tarso Tavares Silva PI

Claudio de Sena Martins SP

Antonio Perosa SP

Sérgio Longman PE

José Cruz Macedo DF

Geraldo Alckmin Filho SP

Luiz Benedicto Máximo SP

Ester Monteiro da Silva RJ

Dirce Tutu Quadros SP

Antonio Rubens Costa de Lara SP

Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa SP

Saulo Queiroz MS

Vanderlei Macris SP

Ruth Corrêa Leite Cardoso SP

Ziza Valadares MG

Waldir Alceu Trigo SP

Camillo Calazans de Magalhães DF

Nelton Friedrich RS

Afonso Arinos de Melo Franco RJ

José Lucena Dantas DF

Robson Marinho SP

Antonio Carlos Tonca Falseti SP

Therezinha Marcolin Scalco PR

Rose de Freitas ES

José Ignacio Ferreira ES

José Carlos Grecco SP

Koyu Iha SP

Carlos Cotta MG

Cássio Gonçalves MG

Artur da Távola RJ

Sílvio Abreu MG

Paulo Lacerda DF

Deni Lineu Schwartz PR

Fernando Leça SP

Vera Lucia Barreto Moreira DF

Euclides Girolamo Scalco PR

Mauro Campos MG

Vicente Joaquim Bogo RS

Vasco Alves ES

Caio Pompeu de Toledo SP

Hermes Zaneti RS

Moema São Thiago CE

João Bastos Soares SP

Maria da Glória da Veiga Moura DF

José Guedes RO

José Oliveira Costa AL

Virgildásio de Senna BA

Maria de Lourdes Abadia DF

Jayme Santana MA

Joaquim dos Santos Andrade SP

Carlos Mosconi MG

Anna Maria Rattes RJ

Volnei Garrafa DF

Octávio Elísio Alves de Brito MG

Sérgio Roberto Vieira da Motta SP

Eduardo Jorge Caldas Pereira DF

José Richa PR

José Roberto Magalhães Teixeira SP

Maria Delith Balaban DF

Cristina Tavares PE

Eliézer Rizzo de Oliveira SP

Sergio de Otero Ribeiro DF

Pimenta da Veiga MG

Amarilio Proença de Macêdo CE

Francisco Mariano da Rocha de Souza Lima DF

Fernando Henrique Cardoso SP

Clovis de Barros Carvalho SP

Valter Rodrigues Veloso DF

Mário Covas Júnior SP

José Maria Guimarães Monteiro SP

José Aristides de Moraes Filho DF

Luiz Carlos Sigmaringa Seixas DF

José Paulo Bisol RS

Odaisa Fernandes Ferreira RO

João Gilberto Lucas Coelho RS

José Edgard Amorim Pereira MG

Ecléa Terezinha Fernandes RS

José Serra SP

Raymundo Theodoro Carvalho de Oliveira RJ

Geraldo Campos DF

José Afonso da Silva SP

Heloneida Studart Soares RJ

Tomaz Gilian Deluca Wonghon RS

Francisco de Assis Küster SC

Maria Laura de Souza Carneiro RJ

José Duval Guedes Freitas RJ

Ronaldo Cezar Coelho RJ

José Roberto Bassul Campos DF

Maria Silvia Elias Lauandos SP

Beth Azize AM

Juarez Marques Batista MS

Tercília Maria M. Xavier RS

Vilson Luiz de Souza SC

Leonardo Nunes da Cunha MS

Renan Calheiros AL

Carlos Heitor Pioli MG

# Membros das Comissões Executivas Nacionais do PSDB (Quadro I)

| Convencionais | UF | I C. E. (89/91) | II C.E. (91/93) | III C.E. (94/95) | IV C.E. (96/98) | V C.E. (99/01) | VI C.E. (01/03) | VII C.E. (03/05) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | |
| A. Andrea Matarazzo | SP | | | | | | Suplente | |
| Aécio Neves | MG | Vogal | | | | Líder/Câmara | Vogal | |
| Albano Franco | AL | | | | Vogal | | Suplente | |
| Alberto Goldman | SP | | | | | Vice Pres. | Vice-Pres. | Líder/Câmara |
| Alexandre de S. Andrade | MG | | | | | | | Sec. Prov. Nac. Juv. |
| Almir Gabriel | PA | | Vogal | 1º Vice Pres. | Vogal | | Vice-Pres. | |
| Aloysio Nunes F. Filho | SP | | | | | | Suplente | Vice-Pres. |
| Alvaro Dias | PR | | | | | | | Vice-Pres. |
| Anivaldo Vale | PA | | | | | Vogal | | Suplente |
| Antônio Faleiros | GO | | Suplente | Suplente | | | | |
| Antonio Floriano P. Pesaro | SP | | | | Suplente | | | |
| Arnaldo Madeira | SP | | | | 1º Vice Pres. | | Vogal | Vogal |
| Arthur Virgílio Neto | AM | | | | Sec. Geral | | 1º Tesoureiro | Líder/Senado |
| Artur da Távola | RJ | 3º Vice Pres. | 3º Vice Pres. | Líder/Câmara | | | | Ex-Pres. |
| B. Sá | PI | | | | | Vogal | | |
| Bismarck Maia | CE | | | | | | | Sec. Geral |
| Bonifácio Andrada | MG | | | | | Suplente | | |
| Bosco Costa | SE | | | | | | | Suplente |
| Carlos Alberto Leréia | GO | | | | | | | Vice-Pres. |
| Carlos França | | | | Suplente | | | | |
| Carlos Mosconi | MG | | | | 2º Vice Pres. | | | |
| Carlos Wilson | PE | | | | 2º Tesoureiro | | | |
| Cássio Gonçalves | MG | Suplente | | | | | | |
| Cícero Lucena | PB | | | | | | Suplente | Sec. Nac. Pref. |
| Cláudio Sena Martins | | Suplente | | | | | | |
| Custódio Mattos | MG | | | | | Vice Pres. | | |
| Dalci Carlos Matiello | RS | | Suplente | | | | | |
| Dante de Oliveira | MT | | | | | | Vogal | Vice-Pres. |
| Edmundo Galdino | TO | | | Suplente | | | | |
| Eduardo Azeredo | MG | | | | Vogal | | Sec. Rel. Inter | Presidente |
| Eduardo Gomes | TO | | | | | | | Vogal |
| Eduardo Paes | RJ | | | | | | | 1º Secretário |
| Egídio Ferreira Lima | PE | Sec. Geral | | | | | | |
| Euclides Scalco | PR | Líder/Câmara | 1º Vice Pres. | | | | | |

| Convencionais | UF | I C. E. (89/91) | II C.E. (91/93) | III C.E. (94/95) | IV C.E. (96/97) | V C.E. (99/01) | VI C.E. (01/03) | VII C.E. (03/05) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | |
| Fátima Pelaes | AP | | | | | Suplente | | Suplente |
| Fernando Henrique Cardoso | SP | Líder/Senado | Líder/Senado | | | | Pres. Honra | Pres. Honra |
| Firmino Filho | PI | | | | | | | Suplente |
| Francisco Urbano Araújo | | Suplente | | Vogal | Suplente | | | |
| Franco Montoro | SP | Presidente | Vogal | Pres. Honra | Pres. Honra | Pres. Honra | | |
| George Tasso L. S. Callado | AM | | Suplente | | | | | |
| Geraldo Alckmin Filho | SP | 1º Tesoureiro | | | | | Vogal | |
| Geraldo Melo | RN | | | | | | VicePres.Líder | 2º Secretário |
| Helenildo Ribeiro | AL | | | | | | | Suplente |
| Hélio Jaguaribe | RJ | Vogal | Suplente | | | | | |
| Hermes Zaneti | RS | Suplente | | | | | | |
| Hildete Pereira de M. Araújo | RJ | Suplente | | | | | | |
| Jayme Santana | MA | | | | Suplente | | | |
| João Almeida | BA | | | | | | | Tesoureiro |
| João Gilberto Lucas Coelho | RS | 2º Secretário | | | | | | |
| José Aníbal | SP | | | | Líder/Câmara | | Presidente | Ex-Pres. |
| José Lucena Dantas | RS | | | | 2º Secretário | Vogal | | |
| José Richa | PR | | Vogal | Vogal | | | | Ex-Pres. (i.m.) |
| José Roberto Arruda | DF | | | | Suplente | Vice Pres. | | |
| José Serra | SP | | Líder/Câmara | | | | Vogal | Pres. Licenciado |
| Jovair Arantes | GO | | | | Suplente | Vogal | | |
| Jutahy Júnior | BA | | | | | Vogal | Líder/Câmara | Vogal |
| Leonel Pavan | SC | | | | | | | Vice-Pres. |
| Lúcio Alcântara | CE | | | | | Pres. ITV | Vice Pres. | |
| Luis Carlos Bresser Pereira | SP | Suplente | | 1º Tesoureiro | | | | |
| Luis Carlos M. de Barros | SP | | | | | Vice Pres. | | |
| Luiz Carlos Hauly | PR | | | | | 1º Secretário | | Vogal |
| Luiz Paulo Vellozo Lucas | ES | | | | | | Suplente | Tesoureiro Adjunto |
| Luiz Piauhylino | PE | | | | | | 1º Secretário | |
| Luiz Soares | PA | | | | | Suplente | | |
| Luzia Toledo | ES | | | | | Vogal | | |
| Marcello Alencar | RJ | | | | Vogal | | Suplente | |
| Marcelo Cerqueira | RJ | Suplente | | | | | | |
| Marcelo Cordeiro | BA | | | | | Suplente | | |

| Convencionais | UF | I C. E. (89/91) | II C.E. (91/93) | III C.E. (94/95) | IV C.E. (96/97) | V C.E. (99/01) | VI C.E. (01/03) | VII C.E. (03/05) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | |
| Márcio Fortes | RJ | | | | 3º Vice Pres. | Sec. Geral | Sec. Geral | Sec. Rel. Inter. |
| Maria de Lourdes Abadia | DF | | | Suplente | | | | Suplente |
| Marconi Perillo | GO | | | | | | Vice-Pres. | |
| Mário Covas | SP | | Vogal | Líder/Senado | Vogal | | | |
| Moema São Thiago | CE | 2º Vice Pres. | 2º Tesoureiro | 1º Secretário | Vogal | Suplente | | |
| Myriam Portella Nunes | | | | Suplente | | | | |
| Nelson Marchezan | RS | | | | | Vogal | | |
| Nelson Otoch | CE | | | | | 2º Tesoureiro | | |
| Nelton Friedrich | PR | Vogal | | | | | | |
| Nilson Pinto | PA | | | | | | | Vogal |
| Octávio Eliso | | 1º Vice Pres. | | | | | | |
| Odilon Ribeiro Coutinho | RN | 2º Tesoureiro | 1º Tesoureiro | Vogal | | | | |
| Paulo Harthung | | | | | | Vice Pres. | | |
| Paulo Renato de Souza | SP | | | | | | Vogal | |
| Paulo Kobayashi | SP | | | | | Vogal | | |
| Pedro Piva | SP | | | | 1º Tesoureiro | 1º Tesoureiro | | |
| Pimenta da Veiga | MG | | 2º Vice Pres. | Presidente | | | Vogal | Ex-Pres. |
| Pompeu de Souza | DF | Vogal | | | | | | |
| Rafael Guerra | MG | | | | | | | Vogal |
| Renata Covas Lopes | SP | | | | | | Vogal | |
| Roberto Santos | AP | | | | Suplente | | | |
| Romero Jucá | RR | | | | | | 2º Secretário | |
| Ronaldo Cezar Coelho | RJ | | | 3º Vice Pres. | | | | |
| Rose de Freitas | ES | | | Vogal | | | | |
| Sandro Resende | GO | | | | | Suplente | Sec. Nac. Juv. | |
| Saulo Queiroz | MS | 1º Secretário | 2º Secretário | | | | | |
| Sebastião Madeira | MA | | | | | 2º Secretário | 2º Tesoureiro | Pres. ITV |
| Sérgio Guerra | PE | | | | | | | Vogal |
| Sérgio Machado | CE | | 1º Secretário | 2º Vice Pres. | Líder/Senado | Líder/Senado | | |
| Sérgio Moreira da Silva | | | | | | | | Sec. Executivo |
| Sérgio Motta | SP | | | Sec. Geral | Vogal | | | |
| Tasso Jereissati | CE | | | | Vogal | | Vogal | Ex-Pres. |
| Teotônio Vilela Filho | AL | | Suplente | Suplente | Presidente | Presidente | | Ex-Pres. |
| Tereza Jucá | RR | | | | | Suplente | | |

| Convencionais | UF | I C. E. (89/91) | II C.E. (91/93) | III C.E. (94/95) | IV C.E. (96/97) | V C.E. (99/01) | VI C.E. (01/03) | VII C.E. (03/05) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | |
| Ubiratan Aguiar | CE | | | | 1º Secretário | | | |
| Vicente Arruda | CE | | | | | | | Vogal |
| Vicente Bogo | RS | | Suplente | | | | | |
| Walter Barelli | SP | | | | | | | Sec Nac Rel Trab Sind |
| Yeda Crusius | RS | | | 2º Tesoureiro | Suplente | | Pres. ITV | Vogal |

**Total de Membros das Executivas Nacionais do PSDB = 107**

**Membros com UF identificada =100**

**Distribuição dos membros das Executivas Nacionais por Estado**

São Paulo = 19 membros (19%)
Minas Gerais = 9 membros (9%)
Rio de Janeiro= 8 membros(8%)
Espírito Santo= 3 membros(3%)
**Região Sudeste = 39 membros (39%)**

Rio Grande do Sul = 7 membros (7%)
Paraná = 5 membros (5%)
Santa Catarina = 1 membro (1%)
**Região Sul = 13 membros (13%)**

Ceará = 8 membros (8%)
Pernambuco = 4 membros (4%)
Bahia = 3 membros (3%)
Alagoas = 3 membros (3%)
Rio Grande do Norte = 2 membros (2%)
Maranhão = 2 membros (2%)
Piauí = 2 membros (2%)
Sergipe = 1 membro (1%)
Paraíba = 1 membro (1%)
**Região Nordeste = 26 membros (26%)**

Pará = 4 membros (4%)
Amazonas = 2 membros (2%)
Roraima = 2 membros (2%)
Amapá = 2 membros (2%)
Tocantins = 2 membros (2%)
**Região Norte = 12 membros (12%)**

Goiás = 5 membros (5%)
Distrito Federal = 3 membros (3%)
Mato Grosso do Sul = 1 membro (1%)
Mato Grosso = 1 membro (1%)
**Região Centro-Oeste= 10 membros (10%)**

## Quadro Ilustrativo por Formação e Atuação Profissionais (Quadro II)

| Nome | Diplomação | Pós-Graduação | Atuação Profissional | Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação |
|---|---|---|---|---|
| Aécio Neves | Economia - PUC-BH | | Área Econômica, Governamental, Parlamentar, Poder Executivo e EFDD[261] | Membro do Conselho Consultivo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC-Capivari; |
| Albano Franco | Direito - UFSE | | Área Parlamentar, do Poder Executivo e Empresarial (Industrial) | Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES); Presidente da CNI; Senai, Sesi e Conselho do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) |
| Alberto Goldman | Engenharia - USP | | Setor Privado (Engenharia Civil), Área Econômica, Governamental, Parlamentar e Poder Executivo (SP) | Sócio-fundador do Instituto Sérgio Motta |
| Almir Gabriel | Medicina - UFPA | | Área Médica, Governamental, Parlamentar e Poder Executivo | |
| Aloysio Nunes | Direito - USP | Economia Política - Univ. de Paris VII; Mestrado em Ciências Políticas - Univ. de Paris I | Área Governamental, Parlamentar e Poder Executivo, EFDD | Prof. Univ. de Besaçon (1972/73); USP (1983/85); Membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial (associado à FAAP) |
| André Lara Resende | Economia - PUC-RJ | Doutorado em Economia pela Massachusetts Institute of Technology (MIT) | Área Econômica, Governamental, Empresarial (Banqueiro e Dono de Consultoria de Empresas) e EFDD | Prof. Economia da PUC-RJ; Coordenador de Estudos do Instituto de Estudos de Política Econômica (Iepe); Membro do Conselho Técnico do Instituto Futuro Brasil |
| Andrea Calabi | Economia - FEA-USP | Doutorado em Economia pela Univ. da Califórnia (Berkeley) | Área Econômica, Governamental, Empresarial (Dono de Consultoria de Empresas), Poder Executivo (SP) e EFDD | Diretor-Presidente do IPEA (1995/96); Membro do Conselho da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Cons. Deliberativo do Inst. Teotônio Vilela (ITV) |
| Angelo Andréa Matarazzo | Administração | | Área Econômica, Governamental, Empresarial (Metalúrgica Matarazzo), Poder Executivo e EFDD | Diretor do CIESP; Membro do Conselho Consultivo do Instituto Teotônio Vilela (ITV) de São Paulo; Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria; Conselheiro do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI);Conselheiro da Sociedade Civil Colégio Dante Alighieri; Sócio-fundador do Instituto Sérgio Motta |
| Antônio Carlos Pannunzio | Engenheiro - Fac. Eng. Ind. de São Bernardo do Campo | | Setor Privado (Consultoria de Empresas), Área Parlamentar e EFDD | Diretor do CIESP; Professor e Diretor da Faculdade de Tecnologia de Sorocaba (1984/86) |
| Antônio Kandir | Economia - USP | Mestrado e Doutorado em Economia pela Unicamp | Área Econômica, Governamental, Parlamentar, Empresarial (Banqueiro e Dono de Consultoria de Empresas), Poder Executivo e EFDD | Técnico do IPEA/SEPLAN (1976/78); Assessor e Consultor da FAPESP (1988/89); Pres. do IPEA (1991); Membro do Cons. Delib. do ITV; Pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap); Membro do Fórum do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI); Conselheiro da Comunidade Solidária; Sócio-fundador do Instituto Sérgio Motta |

[261] EFDD = Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação.

| Nome | Diplomação | Pós-Graduação | Atuação Profissional | Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação |
|---|---|---|---|---|
| Arnaldo Madeira | Escola de Sociologia e Política de São Paulo | Sociologia (USP) e Administração de Empresas (FGV) | Área Governamental, Parlamentar e Poder Executivo (SP) e EFDD | Prof. da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP); Membro do Cons. Consultivo da Fundação Konrad Adenauer |
| Arthur Virgílio Neto | Direito - UFRJ | | Área Governamental, Parlamentar e Poder Executivo | |
| Artur da Távola | Direito - PUC-RJ | Especialização em Educação, UNESCO | Advocacia, Jornalismo, Escritor, Área Poder Executivo (RJ), Governamental, Parlamentar e EFDD | Universidade do Chile; ESPM-RJ; ABI |
| Bonifácio Andrada | Direito - UFMG e PUC-RJ | Doutorado em Direito Público pela UFMG | Área Econômica, Governamental, Parlamentar e Poder Executivo (MG) e EFDD | Prof. e Vice-Diretor da Fac. de Direito da PUC-MG, 1964-1978; Prof.da Fac. Viana Júnior, Juiz de Fora, 1976; Prof.da Fac. de Filosofia e Medicina de Barbacena, 1970-1974; Prof. de Direito Constitucional, UnB, Brasília, DF, 1981-2001; Prof. da Escola Agrotécnica de Barbacena; Reitor da Univ. Pres. Antônio Carlos, 1998-2002; Dirigente do ITV; Pres. da Fundação Milton Campos;Criador da Fundação Pres. Antonio Carlos |
| Celso Lafer | Direito - USP | Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela Univ. de Cornell (EUA); Livre-Docente em Direito Internacional Público pela USP | Área Governamental, de Organismos Internacionais (OMC/OPAS), Empresarial (Grupo Klabin), Poder Executivo e EFDD | Prof. na Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV); Prof. Fac. Direito (USP); Conselheiro do Instituto Metropolitano de Altos Estudos (IMAE-UniFMU); Conselheiro da FAPESP; Cons. Consultivo do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI); Conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri); Cons. Curador da Fund. Fac. de Medicina (FFM) de São Paulo; Sindipeças, FIESP, IEEI, Cebri. |
| Cláudia Costin | Administração - EAESP/FGV | Doutorado em Administração pela EAESP/FGV | Setor Privado (Administração), Área Econômica, Governamental, de Organismos Internacionais (BM), Poder Executivo (SP) e EFDD | Prof. da FGV, PUC-SP, Unicamp, Univ. de Taubaté e UnB; Membro do Cons. Delib. do ITV de São Paulo; Fundação Victor Civita |
| Edmar Bacha | Economia - UFMG | Pós-Graduação em New Haven (EUA) e Doutorado em Yale (EUA) | Área Econômica, Governamental, de Organismos Internacionais (ONU), Setor Bancário e Consultorias e EFDD | Prof. UnB (1973/75); Professor-Titular da UFRJ (desde 1993); Prof. na PUC-RJ, Yale, Colúmbia, Harvard e MIT; Membro do Cons. Consultivo da Fac. Pitágoras; Pres. do IBGE (1986) e do IPEA; Sócio-fundador e co-diretor do Instituto de Estudos em Política Econômica (Iepe), Pres. da Associação Nacional de Bancos de Investimentos (Anbid); Assoc. Latino-Americana de Economia - LACEA (Berkeley, CA, EUA); Pres. da Assoc. Nac. das Dist. do Mercado Aberto (Andima) |
| Eduardo Azeredo | Engenharia - PUC-MG | | Área Governamental e Poder Executivo | |

| Nome | Diplomação | Pós-Graduação | Atuação Profissional | Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação |
|---|---|---|---|---|
| Eduardo Jorge | Economia - UnB | Mestrado e Doutorado em Administração e Finanças Públicas na Graduate School of Public Affairs, da Unv. Federal de Nova Iorque (EUA) | Área Econômica, Governamental, de Organismos Internacionais (USAID), Empresarial (DTC - Direct To Company S.A),Consultoria de Empresas, Poder Executivo e EFDD | Consultor da United States Agency for International Development (USAID) |
| Emerson Kapaz | Engenharia - Universidade Mackenzie | Pós-Graduação em Administração de Empresas - FGV | Área Empresarial (Brinquedos), Governamental e Poder Executivo (SP) | Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco); Fundador e Coordenador-Geral do PNBE (1992/94); Cons. Delib. do Instituto Ethos; Pres. do Sind. das Ind. de Instrumentos Musicais e Brinquedos de São Paulo, 1985/1989; Pres. da Fundação ABRINQ, 1992/1994; Vice-Presidente CIESP, 1998/2001; Instituto Kapaz de Capacitação Profissional; Conselho Deliberativo da ONG "Transparência Brasil |
| Euclides Scalco | Farmácia - UFRS e Economia Agrária - Universidade de Louvain, Bélgica | | Área Governamental, Empresarial (Rede de Farmácias e Construtora), Poder Executivo e EFDD | Associação de Estudos de Orientação e Assistência Rural - Francisco Beltrão; Juventude Agrária Católica (JAC); Fundação Mário Covas |
| Fernando Henrique Cardoso | Sociologia - USP | Especialização em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP (1953); Doutorado em Ciências Sociais, USP (1961); Curso de pós-graduação, Laboratoire de Sociologie Industrielle, Université de Paris (1962/63); Livre Docência em Sociologia, USP (1963); Titular da cátedra de Ciência Política, USP (1968) | Área Governamental, Econômica, Empresarial, Parlamentar, Poder Executivo, Organismos/Associações Internacionais e EFDD | Professor da USP entre 1952 e 1969; do Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), (CEPAL), Santiago; da FLACSO; da Univ. do Chile; da Univ. de Paris-Nanterre, França; do International Institute of Labour Studies, (OIT); da Univ. da California em 1972 e 1981; da Univ. de Cambridge; da Universidade de Brown, em Providence; Membro do Cons. Dir. da CLACSO, do Centro de Estudos de Estado y Sociedade (CEDES), e da Corporación de Investigaciones Econômicas para Latinoamerica (Cieplan) em 1976; Presidente da International Sociological Association (ISA); Diretor Associado de Estudos, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Fundador, pesquisador e presidente do CEBRAP; Membro da Diretoria da Soc. Bras. de Sociologia; Presidente do Cons. Sup. da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e membro do Cons. da Soc. Bras. para o Progresso da Ciência (SBPC);Membro do Cons. Dir.do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)/Fórum Nacional; Membro do Cons. Delib. do Instituto Centro Americano (ICAM), MT; Membro do CEBRI; Filiado à Assoc. Bras. de Antropologia (ABA), Assoc. dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP) e Soc. Bras. de Sociologia (SBS). Membro do Comitê Internacional de Consultores, Helen Kellog Institute for International Studies; Membro do Cons. Internacional do Instituto de Relaciones Europeo-Latinoamericanas (IRELA); Membro do New World Dialogue, World Resources Institute, Washington; Membro do Comitê Científico do Centro Gino Germani di Studi Comparati sulla Modernizzazione e lo Sviluppo; Co-Presidente do Inter-American Dialogue; Membro dos Conselhos Consultivos do Institute for Advanced Study e da Fundação Rockefeller; Presidente do Clube de Madri; Membro do Clube de Roma; Membro do Collegium |

| Nome | Diplomação | Pós-Graduação | Atuação Profissional | Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação |
|---|---|---|---|---|
| | | | | International éthique, politique et scientifique, Paris; Filiado ao Comité International pour l'Information et la Documentation en Sciences Sociales (ICSSD), à International Industrial Relations Association (IIRA) e à International Association of Political Science (IPSA). |
| Franco Montoro | Direito - USP | Doutorado em Filosofia e em Direito pela PUC-SP | Área Governamental, Parlamentar, Poder Executivo e EFDD | Professor Catedrático das Instituições do Direito Privado, USP, 1947-1970; Professor de Teoria Geral do Direito, UnB, DF, 1978-1982. Presidente, Diretor e membro do Conselho Consultivo da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Movimento Solidarista |
| Geraldo Alckmin | Medicina - Faculdade de Medicina de Taubaté (SP) | Pós-graduação no Hospital do Servidor Público de São Paulo | Área Médica, Governamental, Parlamentar, Poder Executivo e EFDD | Professor na Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena e no Instituto de Santa Teresa; Membro do Instituto de Estudos Valeparaibanos; Presidente de Honra do Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica (Cendotec). |
| Gustavo Franco | Economia - PUC-RJ | Doutorado em Harvard (EUA) | Área Econômica, Governamental, de Organismos Internacionais (UNCED e CEPAL), Empresarial (Banqueiro e Dono de Consultoria de Empresas) e EFDD | Prof. da PUC-RJ; Consultor para a CEPAL e UNCED; Membro do Conselho Consultivo do ITV-RJ; Conselho Consultivo da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transacionais e da Globalização Econômica (SOBEET); Consultor para The Economist Inteligence Unit; Consultor para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial- IEDI. |
| Hélio Jaguaribe | Direito - PUC-RJ | PhD. Ciências Políticas (Universidade de Mainz, RFA) | Área Econômica, Governamental e EFDD | Professor na Universidade de Harvard, na Universidade de Stanford, na Massachusetts Institute of Technology (MIT) e nas Faculdades Integradas Candido Mendes.Secretário-geral do Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia e Política (IBESP); Membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); Decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES); Fundador do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI); Membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), desde 2005; Membro do Conselho Diretor do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)/Fórum Nacional; Membro do Conselho Consultivo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). |
| Henrique Meirelles | Engenharia - USP | Mestre em Ciências da Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - Coppead; Programa de Administração Avançada da Universidade de Harvard, Boston, EUA. | Área Econômica, Governamental, Empresarial (Setor Bancário) e EFDD | Diretor-Executivo da Febraban, (1989/96); Pres. fundador da Fed. Latino Americana de Leasing; Pres. da Assoc. Bras. das Emp. de Leasing; Pres. da Câmara Americana de Comércio, em SP, (1995/97); Pres. da Assoc. Bras. de Bancos Internacionais, em SP, de 1989 a 1996; Membro do Conselho da BM & F, em SP, (2001/2002); Diretor da Câmara de Comércio Brasil-EUA, Nova York, desde 2001; Pres. do Cons. da Assoc. Viva o Centro; Pres. e Fundador do Conselho da Fundação Travessia; Conselheiro da Fundação Padre Anchieta; Conselho Cons. da Soc. Bras. de Estudos de Empresas Transacionais e da Globalização Econômica (SOBEET); |

| Nome | Diplomação | Pós-Graduação | Atuação Profissional | Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação |
|---|---|---|---|---|
| José Aníbal | Economia - IEDES, Univ. de Paris I - Sorbonne, França. | | Área Empresarial, Governamental, Econômica, Parlamentar e EFDD | Fundador do Núcleo de Estudos Estratégicos, UNICAMP, 1985; Membro do Conselho Consultivo do Instituto Teotônio Vilela de São Paulo (ITV-SP); Fundação Mário Covas |
| José Richa | Odontologia - UFPR | | Área Governamental, Parlamentar e Empresarial | |
| José Serra | Economia - USP | Mestrado e Doutorado em Economia pela Universidade do Chile e pela Universidade de Cornell (EUA), respectivamente. | Área Econômica, Governamental, Parlamentar, Poder Executivo, de Organismos Internacionais (OPAS) e EFDD | Professor e membro do Conselho Consultivo da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO); Professor da Faculdade de Economia da Unicamp (1978/83); Pesquisador e Professor da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); Professor na Universidade de Princeton (1976/78). Presidente de Honra do Conselho Deliberativo do Instituto Teotônio Vilela (ITV) de São Paulo. Membro do Fórum do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) entre 1993/99. |
| Lúcio Alcântara | Medicina - UFCE | | Área Médica, Governamental, Parlamentar, Poder Executivo e EFDD | Professor do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará; Membro Fundador do Instituto Tancredo Neves de Estudos Políticos e Sociais (ITN), órgão veiculado ao PFL; Presidente do Instituto Teotônio Vilela entre 1996 e 2001.); Membro do Conselho Editorial da Revista Parcerias Estratégicas, do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); Campanha Nac. de Escolas da Comunidade (Cnec-Capivari) |
| Luis Carlos Mendonça de Barros | Engenharia - USP | Doutor em Economia pela Unicamp | Área Econômica, Governamental, Empresarial (Banqueiro e Dono de Consultoria de Empresas), Poder Executivo e EFDD | Professor do Instituto de Economia da Unicamp;. Professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas; Professor da Faculdade de Administração e Economia de Piracicaba;Consultor de Conjuntura Econômica do Cebrap;Sócio-fundador, Diretor-presidente e Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Sérgio Motta; Publisher da Revista e Site Primeira Leitura, Fecomércio. |
| Luiz Carlos Bresser Pereira | Direito - USP | Mestre em Administração de Empresas pela Universidade de Michigan (EUA); Doutor em Economia pela Faculdade de Administração da USP; Livre-docente em Economia (USP). | Área Econômica, Governamental, Poder Executivo e EFDD | Professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo; Presidente da Sociedade de Estudos Econômicos, Sociais e Urbanísticos (SESU); Presidente do Centro de Economia Política; Presidente do Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais (1993/94); Membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial (associado à FAAP); Conselho Consultivo da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transacionais e da Globalização Econômica (SOBEET); Sócio-fundador do Instituto Sérgio Motta; Cons. Sup. de Economia da FIESP e da FEBRABAN; Membro do Conselho Consultivo da Revista Insight-Inteligência. |

| Nome | Diplomação | Pós-Graduação | Atuação Profissional | Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação |
|---|---|---|---|---|
| Márcio Fortes | Engenharia - PUC-RJ | Life and Institutions in the USA and Problems of Economic Development, Harvard Univ., Cambridge, EUA, 1966; Mercado de Capitais e Sistema Financeiro da Habitação, PUC-RJ; Planejamento Urbano e Edificações, EPUC, Rio de Janeiro, RJ, 1967; Política Habitacional, CENPHA, 1967; Engenharia Econômica, UFRJ; Elaboração e Análise de Projetos Habitacionais, FGV. | Área Econômica, Governamental, Parlamentar, Empresarial e de Organismos Internacionais (ONU), Poder Executivo e EFDD | Membro do Conselho Consultivo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), do Capital de Risco Brasil – Projeto Inovar (FINEP); Membro do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Membro, Conselho Universitário da Univ. Gama Filho, 1984-1985, da PUC e da FGV, RJ, 1992-2000; Pres. da Soc. de Estudos Econômicos, Sociais e Urbanísticos (SESU); Pres. do Centro de Economia Política; Pres. do Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais (1993/94); Cons. Sup. de Economia da FIESP e da FEBRABAN; Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial; Conselho de Adm. Geral do Comunitas; Conselho Cons. da Soc. Bras. de Estudos de Emp. Transacionais e da Globalização Econômica (SOBEET); Sócio-fundador do Instituto Sérgio Motta |
| Mário Covas | Engenheira - USP | | Área Governamental, Parlamentar e Poder Executivo | |
| Martus Tavares | Economia - UFCE | Mestrado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) | Área Econômica, Governamental, de Organismos Internacionais (BID, Fonplata, FIDA, FMI), Poder Executivo e EFDD | Professor e pesquisador da Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, entre 1980/1986; Diretor de Economia e Planejamento da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base - ABDIB. |
| Paulo Renato de Souza | Economia - UFRS | Pós-Graduação na Faculdade de Ciências Econômicas do Chile; Doutor em Economia pela Unicamp. | Área Econômica, Governamental, de Organismos Internacionais (CEPAL, OEA, OIT, BID e ONU) e Empresarial (Dono de Consultoria de Empresas), Poder Executivo e EFDD | Professor-titular de Economia da Unicamp, tornando-se posteriormente reitor; Professor visitante da UFRJ; Professor do Departamento de Sociologia da PUC-SP; Professor-assistente da Escola de Ciência Política e Administração da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), no Chile e membro do Conselho Consultivo da FLACSO-Brasil; Professor do Institute for Advanced Study, da Universidade de Princeton (EUA); Economista da CEPAL; Trabalhou na Organização dos Estados Americanos (OEA); Diretor associado do Programa Regional do Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC), da OIT; Prestou serviços Instituto Latino-Americano de Planificação Econômica e Social (ILPES) da ONU; Diretor-executivo do Conselho de Diretor do Instituto Latino-Americano (Ilam); Consultor da CEPAL e do Centro de Estudos Transnacionais (CET) da ONU; Sócio-fundador do Instituto Sérgio Motta; Conselheiro do Instituto Social Democrata; Conselheiro da Comunidade Solidária; Membro do Consultivo Consultivo do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). |
| Pedro Piva | Direito - USP | | Área Governamental, Econômica, Parlamentar, Empresarial (Grupo Klabin), Poder Executivo e EFDD | Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Teotônio Vilela (ITV) de São Paul; Membro (e Fundador) do Conselho de Administração do Instituto de Estudos Avançados para o Desenvolvimento Industrial (IEDI); Membro do Conselho Consultivo da Fundação Mário Covas; Conselho Curador da Fundação Zerbini-Incor; Conselho de Empresários da América Latina (CEAL) e do Comitê de Competitividade Industrial;Conselho de Adm. da Fundação Bienal de São Paulo; Conselho Delib. da Associação Brasileiro de Celulose e Papel (Bracelpa) |

| Nome | Diplomação | Pós-Graduação | Atuação Profissional | Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação |
|---|---|---|---|---|
| Pérsio Arida | Economia - USP | Doutorado na Massachusetts Institute of Technology (MIT) | Área Econômica, Governamental, Empresarial (Banqueiro), Poder Executivo e EFDD | Professor da USP (1979/81); Professor da PUC-Rio (1980/84); Pesquisador do Woodrow Wilson Center, Smithsonian Institution em Washington (1984/85); ; Membro e Coordenador de Estudos do Instituto de Estudos de Política Econômica (Iepe); Ex-Membro do Fórum do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) entre 1993/99; Conselho do Instituto Talento Brasil; Conselho Cons. do Instituto Moreira Salles; Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta |
| Pimenta da Veiga | Direito - UFRJ | | Área Governamental, Parlamentar, do Poder Executivo, Empresarial e Poder Executivo | Membro do Conselho Curador da Fundação Pedroso Horta (1981) |
| Ronaldo Cezar Coelho | Advogado - PUC-RJ | | Área Econômica, Governamental, Parlamentar, Empresarial (Banqueiro), Poder Executivo (RJ) e EFDD | Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Teotônio Vilela; Membro do Conselho Consultivo da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro; Membro do Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). |
| Ruth Cardoso | Antropologia - USP | Pós-doutorado na Universidade de Columbia (New York/EUA). | Área Governamental, de Organismos Internacionais (BID, OIT e ONU) e EFDD | Professora da USP; Professora da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso/Unesco); Membro do Conselho Consultivo da FLACSO-Brasil; Universidade do Chile (Santiago do Chile), Maison des Sciences de L´Homme (Paris), Universidade de Berkeley (Califórnia) e Universidade de Columbia (Nova York); Membro do Conselho Curador da Escola de Gestão de Negócios Álvares Penteado;Membro do Conselho Deliberativo e Consultivo do Instituto Teotônio Vilela (ITV); Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (1984/96); Sócia e fundadora do Instituto Sérgio Motta; Associação para o Intercâmbio Educacional entre os EUA e o Brasil (Comissão Fulbright);Conselho do Centro de Empreendimento Social e Adm. em Terceiro Setor (CEATS); Membro Benemérito da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida; Sócia-fundadora do Programa Alfabetização Solidária e do Programa Universidade Solidária (UniSol); Conselho Curador da Fundação Victor Civita; Fundadora e Presidente do Comunitas; Membro associado do Center for Latin American Studies da Universidade de Cambridge (Inglaterra) e membro da equipe de pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap - São Paulo) |
| Sebastião Madeira | Medicina - UFCE | Pós-Graduação na UFRJ | Área Médica, Parlamentar e EFDD | Atual Presidente do Instituto Teotônio Vilela (ITV) |
| Sérgio Machado | Administração - FGV-RJ e Economia - UCAM | | Área Econômica, Governamental, Parlamentar e Empresarial (Rede de Rádio e TV) | Presidente do Centro de Indústrias do Ceará (CIC) em 1982; Membro do Conselho da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC). |

| Nome | Diplomação | Pós-Graduação | Atuação Profissional | Entidades de Formulação, Doutrinamento e Divulgação |
|---|---|---|---|---|
| Sérgio Motta | Engenharia - PUC-SP | | Área Governamental e Empresarial (Hidrobrasileira) | |
| Tasso Jereissati | Administração - FGV-SP | | Área Parlamentar, de Poder Executivo, Empresarial e EFDD | Membro conselheiro do decanato da John Kennedy School of Government da Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachusetts, USA; Conselheiro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla (IPCA), da Fundação IBGE; Sócio-fundador do Instituto Sérgio Motta. |
| Teotônio Vilela Filho | Economia - UnB | | Área Parlamentar, Empresarial e EFDD | Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Teotônio Vilela (ITV); Membro do Conselho Consultivo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC-Capivari; Presidente do Conselho Diretor da Fundação Teotônio Vilela |
| Winston Fritsch | | Mestre em Engenharia e Doutor em Economia por Cambridge | Área Econômica, Governamental, Empresarial (Banqueiro) e EFDD | Ex-decano do Centro de Ciências Sociais da PUC-RJ; Professor da Coordenação de Pós-Graduação em Administração (Coppead) da UFRJ, onde também dirigiu a Faculdade de Economia e Administração;Membro do Conselho Consultivo do Instituto Teotônio Vilela (ITV-RJ); Membro Vogal do Conselho Curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri); Membro do Conselho Consultivo Permanente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET); Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (ABBI) e membro do Conselho da FEBRABAN |
| Yeda Crusius | Economia - USP | Pós-Graduação em Economia, USP, São Paulo, 1968, e Univ. do Colorado, EUA, 1969; Mestrado em Economia, Univ. Vanderbilt, Nashville, EUA, 1969-1971; Especialização em Estatística, UFRGS, Porto Alegre, RS, 1976. | Área Econômica, Governamental, Parlamentar, Poder Executivo e EFDD | Professora Titular do Departamento de Economia, 1971-1993, Coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Economia, 1983-1986, Vice-Diretora, 1989-1990, e Diretora, 1991-1992, da Fac. de Economia, UFRGS, Porto Alegre, RS; Presidente, Inst. Teotônio Vilela, 2001-2003; Vice-Líder do PSDB, 2003 e 2004; Membro do Conselho Consultivo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC-Capivari; Membro do Conselho Consultivo do Capital de Risco Brasil – Projeto Inovar (FINEP); Membro do Conselho Consultivo da Fundação Konrad Adenauer. |

# Quadro Ilustrativo por Vinculação com a Sociedade Civil e Política (Quadro III)

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| Aécio Neves | Economista, BDMG. Oficial de gabinete, CADE, Ministério da Justiça, 1977. Sec. de Gabinete Parlamentar, 1977/1981. Sec. do Governo Tancredo Neves, MG, 1983/1984. Sec. para Assuntos Especiais, Presidência da República, 1985. Diretor de Loterias, CEF, DF, 1985/1986 | Filiado ao PMDB; Executiva Nacional do PSDB. Sec. Nacional para o Centro-Oeste. Vice-líder, 1991/1992. Pres.Regional 1996/1998, MG; Líder do PSDB na Câmara, 1997/2001; Conselho Político Nacional e Diretório Nacional do PSDB (2003/2005) | Conselho Consultivo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC-Capivari | |
| Albano Franco | | Diretório Estadual do PDS (1982/1984); Conselho Consultivo Nacional do PDS; Executiva Nacional do PSDB (1996/97), do Conselho Político Nacional e do Diretório Nacional (2003/2005) | Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES) entre 1971 e 1977; Presidente da CNI (1980/1994); Senai, Sesi e Conselho do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) | Empresário setor têxtil, agropecuário, bebidas e da agro-indústria do açúcar |
| Alberto Goldman | Secretário de Coordenação de Programas do Estado de São Paulo, 1987-1988; Secretário da Adm do Estado de São Paulo, 1988-1990; Ministro de Estado dos Transportes, 1992-1993 | Vice-Líder do MDB, 1971-1973, 1974 e 1979; Líder do MDB, 1973 e 1975; Sec.Geral e do Diretório Regional do PMDB, 1980-1985; Líder do PCB, 1985-1987; Vice-Pres. da Exec. Nacional do PSDB (1999/2001) e Líder na Câmara (2003-2005) | Diretor da União Estadual dos Estudantes (UEE-SP) entre 1958/60; Socio-fundador do Instituto Sérgio Motta | |
| Almir Gabriel | Diretor da Divisão Nacional de Pneumologia Sanitária do Min. da Saúde (1977/79); Sec. de Saúde do Pará (1979/83); Prefeito nomeado de Belém (1983/1986) | Executiva Nacional do PSDB (1991/97), Vice-Presidente do PSDB (1994/95);Conselho Político Nacional e Diretório Nacional (2003/2005) | | |
| Aloysio Nunes | Procurador do Estado de São Paulo, 1981; Secretário de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, 1991-1992; Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República (1999/2001); Ministro da Justiça em 2001 e 2002; Atual Secretário de Governo do Município de São Paulo | Integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN); Líder do PMDB, 1985-1986 e 1988-1990; Sec.-Geral, 1986-1988 e Vice-Presidente, 1988-1990; Executiva Reg. do PMDB, SP, 1993-; Vice-Líder do PMDB, 1995-1997; Primeiro-Vice-Líder do PSDB, 1998-1999; Vice-Líder em 2003-2004 e Vice-Pres. Nacional (2003/2005) do PSDB; Conselho Político e do Diretório Nacional (2003/2005) | Atual Coordenador do Fórum Paulista de Desenvolvimento; Membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial (associado à FAAP); Membro Honorário da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC) | Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial (associado à FAAP); Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC) |
| André Lara Resende | Diretor do Banco Central; Presidente do BNDES | Filiado ao PSDB | Coordenador de Estudos do Instituto de Estudos de Política Econômica (Iepe); Membro do Conselho Técnico do Instituto Futuro Brasil | Banco Garantia; Fundador do Banco Matrix; Vice-presidente executivo do Unibanco; Conselho de Adm. do Grupo Gerdau e da Alphs Funds.; Conselho Cons. do Instituto Brasileiro de Mercado e Capitais (Ibmec-SP) |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| Andrea Calabi | Secretário Geral da Sec. de Planej. da Presidência da República, entre 1985/86; Secretário-geral do Min. da Fazenda (governo Sarney); Secretário do Tesouro Nacional (1986/88); Secretário-executivo do Min. do Planej. (1995/96); Pres. do Banco do Brasil (1999); Pres. do BNDES, FINAME, BNDESPAR (1999/2000); Conselhos da CEF, EMBRAER e SABESP, Finep, Cia. de Seguros do Estado de S.P. (Cosesp); Diretor Pres. do IPEA (1995/96), Atual Sec. de Estado de Econ. e Planej. de SP | Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Teotônio Vilela (ITV) de São Paulo | Conselho de Adm. da Fund. Bienal de SP; Conselho Cons. da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria e do Capital de Risco Brasil (FINEP); Cons. Curador da Fund. Fac. de Medicina (FFM) de SP; Sócio-fundador do Instituto Sérgio Motta; Pres. do Conselho Curador da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) | Sócio da Consultoria e Empreendimentos Industriais; Conselho Cons.da Berkeley Alumni Brasil; Diretor Pres. da Dist. de Títulos e Valores Mobiliários do Estado de SP, (1983/85). Atual executivo da Itália Telecom no Brasil; Sócio-diretor da AACC Adm. e Consultoria; Cons. de Adm. da Generali do Brasil, BCN Barclays e Blindex (até nov/94); Cia. Paulista de Ativos (1996) e BANESPA (1998). Cons. Adm. da CAEMI - Mineração e Metalurgia S/A (2001) |
| Angelo Andréa Matarazzo | Atual Sec. de Serviços do Mun. de São Paulo; Embaixador do Brasil na Itália (2001/2002); Ministro de Estado Chefe da Sec. de Comunicação de Governo da Presidência da República (1999/2001); Secretário de Energia do Governo do Estado de São Paulo (1998); Pres. da CESP e membro dos conselhos de Desestatização do Estado de São Paulo; de Administração da Cia. Paulista de Ativos; e de Ciências e Tecnologia do Estado de São Paulo, de 1995 a 1998. Secretário de Política Industrial do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (1992/1993); Assessor especial do Ministério da Educação e Cultura (1991/1992) | Membro Conselho Consultivo do Instituto Teotônio Vilela (ITV) de São Paulo, da Comissão Executiva Nacional do PSDB (2001/03), do Conselho Político Nacional e do Diretório Nacional do PSDB (2003/2005) | Diretor do CIESP; Diretor da Federação do Comércio do Estado de São Paulo; Conselheiro do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI; Conselho de Adm. da Fundação Bienal de São Paulo; Conselho Consultivo da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria; Conselheiro da Soc. Civil Colégio Dante Alighieri; Sócio-fundador do Instituto Sérgio Motta | Presidente da Metalúrgica Matarazzo S/A, da Matarazzo SA Holding e da Metalma S/A |
| Antônio Carlos Pannunzio | | Vice-Líder do PSDB na Câmara (1995, 1998/98 e 2000) e Vice-Líder do governo (1996/1998); Diretório Nacional do PSDB, 1996/1997; Vice-Líder do Governo, 1996/1998; Atual Pres. do Diretório Estadual (SP) do PSDB. | Diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) entre 1984 e 1986; Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba (1985/86). | Diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) entre 1984 e 1986. |
| Arnaldo Madeira | Secretário Municipal da Habitação e do Desenvolvimento Urbano de São Paulo (1983-1985); Atual Secretário da Casa Civil do Estado de São Paulo | Vice-Líder do PSDB, 1995 e 1996/1997; Vice-Líder do Governo, 1995/1996; Primeiro-Vice-Líder do Governo, 1996; Primeiro-Vice-Líder do PSDB, 1997/1998; Primeiro-Vice-Presidente do PSDB, 1998; Líder do Governo, 1998 | Membro do Conselho Consultivo da Fundação Mário Covas; Membro do Conselho Consultivo da Fundação Konrad Adenauer | Professor da FAAP |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| Arthur Virgílio Neto | Instituto Rio Branco (1975); Ministério das Relações Exteriores (1979/1982); Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República no governo FHC | Vice-Presidente, Primeira Comissão Provisória do PMDB, 1980; Coord. Campanha pelas Diretas, de Tancredo Neves (1984), de Mário Covas (1989) e de FHC (1994) à Presidência da República; Vice-Líder do PMDB, 1983-1985; Vice-Líder do PSB, 1986; Pres. Regional do PSB, AM, 1987-1989; Diretório Nacional do PSDB, 1990; Pres. Regional do PSDB, AM, 1993; Vice-Líder do PSDB, 1995-1996 e 1997; Secretário-Geral do PSDB (1996/98); Tesoureiro do PSDB (2001/2003); Líder do PSDB no Senado (2003/2005) | | |
| Artur da Távola | Secretário de Cultura do Município do Rio de Janeiro (2001) | Fundador do PSDB; Vice-Líder do PMDB (1987/88) na Constituinte; Líder do PSDB (1988) na Constituinte e Vice-Presidente (1989/93); Vice-Líder na Câmara (1991) e Líder (1994); Presidente do PSDB (1995/96); Conselho Político Nacional e do Diretório Nacional (2003/2005) | Vice-Presidente da ABI (1980/81) | |
| Bonifácio Andrada | Oficial de Gabinete do Ministro da Agricultura, 1955; Secretário da Educação e Cultura, MG, 1965; Secretário do Interior e Justiça, MG, 1974/1977; Secretário de Administração e Recursos Humanos, 1994/1997 | Líder da UDN, ALMG, 1962-1963 e 1966-69; Secretário-Geral e Vice-Presidente da UDN, MG; Vice-Pres. da ARENA, MG; Executiva Regional da ARENA, MG; Líder do Governo, ARENA, ALEMG, 1971-1975; Diretório do PDS; Executiva Nacional do PDS; Vice-Líder do PDS, 1980, 1982, 1989-1990 e 1991; Primeiro-Vice-Líder do PDS, 1982-1986; Vice-Líder do PTB, 1994; Executiva do PSDB, 2001; Vice-Líder do PSDB, 2002. Dirigente do IITV; Diretório Nacional do PSDB e do Conselho Nacional de Ética e Disciplina (2003/2005) | Presidente da Fundação Milton Campos; Criador da Fundação Presidente Antônio Carlos | Criador de várias faculdades e colégios em Minas Gerais |
| Celso Lafer | Conselho de Administração da Cesp, Eletropaulo, Cia Paulista de Força e Luz e Cia. de Gás de SP; Ministro das Relações Exteriores (1992); Embaixador do Brasil na ONU; Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do governo FHC | Atual membro do Conselho Político Nacional e do Diretório Nacional do PSDB (2003/2005) | Vice-Pres. do Sind. dos Fabricantes de Autopeças (Sindipeças). Conselheiro do Instituto Metropolitano de Altos Estudos (IMAE-UniFMU); Conselho de Adm. Geral da Comunitas; Conselheiro da FAPESP; Conselho da FIESP; Conselho Cons. do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI); Cons. Centro Bras. de Relações Internacionais (Cebri) | Conselho de Administração da Metal Leve; Vice-Presidente da Papelão Ondulado do Nordeste S.A. Assessor jurídico especial do Grupo Klabin e atual membro do Conselho de Administração; Participação em Conselhos e Diretorias na CIESP e na FIESP |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| Cláudia Costin | Funcionária do Serpro; Diretora do Dep. Nac. de Planej. e Avaliação do Min.da Economia (1991/92); Secretária-adjunta de Previdência Complementar (1994); Secretrária-executiva do Ministério da Adm. Federal e Reforma do Estado (MARE) entre 1995/98; Ministra da Administração e Reforma do Estado (1998); Chefe da Secretaria da Administração e do Patrimônio do Min. do Planejamento, Orçamento e Gestão (1998/99); Conselho de Reforma do Estado (CRE); Conselho Adm. da CESP; Pres. do Cons. Estadual de Cultura de São Paulo e do Conselho Curador da Fundação Memorial da América Latina; Secretária de Cultura do Estado de São Paulo | Fundadora do Partido Revolucionário Comunista (PRC), junto com Tarso Genro e José Genoíno; Ex-militante do PC do B; Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Teotônio Vilela (ITV) de São Paulo | Coordenadora de projetos da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap); Membro Honorário do Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica (Cendotec); Vice-Presidente da Fundação Victor Civita; Membro do Instituto Braudel de Economia Mundial (associado a FAAP) | CEO da Promon Intelligens, empresa de e-learning do Grupo Promon. Presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica |
| Clóvis Carvalho | Superintendente da Cia de Gás de S.P. (Comgás), em 1975; Gerente Financeiro da Cia Metropolitana de S.P, entre 1975/77; Gerente Financeiro da Cia. de Saneamento Básico de S.P. (Sabesp); Secretário de Econ e Planej de São Paulo em 1983 e 84; Secretário-executivo do Min. da Fazenda (1993/94); Chefe do Gabinete Civil da Presidência (1995/99); Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999); Presidente do Conselho Nacional de Desestatização e Presidente da Câmara de Reforma do Estado | Atual membro do Conselho Político Nacional do Diretório Nacional do PSDB (2003/2005) | Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec); Membro do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI); Sócio-fundador e membro do Conselho Deliberativo do Instituto Sérgio Motta | Chefe do Departamento de ações do Banco Safra S/A; Diretor do Bansulvest S/A; Chefe do Departamento de Fundos de Investimento do Unibanco; Vice-Presidente de Recursos Humanos da Indústria Villares; Consultor da Brasil Telecom |
| Edmar Bacha | Presidente do IBGE (1986); Ipea; Assessor Especial do Ministério da Fazenda (1992/95); Presidente do BNDES (1995); Conselheiro para Assuntos Econômicos do Governador do Estado de Minas Gerais (desde 2003) | Membro do Diretório Nacional (1989) do PSDB e do Diretório Regional do Rio de Janeiro (1992) | Sócio-fundador da VivaCred; Pres. da Associação Nacional de Bancos de Investimentos (Anbid); Sócio-fundador e co-diretor do Instituto de Estudos em Política Econômica (Iepe); Assoc. Latino-Americana de Economia - LACEA (Berkeley, CA, EUA), associada à American Economic Association; Pres. da Assoc. Nac. das Dist. do Mercado Aberto (Andima) | Economista-chefe e sócio do Banco BBA Creditanstalt; Consultor na Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro; Membro Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras; Membro do Conselho de Administração da CSN (2001/05) |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| Eduardo Azeredo | Diretor-presidente da Cia. Processamento de Dados do Estado de MG (Prodemge) entre 1983/87; Pres. do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) | Secretário de Relações Internacionais do PSDB e atual Presidente Nacional do partido | Pres. da Assoc. Bras. de Emp. Estaduais de Processamento de Dados (Abep); Vice-presidente da Assoc. Bras. dos Municípios (ABM); Pres. do Cons. Delib. da Soc. Mineira de Engenheiros (SME) | Analista de sistema assessor - IBM Brasil; Presidente da Empresa de Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S.A (Prodabel) |
| Eduardo Jorge | Dentre outras funções, destaquemos a de Assessor de FHC no Senado; Chefe de Gabinete de FHC nos ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda; Secretário-Geral da presidência da República com status de ministro | Membro fundador do PSDB, atual membro do Diretório Nacional e do Conselho Fiscal Nacional (2003/2005) | | Membro fundador do PSDB, atual membro do Diretório Nacional e do Conselho Fiscal Nacional (2003/2005) |
| Emerson Kapaz | Ex-secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento do Estado de São Paulo, no Governo Mário Covas | Delegado na Convenção Nacional do PSDB, 1995; Vice-Líder do PSDB, 1999; Vice-Líder do Bloco PDT/PPS, 2001-2002 | Presidente Executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco); Fundador e Coordenador-Geral do PNBE (1992/94); Cons. Delib. do Instituto Ethos; Pres. do Sind. das Ind. de Instrumentos Musicais e Brinquedos de São Paulo, 1985/1989; Pres. da Fundação ABRINQ, 1992/1994; Vice-Presidente CIESP, 1998/2001; Representante da Sociedade Civil no Conselho da República, 1995-1997; Instituto Kapaz de Capacitação Profissional; Cons. Delib. da ONG "Transparência Brasil" | |
| Euclides Scalco | Chefe da Casa Civil do Paraná (1983/86); Diretor geral da Hidrelétrica Itaipu Binacional. Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência | Secretário da Executiva Nacional do PMDB (1981/83 e 1986/87); Primeiro vice-líder do PMDB; Fundador do PSDB; Secretário Geral do PSDB (1988/91); Líder do PSDB na Câmara dos Deputados; Vice-Presidente do Diretório Nacional do PSDB (1991/93) | Juventude Agrária Católica (JAC); Associação de Estudos de Orientação e Assistência Rural - Francisco Beltrão; Pres. da Associação Comercial e Industrial de Francisco Beltrão; Conselho Consultivo da Fundação Mário Covas | Diretor -presidente da empresa Habitação Construções e Empreendimentos Ltda (1992/95) |
| Fernando Henrique Cardoso | Ministro de Estado das Relações Exteriores, Itamaraty, Governo Itamar Franco (1992/93). Ministro de Estado da Fazenda, Governo Itamar Franco (1993/94) | Vice-presidente do MDB paulista (1979).Fundador PMDB em 1980. Presidente do PMDB paulista. Líder do Governo no Congresso (1985/86). Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no Senado (1987/88). Membro fundador do PSDB; Líder do PSDB no Senado entre 1988/92. Atual membro do Conselho Político Nacional e do Diretório Nacional (2003/2005) do PSDB | Presidente da Fundação Osesp; Conselho Diretor do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)/Fórum Nacional; Fundador da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC); Conselho Delib. Instituto Centro Americano (ICAM); Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); Fundador da Comissão de Cidadania e Reprodução (1991); Membro do Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Assoc. Bras. de Antropolo- | Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC); Fundação Rockefeller |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| | | | gia (ABA), Assoc. dos Sociólogos do Estado de SP (ASESP) e Soc. Bras.de Sociologia (SBS).Co-presidente da Fondation Internationale pour um Autre Développement (FIPAD) entre 1981/82; Presidente do Clube de Madri, em 2003; Atual membro do Clube de Roma; Membro dos Conselhos Consultivos do Institute for Advanced Study, de Princeton e da Fundação Rockefeller; Vice-presidente e Presidente da International Sociological Association (ISA); Colaborou na fundação da World Association for International Relations; Membro do New World Dialogue, World Resources Institute, Washington, (1990), dentre outros | |
| Franco Montoro | Secretário-Geral, Departamento de Serviço Social da Secretaria da Justiça, SP, 1938-1940; Procurador do Estado de São Paulo, 1940-1950 | Líder do PDC, 1956; Presidente Nacional do PDC, 1965; Líder do MDB; Primeiro-Vice-Presidente, 1966-1968, e Membro, 1968-1980 e 1980-1988 da Executiva Nacional do PMDB; Fundador do PSDB; Presidente Nacional do PSDB, 1989-1992; Presidente de Honra do PSDB, 1993-2001 | Presidente Nacional, Movimento Solidarista Brasileiro, desde 1990 | |
| Geraldo Alckmin | Presidente do Conselho Diretor do Programa Estadual de Participação da Iniciativa Privada na Prestação de Serviços Públicos e na Execução de Obras de Infra-Estrutura. Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED | Vice-Líder do PMDB paulista; Vice-Presidente do PMDB/SP; Fundador do PSDB; Tesoureiro da Executiva Nacional do PSDB (1990/91); Presidente do PSDB/SP (1991/95); Atual membro do Diretório Nacional | Membro do Instituto de Estudos Valeparaibanos; Presidente do Conselho Deliberativo da Câmara Regional do Grande ABC; Presidente de Honra do Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica (Cendotec) | Como médico, foi chefe do Departamento de Anestesiologia da Santa Casa de Misericórdia de Pindamonhangaba |
| Gustavo Franco | Secretário de Política Econômica Adjunto, Ministério da Fazenda (1993); Diretor de Assuntos Internacionais (1993/97); Presidente do Banco Central (1997/99) | Membro do Conselho Consultivo do Instituto Teotônio Vilela do PSDB-RJ | Conselho Consultivo da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transacionais e da Globalização Econômica (SOBEET); Consultor para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial- IEDI | Banco Garantia; Sócio-diretor da Rio Bravo Investimentos; Membro do Brazil Advisory Board da Telesystems International Wirless Inc, e dos Conselhos de Adm. da Telemig e da Amazônia Celular; Consultor para a Aracruz Celulose, para a Companhia Netumar de Navegação, The Economist Inteligence Unit e para Cia. Souza Cruz Indústria e Comércio |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| Hélio Jaguaribe | Secretário de Ciência e Tecnologia no Governo Fernando Collor (1992); Membro do Conselho de Reforma do Estado (CRE) | Ex-membro do Diretório Nacional e da Executiva Nacional do PSDB (1989/93) | Secretário-geral do Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia e Política (IBESP); Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); Decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES); Fundador do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI); Academia Brasileira de Letras (ABL), desde 2005; Conselho Diretor do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE)/Fórum Nacional; Conselho Consultivo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) | |
| Henrique Meirelles | Presidente do Banco Central desde janeiro de 2003 | Ex-Filiado ao PSDB | Diretor-Executivo da Febraban; Pres. fundador da Fed. Latino Americana de Leasing; Pres. da Assoc. Bras. das Emp. de Leasing, em São Paulo, de 1981 a 1984; Pres. da Câmara Americana de Comércio; Pres. da Assoc. Bras. de Bancos Internacionais, em SP, de 1989 a 1996; Membro do Conselho da BM & F, em SP, (2001/2002); Conselho das Américas, em Nova York, (2002); Diretor da Câmara de Comércio Brasil-EUA, Nova York, desde 2001; Pres. do Cons. da Assoc. Viva o Centro; Pres. e Fundador do Conselho da Fundação Travessia; Conselheiro da Fundação Padre Anchieta; Conselho Cons. da Soc. Bras. de Estudos de Empresas Transacionais e da Globalização Econômica (SOBEET) | Diretor Superintendente da Boston Leasing, de 1975 a 1978; Vice-Presidente do Banco de Boston, no Brasil, de 1978 a 1981; Primeiro Vice-Presidente do Banco de Boston, no Brasil, de 1981 a 1984; Presidente do Banco de Boston, no Brasil, de 1984 a 1996; Presidente mundial do BankBoston Corporation, em Boston, EUA, de 1996 a 1999; Presidente do Global Banking no FleetBoston Financial, em Boston, EUA, de 1999 a 2002; No mesmo período, no FleetBoston, acumulou as funções de Presidente de Financial Services Bank, de 1999 a 2000; do Wholesale Bank, de 2000 a 2001 e, também, Sênior Executive do FleetBoston em New York, Metropolitan Área, em N.Y, EUA, 2001. |
| José Aníbal | Coordenador de Captação de Recursos Externos, COMGÁS, São Paulo, SP, 1987-1989; Chefe de Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de São Paulo, SP, 1992; Secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, 1999-2001 | Fundador do PT, 1980; Executiva Regional do PMDB, SP, 1983; Líder do PSDB, 1995-1997; Vice-Líder do PSDB, 1997-1999; Pres. da Executiva Nacional do PSDB, 2001-2003 Conselho Político Nacional e do Diretório Nacional do PSDB (2003/2005); Conselho Consultivo do ITV-SP | Membro do Conselho Consultivo da Fundação Mário Covas | |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| José Richa | Membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional; Membro do Conselho da VASP | Vice-líder do PDC (1964); Vice-líder do PMDB (1980); Fundador do PSDB e membro da Executiva Nacional (1991/95) e do Diretório Nacional do partido | | Representante da Engenharia Nativa Construções Elétricas S. A e do Conselho de Adm. da empresa Racimec Informática; Diretor e sócio-gerente da Planorte – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários |
| José Serra | Secretário de Economia e Planejamento do Estado de SP (1983/86); Ministro do Planejamento (1995/96); Ministro da Saúde (1998/2002) | Presidente da UEE de São Paulo e da UNE (1963/1964); Membro da Ação Popular (AP); Fundador do PSDB; Líder do PSDB na Câmara (1991/93); Atual Presidente Nacional do partido (licenciado); Presidente de Honra do Cons. Delibe do ITV-SP; Conselho Político Nacional e do Diretório Nacional (2003/2005) | Ex-Membro do Fórum do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) entre 1993/99 | |
| Lúcio Alcântara | Médico do INAMPS; Ocupou a Secretaria de Saúde do Ceará em três diferentes ocasiões: 1971 a 1973; 1975 a 1978; e 1991 a 1992. Ainda no Ceará foi secretário estadual de Assuntos Municipais (1978-1979); Nomeado Prefeito de Fortaleza entre 1979 e 1982 | Fundador do PFL no Ceará; Presidente Regional do PDT cearense; Membro Fundador do Instituto Tancredo Neves de Estudos Políticos e Sociais (ITN), órgão veiculado ao PFL; Presidente do Instituto Teotônio Vilela entre 1996 e 2001, Vice-Presidente da Executiva Nacional (2001/03) e atual membro do Diretório Nacional do PSDB e do Conselho Deliberativo do ITV | Vice-Presidente do Instituto do Câncer do Ceará; Membro da Academia Cearense de Letras; Presidiu o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) entre 1991 e 1992; Conselho Consultivo do Hospital Sarah Kubitschek – DF; Conselho de Adm. da Associação das Pioneiras Sociais; Conselho Nacional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (1995-1996) | |
| Luis Carlos Mendonça de Barros | Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Consultor de Conjuntura Econômica do Cebrap; Coordenador da Comissão Especial de Supervisão do Processo de Privatização das Telecomunicações; Ministro das Comunicações | Presidente da UEE de São Paulo; Membro da Ação Popular (AP); Eleito Vice-Presidente do PSDB (1999/2001) | Conselho de Planejamento Estratégico da Fecomercio-SP (Federação do Comércio do Estado de São Paulo); Sócio-fundador, Diretor-presidente e Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Sérgio Motta | Banco de Investimento Industrial (Investbanco); Mercantil Participações Administrativas (Mepasa); Diretor-pres. da Investleasing e da Cia Agrop. Bandeirantes; Fundador da Corretora de Câmbio e Valores Imobiliários Patente; Consultor da Hidrobrasileira; Fundador da Consultora BEM Associados; Fundador Banco de Investimentos Planibanc; Diretor de Mercado de Capitais do BC; Fundador do Banco Matrix; Sócio-fundador da Quest Investimentos; Publisher Revista e Site Primeira Leitura; Cons. de Adm. do Grupo Chapecó |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| Luiz Carlos Bresser Pereira | Diretor-presidente do Banespa; Secretario de Governo de São Paulo; Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo; Ministro da Fazenda no governo Sarney (1987); Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), entre 1995/98; Ministro da Ciência e Tecnologia (1999); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ); Assessor do Presidente da República para assuntos internacionais relacionados com a social-democracia ou a governança progressista; Conselho de Reforma do Estado (CRE) | Fundador do PSDB; Membro da Executiva Nacional e do Diretório Nacional do PSDB (1988/95); Tesoureiro Nacional do PSDB (1994/95) | Pres. da Soc. de Estudos Econ.Sociais e Urbanísticos (SESU); Pres. do Centro de Economia Política;Pres. do Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Rels. Internacionais (1993/94); Cons. Sup. de Economia da FIESP e da FEBRABAN; Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial; Fundação Padre Anchieta; Conselho de Adm. Geral do Comunitas (Programa Comunidade Solidária); Conselho Cons. da Soc. Bras. de Estudos de Emp. Transacionais e da Globalização Econômica (SOBEET); Sócio-fundador do Instituto Sérgio Motta | Diretor do Grupo Pão de Açúcar (1963/83); Membro do Conselho Consultivo da Revista Insight-Inteligência (Empresa Insight – Engenharia de Comunicação) |
| Márcio Fortes | Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, 1979; Ministro de Estado, interino, do Ministério da Fazenda, 1979; Presidente, BNDES, 1987-1989; Secretário Executivo, FND, 1987-1989;Comissão Consultiva Bancária do CMN, 1984-1989; Conselho Diretor da ESAF, 1979; Membro, CNAL e CNDU, 1979; Conselhos de Adm. EMBRAER, 1979, INOCOOP-RJ, 1981, BB S.A., 1987-1989; Conselho Federal de Desestatização, 1987-1989; Presidente, Junta de Adm. da FINAME, 1987-1989; Presidente, Conselho de Orientação do FND, 1987-1989; Presidente, BNDESPAR, 1987-1989; Conselho Cons. da CVM, 1987-1989; Conselho Delib. da SUDENE, 1987-1989; Conselho Empresarial do MRE; Conselho da CODIN, da TURISRIO e do IPEM; Diretor-Presidente do Sistema Integrado BANERJ - SIB, 1989-1991; Membro do Conselho de Administração da Petrobrás e do Metrô do RJ; Secretário Municipal de Obras do Rio de Janeiro, 1993-1994; Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, 1996-1998 | Filiado ao PMDB (1983/1994); Delegado, Convenção Nacional do PMDB, 1992-1993; Vice-Presidente, Executiva Nacional do PSDB, 1996-2000; Vice-Líder do PSDB, 1996, 1999 e 2001-2003; Secretário-Geral do PSDB (1999/2003) e Secretário de Relações Internacionais (2003/2005); Membro da Executiva Nacional entre 1996/2005; Atual membro do Diretório Nacional do PSDB | Presidente, Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas 1980-1983; Vice-Presidente, Sindicato da Indústria da Construção Civil do RJ, 1984-1987; Conselho da ABRASCA, 1984-1987; Pres., Conselho de Associados da ABDE, 1987-1989; Conselho Curador da Fund. Nac. Pró-Memória, 1980-1986; Conselho Cons. do Movimento Pró-Rio/92, 1991-1992; Primeiro-Vice-Presidente, CIRJ, 1995-1998; Atual Primeiro-Vice-Presidente do Sistema FIRJAN; Pres. da Assoc. de Dirigentes de Emp. do Mercado Imobiliário (ADEMI); Atual Membro do Conselho Consultivo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e do Capital de Risco Brasil – Projeto Inovar (FINEP); Atual membro do Conselho de Assuntos Legislativos (CAL) da CNI; Câmara Brasileira de Indústria de Construção (CBIC); Presidente (licenciado) do Cons. Diretor do Instituto Bras. de Executivos de Finanças (IBEF/RIO); Conselho Diretor e Sócio-Instituidor do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae)/Fórum Nacional | Diretor da Empreendimentos Hoteleiros S.A., 1973-1987; Diretor da BAP - Adm. de Bens Ltda., 1973-1987; Pres. da Pedras de Maria Agropecuária, 1980-1987; Pres. da João Fortes Engenharia S.A., 1980-1987; Labo Eletrônica S.A., 1983-1984, Cia. do Jari, 1984-1987, Cia. Nacional de Tecidos Nova América, 1985-1987, METRÔ - Seguros Privados, 1987-1989, PETROBRÁS, como representante do setor privado; Cimento Tupi S.A., 1993-; Membro do Cons. de Adm. do Banco Francês e Brasileiro S.A. e da Brasilpar Comércio e Participações S.A.; Pres. Cons. de Adm. da Cia. Nacional de Tecidos Nova América, 1985-1987; Conselho Curador da FUNCEX, 1987-1989; Conselho Nac. de Seguros Privados, 1985-1989; Diretor no Brasil, Business Council for Sustainable Development, 1991-1992; Conselho do SESI, RJ, 1997-1998; Conselho de Adm. da Cia. de Força e Luz Cataguazes; Presidente, Diretor da Fundação Bio-Rio (FBR);Conselho de Adm. da CP Cimento e Participações |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| Mário Covas | Secretário dos Transportes de São Paulo na gestão Franco Montoro (1983/87); Prefeito nomeado de São Paulo | Vice-Líder do PST; Líder do PST; Vice-Líder do MDB; Presidente do Diretório Estadual do MDB paulista; Presidente da Executiva regional do PMDB; Membro fundador do PSDB; Primeiro Presidente Provisório do PMDB; Membro da Executiva Nacional do PSDB entre 1991/1997; Líder do PSDB no Senado. | | |
| Martus Tavares | Secretaria do Tesouro Nacional (1986/89); Diretor-Adjunto do Dep. de Orçamentos da União do Ministério da Economia (1989/90); Secretário-Adjunto de Política Econômica (1990/91) e da Secretaria Nacional de Planejamento (1992); Chefe da Ass. Econômica do Min. do Planejamento (1995); Secretário-Executivo do Ministério (1996); Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Conselho Orientador do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO/SP); Cons. Administrativo da CESP | Assessorou a Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados de outubro de 92 a abril de 94. Membro do Conselho Político Nacional (2003/2005) | Diretor de Economia e Planejamento da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base - ABDIB, de abril a dezembro de 94; Membro do Conselho de Administração da Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) | Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base - ABDIB |
| Paulo Renato de Souza | Gabinete da Secretaria de Economia e Planejamento e Avaliação do Estado de SP (1983/84); Superintendente da Coalbra; Consultor no DIEESE; Diretor-presidente da Cia de Proc. de Dados do Estado de SP (Prodesp); Secretário de Educação de São Paulo (1984/86); Ministro da Educação e do Desporto (MEC) entre 1995/2002 | Atual membro do Diretório Nacional do PSDB, do Conselho Nacional de Ética e Disciplina e do Conselho Político Nacional (2003/2005) | Conselheiro da Comunidade Solidária; Membro do Consultivo Consultivo do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec); Sócio-fundador do Instituto Sérgio Motta; Conselheiro do Instituto Social Democrata | Consultor da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e da empresa Hidrobrasileira; Prestou serviços à Federação das Industrias do Estado de São Paulo (FIESP); Sócio-fundador da empresa Paulo Renato de Souza Consultores |
| Pedro Piva | Membro do Conselho Curador do Museu Brasileiro de Escultura; Membro do Conselho de Administração do Museu de Arte Moderna (MAM); Ministro do Planejamento e Orçamento | Membro da Executiva Nacional do PSDB na condição de Tesoureiro Geral (1996/2001); Vice-líder do PSDB no Senado; Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Teotônio Vilela (ITV) de São Paulo | Conselho Curador da Fundação Zerbini-Incor; Membro (e Fundador) do Conselho de Adm. do Instituto de Estudos Avançados para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), do Conselho de Empresários da América Latina (CEAL) e do Comitê de Competitividade Industrial;Conselho de Adm. da Fundação Bienal de São Paulo; Conselho Cons. da Fundação Mário Covas e do Instituto da Tiróide; Conselho Delib. da Associação Brasileiro de Celulose e Papel (Bracelpa) | Sócio e gerente da Klabin Irmãos & Cia.; Presidente do Conselho de Administração da Indústria Klabin de Papel e Celulose S.A. e da Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A; Atual membro do Conselho Consultivo da Comgás |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| Pérsio Arida | Secretário de Coordenação Econômica e Social do Ministério do Planejamento (1985); Diretor da Área Bancária do Banco do Brasil (1986); Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) entre 1993/94; Presidente do Banco Central (1995) | Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Filiado ao PSDB | Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta; Coord. de Estudos do Instituto de Estudos de Política Econômica (Iepe); Ex-Membro do Fórum do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) entre 1993/99; Conselho Adm. da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp); Conselho do Instituto Talento Brasil; Conselho Cons. do Instituto Moreira Salles | Diretor da Brasil Warrant (1987/89); Sócio e diretor da HE Participações; Fundador do Banco BBA; Vice-Presidente do Unibanco (1989/1993); Sócio-diretor da Opportunity Asset Managemente Ltda. (1996); Membro do Conselho de Administração da Cia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1997; Membro do Conselho de Administração do Banco Itaú Holding Financeira S.A. |
| Pimenta da Veiga | Ministro de Estado das Comunicações (1999/2002); Membro do Gedic – Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica | Diretório Regional do PMDB, MG, 1980-1981; Vice-Líder do PMDB, 1981-1982; Executiva Nacional do PMDB, 1983-1985; Líder do PMDB, 1985-1986; Líder do Governo, PMDB, 1985-1986; Fundador do PSDB, 1988; Presidente do PSDB, 1989 e 1994-1995; Vice-Presidente do PSDB, 1991-1994 e atual membro da Executiva Nacional | Membro do Conselho Curador da Fundação Pedroso Horta (1981) | Pimenta da Veiga Advogados Associados, Brasília, DF, 1972-1988 e 1993 a março de 1998 |
| Ronaldo Cezar Coelho | Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, de 3 de fevereiro de 1995 a 19 de junho de 1996; Secretário Municipal de Saúde, Rio de Janeiro | Fundador do PSDB; Vice-Presidente do Diretório Estadual do PSDB, 1988-1990; Pres. do Diretório Estadual do PSDB, RJ, 1990-1994; Vice-Presidente, Executiva Nacional do PSDB, 1994-95; Vice-Líder do Governo, 1998-1999; Tesoureiro da Executiva Nacional (2001/03); Conselho Deliberativo do ITV; Atual membro do Diretório Nacional. | Membro do Conselho Consultivo da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro; Membro do Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ). | Sócio e Presidente do Banco de Investimento Multiplic; Maior acionista individual da Souza Cruz; Dono da repetidora da Rede Globo de Televisão em Resende (RJ); Proprietário da empresa de aviões a jato Antares. |
| Ruth Cardoso | Presidente do Programa Comunidade Solidária | Fundadora do PSDB; Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Teotônio Vilela (ITV); Membro do Conselho Consultivo do Instituto Teotônio Vilela de São Paulo (ITV-SP) | Pesquisadora do Cebrap; Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta (1984/96); Sócia e fundadora do Instituto Sérgio Motta; Associação para o Intercâmbio Educacional entre os EUA e o Brasil (Comissão Fulbright);Conselho do Centro de Empreendimento Social e Adm. em Terceiro Setor (CEATS); Membro Benemérito da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida; Sócia-fundadora do Programa Alfabetização Solidária e do Programa Universidade Solidária (UniSol); Conselho Curador da Fundação Victor Civita; Fundadora e Presidente do Comunitas | Conselho Curador da Fundação Victor Civita |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| Sebastião Madeira | | Presidente, Diretório Regional do PSDB, 1993-1997; Vice-Presidente, Diretório Regional do PSDB, 1998; Vice-Líder do PSDB, 1995-2004; Diretor Executivo do ITV entre 2001/2003; Secretário Nacional do PSDB (1999/2003); Atual Presidente do ITV e membro do Diretório Nacional | Presidente, Associação Médica, Imperatriz, MA, 1987-1989 | |
| Sérgio Machado | Secretário de Governo do Estado do Ceará (1987/90); Presidente da Transpetro | Membro do PMDB (1986/89); Primeiro-secretário do PSDB e Vice-líder na Câmara (1991/93); Vice-Presidente do PSDB (1994/95); Líder do PSDB no Senado (1995/2001); Executiva Nacional do PSDB (1991/2001) | Presidente do Centro de Indústrias do Ceará (CIC) em 1982; Membro do Conselho da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) entre 1980/83 | Proprietário da TV Jangadeiro, de Fortaleza, e da Rádio Educativa FM, de Crateús |
| Sérgio Motta | Diretor-presidente da Coalbra – Coque e Álcool de Madeira S.A.; Vice-presidente da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. (1984/87); Ministro das Telecomunicações (1995/98) | Fundador do PSDB; Secretário-Geral do PSDB (1991/97) do partido; Membro da Executiva Nacional entre 1994/97 | | Empresa Organiza – Planejamento Integrado; Empresas GPI – Grupo de Planejamento Integrado e Sociplan – Sociedade Civil e Planejamento Ltda; Proprietário da empresa Hidrobrasileira S.A. (1980/84) |
| Tasso Jereissati | | Presidente do PSDB (1991/93); Membro da Executiva Nacional entre 1991/93 e 1996/97; Membro do Conselho Político Nacional e do Diretório Nacional (2003/2005) | Pres. do Centro Industrial do Ceará (CIC); Cons. do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla (IPCA), da Fundação IBGE; Conselho da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) entre 1980/83; Conselho de Política Econômica e Social da CNI e do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos; Pres. Reg. no Ceará da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC); Fundador do Inst. Sérgio Motta | Membro conselheiro do decanato da John Kennedy School of Government da Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachusetts, USA; Pertence a tradicional família de político e empresários do Ceará, com negócios na área hoteleira, de refrigerantes (Coca-Cola), shopping centers, construção civil e comunicações (subsidiária da TV Bandeirantes) |
| Teotônio Vilela Filho | | Tesoureiro da Executiva do PMDB em Alagoas (1985/86); Diretório Nacional do PMDB; Vice-Líder do PMDB no Senado; Presidente da Executiva Provisória (1990/91) e da Executiva Regional do PSDB em Alagoas (1991/93); Executiva Nacional do PSDB e do Diretório Nacional (1991/2001); Presidente Nacional do PSDB (1996/2001); Atual membro do Diretório Nacional, do Conselho Político Nacional e do Conselho Delib. do ITV | Membro do Conselho Consultivo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC-Capivari; Membro do Conselho Consultivo do Instituto Nacional de Eficiência Energética (INEE); Presidente do Conselho Diretor da Fundação Teotônio Vilela | Diretor-superintendente da Mata Verde Agropecuária e Diretor Industrial da Destilaria Indiana; Sócio da usina Seresta e da empresa Sococo |

| Nome | Participação em Organismos Governamentais | Presença em Organizações Político-Partidárias | Atuação em Associações da Sociedade Civil | Presença no Meio Empresarial e/ou no Setor Privado |
|---|---|---|---|---|
| Winston Fritsch | Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda | Membro do Conselho Consultivo do Instituto Teotônio Vilela (ITV-RJ) | Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri); Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Trnasnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET); Presidiu o Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (ABBI) e membro do Conselho da FEBRABAN | Sócio-fundador e presidente do banco inglês Kleinwort Benson Ltd no Brasil, adquirido pelo Grupo Dresdner Bank.Tornou-se Country Head e Presidente do então criado Dresdner Bank Brasil e Diretor do Dresdner Kleinwort Benson, Londres; Sócio e Diretor Executivo de Finanças Corporativas da Rio Bravo Investimentos. |
| Yeda Crusius | Assistente, TCE de São Paulo, 1964-1966; Viação Aérea São Paulo (VASP) em 1968; Membro, Conselho Fiscal, 1986-1993, e Conselho Administrativo, 1993, Banco Meridional, Porto Alegre, RS; Membro, Conselho Administrativo do BNDES, Porto Alegre, RS, 1993; Ministra-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, 1993 | Primeira-Vice-Presidente, Diretório Regional do PSDB, RS, 1993-1995; Vice-Líder do PSDB, 1995-1996, 1997-1999, 2000-2001 e 2003-; Diretora de Estudos e Pesquisas do ITV, 1996-1997 e 1998; Segunda-Tesoureira, Executiva Nacional do PSDB, 1995; Conselho Político do PSDB, RS, 1994-2002; Presidente, PSDB Mulher, 1998-2001; Presidente, ITV, 2001-2003; Vice-Líder do PSDB, 2003 e 2004; Atual Presidenta de Honra do PSDB-Mulher; Conselho Deliberativo do ITV; Conselho Político do PSDB, RS, 1997; Executiva Nacional do PSDB - (1995/1998 e 2001/2003 e 2004); Diretório Nacional (2003/2005) | Economista da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, 1967-1968; Conselho Consultivo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC-Capivari; Conselho Consultivo do Capital de Risco Brasil – Projeto Inovar (FINEP) Movimento Nacional Pró-Reforma Política com Participação Popular; Conselho Consultivo da Fundação Konrad Adenauer | Trabalhou na Hidroservice Engenharia, em 1969; Consultora de Empresas; Comentarista econômica pela Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), afiliada à Rede Globo |

## Quadro IV – Trajetória dos dirigentes-banqueiros no Setor Bancário, Consultorias e Empresas

| Dirigentes Peessedebistas | Pré-92 | Pós-92 |
|---|---|---|
| André Lara Resende | Trabalhou no Banco Garantia; Vice-presidente executivo do Unibanco. | Atual membro do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Mercado e Capitais (Ibmec-São Paulo); Membro do Conselho de Administração da Alphs Funds., Membro do Conselho de Administração do Grupo Gerdau; Fundador do Banco Matrix (1993); Atua com uma cia. de investimentos. |
| Andrea Calabi | | BANESPA de maio até dezembro de 1998; Cia. Paulista de Ativos - CPA a partir de dezembro de 1996; Membro do Conselho de Administração da CAEMI - Mineração e Metalurgia S/A de junho de 2001 à dezembro de 2001; Atualmente é executivo da Itália Telecom no Brasil e Sócio-diretor da AACC Administração e Consultoria. Sócio da Consemp – Consultoria e Empreendimentos Industriais; Conselhos de Administração da Generali do Brasil, BCN Barclays e Blindex (até nov/94). |
| Antônio Kandir | Coordenador de Estudos Econômicos da Itaú S.A. Planejamento e Engenharia (1981/1983); Diretor da consultoria Kandir e Associados Ltda. (1981/83); Coordenador de Estudos Econômicos da Itaú S.A. Planejamento e Engenharia (1981/1983). | Membro do Conselho de Administração da Cerâmica Criciúma S.A. (Cecrisa) entre 1992/96; Atualmente é sócio e Conselheiro do Banco Ribeirão Preto; Membro dos conselhos de administração da Avipal/Elegê, Cecrisa, Portugal Telecom, Jacklinks Brasil e da Gol Linhas Aéreas. |
| Clóvis Carvalho | Chefe do Departamento de ações do Banco Safra S/A (1970-72); Diretor do Bansulvest S/A (1972-74); Chefe do Departamento de Fundos de Investimento do Unibanco (1974-75) | Atual Consultor da Brasil Telecom |
| Edmar Bacha | | Economista-chefe do Banco Itaú BBA Creditanstalt (desde 1996); Membro do Conselho de Administração da CSN (2001/05); Sócio-fundador da VivaCred (desde 1997); Presidente da Associação Nacional de Bancos de Investimentos (Anbid) entre 2000/2003. |
| Gustavo Franco | | Atual Sócio-diretor da Rio Bravo Investimentos; Conselhos de Administração da Telemig e da Amazônia Celular; Consultor para a Aracruz Celulose; Cia. Netumar de Navegação; Cia. Souza Cruz Indústria e Comércio; |
| Henrique Meirelles | Diretor Superintendente da Boston Leasing, de 1975 a 1978; Vice-Presidente do Banco de Boston, no Brasil, de 1978/1981; Primeiro Vice-Presidente do Banco de Boston, no Brasil, de 198/84; Presidente do Banco de Boston, no Brasil, 1984/96; Diretor-Executivo da Febraban, em SP, (1989/96); Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Leasing, (1981/86); da Associação Brasileira de Bancos Internacionais, em São Paulo, 1989/96. | Presidente mundial do BankBoston Corporation, em Boston, EUA, de 1996 a 1999; do Global Banking no FleetBoston Financial, em Boston, de 1999 a 2002; No mesmo período, no FleetBoston, acumulou as funções de Presidente de Financial Services Bank, de 1999 a 2000; do Wholesale Bank, de 2000 a 2001 e, também, Sênior Executive do FleetBoston em New York, Metropolitan Área, em N.Y, EUA, 2001. Pres. da Câmara Americana de Comércio, de S.P. 1995/97. |

| Dirigentes Peessedebistas | Pré-92 | Pós-92 |
|---|---|---|
| Luis Carlos Mendonça de Barros | Analista financeiro, gerente e superintendente do Banco de Investimento Industrial (Investbanco); Membro do Conselho Fiscal da Mercantil Participações Administrativas (Mepasa); Diretor-presidente da Investleasing e da Companhia Agropecuária Bandeirantes; Fundador da Corretora de Câmbio e Valores Imobiliários Patente; Consultor da Hidrobrasileira;Fundador da Consultora MBE Associados; Membro do Comitê Técnico da Andima; Fundador e Vice-Presidente do Banco de Investimentos Planibanc. | Sócio-fundador e estrategista chefe da Quest Investimentos (empresa de administração de fundos); Publisher da Revista e Site Primeira Leitura; Membro do Conselho de Administração do Grupo Chapecó; Fundador do Banco Matrix (1993). |
| Luiz Carlos Bresser Pereira | Membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e da Febraban (1983/85); Diretor do Grupo Pão de Açúcar (1963/83). | |
| Márcio Fortes | Primeiro-Vice-Presidente, CIRJ, 1984-1987 e 1992; Diretor da empresa Empreendimentos Hoteleiros S.A., 1973-1987; Diretor da BAP - Administração de Bens Ltda., 1973-1987; Presidente da Pedras de Maria Agropecuária, 1980-1987; da João Fortes Engenharia S.A., 1980-1987; Labo Eletrônica S.A., 1983-1984; Cia. do Jari, 1984-1987; Cia. Nacional de Tecidos Nova América, 1985-1987; METRÔ - Seguros Privados, 1987-1989. | Membro, Conselho do SESI, RJ, 1997-1998; Membro do Conselho de Administração da CP Cimento e Participações – e empresas controladas; Primeiro-Vice-Presidente, CIRJ, 1995-1998; Primeiro-Vice-Presidente e Membro do Conselho de Economia e Desenvolvimento FIRJAN, RJ, 1998-2000; Atual Primeiro-Vice-Presidente do Sistema Firjan; Presidente da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI). |
| Pérsio Arida | Diretor da Brasil Warrant (1987/89); Sócio e diretor da HE Participações (1988); Fundador do Banco BBA; Vice-Presidente do Unibanco (1989/1993). | Sócio-diretor da Opportunity Asset Managemente Ltda. (1996); Membro do Conselho de Administração da Cia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1997; Atual Membro do Conselho de Administração do Banco Itaú Holding Financeira S.A. |
| Ronaldo Cezar Coelho | Banco London Multiplic e presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos e Desenvolvimento. | Atualmente é Sócio e Presidente do Banco de Investimento Multiplic; Maior acionista individual da Souza Cruz; Cons. Adm. CSN (1997); Dono da repetidora da Rede Globo de Televisão em Resende (RJ); Proprietário da empresa de aviões a jato Antares. |
| Winston Fritsch | | Durante os últimos anos presidiu o Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Bancos Internacionais (ABBI) e foi membro do Conselho da FEBRABAN. Em 1995 fundou, como sócio, e presidiu as operações do banco inglês Kleinwort Benson Ltd no Brasil que viria a ser adquirido pelo Grupo Dresdner Bank. A partir de 1998, com a unificação das atividades do Grupo Dresdner no Brasil, tornou-se Country Head do Grupo Dresdner Bank no Brasil, presidente do então criado Dresdner Bank Brasil e Diretor do Dresdner Kleinwort Benson, Londres, posições que ocupou até fevereiro de 2003; Sócio e Diretor Executivo de Finanças Corporativas da Rio Bravo Investimentos. |

## Quadro V – Trajetória dos dirigentes-banqueiros nos aparelhos governamentais

| Dirigentes Peessedebistas | Pré-92 | Pós-92 |
|---|---|---|
| André Lara Resende | | Diretor do Banco Central; Presidente do BNDES. |
| Andrea Calabi | Secretário Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, entre 1985/86; Secretário-geral do Ministério da Fazenda (governo Sarney); Secretário do Tesouro Nacional (STN) -1986/88. | Secretário-executivo do Ministério do Planejamento (1995/96); Pres. do BB (1999); Presidente do BNDES, FINAME, BNDESPAR de julho de 1999 a fevereiro de 2000; Diretor Presidente do IPEA (1995/96); Atual Secretário de Estado de Economia e Planejamento de São Paulo. |
| Antônio Kandir | Técnico de Pesquisa e Planejamento, IPEA/SEPLAN, (1976-1978); Consultor do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) entre 1985/86; Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, 1983-1985; Assessor da Secretaria de Planejamento e Controle no Rio de Janeiro (1987/91); Assessor Técnico e Consultor da FAPESP (1988/1989); Secretário Especial de Política Econômica do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (1990/91); Presidente do IPEA, São Paulo, 1991. | Ministro do Planejamento (1996/1998). |
| Clóvis Carvalho | Superintendente da Cia de Gás de S.P. (Comgás), em 1975; Gerente Financeiro da Cia Metropolitana de S.P, entre 1975/77; Gerente Financeiro da Cia. de Saneamento Básico de S.P. (Sabesp); Secretário de Economia e Planejamento de São Paulo em 1983 e 84. | Chefe do Gabinete Civil da Presidência (1995/99); Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999); Presidente do Conselho Nacional de Desestatização e Presidente da Câmara de Reforma do Estado no governo FHC; Secretário-executivo do Ministério da Fazenda (1993/94). |
| Edmar Bacha | Presidente do IBGE (1986). | Presidente do BNDES (1995); Conselheiro para Assuntos Econômicos do Governador de MG (desde 2003); Assessor Esp. do Min. da Fazenda (1992/95). |
| Gustavo Franco | | Presidente do Banco Central (1997/99); Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1993); Diretor de Assuntos Internacionais (1993/97). |
| Henrique Meirelles | | Presidente do Banco Central desde 2003. |
| Luis Carlos Mendonça de Barros | | Presidente BNDES; Ministro das Comunicações. |
| Luiz Carlos Bresser Pereira | Diretor-presidente Banespa e de Secretario de Governo de São Paulo; Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo; Ministro da Fazenda no governo Sarney (1987). | Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), entre 1995/98; Ministro da Ciência e Tecnologia (1999); Assessor do Presidente para assuntos internacionais relacionados com a governança progressista. |
| Márcio Fortes | Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, 1979; Ministro de Estado, interino, do Ministério da Fazenda, 1979; Presidente, BNDES, 1987-1989; do BANERJ, 1989-1991; da DIVERJ, 1989-1991. | Secretário Municipal de Obras do Rio de Janeiro, 1993-1994; Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, 1996-1998. |
| Pérsio Arida | Secretário de Coordenação Econômica e Social do Ministério do Planejamento (1985); Diretor da Área Bancária do BB (1986). | Presidente do Banco Central (1995); Presidente do BNDES entre 1993/94. |
| Ronaldo Cezar Coelho | | Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, de 1995 a 1996; Atual Secretário Municipal de Saúde, Rio de Janeiro. |
| Winston Fritsch | | Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no governo FHC. |